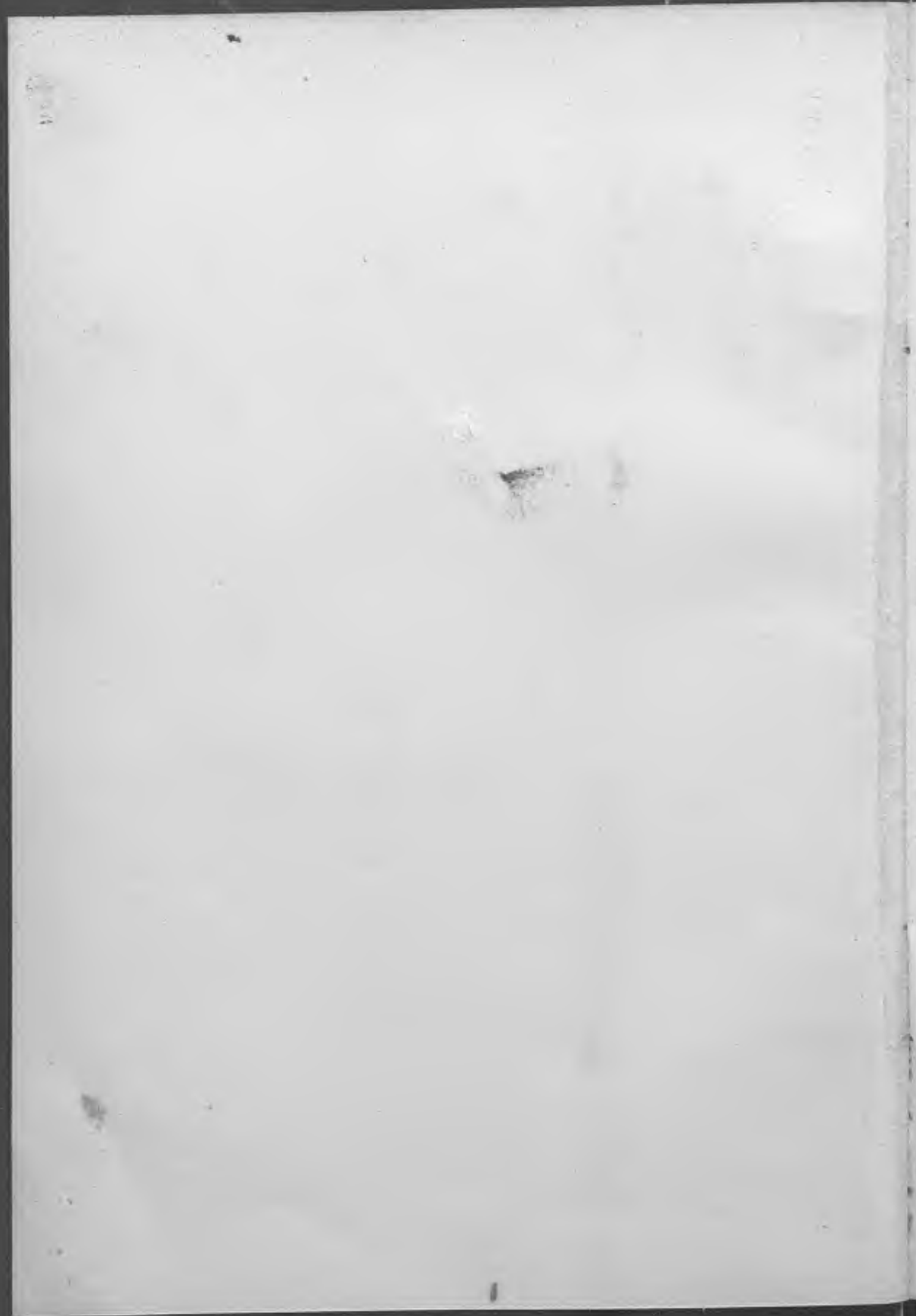
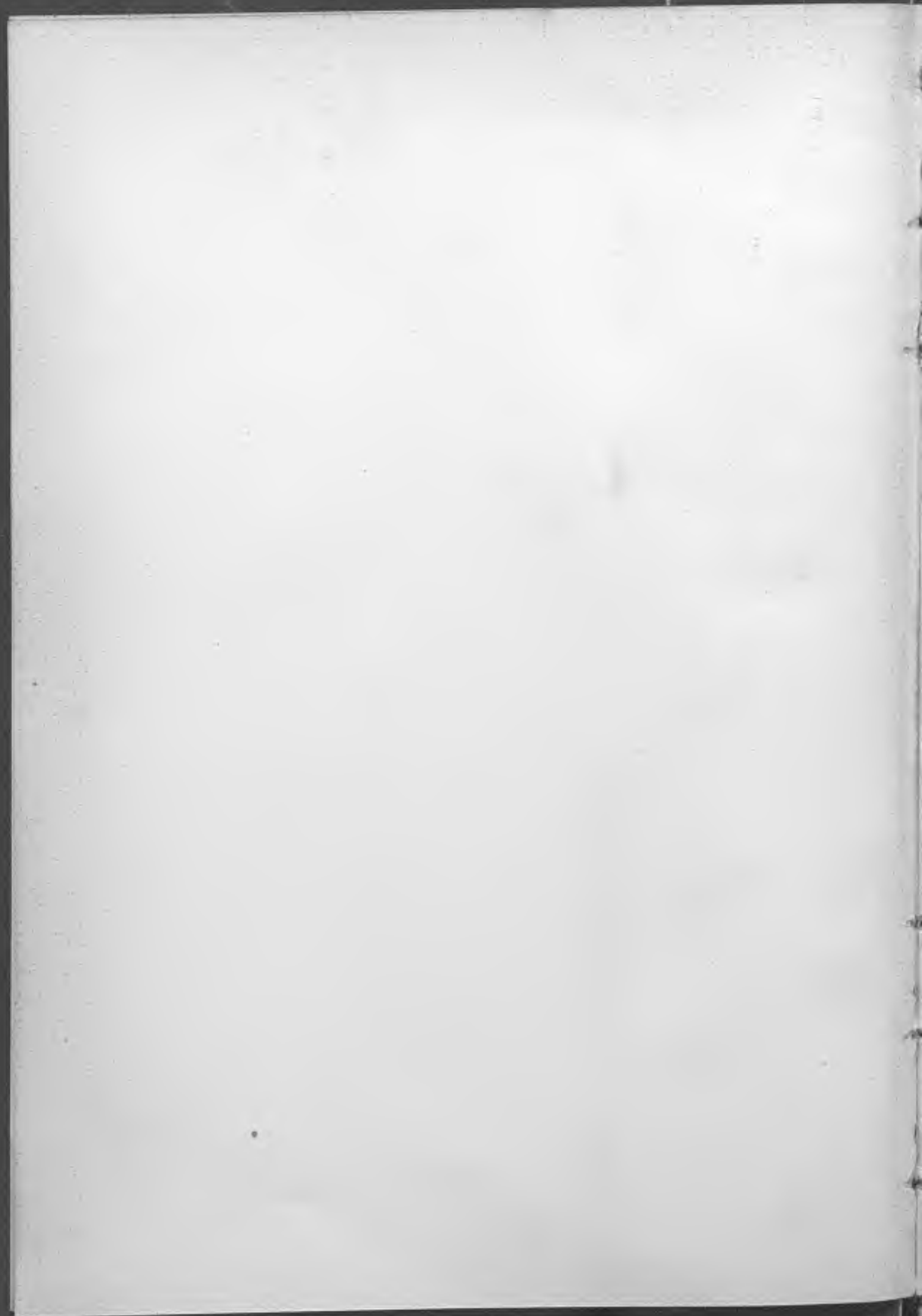






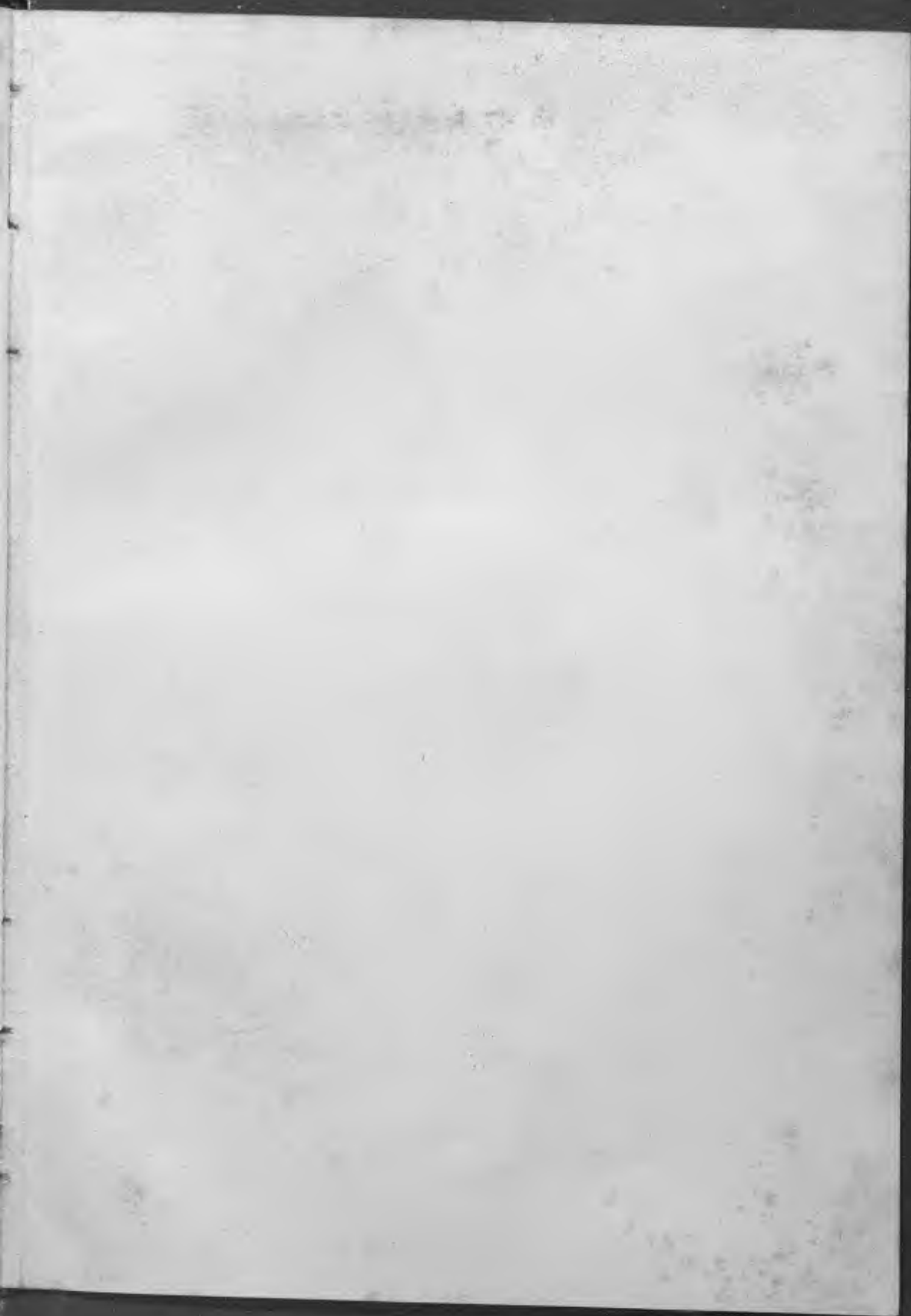


OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

VOL. XLVI

TOMO II

Foram impressos três mil exemplares em papel vergé do presente volume das Obras Completas de Rui Barbosa mandadas publicar, sob os auspícios do Govêrno Federal, pelo ministro Gustavo Capanema, dentro do plano aprovado pelo Decreto lei 3.668, de 30 de setembro de 1941, baixado pelo Presidente Getúlio Vargas, e de acôrdo com o Decreto n. 21.182, de 27 de maio de 1946, promulgado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra e referendado pelo ministro Ernesto de Sousa Campos





Rui Barbosa

Retrato tirado na Bahia, 1919

Foto T. Dias

OBRAS COMPLETAS
DE
RUI BARBOSA

VOL. XLVI. 1919

TOMO II

CAMPANHA PRESIDENCIAL

★ ★



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

RIO DE JANEIRO — 1956



TOMBO 012900

320.781
B238

CATÁLOGO 012939

CAMPANHA PRESIDENCIAL
1919



A CORRUPÇÃO POLÍTICA



A CORRUPÇÃO POLÍTICA (*)

Venho, senhores, de Minas, venho de S. Paulo. De S. Paulo e de Minas, onde floresce a liberdade. De Minas e S. Paulo, no seio de cujas populações entrei a seu convite, a convite de umas e outras, abraçado, festejado, aclamado, coberto de flôres e bênçãos, esmagado sob o entusiasmo das turbas, seguido pelos votos dos crentes, pelas orações das mulheres, pelas imprecações caridosas do espírito cristão ao Deus das lutas incruentas, por êsse concurso invencível das preces da alma brasileira, que me acompanham, desde que, em 1910, o meu trabalho de justiça penetrou na zona das reações violentas, contra êle assanhadas, e a sociedade começou a esposar o princípio da minha velha cruzada, com que a política de interesses não se concilia. De S. Paulo e Minas, onde pude exercer desassombradamente os direitos constitucionais, as liberdades necessárias de reunião e palavra, franquias elementares da civilização em tôda a cristandade. De Minas e S. Paulo, cujos governos, contrários ambos à minha candidatura, nenhum obstáculo suscitaram ao uso dessas faculdades essenciais a tôdas as democracias, a todos os regimens de moralidade e responsabilidade: antes abriram, em volta dos comícios populares, em tórno da tribuna pública, um círculo de segurança e respeito, em que as nossas convicções se sentiam confiadas nos seus direitos e os nossos

(*) Conferência lida no *Teatro Politeama*, na Bahia, a 12 de abril de 1919.

corações orgulhosos do seu país. De S. Paulo e Minas, em suma, onde o respeito da autoridade ao povo, e a consideração do povo para com a autoridade, apresentavam o espetáculo da dignidade de uma nação obediente às suas leis e governada pela soberania.

CONTRASTE

Venho dêsses dois grandes Estados, para uma visita a êste outro não menor do que êles na sua história, nas virtudes cívicas dos seus habitantes, nos costumes da sua vida social, venho, também, a convite da sua população; e, com que diversidade, com que contraste, com que antítese me encontro! Aqui venho dar com o direito constitucional de reunião suspenso. Por quem? Por uma autoridade policial. Com que direito? Com o direito da fôrça. Sob que pretexto? Sob o pretexto de que a oposição está em revolta, isto é, de que, contra o govêrno, o elemento armado e o Tesouro juntos estão em rebeldia os inermes, as massas desorganizadas e as classes conservadoras.

Banido venho encontrar, pois, o direito de reunião, ditatorialmente banido. Mas, ao mesmo tempo, venho encontrar ameaçada, também soberanamente, de proscrição a palavra, o órgão do pensamento, o instrumento de comunicação do indivíduo com o povo, do cidadão com a pátria, do candidato com o eleitorado. Ameaçada, como? Com a resolução, de que estamos intimados pelo situacionismo da terra, com a resolução, que, em tom de guerra aberta, nos comunicaram os nossos adversários, de intervir em tôdas as nossas reuniões de propaganda eleitoral, opondo-se à nossa linguagem, tôda a vez que ela se ocupar da atualidade baiana, do govêrno baiano.

CONTAS COM O GOVÊRNO BAIANO

Mas que outro objeto poderiam ter as nossas reuniões? Que outro assunto os nossos discursos? Que outro debate a nossa propaganda?

Que é que se opõe, nesta terra admirada, à minha candidatura? Únicamente o govêrno baiano. Quem é que, entre êste povo aturdido, ergueu a candidatura oficial? O govêrno baiano unicamente. A repulsa da candidatura baiana e a escolha da candidatura parai-bana são dois atos da política do govêrno da Bahia, política temerária, caprichosa e desastrada, que se divorcia dos sentimentos baianos, para renegar, de todos os baianos, o mais favorecido, bem sei que por excessiva generosidade, mas bem ou mal o mais favorecido, sem comparação, com as aclamações e distinções de sua terra, antepondo-lhe a êle um nome, que o coração dêste povo não conhece, e que, aqui desconhecido, se viu lançar a estas praias, à tona da bajulação, pela maré dos interêsses como o sargaço às areias da costa pela suja ressaca dos temporais.

ALUSÕES, NÃO: LIBELO FRANCO

Se, pois, a rejeição da minha candidatura e a recomendação da outra, na Bahia, são, como ninguém duvidará que o sejam, atos do govêrno baiano (porque, aqui, não há partido: há um govêrno, servido pela sua camarilha); se essas duas ousadias são alvitre discricionários do govêrno baiano, da sua iniciativa, da sua autoria, da sua responsabilidade, ou se nos reconhecerá o arbítrio não só de livremente "aludirmos" a êsse govêrno, mas de o discutir e criticar, de o censurar e profligar, segundo o critério dos nossos deveres, apreciados no fôro da nossa cons-

ciência e contidos nas raias da legalidade, ou, digo eu, ou se nos reconhece êsse direito em outros limites, ou, se nos negam o direito de nos entregarmos a essa crítica, a essa censura, a essa verberação em plena liberdade, tiraram-nos a palavra, roubaram-nos a tribuna, amordaçaram-nos o pensamento. Não há meio termo; e, pelo que me toca, nesta oração que vou começando, não cuide ninguém aí que me vou entreter com "alusões" ao governo da Bahia. Não. Êste discurso vai ser, todo, ou quase todo, um libelo contra êsse governo, o libelo da razão, o libelo da justiça, o libelo da verdade, libelo direto, franco, severo como a causa exige.

Se não me querem ouvir, cortem-me logo, e já, o fio da palavra. Mandem vir para aqui os agentes adestrados no mister. Quando não, podem estar certos de que não vão ouvir "alusões". Vão-me ouvir no exercício amplo, descoberto, solene do meu direito: do meu direito de querela contra o governo da minha terra.

A MORDAÇA

Direito é êsse comum a todos os cidadãos. Qualquer proletário, o mais humilde homem do povo, o poderia exercitar, no jornal, ou na praça. Nem é um direito de limitações regionais. Todo o cidadão, em qualquer estado, o pode usar com relação a êsse ou a qualquer outro, e, combatendo a política dos estados, combater, com o mesmo desassombro de quem não sai do logradouro da sua individualidade legal, a política da União.

Como, portanto, negá-lo a mim? Negá-lo ao senador da República, em cuja pessoa, não de há

dois, mas de há trinta anos, se acumula uma série de mandatos eletivos, com extraordinárias votações não igualadas? Ao senador da República pela Bahia como negar o direito de vir discutir na Bahia, diante do seu povo, a política do seu Estado? Como não reconhecer essa faculdade, aqui, a quem faz trinta anos a exerce no Senado Federal? Como a não respeitar em deputados federais pela Bahia, em cidadãos, que têm honrado o nome da Bahia até nos cargos de ministros da União, em jornalistas, que, nesta terra, a ela falam, todos os dias, pelos seus jornais?

INVENTO DE ANARQUIA

A lembrança de impor às assembléias políticas da oposição, às suas reuniões populares, a presença de seus inimigos, a sua entrada importuna, com a pretensão de intervirem nos discursos proferidos, contestar as opiniões sustentadas, e reclamar contra as censuras feitas, é uma idéia monstruosa, que honra, não sei se à audácia, não sei se à ignorância dos seus autores, mas sei que com certeza à sua imaginação infernal. E ainda estranham que aquêles contra cuja liberdade se inventou essa mordaga, a não tolerem. Pois quem não verá que êste plano, de assistência hostil e sistematizada interrupção, redundante, politicamente, na organização da desordem, e na interdição da palavra?

Ainda nas assembléias parlamentares os regimentos não deixam ação livre aos interruptores, que o arbítrio presidencial reprime, ou atalha. Mas numa reunião política, a que os adversários assumam o direito de levar a sua hostilidade, qual seria o orador que se pudesse fazer escutar? Com a voz cortada a

cada momento, com os diálogos travados a cada passo, com as contradições estabelecidas a cada sentença, com as reações suscitadas a cada interrupção, não haveria quem conseguisse aplacar a desordem; e nesta se dissolveria a assembléia, carregando, ainda em cima, os seus membros com a culpa dos invasores, bem logrados no trama.

Mas, senhores, os comícios populares, os *meetings*, as assembléias livres dos cidadãos, nas praças, nos teatros, nos grandes recintos, não são invento brasileiro, muito menos desta época, e ainda menos da oposição baiana. São usos tradicionais das nações anglo-saxônias, e das outras nações livres. Tiveram, modernamente, a sua origem nas Ilhas Britânicas, e nos Estados Unidos. Dessa procedência é que os recebemos. Recebemo-los tais quais eram. Com êles cursamos a nossa prática do direito de reunião. Com êles, debaixo do régimen passado, associamos a colaboração pública à reforma eleitoral, apostolamos e conseguimos a extinção do cativo. Com êles, neste régimen, não pouco temos alcançado para cultura cívica do povo. Com êles, agora mesmo na capital da República, em Minas, em S. Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em muitos outros Estados, a candidatura nacional se tem batido extenuadamente contra a candidatura oficial.

Pois bem. Desde que existem *meetings*, entre inglêses, norte-americanos, suíços ou brasileiros, nunca, absolutamente nunca, houve quem concebesse esta maneira odiosa entre tôdas as imagináveis, de sufocar a tribuna, matar a palavra, e acabar com as reuniões populares. Na Bahia, porém, não se proíbem, não se abolem essas reuniões: pelo contrário, se autorizam e praticam. Mas a cada uma das que se celebrassem, os nossos antagonistas concorreriam em

troço. Mal abrisse a bôca o orador, que ela se houvesse constituído para ouvir, lhe esfuziariam em tórno, insistentes, os apartes adversos; as acometidas irritantes lhe interpolariam o discurso; no meio do auditório incendiado com a reiteração dos atritos rebentaria, violenta, a explosão; e o exercício da palavra acabaria em cenas de brutalidade, em cenas de anarquia, senão em cenas de sangue e luto. Eis como o supremo requinte da hipocrisia política reconhece, aqui, o direito da reunião e a liberdade da palavra; eis como os reconhece para os exterminar.

Figurai que seria de uma assemblêia religiosa, de uma congregação de crentes, se os incrédulos, os heresges, contraditores do seu credo, tivessem ingresso ao seu seio, assento nos seus bancos, direito de palavra nos seus recintos. As casas de oração para logo degenerariam em arenas de batalha, os santuários em infernos, o culto em ódio e fratricídio entre os homens.

Daí aos comícios políticos a diferença está, meramente, em que, nestes, sendo as paixões ainda mais inflamáveis, mais violentos seriam ainda os conflitos; mais abrasados os tumultos; e mais desastrosos os seus resultados.

A CADA PARTIDO OS SEUS COMÍCIOS

Cada comício popular tem a sua consagração à idéia, que o convoca, assim como cada convenção eleitoral ao partido que a celebra. Os outros partidos celebram cada qual a sua convenção. As outras idéias convocam cada uma o seu comício. As convenções de política divergentes acabam em Babéis. Os comícios de crenças opostas, em rixas, pelejas, ou

chacinas. O direito de reunião não se pronuncia senão congregando acêrca de cada opinião o público dos seus adeptos.

A liberdade da palavra não se patenteia, senão juntando em tórno de cada tribuna os que bebem as suas convicções na mesma fonte, associam os seus serviços no mesmo campo, ou alistam a sua dedicação na mesma bandeira. A igualdade no direito está, para as facções, para as idéias, para os indivíduos, no arbítrio, deixado a todos sem restrição, de congregar cada qual os seus correligionários, de juntar cada qual os seus comícios, de levantar cada qual o seu apêlo, no lugar da sua conveniência, na ocasião da sua escolha, nas condições do seu agrado, mas separadamente, mas distintamente, mas desafrontadamente, cada um, a seu talante, na cidade, na rua, no recinto, que eleger, sem se encontrarem, sem se tocarem; porque o contacto, o encontro, a mistura, acabariam, necessariamente, em atrito, em invasão, em caos.

DIREITO DE MATAR O DIREITO

Nem outro é o desígnio, com que aqui se declarou êste direito. Direito de matar o direito; eis o que isso era, na intenção dos que o conceberam. Discutir de uma tribuna para outra, ambas livres, não é fácil, quando se não tem razão. Agora, sitiar uma tribuna de aparteadores, de interruptores, de estrugidores, organizar assim a vociferação, organizar assim a provocação, organizar assim a confusão, afogar assim a palavra, burlar assim a liberdade à enunciação do pensamento e ao direito de reunião, não há quem o não possa. Basta alguma goela, alguma petulância, alguma brutalidade. Nem, para missão tão simples, se

há mister mais que de dois ou três berradores, dois ou três mariolas, dois ou três tranca-ruas, tanto melhores, quanto mais inconscientes, quanto mais estúpidos, quanto mais brancos, ou de alguns dêsses alarves, dêsses ronquejadores, dêsses brutamontes, que os partidos têm a seu serviço, heróis da garganta, na cara-dura e na massudeza do miolo.

AINDA HÁ JUÍZES NO BRASIL

É o que se quereria lograr aqui, no interior d'êste recinto, como se logrou a 26 de março na praça pública, num e noutro caso por obra do govêrno e da fôrça, onipotentes, nesta ou naquela forma, ora para assassinar, nas ruas, a oposição, ora, para a amordçar, debaixo dos próprios tetos onde ela se abriga. Sim: é o que se quereria alcançar, e se teria alcançado, se já não houvesse juizes no Brasil. Mas, se, no Brasil, já não há eleições, se, no Brasil, já não há representação nacional, se, no Brasil, já não há tribuna parlamentar, se, no Brasil, já não há honra política, se, no Brasil, já não há respeito nem à lei, nem à nação, nem ao mundo, alguma coisa ainda nos resta, por onde comecemos a reviver; pois alguma coisa ainda temos dós nossos tribunais. Ainda existe consciência jurídica na toga. Ainda se encontra justiça na terra. Ainda não expirou a independência da magistratura. Bem haja o Supremo Tribunal Federal. A nação o abençoa. Para êle se volta o país todo.

Graças a êle, graças a êsse grande tribunal é que aqui estamos. Graças ao Supremo Tribunal Federal. Graças ao seu julgado. Graças ao *habeas-corpus*, que lhe devemos. Quando não, aqui mesmo não poderíamos falar. Quando não, esta cidade se acharia hoje naquela paz anunciada nos telegramas do

governo do Estado; a sinistra paz de Varsóvia, a paz dos territórios invadidos, a paz das cidades bombardeadas, a paz do terror, doirada em bem-aventurança pela mentira oficial, pela mentira telegráfica, pela mentira comprada aos jornais de má nota, à custa do suor do povo, do dinheiro saqueado ao erário, para cevar os negociastas, deixando na miséria o Estado e seus servidores.

TRINTA ANOS DE SENADOR

Mas por que não teria eu o direito de visitar a minha terra natal? Não sou eu, desde que existe este regímen, o único senador baiano, cuja cadeira ainda não passou a outrem? Não me elegeu ela em 1890? Renunciando eu o mandato em 1892, não me tornou ela a eleger nesse ano? Não me elegeu ela outra vez em 1897? Não me elegeu, ainda, em 1906? Não me elegeu, de novo, em 1915?

Mas, senhores. Haverá, porventura, alguém, neste Estado, ou no país todo, que numere série igual de cinco eleições sucessivas, abrangendo todos os trinta anos da República no Brasil? Haverá quem tenha sido eleito, como eu, sem competidores, pelo concurso geral do eleitorado? Haverá quem obtivesse as votações por mim obtidas? Haverá quem as obtivesse, como eu, sem solicitar, sem cabalar, sem intrigar, sem transigir, sem pretender, sempre com a espontaneidade mais absoluta entre os que me elegeram? E entre êsses homens, que hoje dispõem da Bahia, do seu Tesouro, do seu crédito, do seu nome, da fortuna, sossêgo e honra dos seus habitantes, haverá, por acaso, um só, que se possa medir comigo em representar, durante trinta anos, a Bahia no Congresso Nacional, com essa continuidade no tempo,

com essa espontaneidade nos sufrágios, com essa unanimidade moral nas votações? Onde foram buscar, pois, êsses tipos da comédia brasileira, juntos, ou separados, em retalho ou a granel, onde foram buscar essa autoridade, para me fechar a Bahia, para me embaraçar o acesso a ela, para me receber como um estranho, ou um desconhecido, como um indesejável, ou um criminoso?

SUPREMA AFRONTA

É o atrevimento dos atrevimentos. É o cúmulo da insensatez. É a suprema afronta.

Vêde êsse "manifesto" da parcialidade, que aqui, pela mais grossa das ironias, se chama "democracia". Vêde como somos ali tratados eu e os meus amigos. Segundo êle, nós é que somos "os falsos apóstolos das liberdades", os "doutrinadores de subversões e desordens"; nós somos os que mantemos "campanhas de amesquinhamento e desprestígio contra esta gloriosa terra", nós somos "as minorias sem ideal, sem princípios, sem bandeiras, cuja impotência apela para os processos tumultuários com efusão de sangue"; nós somos os que convertem a Bahia, "menosprezada e caluniada", em "pasto de paixões sediciosas e despeitos sanguinários".

Êles, pelo contrário, em admirável antítese com a nossa indignidade, são os que representam "os princípios de ordem e estrito respeito à lei"; êles os que devem contar a seu lado com "a índole, as tradições, os brios e a altivez" do povo baiano; êles, os que "querem a Bahia engrandecida e respeitada entre as suas irmãs da Federação".

TALENTOS E VIRTUDES

Por isso estão certos de nos "justiçar". A palavra é eloqüente; porque significa, na sua acepção própria, "castigar com a morte". E, para que o cutelo nos não erre o pescoço, nos atiram, especialmente a mim, com "os talentos e virtudes do Dr. Epitácio Pessoa, candidato da Convenção Nacional".

Quando a Bahia se vê a *quo* em matéria de talentos e virtudes, vai buscá-las à Paraíba. É à Paraíba, e não à Bahia, que a Convenção Nacional as vai buscar. Oh, senhores, que injustiça! Por que, tendo-os aqui, tão a pedir de boca, tão a talho de foice, tão a mão de semear não se surte a Bahia dêsses artigos preciosos aqui mesmo, não se arranja com a bela prata da casa? Pois, se tôda a gente sabe, na Bahia, que a casa do chefe do Partido Democrata é a mansão dos "talentos e virtudes", como vai a Bahia procurar virtudes e talentos alhures? Pois, se não há baiano, que não veja no palácio do governador do Estado o ninho dos "talentos e virtudes", que desnaturada mãe, que refinada gata é a Bahia em trocar as virtudes e talentos do Sr. Antônio Moniz pelos do Sr. Epitácio Pessoa? Então não se levantam contra iniqüidades tão duras, tôdas as cornetas e cornetins do bairro? Como não se queixam êles da Convenção Nacional, e contra mim é que se enfezam?

Há seis anos, era eu, aos olhos dêsse partido, o brasileiro mais digno de presidir a República, e, como tal, me deu êsse partido, a mim, a honra de levantar a minha candidatura. Hoje, não sou mais que um "doutrinador de subversões e desordens", um sujeito que "o brio e as tradições da Bahia" repelem, um agente de "paixões sediciosas e sanguinárias". Por

que será então que em 1913 fôsse eu aquilo, e, em 1919, não passe eu disto? Porque em 1913 o chefe do Partido Democrata recebera comunicação autêntica de que eu era o candidato adotado; astuto político, assumiu a iniciativa, de que hoje se utiliza para me averbar de ingrato. Agora, na coligação de 1919, na Convenção dos Sete Felizardos, na Convenção da Charanga Alemã, o estadista do bombardeio foi parte, foi um dos autores principais, e então, podendo escolher, escolheu, para mostrar ao país as abnegações do seu patriotismo, o homem, de quem se diz que lhe recusa a mão por não o julgar digno de apertar-lha.

O país é assim. Ou, antes, assim é a época, em que nos coube a sorte de atravessar a vida.

Virtudes ou talentos, no Brasil oficial, são as Coligações e as Convenções as que os dão, ou os tiram. Há seis anos, quando constou que uma Coligação estava para me dar carta de talentos e virtudes, logo se deram pressa a todos os Jotas do mundo em entrar com os seus galhardetes para o embandeiramento da minha candidatura.

Hoje, quando as Convenções me desembandeiraram, abandeirando o Sr. Epitácio Pessoa, as virtudes com os talentos me despejaram a casa, mudando-se com as armas e bagagem para a do ilustre senador paraibano: e eis-me, assim, desvirtuado, eis-me desalentado, eis-me reduzido aos destalentos e desvirtudes.

Neste guinda-maina, como estandarte que sobe e desce, e torna a subir, e volve a descer, anda o meu nome entre esta gente. Ontem era, entre todos o be-

nemérito, para quem não havia glorificações, nem divinizações, que bastassem. Mas, da noite para o dia, de um momento para outro, já não passo de um reles desordeiro, de um demagogo sanguissedento, de um inimigo da lei e da pátria, eu a quem, ainda ontem, na véspera da sua viagem de embaixador, o próprio Sr. Epitácio Pessoa reconhecia "trinta anos de serviços a tôdas as liberdades".

VOLTA À TERRA NATAL

Aqui está, senhores, como torno ao seio da terra do meu berço, como me encara o seu govêrno.

Graças a Deus que já me sinto bem comigo mesmo, vendo-me mal de todo em todo com essa gente e rôtas as considerações, que me coarctavam a liberdade para, em relação a ela, dar às coisas os seus nomes. Graças a Deus que, odiado e agredido pelos escravizadores da Bahia, tenho o consôlo de a ver irreconciliável com êles e consubstanciada comigo.

Outros governos, entre os nossos próprios Estados, têm menos coragem, para arrostar a opinião do povo, e, se com ela não concordam, todavia a cercam de respeito.

Candidato do povo mineiro contra a política do govêrno mineiro, não recebi dêste senão atenções, cortesias e delicadezas. Uma administração néscia e desabusada, como outras, teria perdido, como essas, o tino, o prumo e o decoro ante as cenas de Juiz de Fora, verdadeiras apoteoses de tal grandeza, imponência e majestade, que envolveram o Estado inteiro numa onda vibrantíssima de quase religiosa comoção. Bem diversamente se houve, porém, aquêlê govêrno, os seus amigos, os seus órgãos.

A IMPRENSA SITUACIONISTA DE MINAS

Quereis provas? Aqui as tendes. Muito me custa a reproduzir eu mesmo apologias, que me elevam tanto acima do que valho. Mas a tal me obriga a legítima defesa.

Às diatribes, verrinas e indecências, com que me descompõe a situação baiana, aos falsetes dos seus cornetins, às retumbâncias das suas xingas, sem tom nem som trombeteadas, não tenho remédio senão opor a linguagem civilíssima, benevolentíssima, lisonjeiríssima, com que me vi tratado, agora mesmo, na imprensa de Minas, pelos intérpretes mais insuspeitos da atualidade política naquele Estado.

São do *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora, aos 3 do corrente, êstes períodos, que, ainda em bôcas amigas, excederiam a marca dos panegíricos moderados :

Juiz de Fora recebeu ontem, com tôdas as honras devidas, o grande brasileiro senador Rui Barbosa. O sentir de Minas, terra de tradições liberalíssimas, ficou bem expresso ontem pelas aclamações entusiásticas da culta população de nossa cidade, que, por seu progresso, sua cultura e sua altiva independência dentro da ordem, é hoje incontestavelmente o expoente da nobre altivez e do liberalismo do grande Estado central, de que Juiz de Fora é a sala de visitas.

Sejam quais forem as opiniões políticas, os sentimentos partidários de cada um, ninguém pode negar — e ninguém o nega — ser Rui Barbosa, hoje, a síntese do intelectualismo brasileiro. Em qualquer país civilizado em que houvesse nascido, o genial baiano, seria um grande homem, que honraria a nacionalidade a que pertencesse. Seu nome aureolado já transpôs de há muito as fronteiras nacionais, incorporando-se ao patrimônio da humanidade.

Se outros motivos não tivéssemos para nos orgulharmos desta grande pátria, tão cheia de feitos heróicos, de belezas morais, de filhos ilustres que a dignificam; se a nossa história sem mancha não constituísse uma das mais belas páginas da história das nações; se outros motivos, enfim, não houvesse para nos ufanarmos de ser brasileiros, bastaria a glória de sermos compatriotas de Rui Barbosa.

Na longa vida dêsse varão ilustre há traços luminosos, fulgurações geniais, que deslumbram, desde seus primeiros passos na política, seu início na vida parlamentar, até à culminância da Conferência de Haia; desde a propaganda em prol da redenção dos escravos e da República, até à conferência de Buenos Aires, que repercutiu em todo o mundo, dando ao Brasil lugar de destaque na América do Sul em face da política mundial.

Nestes últimos quarenta anos, raras foram as etapas do nosso progresso, no sentido de colocar o Brasil na evidência que lhe cabe de direito no concerto mundial; quer pela palavra escrita ou falada, quer pela ação direta ou indireta, na Imprensa, no Parlamento, na tribuna, nos livros e panfletos, em que não figurasse à frente o ínclito brasileiro.

Tem sido êle o grande fator do nome de que já hoje gozamos no velho mundo, onde repercute sempre a palavra de Rui Barbosa nas questões internacionais. Esse nome se destacou ainda com maior relêvo diante da atitude nobre e digna de nosso país em face da formidável guerra das nações, atitude para a qual contribuiu eficazmente a ação de Rui Barbosa, como parlamentar, como presidente da Liga Brasileira pelos Aliados, como tribuno, doutrinador e publicista.

Jurisconsulto, Rui Barbosa é a mais legítima glória nacional. Basta recordar-se, de passagem, que, achando-se em Londres por ocasião da condenação de Dreyfus, foi êle o primeiro defensor do degredado da Ilha do Diabo, foi sua voz a primeira a erguer-se em defesa do grande mártir.

Essa tem sido, aliás, sempre sua diretriz. A Justiça tem sido seu apostolado. Onde há uma injustiça a reparar, um direito postergado a defender, está sempre o defensor do Direito. Assim foi com Dreyfus, assim foi com a Bélgica esmagada pela prepotência prussiana, assim tem sido sempre

em prol dos fracos e oprimidos. Esse apostolado tem-lhe valido contrariedades, apodos, e até calúnias; mas valeram-lhe também a grande auréola que o cerca hoje, e o pedestal construído pelas pedras que lhe foram atiradas.

O eminente brasileiro não é impecável — porque ninguém o foi até hoje, ninguém o será nunca. Erros há em sua vida pública, e nós mesmos temos discordado de S. Ex^a inúmeras vezes. Mas o seu ativo de obras benéficas, de grandes serviços à pátria é tão formidável, que o passivo dos erros quase desaparece. Nem queremos apontá-los neste momento em que temos a insigne honra de hospedar ao maior dos brasileiros vivos.

Rui Barbosa tem sido discutido com paixão, como nenhum brasileiro o foi nunca, e isso serve de provas ao seu imenso valor. Há quem o endeose, como há quem lhe negue injustamente tôdas as qualidades e virtudes. É um grave erro, só explicável pela paixão partidária, que oblitera as faculdades de julgamento. A história, imparcial e justa, julgará com retidão o grande homem com suas grandes qualidades e seus defeitos, com suas nobres virtudes, e suas falhas. Os maiores brilhantes costumam ter jaça, e o sol possui manchas, o que não tira o brilho aos primeiros, nem faz com que o segundo deixe de ser o centro de nosso sistema planetário.

Quaisquer que sejam as divergências radicais ou transitórias que tenhamos com a orientação seguida pelo genial patricio, devemos respeitá-lo por seu grande saber, pelo que tem feito para nos nobilitar, para engrandecer e honrar a pátria aos olhos de todo o mundo. Rui Barbosa é desses homens, diante dos quais, nos países cultos, todos se descobrem à sua passagem: descobramo-nos também diante desse vulto. Descubramo-nos com respeito e sintamo-nos orgulhosos da cultura de nossa cidade, que soube recebê-lo ontem com tôdas as honras que lhe são indiscutivelmente devidas, que soube homenagear o patricio genial e compreender a glória imensa do Brasil, que é nossa pátria em ser pátria de Rui Barbosa.

Que S. Ex^a se convença que Juiz de Fora o acaricia em nome de Minas Gerais, coração de ouro do Brasil, e que S. Ex^a, auscultando o coração de sua e de nossa pátria, lhe sinta as pulsações ao estreitar o filho diletto.

O SITUACIONISMO BAIANO

Já se vê que, ainda considerada em relação à política atual do Brasil, o situacionismo baiano é uma nódoa, um borrão, uma vergonha.

Habitado a seqüestrar-se do resto do mundo e do resto do próprio país, de nada se importa êle, contanto que disponha da telegrafia amesendada, para esconder, e inventar, para substituir ou alterar os fatos, operando ao longe a ilusão ótica desejada, e da imprensa assalariada, para lhe encobrir os atentados, para lhe atacar os adversários, para lhe lambe os amigos.

Eis como se acomoda ao desprezo da nação inteira, que o esmaga, o governo atual da Bahia.

A seu respeito nunca me enganei. Previ e pronunciei, quando êle ainda estava no ventre onde se gerou, o seu caráter, o seu papel, o seu destino. Presenti-o inteiramente, e solenemente o prognostiquei na carta que, em 14 de agosto de 1915, dirigi ao chefe do Partido Democrata ("democrático" se diria em português), respondendo à mensagem, de que me foi portador, em seu nome, e por incumbência sua, o Sr. Álvaro Cova, quando me foi levar a certeza de que o governador, então atual dêste Estado, antepunha a um magistrado como o Sr. Paulo Fontes um politicóide como o Sr. Antônio Moniz. Eis como eu me exprimia, naquela missiva, que o povo baiano estimará, creio eu, conhecer no seu texto:

CARTA DO ORADOR AO SR. J. J. EM 1915

O emissário especial de V. Ex^ª, depois de me relatar, em termos categóricos, que o Partido Democrata «em pêso» se

levantara contra a candidatura Paulo Fontes (nome respeitável, que me fôra mandado propor e recomendar com encarecimento por V. Ex^a em telegrama ao Dr. Otávio Mangabeira), e de me assegurar que, nessa intransigência com a candidatura do honrado juiz federal, «está coeso êsse partido» — em breves palavras me deu a saber que êle vai reunir a sua convenção para designar o candidato ao governo da Bahia, no quadriênio que vem.

Disto ciente, não me adiantando o Dr. Cova nada mais sôbre as considerações políticas que deveriam ter originado aí êsse movimento, nem quanto à candidatura que dêle iria resultar, e não me parecendo aceitável essa reticência em linguagem de uma embaixada como a sua, que, cifrada nessas proporções de laconismo e reserva, bem poderia ter cabido nos limites de uma simples carta, senti-me forçado a buscar, por inquirição discreta, os esclarecimentos essenciais à formação do meu juízo; e comecei por lhe observar que, sendo costume das convenções políticas não se celebrarem, senão para sufragar as candidaturas prèviamente abraçadas pelos seus chefes, não era de supor desmentisse dêstes estilos a próxima assembléia geral do Partido Democrata. No que conveio, sem objeções, o nosso amigo.

Ponderei-lhe então que, aceita por êle esta premissa, não haveria temeridade em se depreender a existência de uma candidatura já combinada entre os chefes daquela parcialidade, e me animei a lhe perguntar pelo nome do notável cidadão, cujos serviços se vão coroar com essa honra. Ao que me confidenciou o Dr. Cova que o candidato das simpatias de V. Ex^a é o Sr. Antônio Moniz, acrescentando que na aceitação dêste nome todo o partido «está coeso».

Concedida pelo representante de V. Ex^a esta premissa, não havia remédio senão concluir, como concluí, que o Sr. Antônio Moniz é, necessariamente, pela força dessa adoção prévia, o candidato cujo nome vai sair da convenção convocada. No que assentiu, sem restrição alguma, o emissário de V. Ex^a.

Isto pôsto, reflexionei-lhe que, estando assim decidida a candidatura, à espera tão-sòmente da solenidade, reservada à convenção, de a promulgar, a missão que Sua Ex^a me

trazia com ares de tão relevante, vinha a ficar sendo uma cerimônia de pura cortesia, um rasgo de complacência, aos quais eu não podia deixar de corresponder, também, com a cortesia dos meus agradecimentos, mas a que ninguém poderia atribuir outro alcance. Ao que nada opôs o Dr. Cova.

Inteirado, assim, de tudo, e apuradas, sem impugnação do meu interlocutor, as conclusões resultantes dos fatos que ele me atestava, declarei-lhe que a minha resposta à sua missão, eu a daria diretamente a V. Ex^a, mediante carta especial, pelo primeiro correio.

Mas não lhe oculte o meu descontentamento, e a minha desaprovação da escolha que ele me revelara, confirmando as notícias já divulgadas. Observei-lhe que, se Pernambuco renascia politicamente e começava a pesar na política da União, não era porque houvesse pôsto no seu governo uma entidade flácida e incolor. Mostrei-lhe o tino dos políticos de S. Paulo, elevando à presidência do Estado os seus homens de maior valor e energia, como Campos Sales, Bernardino de Campos e Rodrigues Alves. Lembrei as ingratidões com que tem sido recompensada em vários dos nossos Estados a descuidada confiança dos governadores, que, árbitros da sua sucessão, a entregam aos mais hábeis em representar a comédia da humildade, enquanto procuram no chão, curvados como Xisto V antes de eleito, o objeto de sua cobiça. Estranhei que, sendo tão desesperadas as circunstâncias econômicas da Bahia como mas pintava o próprio Dr. Cova, ao falar-me na temerosa perspectiva do têrmo do nosso *funding* daqui a dois anos, houvesse tanta gente com aspirações a êsse formidável cargo, e que os de quem depende a escolha do seu futuro detentor, não se resolvam a procurar para a investidura de uma dignidade tão arriscada um homem, na verdadeira acepção da palavra, uma personalidade forte, uma moralidade verificada, um caráter de resistência, com cuja intrepidez na defesa do Tesouro estadual, com cujo vigor na administração, com cuja firmeza na política, com cuja parcimônia e vigília no emprêgo das rendas do Estado se possa contar, para o aparelharem, no próximo vencimento da sua concordata, a negociar com autoridade e reabilitação, conciliando a confiança dos credores, e evitando-nos o risco de humilhações cruéis.

Deplorei, enfim, que depois de tantas lições, e tão severas, no meio das angústias atuais, e ante as ameaças de tão

sérios perigos, continuemos a nos cingir, na escolha dos responsáveis pelos destinos do Estado, aos velhos processos de um politiquismo sem horizonte.

A estas e outras considerações, em que me abri longamente, por mais de uma hora, na linguagem da franqueza que a ocasião me ditava, presentes o amigo, que acompanhava o Dr. Cova, e meu filho Alfredo Rui — a essas considerações não opôs contradita o portador das comunicações de V. Ex^{sa}, no qual eu poderia ter a impressão de estarem calando as minhas queixas, e que, ao retirar-se, pareceu querer significar-me do modo mais expressivo as disposições, com que me escutara, beijando-me a mão, que o meu acanhamento buscava esquivar a uma demonstração de reverência tão excessiva.

A minha resposta a V. Ex^{sa} está, pois, quase dada. Nem sei como de mim se poderia esperar outra.

Se me não doesse tanto, ao meu patriotismo, o erro projetado, eu poderia resumir essa resposta, congratulando-me pelo modo como os diretores do Partido Democrata, a que aliás tão reconhecido sou pelas homenagens com que me tem honrado, chegam à solução do árduo problema sem o meu concurso, e, portanto, sem a minha responsabilidade.

Certamente judiciosos e justos como são, não haviam eles imaginar que eu a desse, na matéria de que se trata, a uma deliberação em que me não coube parte nenhuma.

Se, como disse o Dr. Antônio Moniz, e, depois, o Dr. Álvaro Cova, não me mandavam apresentar um só nome, porque a indicação exclusiva de um nome redundaria numa imposição, mais disfarçada sob o título de proposta, não vejo que a coisa mudasse de natureza, porque se envolve nas formas do ato de uma convenção, quando é notório que as convenções sempre se limitaram a consagrar as nomeações antecipadamente combinadas entre os seus convocadores.

Dois dias antes de aberta a convenção civilista já eu era candidato assentado pelo civilismo. Do mesmo modo a escolha do marechal Hermes precedeu à abertura da Convenção, que a proclamou. Não foi diversa a praxe das que designaram Venceslau Brás e Afonso Pena. Pretender que a Convenção baiana vai seguir outra norma, seria querer encobrir a verdade notória de que a sua reunião não se está:

precipitando senão para lançar a candidatura Moniz, já deliberada.

Ninguém está, pois, contestando o princípio da soberania da Convenção. Mas as convenções, teoricamente soberanas, sempre obedeceram à lei da agregação partidária, que conforma voluntariamente as suas escolhas com as escolhas dos seus chefes.

Era essa combinação prévia que se pressupunha, quando se anunciava que a candidatura ao governo da Bahia agora seria objeto de um acôrdo entre V. Ex^a, chefe do Partido Democrata, e eu, simples aliado, mas não membro, dêsse partido. Havia nesse alvitre a vantagem de temperar a essa escolha o caráter exclusivamente partidista, introduzindo nela um elemento de opinião independente das preocupações da obediência absoluta aos interesses dessa parcialidade.

E por acaso o que se vai fazer elimina a escolha prévia? Não. Simplesmente substitui a escolha negociada entre mim e V. Ex^a pela escolha resolvida sòmente entre os chefes do partido.

Mas, sendo assim, com que direito se pode querer que eu a subscreva, ou (o que vem a dar no mesmo), que eu aceite prèviamente o ato da Convenção, convocada para subscrever essa escolha, quando eu não tenho a honra de militar nesse partido, e nunca subordinei a minha consciência a partido algum?

No próprio seio, porém, dêsse partido bem naturais são as repugnâncias, que a surpresa desta evolução está encontrando; porque a lógica, segundo a qual ela procede, é visivelmente manca.

Não foi aceito Paulo Fontes. Logo, tem de ser Antônio Moniz. Paulo Fontes ou Antônio, eis o problema. Mas por que êste dilema? Por que só essas duas alternativas? Então, de duas uma: ou o Partido Democrata se confessa reduzido à pobreza franciscana de só achar entre os seus membros para candidato indicável ao governo da Bahia o Dr. Antônio Moniz; ou temos de concluir que a insistência nessa escolha é um capricho dos chefes dêsse partido, mal abrigados ao chapéu de sol da Convenção.

Acho, portanto, que V. Ex^a se engana, quando supõe alhear de si tôda a responsabilidade, só por declarar que se abstém, e entrega a pendência à Convenção: A opinião pú-

blica lhe dirá, creia V. Ex^a, que a Convenção é apenas um biombo, atrás do qual se acoita a autoridade dos chefes, entre os quais a sua supremacia é inegável.

Como chefe supremo dessa parcialidade, porém, creio que V. Ex^a deve ser o mais interessado em mostrar que ela não caiu nessa indigência de homens capazes, que o Dr. Antônio Moniz, deputado contestável ainda ontem, não é, hoje, o único aspirante por ela apresentado ao governo do Estado.

A linguagem do conselheiro leal e do amigo fiel é esta.

Melindres de amor-próprio não apuro. Mas das minhas responsabilidades tenho um sentimento muito vivo. Não as poderia assumir na seleção do candidato ao governo baiano, à preferência de um homem que, a meu ver, não consulta nem às dificuldades do cargo e da situação, às suas dificuldades extremas, nem à grandeza moral da Bahia, às suas tradições, mesmo neste regímen, ao seu direito de ser governada por quem a possa tornar feliz, minorar-lhe as agonias, e lhe restaurar, entre as suas irmãs, o prestígio decaído, a antiga influência na política nacional.

A proclamação da escolha anunciada vai levar a tristeza, o amargor e o desalento à opinião pública em nossa terra, vai impressioná-la como um alvitre estreitamente partidário, como um ato de governo pessoal, acentuada preterição do merecimento nos melhores dos seus filhos, contribuição eficaz para o enfraquecimento cada vez maior da Bahia na política da União, causa de novas desagregações na política do Estado, agravação do seu descrédito e esterilidade.

Pena é haver-se entretido até agora o público na esperança de que essa questão se solveria mediante uma espécie de arbitramento confiado a dois homens de responsabilidade, mediante um exame independente de preocupações exclusivamente partidistas inspirado, por amor da Bahia, e para o seu bem, em intuito superior de conciliação, tolerância e justiça, para ao cabo vermos resolver-se o caso tão diversamente por um ato pessoal, em que ninguém enxergará senão um golpe de autoridade e a consagração de um protegido.

Tenho por sem dúvida que não são estas as intenções de V. Ex^a. Muito mais elevada há de ser a sua mira. Mas o fervedouro aí atizado pelos solicitadores de candidaturas a está iludindo quanto aos verdadeiros interesses do seu governo, do seu nome e do nosso Estado.

Os males de que supõe fugir são, exatamente, os a que V. Ex^a se vai entregar em cheio com êsse passo, cuja gravidade me obriga a deixar os meus propósitos de abstenção neste negócio, para dizer a V. Ex^a a verdade, cumprindo os meus deveres de aliado leal, que tenho sido em condições bem assinaladas, e buscando preservar a nossa terra natal de um desastre, que acabaria de a sacrificar, desarmando-a, debilitando-a, humilhando-a ainda mais na política do país.

Dominado pela ambição de assegurar a continuação da sua influência no governo de seu sucessor, ambição, nos seus limites, legítima, desde que se inspira no desejo, não de servir a conveniências particulares, mas de realizar aspirações, em cuja utilidade pública acredita — esquece V. Ex^a (não atendendo às lições da experiência) quantos outros, animados pela mesma confiança nos seus abonados, viram escapar-lhes da mão os instrumentos, com que contavam, ou os amigos, por quem respondiam, expiando acerbamente o êrro, sempre caro aos que o cometem, de se fiarem mais na subalternidade que no merecimento.

Os reservatórios do talento, da honra e da reputação política na Bahia ainda não se acham tão esgotados mesmo no seio dêsse partido e suas alianças, que se não ofereçam à nossa adoção outros nomes (alguns dos quais me estão acudindo agora ao bico da pena), nomes limpos, isentos, consagrados, que, inspirando fé aos baianos, possam inspirá-la também, e com outra segurança, a V. Ex^a e aos seus amigos.

MÁS INTENÇÕES

Nestas considerações o único ponto em que eu me enganava, era em apreciar tão benêvolamente “as intenções” do ex-governador na escolha do sucessor que adotou. As suas intenções não eram, evidentemente, outras senão as que nos revela a dobrez dos seus atos. Alvitrou êle o nome do juiz Paulo Fontes, por estar certo de que eu o não aceitaria. Mal viu, porém, que eu, contra todos os seus cálculos, imediatamente aquiescia, recuou e fugiu do compromisso implícito na sua proposta, descobrindo o seu verda-

deiro candidato, ápadrinhado com o estratagema da Convenção, que lhe devia servir de testa-de-ferro.

Intenções boas não se alapardam à sombra de tais duplicidades. Envolvendo-se nessa hipocrisia, bem claro estava o fito da escolha adotada. Os governos, que, não sendo lícito eternizarem-se pela reeleição ou pela ditadura, querem perpetuar-se mediante a designação dos seus sucessores, não lhes olham às qualidades morais; antes, quanto menos respeitáveis, mais adequados se lhes antolham à subordinação, de que necessitam, para sobreviver a si mesmos nos herdeiros aparentes da autoridade, cuja continuação real nas mesmas mãos se trapaceia. O homem, que, pela terrível aventura do bombardeio, se transportara do ministério do marechal à administração da Bahia, não queria abrir mão da sua prêsa, e acreditava que o meio de a reter era transmitir a herança a uma figura, não de cêra, mas de gelatina, cuja glutinosidade se amolgasse entre os dedos à mais leve pressão da vontade.

RÉDEA CURTA E RÉDEA SÔLTA

Se, ao menos, essa ambição tivesse por objeto exercer, indiretamente, a gerência administrativa do Estado, moralizá-la, honestizá-la, haveria, nesse afêro ao poder, certo elemento de nobreza, bondade e civismo. Mas não. Do mesmo modo que, na sua governança, abandonara a administração do Estado à discrição de um ministro onipotente, assim, também sob a governação do sucessor, cujo padroado exerce, não lhe tem a rédea curta senão acêrca dos interesses políticos, e quanto à legalidade administrativa, quanto à moralidade administrativa, quanto à decência administrativa, o deixa à rédea sôlta. Eis, senhores,

como se pode ser homem honestíssimo, e patronear um governo, cuja honestidade é a fábula do povo.

Esse governo, ainda não houve quem o caracterizasse melhor do que seu pai, patrão e patrono, quando por êle, contra mim, quebrava lanças no Senado. Argüira eu, ali, esta administração de haver levado o crédito da Bahia à mais desastrosa das situações, não acudindo, no seu último vencimento, ao serviço da sua dívida externa. O patrono, o patrão, o pai do governo atual correu-lhe em socorro, bravejando e tronando como de costume. Mas para quê? Para declarar que a dívida estrangeira do Estado não fôra atendida pontualmente, porque o governo lhe ignorava a data do vencimento. Que advogado! Que padroeiro! Que papai! Quem não vê que mais vale não pagar, por não ter com quê, do que não pagar, por não saber quando? Quem não tem com que pague, faliu. Há, porém, falidos honestos. Mas quem deixou de pagar, por não se importar de saber o vencimento da dívida, êsse não só quebrou, senão que não tem vergonha. É pior que falido; é despejado. Foi, entretanto, nesses têrmos que o patriarca do situacionismo baiano lhe valeu nesse caso de alta improbidade administrativa. Ainda não se inventara, em advocacia, êste meio de advogar. É a defesa às avessas. "Por negação" é que se contestava. Agora se contesta "por confissão".

A BAHIA DOS JOTAS

Mas a verdade está em que, não só não havia pudor, senão que, também, não havia dinheiro. Para o haver, necessitou-se de bater à porta da União e do Banco do Brasil. Na Bahia não há dinheiro para nada. Nunca se viu tão próspera a situação econômi-

ca do Estado. A receita estadual subiu quase ao triplo do que era. Mas as finanças estaduais estão na miséria. Regularmente, só se paga à força pública, de que se tem medo, aos valentões, de que se precisa, aos contratadores privilegiados, que são os centros dos negócios, e aos jornalistas mercenários, com que se fabrica a publicidade. Mas não há dinheiro para os funcionários, não o há para o professorado, não o há para a magistratura, não o há para o custeio dos serviços cometidos à exploração estadual ou municipal; a administração pública é um devedor insolvente, um depositário infiel e criminoso; suas finanças em três palavras se sintetizam: — dilapidação, impontualidade e bancarrota; três desgraças que se estamparam no próprio rosto da metrópole baiana: — uma cidade sem luz, nem esgotos, nem água, nem higiene !

O DINHEIRO PARA O SUBÔRNO

Mas há rios de dinheiro para o custeio da campanha difamatória, que se exercita contra mim, para a inundação de boletins injuriosos, para a transcrição de *a pedidos* caríssimos, para a exumação de invencionices e calúnias esquecidas e esmagadas, para chamar à almoeda as consciências fracas, para comprar, com centenas de contos, altos votos, que mudaram, mudando curso à escolha das candidaturas, para custear os luxos rastaquêrescos, em que, apesar dos baralhos e das barreguices voraginosas, paxalizam à tripa fôrra, em seus palácios, os Arsênios Lupins nacionais e estrangeiros do jornalismo ou da politicalha.

Não cometo a injustiça de atribuir a paga de tôdas estas despesas aos cofres da Bahia. Êsses ex-

cessos de receita, cujo enigmático desbarato seria inexplicável se não estivesse tão explicado no cinismo de seus escândalos, não bastariam a essas goelas, habituadas a engolir contos de réis aos centos, com a mesma facilidade com que os tubarões engoliriam cascas de melancia; não. Bem sei que é apenas uma parte com que a Bahia contribui. As outras duas partes são ministradas, uma pelos elementos alemães, coizados contra o seu mais notório inimigo, entre as grandes firmas locais de S. Paulo, cuja clandestina intimidade com os mandões da terra de José Bonifácio o *Estado de S. Paulo* denunciou nos terríveis libelos de Ivan Subiroff; a outra, pelo Tesouro dos Campos Elísios, como, aliás, se evidencia do célebre telegrama em que o Sr. Álvaro de Carvalho se jactava dos seus meios infalíveis de preparar a opinião.

O PÃO KK TEUTO-PAULISTANO

É principalmente com os cobres sorrateados a esses arcazes inesgotáveis, com essa "vaca", no joquinho teuto-paulistano, que se compra a farinha do pão K K (o nome é alemão, e da Alemanha veio) — do pão K K — digo, servido à freguesia pelos marotos da pena, que tôdas as manhãs me vêm descarregar à porta o lixo dos patrões. Tem o pão K K e o seu amanho a mais graduada padaria d'êste regímen, onde as casas de comer, arranjar de comer, e dar de comer, onde as comedelas e as comeduras, onde as comedorias e os comedoiros, onde as comedias e as comezainas, onde os comedentes e os comestos, onde os comedores e os comidos, são o alfa e o ômega, a cumeeira e o alicerce, o corpo e a alma das instituições.

OS MESTRES DA PADARIA

Pão de massa alemã sabe a muito boa chelpa, e não é qualquer amassadoiro, que serve. Tem sua amassaria de privilégio; tem conta no amassilho; tem o seu processo de amassadura; tem os seus amassadores, padejadores, e enforadores, "mestres" no fornejar, no padejar, e no amassar; mas, entre eles, prima o portento da emprêsa, o gênio da padaria, o herói do pão K K, o acha-lucros, o fura-vidas, o arranjista-mor do negócio. Na linguagem dos admiradores, o rapaz é um bicho, é um onça, é um moleque de topete. Ainda não pôs de tabuleta à loja a gaforinha atrevida. O que lá está de chamariz à clientela, com as honras de símbolo da casa, é a clava de Sansão, o tremendo prodígio maxilar, a queixada dos livros santos, que já não destroça filisteus: come com alemães. Mas quem possui o segrêdo industrial da firma, quem lhe corre com o manejo das transações em que tem a mão na massa, quem dispõe da côdea e do miolo é o "enfant terrible" do bando, o herdeiro presuntivo da dinastia malograda. Se a *Mão do Fimado* o pudesse colocar no trono paterno, veríamos na coroa do Estado o K K em pada, e em pessoa, com o germanismo das negociatas por côrte. Mas o encanto está quebrado, o prestígio da sucessão expirou ao mesmo golpe que o príncipe reinante, e embora se agüente ainda o comércio à custa das finanças públicas, sangradas e dessangradas, a droga teuto-elísia por pouco está, por mui pouco; tem os dias contados, como tôdas essas industrializações do govêrno que caracterizam a República brasileira.

A HORA DA NAÇÃO

Digo eu que os têm contados tôdas elas, porque a hora da nação está chegando, a hora do povo aí vem: de bem longe começa ela a soar, e de bem longe a venho eu prenunciando. Mas os condenados são sempre surdos ao prognóstico destas fatalidades. Ninguém o escutou em Tsarkoeselo, quando já começava a soprar o vendaval, que estava para varrer como palha sêca os séculos e os séculos da tirania dos Romanoffs; ninguém o sentiu em Potsdam, quando o cursar dos mesmos ventos, regressando a donde se haviam semeado contra a vizinhança, entravam a sacudir na cabeça do "Senhor da Paz e da Guerra" a coroa dos Hohenzollerns, soberba da sua eternidade. Ninguém o ouviu, quando já estalava por tôdas as juntas na sagrada monarquia dos Habsburgs, essa arrogante construção de Estados sôbre Estados, êsse montão de nações acumuladas, sôbre cujos destroços passa hoje a destruição, como tormenta sôlta pela extensão de livres esplanadas.

No Brasil de agora também ninguém lhe quer ouvir os primeiros rumores do descontentamento na irritação, no desespero da nação inteira, nesse ainda abafado rugir de cóleras populares, nesse vibrar das camadas proletárias, nesse mal contido estremecer de quartéis, nesse vago das suspeitas, nos indícios das apreensões, que se condensam no ar, enchendo o ambiente de sombras, clamores e pesadelos.

Ninguém. Digo mal. De longe em longe, de quando em quando, a endurecida consciência do poder lhe retreme no seio; essas almas empedernidas na caldeação do egoísmo dão fé, por momento, de alguma coisa ignota que se aproxima, alguma coisa do que vai pelo velho mundo, e já comunica os seus

estremeções ao povo. Sinais há de que, em instantes de lucidez, as visitam passageiramente calefrios de medo, e então se comunicam umas às outras os seus terrores ou os deixam entrever em assustadas indiscrições.

A JUSTIÇA DE DEUS

Mais que tudo, porém, vinga a inveteração do mal; os apetites da cobiça, do orgulho e da ambição as retêm nas suas cadeias de ouro enlameado; caem os escrúpulos, emudecem os remorsos, dissipam-se as alucinações, e as garras dos abutres não se desfecham do ensangüentado coração da Pátria, onde já deflagram paixões de revolta, acesas pela dor e legitimadas pela justiça.

A justiça de Deus é ela, que se abeira de nós, ela, a justiça de Deus impressentida, negada, contrariada, cada vez mais ultrajada, mas constantemente a caminho; outrora a escrevia êle nos livros sagrados, nos vaticínios dos profetas, nas páginas tenebrosas dos Apocalipses, na rotura das cataratas do céu, na imersão das cidades perdidas em lagos de betume. Mas o Mar Morto, o dilúvio, as evocações do gênio de Patmos, os clamores de Ezequiel e Jeremias, tôdas essas vozes de calamidades, que enchem o Antigo Testamento, perderam muito da sua grandeza ante as catástrofes do nosso tempo.

O Senhor já não fala aos homens por imagens, já não os ameaça com profecias, já não se circunscrevem os seus castigos. Desce êle mesmo, visível na imensidade dos seus flagelos, ao meio das criaturas, com a vingança nas mãos, e enche dela todo o planeta.

Podemos nós fugir à guerra? Logramos nós evadir-nos da peste? Conseguimos nós escapar da anarquia?

O "DIES IRAE"

A característica desta visita da ira divina consiste na universalidade das suas manifestações prodigiosas. Cada uma delas é diluvial; tôdas se despiram do hábito de fenômenos humanos, tôdas adquiriram direito à maiúscula dos poderes incomensuráveis, das explosões divinas, das forças do infinito. O mundo conhecera guerras, atravessara pestes, experimentara anarquias. Hoje conheceu a Guerra, encontrou-se com a Peste, luta com a Anarquia.

Diante dêsses mistérios, dessas onipotências, dessas mundalidades do horrível, não há raças nem nações, não há países nem continentes, todo o globo é uma bacia onde se derrama a catadupa celeste, onde se abre a voragem sem limites, onde as trevas e o sangue, e as lágrimas passam numa só vaga, transbordando.

Quem se salvará? Os que se refugiarem na justiça, os que buscarem a verdade, os que aceitarem a medicina heróica, a medicina das reformas providentes, a medicina das restituições equitativas, a medicina das revoluções moderadas, das revoluções sim, não vos arreceeis do nome. A revolução também é, neste momento, universal; não é só de revoluções a época. A época é da Revolução, mas a Revolução ora repara, ora extermina; aqui reconstitui, ali desorganiza. Um dia se chama liberdade, outro anarquia.

Os que não aceitam a Revolução para a liberdade — revolução neste caso reconstrutora, orga-

nizadora, abonçadora em tendo um govêrno que a encaminhe — cairão necessariamente na revolução pela anarquia, revolução eliminadora, dissolvente, calamitosa, entregue ao mar grosso das multidões, às correntes misteriosas do imprevisto, ao poder subterrâneo das trevas.

O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Isto porque, senhores, no mundo contemporâneo, todos os povos da terra parece tenderem a nivelar-se na consciência dos seus direitos, como os corpos sujeitos à lei dos líquidos comunicantes. Através das suas diferenças em tamanho, adiantamento ou prosperidade, quase tôdas as nações do globo respiram, atualmente, na mesma atmosfera de influências liberais, de aspirações liberais, de necessidades liberais.

Cada reivindicação democrática, suscitada num ponto da superfície terrestre, entra, para logo, no vórtice de um turbilhão, que a desloca, a propaga e a universaliza. A intensidade com que se tem vivido, êstes quatro anos, a vida humana superexcitou a sensibilidade em todos os ramos mais ou menos cultos da nossa espécie, agravando em todos êles os instintos nobres da natureza, e criando em todos um desenvolvimento inaudito de energias assimilativas. A civilização, nesta fase extraordinária de seu desenvolvimento, juntou as raças, as nacionalidades, as constituições políticas num vasto anfiteatro, onde cada uma delas, atuando, no seu tanto, sôbre as demais, recebe, ao mesmo tempo, a ação de tôdas as outras; e onde, pela generalização do contacto entre tôdas, pela sua instantaneidade, pela continuidade, pela sua vivacidade, as exigências do progresso, adquirindo

uma aceleração vertiginosa, quebram as fórmulas da evolução, desmentem as regras da experiência, e baldam os cálculos da ciência do governo.

Assim, nessa exageração da temperatura vital, as sementes revolucionárias amadureceram com incalculável presteza; colossais impérios adoecem, e se consomem, e expiram, com a rapidez violenta dos indivíduos fulminados pela contágio das grandes pragas; as constituições mais antigas voam como fôlhas de papel no desabrimento das tempestades políticas; e, de um dia para outro, os regimens de raízes mais sólidas na tradição, nos costumes dos sentimentos nacionais, se arrasam até ao solo, sem deixar rasto, como os acidentes, que um vento levanta e o outro desfaz, nos areais insensíveis às mudanças no rosto de sua esterilidade.

A SOBERANIA DO NÚMERO

É que entre os povos, dantes inexpertos na terrível arte de extrair praticamente do número a irresistibilidade, que êle em si encerra, uma inspiração nova, tão estupenda na sua eficácia quanto na sua singeleza, pôs, de repente, na mão dos milhões o talismã do seu poder incomensurável.

Quando os três elementos mais numerosos da nação, burlada na sua soberania, aprenderam a dar-se as mãos; quando a plebe industrial, a plebe agrícola e a plebe militar se associaram mutuamente nesse tremendo parto da opressão russa; quando as entranhas da servidão moscovita se abriram nesse formidável invento das juntas de operários e soldados, sobre o qual se alça, hoje, o trôco da revolta universal, a esfera política deixou de girar em tórno do seu antigo *pivot*; e já não resta por todo o orbe

civilizado um rincão, onde se possa acoitar a política de tergiversações e reações.

Ou os governos se consagram com sinceridade à solução do problema liberal, do problema democrático, do problema social, ou serão inevitavelmente devorados pela esfinge do moderno Édipo: o caos.

Não é sem grande emoção que me saem d'alma estas palavras cheias de turvação e melancolia.

Ninguém acompanha a convergência dessas duas alternativas com ansiedade maior do que eu, vendo como vejo numa das pontas do indeclinável dilema a sorte das instituições brasileiras, adunada à dos governos incuravelmente maus, que as envolvem na sua impopularidade, que são incapazes de medir a gravidade a esta situação, que dormem sôbre os perigos na regalada cama dos seus vícios, e na extremidade oposta do argumento *utrinque feriens*, o risco iminente do caos. Do caos, digo eu, porque para a anarquia contemporânea não há outro nome.

Das formas do cativo humano é a mais truculenta e a mais irremediável. A autocracia tem uma só cabeça que se remove de um golpe. A oligarquia, muitas, mas notórias e sujeitas, mais dia menos dia, à expiação fatal. A anarquia, milhares ou milhões de cabeças, anônimas, inumeráveis, irresponsáveis.

Visível é a iminência do mal. Longe, porém, de o buscarmos distanciar, para êle endireitamos o rumo, aceleramos a marcha. Descontente-se embora o povo. Isto aqui não é Rússia nem Alemanha! Alemanha e Rússia, de mal governadas, se abismaram na desordem, e mergulharam na barbaria; nós somos os Brasis, todos os dias recebemos dos nossos governos a inoculação da barbaria, e da desordem em que estamos vacinados.

E o Império Britânico? e os Estados Unidos? e as outras nações livres? Por que se reformam elas radicalmente? Por que se revolucionam pacificamente? Porque são terras vulcanizadas pela democracia e pelo amor da liberdade. No solo brasileiro não se conhecem vulcões. Mas, notai bem: na tranqüila Alagoas, a cratera da Palmeira dos Índios acaba de vos desmentir, e vos está desmentindo. Preveniu-nos ela da erupção, que sabe Deus, desde quando nos estava, lá de dentro, a mirar na ebulição recôndita da lava, no crescer do chão intumescido, no rasgar da garganta, no abrir das fauces já calcinadas pela chama interior? Guardemo-nos, não nos estejam reservadas outras surpresas. No mundo moral, são menos raras que no da criação física. Depois a respeito desta, quando se pronunciam os observatórios, ninguém lhes contesta as predições. Mas, em política, se o homem se anima a turvar o otimismo reinante, é contar com a incredulidade. Nunca se viu coroa, constituição ou ordem social, que soçobrasse antes de bem avisada. Mas também nenhuma houve jamais que não zombasse dos agoiros, até o momento da fatalidade.

Durmam, pois, os que não acordam senão com as explosões. Mas, uma coisa vos digo, senhores: é que, se meus receios não erram, se o país, resvalando por esta ladeira abaixo, não encontrar quem o tenha de sua mão, nenhuma das oligarquias estaduais, cuja colaboração nos tem arrastado a esta sucessão de quedas, cada vez mais desgraçadas, nenhuma terá contribuído mais para o desenlace terminal do que o governo da Bahia.

Porque, senhores, nesta federação de autonomias, material ou moralmente arruinadas, nenhuma existe mais mal governada que a do nosso Estado.

Mais pèssimamente governada, seria necessário dizer, porquanto o vernáculo não repele de todo a anomalia, e aqui nos achamos, frente a frente, com um dêsses casos em que se precisa ir além dos superlativos, e ainda superlativar, para dar idéia aproximativa de uma situação em que os excessos da realidade transpõem os mais extremos limites da fantasia.

ECONOMIA

As finanças, meus amigos, são o espelho dos governos, espelhos não sòmente da sua idoneidade administrativa, mas da sua moralidade. No indivíduo mesmo, a economia, bem entendida e bem regida, é a flor de quase tôdas as outras virtudes: a sobriedade, a previdência, a modéstia, a ordem, a independência, a honestidade, o respeito do homem aos seus próximos e a si mesmo. Suponde juntas estas prendas, e delas decorrerá, espontâneamente, a moderação, a parcimônia, o tento no despende. Abstraí-lhes do concurso, e ireis dar no desperdício, na prodigalidade, na dissipação. Raríssimo será depararem-se-vos no esbanjador as qualidades superiores do caráter, e, quando se vos deparem, ainda assim vereis que será sempre com graves descontos. É com prudência no gastar que se remediam os erros do passado, se liquidam os embaraços do presente, e se acautelam as contingências do porvir. Ela nos metodiza a vida, nos escuda a tranqüilidade, nos desassombra o trabalho, e, costumando-nos a menos largueza conosco, nos dá para mais generosidade com os nossos semelhantes.

Na gerência das coisas do Estado êsse dote inestimável prima a todos os demais, e de todos os demais exprime a condição fundamental. Aí mais ainda que

nas relações particulares a economia constitui a quinta essência, o transunto, a síntese da boa administração, da verdadeira política, da liberdade bem ordenada, do governo do povo pelo povo. Quando o sistema representativo degenera, quando a política se transvia da Nação para os corrilhos, quando a administração, em vez de administrar, desadministra, relanceai os olhos ao registo da máquina, e vereis que a economia desapareceu dos costumes do governo; e vice-versa, em averiguando que a fortuna pública se desbarata, não há mais dúvidas que tirar: podeis estar certos de que a Nação abandonou o governo de si mesma, de que a política usurpou a soberania nacional, de que a administração tende a se converter, se já se não converteu, na organização do latrocínio irresponsável.

REPÚBLICA?

Eis o de que sofre o Brasil. No Brasil a economia desapareceu com o governo representativo; não há debaixo do Céu falsidade maior que a da República Brasileira. República? Isso não! Nem de longe. *Reprivada*. O Brasil não é uma república: é uma reprivada; privada em todos os sentidos. Não existe o vocábulo? Pois força é cunhar o neologismo. Na República a administração é coisa do publico. Na reprivada é coisa de privança, é domínio dos privados, é logradouro privativo dos que privam com os açambarcadores do patrimônio comum, e exercem privadamente a tutela da nação, reduzida a pupilage. Entregue, assim, à absorvência do interesse privado, sobreposto em absoluto ao interesse público, a República se desnaturou à Reprivada. Perdoem-me o nome, que é

necessário, por ser verdadeiro e não ter sucedâneo em língua conhecida.

Destarte, senhores, perdendo o caráter de administração pública, deixando a natureza de administração cometida ao público, pelo público e para o público, a nossa administração caiu na clandestinidade, no segredo, na condição das coisas de negócio, das coisas de família, e das coisas de associação privada. Não das coisas de associação privada, não das coisas de família, não das coisas de negócios, quando são lícitas e se tratam licitamente, mas quando são escusas, quando são defesas, quando são criminosas, quando representam a subtração do alheio, a exploração do que não é nosso, o enriquecimento à custa da substância dos nossos semelhantes. E aqui, os nossos semelhantes não são uns ou outros indivíduos lesados por êstes ou aquêles; são todo um país, o Estado todo, tôda a Nação inteira.

Por isso, descendo assim de República a Reprivada, o Brasil desceu da entidade, que era, existente por si mesma e para si mesma, à condição dos viventes que se criam para nutrição de outros. É um país reduzido a pasto dos seus governantes, é *anima vilis* dos seus charlatães, é um país vaca de leite, um país gado de açougue, um país carniça de hospital. Sua administração, sua política e seu governo, fundados na incompetência, regidos pelo nepotismo, arruinados pelo desbarato financeiro, resume-se numa só palavra: dilapidação.

Dilapidação geral, total, universal. Dilapidação, isto é, desperdício. Dilapidação, isto é, roubo. Dilapidação, isto é, descrédito. Dilapidação, isto é, encravilhamento; isto é, ruína; isto é, bancarrota; isto é, desonra; isto é, anarquia.

QUEM SÃO OS DIFAMADORES?

Mas do opróbrio dessa doença não haverá, talvez, no Brasil tão consumado exemplo, como o da administração, o da política, o do governo dêste Estado. Creio que terei errado no *talvez*. Melhor acertareis, se o tirardes. Já lhes ouço a vozeria. Aí vão eles dizer que sou o pasquim vivo da reputação baiana. Interessantes êsses batuqueiros do ridículo estribilhinho. Era uma vez um bairro de uma cidade, onde as michelas haviam pôsto o seu reinado. Os escândalos do porneio não tardaram em ultrapassar os limites da circunscrição monopolizada pela bela gente do meretrício. Mas, quando as ruas circunvizinhas começaram a se alvoroçar com os desmandos da crápula ali encantoadas, quando os órgãos da moral pública entraram a bradar contra os desaforos das messalinas, quando as autoridades principiaram a devassar, a inquirir, a cortar na licença das marafonas, as alcovas arderam em indignação, e do interior dos lupanares, abrasados em santa revolta, se levantou ao céu um clamor de raivas e frenesins, de ataques de nervos e gritos de histeria contra os detratores daquela boa sociedade.

Era a polícia, era a imprensa, eram as famílias as que difamavam. Difamavam as senhoras. Difamavam a cidade. Difamavam o povo. Tudo era difamação, e difamado estava tudo; porque se queria obrigar à decência o bairro suspeito, ou despejá-lo da ralé escandalosa.

Dêste modo, senhores, do mesmo modo os que difamam um indivíduo, uma localidade, uma província, uma nação, não são os que no governo as desgobernaram, a oprimem, a empobrecem, a corrompem, a anarquizam; não são os que, na administração, a de-

sorganizam, a estragam, a balburdiam, a levam à falência; não são os que, senhores do poder, o exploram, o rebaixam, o malquistam, o atiram contra a lei, o pervertem da moral, o reduzem a flagelo dos administrados; não são os que, árbitros das finanças, e com uma receita em preamar inaudita, não pagam ao funcionalismo, não pagam ao professorado, não pagam à magistratura, não pagam aos credores externos ou internos, não pagam aos depositantes das caixas econômicas, não pagam aos órfãos, não pagam a ninguém, senão aos seus amigos, aos seus sócios, aos seus abarcadores e rebateadores !

O detrator da Bahia sou eu, que nunca tive a honra de a administrar, eu, que nunca exerci ascendente nenhum sobre os seus administradores e os seus financeiros, sobre os seus governadores e os seus ministros, eu, que demonstrei ao inventor da administração atual o êrro da sua escolha; eu, que lhe evidenciei a indecência do seu caráter; que lhe vaticinei a falência da sua gestão; eu, que, nunca ouvido nem cheirado no menor dos seus atos, contemplo, de longe, há três anos, o rolar desta incapacidade, o supurar desta imoralidade, o rebentar desta calamidade; eu, o espectador; eu, a testemunha; eu, o protestante; eu, a vigia desprezada, o avisador importuno, o censor desinteressado, o crítico justo. Eu é que sou o detrator da Bahia, por dar à voz da Bahia o eco de tôdas as minhas fôrças, por mostrar que a Bahia não é cúmplice dos seus corruptores; por estabelecer entre os opressores e os oprimidos, na Bahia, as balizas da verdade!

Medi bem as conseqüências desta sofisteria, não sei se diga irrisória, se atrevida. Quem será que desmoralize um país? O ladrão que rouba? O celerado que mata? O libertino que prostitui? O concubinário que

adultera? O bordeleiro que crapuleia? O empregado que prevarica? O financeiro que pilha? O juiz que mercadeja? O legislador que trafica? O espião que delata? O soldado que deserta? O general que capitula? O patriota que trai?

Não, senhores, não; o que desconceitua uma nação é o escrúpulo dos seus moralistas, é a severidade dos seus sacerdotes, é a intransigência dos seus jornais, é a energia dos seus tribunos, é a vigilância da sua polícia, é o rigor dos seus magistrados, é o proselitismo dos seus reformadores, é o zelo dos órgãos da sua consciência, é o fervor dos amigos do bem no lutar contra a imoralidade, no apostolar contra os vícios, no clamar contra os crimes, no desmascarar a baixeza, a subserviência, a corrupção, no apontar ao desprezo público, à reação pública, ao castigo público as ladroíces vitoriosas, as nulidades coroadas, os atentados impunes, as prepotências irresponsáveis, a ostentação do mal, sobranceiro, próspero, cortejado, inacessível à justiça.

INIMIGO-MOR DA BAHIA

É desta maneira que me vejo capitular inimigo da Bahia, seu inimigo-mor, porque, orador que não se alicia, liberal que não se rende, legislador que não se compra, juiz que não se acompadra, amando a Bahia nas tradições da sua história, nos sentimentos do seu povo, nas aspirações da sua intelectualidade, não me inscrevo na rabadilha dos seus mandões, não perdôo a malta dos seus exploradores, não dou a menor importância aos rancores das suas aves de rapina. Pelo que, aqui estou, sem lhes reconhecer autoridade para me darem licença de ser baiano, rindo-me da sua pretensão de me trancarem as portas da Bahia, e co-

nhecendo bastante o coração de nossa terra para lhes dizer que daí, onde eles não entrarão nunca, enquanto êsse coração palpitar, daí nenhum poder humano me arrancará, vivo ou morto.

INAUDITO

Se algum dia, transpostas estas aberrações da decomposição republicana entre nós, a curiosidade dos nossos descendentes achar interêsse em criar um museu de teratologia histórica, acredito que êstes últimos anos da nossa administração estadual lhes fornecirão exemplos de monstruosidades capazes de campear com as alucinações da cabeça mais desvairada. Já vimos num dos Estados brasileiros, hoje, felizmente, livre dêsses maus sonhos realizados, já vimos, digo, abrirem os tribunais, mediante ordens de *habeas corpus*, as portas das cadeias, soltando réus e condenados, por não haver no Tesouro com que lhes dar de comer. Mas êsses outros casos, positivamente incríveis, tinham origem na depressão das rendas estaduais, devida, juntamente, a erros administrativos e a causas econômicas estranhas à culpa dos governos.

O que a crônica financeira da Bahia, porém, nestes últimos anos nos tem dado a ver, não encontra categoria conhecida na classificação dos assombros e disparates. Quando, sob a pressão de crises econômicas ou desconcertos administrativos, decresce a receita pública, as finanças de um Estado sem crédito podem ser levadas, mais ou menos rapidamente, a tôdas as misérias, vergonhas e horrores da impontualidade. Mas descer, nesses horrores, nessas vergonhas, nessas misérias, até os últimos extremos conhecidos, senão além dêles, precisamente quando a receita pública se eleva, de súbito, a inauditas alturas, quando ela, em dois ou três anos, dobra e tresdobra, só aqui

se viu, só agora, só debaixo do govêrno atual da Bahia.

Graças à alta do valor em todos os produtos da nossa lavoura e indústria, os industriais e agricultores baianos enriqueceram, prosperou o seu comércio, a condição econômica do Estado, repentinamente, melhorou, aqui, nas cidades como nos campos, no litoral como nos sertões, e, par a par, a renda pública, do seu nível anterior, dos mil contos em que se achava, alçou-se de improviso ao duplo, galgou aceleradamente do duplo ao triplo, numa ascensão vertiginosa.

Mas ao mesmo tempo que o volume da arrecadação engrossava, baixava, no govêrno do Estado, a pontualidade, entrava o calote no regímen ordinário das relações do Tesouro com os credores públicos, e cessava de haver com que pagar o que se devia.

Cessava, como, senhores, se as arcas do erário se abarrotavam de uma receita crescente? Cessava, como, se o produto das contribuições coletadas tredobrava? Cessava, como, se, destarte, as avaliações orçamentárias da renda estavam tôdas excedidas? Cessava, como, se, arrecadando-se mais do que o orçamento calculara obter, necessariamente, em lugar de minguar, deviam existir sobras, e sobras consideráveis, polpudas sobras, sobras vultosas no balanço entre a receita e a despesa?

LADRÕES

Singular espetáculo o de um vaso, que quanto mais líquido recebe, menos contém; o da maré que, quanto mais água junta, mais rasa está; o de um reservatório que, quanto mais se enche, mais vazio se acha. É de se aturdir a gente. Mas a chave do enigma, não há bestunto aí, que com ela não dê, sem trabalho.

Quando os canos supridores borbotam em cheio na caixa, e, todavia, o nível do líquido recolhido vai mingando no receptáculo, claro está o negócio : há ladrões pelo fundo.

Oh, senhores ! não vos horrorize o nome. Quem seria capaz de supor que na administração pública se ladroeje ? Longe, longe de mim tal pensamento. Mas, a pública administração também está sujeita às leis da física, e o caso é um desses, que o bombeiro ali da esquina não coçaria a cabeça, para destrinçar. Se os tubos, por cima, despejam cada vez mais no coletor, e o líquido no coletor vai descendo, em vez de subir, não se há mister de mandar pôr engenheiros. Qualquer funileiro vos resolverá o problema. É que, no depósito, há ladrões por baixo.

Ladrões? Entendei-me bem. Falo de ladrões em sentido técnico, da mesma sorte como qualquer obreiro de trabalhos hidráulicos vos falaria. Ladrões não são aí essa feia coisa, que andais a maliciar. Os ladrões são uns furos na base da caixa d'água ou aos seus lados, uns orifíciozinhos calados e dissimulados, talvez postos ali de indústria, talvez abertos da ferrugem. Sua ação furtiva é contínua, e, se são muitos, não há mãos a medir na escapa.

Ensanchem quanto quiserem a bôca ao reservatório. Golfem-lhe dentro o que der, tudo o que der o encanamento. Tempo perdido. Quanto lhe meterdes pela entrada, tanto se lhe surripiará e esvaziará por êsses desvios sutis, cuja obra ninguém vê, mas que zomba da vossa.

E será só aí que haja ladrões? Passemos da física ao mundo vivo. Demos um olhar ao reino das plantas. São criaturas viventes. Poderiam defender-se. Mas os ladrões as comem, e elas não lhes resistem. Correi o jardim, ou o pomar. Lá estão pompeando

uns vistosos enxertos. Aqui, no primeiro encontro, uma roseira. Ali, uma vide. Acolá, no laranjal, um garrido exemplar de laranjeira, já em flor. Mas descei a vista, descei-a até o pé, até à beira da raiz. Não divisais aqui, no caule, quase pegado com a terra, aquêlê ôlho, que se começa a abrir? Não estais vendo, ali, esgueirando-se da cepa que o deixa romper, êsse rebento, ainda tenro, mas já ereto? Não reparais, acolá, naquela vergôntea, que, de junto ao chão, rasgou o córtex da laranjeira, cresce para cima, empinada, corroando-se dos primeiros folíolos, já em alvoroço no verde claro das suas esperanças? Pois, senhores, ladrões, nem mais nem menos que ladrões. Deixem-nos ficar, deixem-nos medrar, deixem-nos trepar. Não há que ver: absorverão tôda a seiva, morreu o enxêrto, e exubera de vida o cavalo. Desandou a laranjeira, desmedrou a videira, desviveu a roseira, e, à custa delas, encorparam os ladrões, enrijaram os ladrões, enfolharam, bracejaram, vingaram os ladrões.

Nem há poder, que dêles se salve, se lhes facilitam os encartes, não lhes cortam as vazas. Haverá mais poderosa possança que a do rio, cujas matrizes bebem na serra as águas do céu, e de cuja caudal é tributário todo o solo da redondeza? Pois arrumai-lhe com uns ladrõezitos ao curso, ide-o sangrando. Ninguém dá por isso. Tanta é a água! A torrente é tamanha! Mas sangria aqui, sangradouro ali, sangradura acolá. E, no fim de contas, que é do rio caudaloso? Lá se vai arrastando, pobre regato, ou córrego desprezado. Esvaziaram-no as sangrias, sorveram-no os ladrões.

Já se viu majestade maior que a da catarata, cujas quedas, saltos e cachões vêm abalando a serra, cujos trons ribombam pelos vales, cuja fôrça, captada, vai dar vida a cidades? Mas lá lhe surde ao lado um

moinho, lá se lhe introduz no flanco uma azenha, lá lhe desvia um braço a rega de uma lavoira, lá lhe abre uma veia o serviço de um engenho, lá lhe rasgam uma vala as enxurradas. Esperem, e verão. Ao cabo de tanto furto, de tanto desfalque, de tanto surra-teio, que notícias nos darão das cachoeiras e catadupas? Apenas escorrem, apenas gotejam, apenas sussurram, apenas molham os rochedos, agora quase secos e tristemente negros, que ainda há pouco tremiam aos seus baques, ressoavam aos seus trovões, branquejavam, prateados, ao borbulhar das suas ondas de cristal. Foi-se a torrente, que reinava sobre os montes e valados. Mas por quê? Beberam-na ladrões. Engoliram-na ladrões. Tragaram-na ladrões.

Assim é que eles são. Não descobrem precipícios. Não escancaram sorvedoiros. Não cavam abismos. Não cometem brigas. Não afrontam curiosidades. Obram como o crivo, ou a peneira. Não se violenta, não se arromba, não se destroça. Mas o envoltório, covinhado, verte o conteúdo por mil fugas, esguicha, poreja, ressuma, e se vazia. Eis como operam ladrões, invisíveis no seu reconditório, mas invencíveis na sua arte de formigueiro.

O TESOURO FURADO

Dêsses está crivada a Bahia na sua administração. Que ali se roube, que ali se ratoneie, que ali se rapine, que ali haja pilhantes, ou gatunos, que ali se usem ladroíces, ou ladroeiras, quem o cuidaria? Mas não há dúvida que o Tesouro baiano está furado. Logo há ladrões. Porque os ladrões são isso. Ladrões são os buracos da caixa. Tesouro caixa é; e de caixa é o furar-se. Logo, de caixa é o ter ladrões. Quereis ver?

Quando o govêrno abole a concorrência, entrega tôdas as suas obras a um só empreiteiro, e ao detentor dêsse monopólio admirável outorga o privilégio de ser o único credor público pontualmente embolsado, claro está que há furos na caixa. Logo, senhores, há ladrões.

Quando o govêrno, em atraso com todos os seus credores, cria todos os dias obras suntuosas, empreende a criação de palácios supérfluos, eterniza as construções encetadas, interrompendo-as, para se abalançar a outras, e dêste modo as leva de exercício, para as encartar na despesa ordinária, assegurando-lhes morada permanente no orçamento, — quem não está vendo que há furos na caixa? Logo, há ladrões.

Quando, taxando o orçamento as despesas autorizadas, e avaliando o produto dos impostos existentes, arrecada o govêrno duas ou três vêzes o que se calculava arrecadar, e não paga o que devia pagar, sumindo-se, assim, o excesso da receita sôbre a despesa, — não pode haver quem não perceba que furaram a caixa. E os furos são os ladrões.

Quando, no orçamento, se ordena o pagamento dos funcionários, o dos juizes, o dos professôres, o dos vários serviços do Estado, e o erário, embolsando recursos mui superiores a tôdas essas despesas, não as salda, é evidente que esburacaram a caixa. E onde há buracos na caixa, está ela com ladrões.

Quando a lei não dá poderes ao govêrno, para criar ou alugar jornais, e o govêrno despende, cada mês, centenas de contos em estipendiar a criação de revistas, custear o aluguer de periódicos, e assalariar a consciência de escrevedores, que lhe doirem as culpas, lhe gabem os amigos, lhe ataquem os contrários,

só os cegos não veriam que a caixa está brocada. E se a caixa tem brocas, ladrões tem a caixa.

Quando não há verba, nas leis anuais, ou noutras quaisquer, onde se habilite o govêrno do Estado a financiar cabalas eleitorais, a comprar votos, a prostituir eleitores, e, entretanto, nisso prodigaliza êle os meios do orçamento, como faz o govêrno baiano, a quem se calcula que a eleição do senador Eptácio já vai custando muito mais de mil contos, — quem não enxergará em tudo isso os rombos da caixa? Ora, caixa arrombada, é caixa com ladrões.

O TESTEMUNHO DE UM ESTRANGEIRO

Anteontem, senhores, quando o Acre entrava a barra da Bahia, e todos ansiávamos para novas da terra, que estávamos para ver, um estrangeiro, encostado à amurada, nos dava, das coisas do lugar, umas idéias bem pouco agradáveis.

“Tinha eu o meu negócio no Rio Grande”, nos dizia êle, num misto de sua língua e da nossa, “e ali gastava, em taxas municipais, cento e vinte mil réis. Estabeleci-me aqui, e pago hoje trezentos. Não há luz; esgotos não há, e nem sequer temos água. Mas pagamos tudo o que não temos. Entretanto, o povo acha estas coisas bem naturais. Paciência! é o que dizem todos. O govêrno arranjou aí um palácio, em cujas obras parece já lá se vão uns três mil contos; e valerá, quando muito, os seus quinhentos, ou seiscientos. Tenho um companheiro, que ali trabalhou, e por quem o sei. Também o povo sabe. Sabe que tudo o mais corre do mesmo modo. Aborrece o govêrno. Mas dá tudo por natural. Paciência, diz tôda a gente, e tudo fica, e ninguém se mexe.”



Quando estas palavras caíam no grupo da bôca daquele forasteiro, com um grão bem sensível de ironia e laivos claros de desdém, volvi os olhos para esta doce terra da nossa Bahia, e percebi que me anoitecia o coração, como estava anoitecendo no céu. Começava a chegar-nos aos ouvidos êsse rumor de mil rumores festivos, com que me recebestes. Mas a voz daquele estranho punha nesses gritos de alegria um toque de ceticismo, que me abatia.

APÊLO AOS BAIANOS

Povo baiano, já é tempo de não acharmos natural o que nos humilha, o que nos maltrata, o que nos rouba, o que nos deslustra, o que nos enerva, o que nos perde. Aborrecer um govêrno, e servi-lo, não pode ser. Dizem que somos uma democracia. As nossas leis nos asseguram o sistema representativo. Mas sistema representativo quer dizer representação do povo no govêrno. Mas democracia quer dizer govêrno do povo pelo povo. Se não é o povo quem se governa a si mesmo, então, legalmente, não há govêrno, e não é govêrno o que há. Se o povo não está no govêrno, e o govêrno não é a encarnação do povo, nesse caso, constitucionalmente, isso que govêrno se nomeia, tanto tem de govêrno como de moeda a moeda falsa. A moeda falsa tem pena de cadeia. Os falsos governos, pena de queda. Queda pela reprovação pública. Queda pelos sufrágios populares. Queda pelo escrutínio eleitoral. Às urnas, baianos! Entrouxai a vossa paciência. Mandai-a à breca. Deixai êsse guarda-sol dos cobardes às mulheres de calças. Levantai as vossas almas. Honrai a vossa virilidade. Desembainhai a vossa indignação. Mostrai que sois uma população de homens, e, com o vosso exército de cida-

dãos, com a carta dos vossos direitos, com a lei da vossa honra, a soberania dos vossos votos, reintegrai a Bahia nos seus créditos de outrora.

O JUIZ FEDERAL DA BAHIA

Não é sòmente da liberdade que se trata, senhores. É, também, da autoridade, sem a qual a liberdade não pode existir. Perdeu-se a liberdade; e se a autoridade ainda não expirou, é que o seu princípio se refugiou na Justiça, e a justiça ainda tem, entre nós, encarnações como a dêsse magistrado, cuja austera imparcialidade reina aqui, neste momento, sôbre a ordem pública, suprimindo o eclipse do govêrno. A deposição moral dêste, todos sentem, não havendo quem da outra o resguarde senão os seus inimigos, senão nós mesmos, senão a oposição, que êle calunia, e que não por amor dêle, o tem salvado.

Mas, enquanto de uma parte, se ergue, assim, a autoridade pelo direito, da outra decai pela fôrça. O general que devia colocar em guarda o *habeas-corpus*, foi levá-lo ao paço do govêrno, contra os excessos de quem o concedera o Supremo Tribunal Federal. A nós é que êle o concedera. Nós é que éramos os tutelados pela garantia do remédio liberal. Mas, em vez de lhe obedecer, em vez de a executar, pondo-se, como o honrado juiz seccional, ao nosso lado, o inspetor desta região militar ia brilhar, com todo o seu estado-maior, na côrte do governador.

O CASO DA BANDEIRA

Como se lhe não bastasse, porém, esta enormidade, outra, sem comparação, ainda mais arrojada, cometia, acusando, num telegrama, o povo baiano, o

comércio baiano, a oposição baiana de haverem agravado o pavilhão nacional dos Correios.

Tôda a população desta cidade sabe o contrário. O venerando juiz seccional terá, provàvelmente, dito o contrário ao govêrno da União. O presidente da República e o ministro da Guerra teriam averiguado o contrário, se da verdade sindicassem. Mas não sindicaram. Tomaram no ar a falsidade monstruosa, que lhes consignou a êles o general comandante dêste distrito militar, a mais parcial das autoridades seabrizantes e monizantes que a Bahia conhece. Nem ao menos acudiu ao Sr. Delfim Moreira, e aos seus ministros a idéia, que do Brasil iriam levar ao estrangeiro, atribuindo a um dos maiores Estados brasileiros, à grande Bahia, à sua nobre população um ultraje ao pavilhão nacional. Não lhes acudiu essa evidência elementar; e como se se tratasse de uma tribo selvagem, ou de uma horda inimiga, determinaram que, ao amanhecer de ontem, "fôsse desagravado o pavilhão nacional com as formalidades da ordenança".

Também é do *Diário Oficial do Estado da Bahia* esta risível e nojentíssima nota.

Pavilhão nacional, são êstes os que te zelam? São êstes os que te representam, pavilhão nacional? Quem é que te afronta, pavilhão da minha terra, senão os que te enxovalham, enxovalhando o povo, cuja honra simbolizas? Quem é que te insulta, senão os que te desacatam, convertendo-te em flâmula da mentira na comédia rasteira dos Jotas e Monizes? São êstes os que te desafrontariam, bandeira de minha pátria, santa bandeira profanada, bandeira sacrilegamente enrolada no braço dos assassinos de 25 de março?

A Bahia não precisa de que a lavem desta injúria soez. Não. Não é verdade. Eu chamo à barra da opinião pública, como ao mais alto dos tribunais, o inspetor da região militar, e ante êsse tribunal o acuso, não só de haver atentado contra a verdade, mas de haver atentado contra o nome da Nação, detraindo a brasileiros, caluniando a baianos de vilipendiarem, nas ruas desta heróica cidade, a bandeira do país.

Não. Não é verdade. Os brasileiros desta terra não arrebataram, não violentaram, não desrespeitaram o estandarte brasileiro. Requereram que êle se arvorasse no Correio. Instaram por isso, como, na mesma ocasião, o requereram, instando, a outras repartições desta cidade, sem que nenhum dos seus chefes descobrisse nesse ato imperativo, de entusiasmo, de civismo, a bestial selvageria, que nêle enxergou o general Ramalho pelos olhos dos Jotas e Monizes. Solicitando, como solicitaram, urgindo, como urgiram, usavam do seu direito, não só porque o direito de petição, suscetível desta forma, é um dos direitos comuns, segundo a Constituição dêste país, a todos os brasileiros, senão também porque a bandeira nacional, sendo coisa da nação, é do povo, antes de ser dos funcionários, antes de ser das autoridades, antes de ser dos governos, meras criaturas subalternas do povo e da nação.

Mas ainda quando a multidão não houvesse pedido e rogado, e obrasse por suas próprias mãos, desfraldando, ela mesma, de seu livre alvedrio, contra o do pessoal daquela casa, o símbolo da nossa nacionalidade, onde estaria aí o desacato à bandeira?

Desacato ao Sr. Arnizaut, e seus subordinados, insubordinação contra o poder por êle exercido, com a conivência do chefe da nação, depois de haver ameaçado publicamente de morte um senador da

República, transgressão do regímen do Correio, da sua disciplina, do seu regulamento, isto sim. Mas que tem com isso a honra da bandeira, os seus privilégios, a sua majestade? Pois tôda a cidade não está coberta de bandeiras nacionais, arvoradas pelos cidadãos nos seus lares? Como é, pois, que, arvorada pelo povo numa repartição pública, estaria essa bandeira desairada!

Destempêro semelhante caberá bem, e à larga, nessas montanhas de ignorância e dessiso, que estão esmagando a Bahia. Mas entrarem na cabeça de um general e de um presidente de República, misericórdia, Senhor! Que castigo! Que miséria! Que ignomínia para a nação brasileira! Por onde vos terá ela merecido ver-se tão humilhada?

POLÍTICA E MORAL

Por onde? Pela sua resignação à política desonesta e torpe, à política desgovernada e estulta, à política inconsciente e desalmada, à política material e ímpia, à política sem rei, nem roque, sem lei nem Deus, que nos desafama e infama.

Tôda a política se há de inspirar na moral. Tôda a política há de emanar da moral. Tôda a política deve ter a moral por norte, bússola e rota. Mas a política brasileira é radicalmente amoral, é, convencida e professamente, imoral. Renegou a moral, fêz voto de imoralidade, e vive encharcada na desmoralização, como no seu elemento. Renegou a moral, caluniando as nossas instituições com a profissão de irreligiosidade, que êles confundem com a liberdade religiosa. Renegou a moral, estabelecendo como coisas distintas duas leis de moralidade: uma para os indivíduos, outra para o Estado. Renegou a moral, separando o homem

público do homem privado. Como se pudesse haver numa só criatura duas consciências, duas naturezas, duas pessoas. Como se, ainda admitida esta dualidade, estando as duas em contacto, ametades juntas de um só todo, pudessem as mazelas de uma, as suas chagas, as suas lepras deixar de contagiar a outra. Como se aquêlé, que não guarda os laços vivos do coração, pudesse guardar os vínculos abstratos da cabeça. Como se de maus filhos e maus pais, de maus irmãos e maus consortes, de maus amigos e más vidas se pudesse compor uma nação de bons cidadãos e bons patriotas. Como se o que não tem o culto da família pudesse ter o da Pátria.

Vêde os resultados, caros conterrâneos meus; vêde, e tremei.

Ocupam as mais altas situações da autoridade política os reis da batota, os invencíveis nas aventuras do *poker*, bem-aventurados cada ano com riquezas e riquezas, que se arrancam pela sorte e pela tramóia à orelha da sota, e cada ano se somem com a mesma estonteante presteza, na voragem da prodigalidade viciosa e obscena.

Graduam-se aos mais subidos cumes da carreira parlamentar inculcados representantes do povo, que o representam cunhando moeda com os seus votos, ora negociados na banca da advocacia administrativa, ora pagos em dinheiro contante, ora descontados sobre a sorte das medidas sujeitas aos pareceres e deliberações legislativas.

Arvoram-se em amigos do povo e das classes armadas, em patronos do Exército e do proletariado, heróis notórios no manejo das concessões escandalosas, enriquecidos na gerência das administrações mais gordas, em mercês de alto bordo, e que não escapariam

ao destino dos Caillaux, se houvesse, neste país, quem desenterrasse de certos escaninhos internacionais alguns arcanos ali guardados sob os selos do protocolo, e da puridade administrativa.

OS TRÊS TIPOS

Os acontecimentos contemporâneos, entre nós, giram, agora, em volta de três virtudes cardeais: o jôgo, a impudência, a dobrez. E cada uma dessas qualidades se condensa em um tipo moral, cujos caracteres específicos se exageram em cada um dos seus exemplares, como as monstruosidades obtidas pela cultura: o batoteiro, o cínico, o traidor.

O batoteiro, o jogador por compleição e estrêla, por convicção e traficância, emergiu à tona das nossas coisas, já criado pela fortuna amiga dos ruíns, no horror ao trabalho, à dignidade e à pureza. A natureza moldou nos instintos das espécies roazes os dotes, em que o aprimora. Pelas escolas passou, correndo, apenas com as primeiras tinturas da ciência da esperteza. Fada-o o destino a galgar tudo, sem o menor conhecimento de nada. Leve como os balões de goma elástica, assoprados e vazios, a tudo se alteia, porque nada pesa.

A índole, revêssa às ocupações, onde se ganha a vida com o labor das mãos ou do cérebro, e o suor do rosto, o leva às granjearias da ociosidade, em que se improvisa a opulência com o dinheiro dos outros. Mestre nas mais altas iniciações do baralho, cujos mistérios conhece nos seus mais recônditos segredos, um tino singular o conduz através das cinquenta e duas páginas do livro sagrado. Entre as vítimas, que o vício, ou a imbecilidade, a miséria ou a cobiça arrasam a êsses matadoiros de almas, e entre os artistas

que ali exercitam os seus talentos, as habilidades extraordinárias de um tal predestinado não podiam deixar de lhe atrair admiradores ferventes e preciosos associados. A política, vizinha parede-meia da batota, com quem convive e comercia, o reconheceu, pôs-lhe diante o tabuleiro das grandes corretagens, elevou-o às cumeadas, e só lhe faltaria presidir à nação, para estar de manifesto que a nação é dos tafuis, que a nação é o jogo.

Não preciso descrever o traidor. Quem é que o não conhece? A natureza o fêz esguio como a cegonha, para as migrações. Fê-lo escorregadio como a enguia, para as fugidas. Fê-lo, como o cameleão, cambiante e multicolor, para as adaptações mais variadas. Fê-lo com as duas disposições do morcêgo, para a dentada e o assôpro, o afago e a sangria. Fê-lo rasteiro e virulento como a víbora, para as cobardias e crimes. Dotou-lhe o olhar do rato, as lágrimas do crocodilo, o riso da hiena, a gravidade do môcho, a imoralidade do bugio, a pele da anta, o bucho da ema. Reunindo nêle tôdas essas qualidades ou partes animais, direis que o gênio da criação caprichou em zombar do monstro de Horácio, mostrando-lhe quão abaixo está o engenho humano dos portentos da realidade. Mas das entranhas das criaturas animadas só lhe aquinhoou as vísceras inferiores. Estreitando-lhe o peito, não lhe deixou lugar para o coração. Pátria não se sabe se lhe deu. Deve-lhe ter dado sexo. Mas castrou-o n'alma. Da inteligência reduziu-o a certos instintos desenvolvidos, às faculdades subalternas: as da astúcia, as da simulação, as da malignidade. Mergulhou-o, da cabeça aos calcanhares, numa espessa maceração de hipocrisia, e o retirou do banho com a macilência dos mortos. Proteu da mentira, não tem opinião nenhuma, e com tôdas se mascara.

Cortesão das vitórias ganhas, bravo no desarmamento dos desarmados, fujão das situações arriscadas, inimigo das causas vencidas e laçao das triunfantes.

O cínico é o para-todos, e o para-tudo. Usa figura humana. Mas, por dentro, não tem senão vento, roncadura e estrupido. As cavidades abdominais, essas, sim, cheias por uma exceção que se compreende. Na torácica, uma gaita de fole, com grunhidos de porco bravo. Na craniana, caraminholas. No mais, uma superfície lisa. Não de aço, o metal da bravura, nem de bronze, o metal da história, da lei e da harmonia. De latão, o metal da mascateagem, e da charlatania. Tudo exterioridade, tudo visualidade. Por baixo da crosta dura, luzidia, nada mais que a inconsciência, a impudência e a demência moral. As entranhas, o miolo da personagem, não encerram outra coisa. Todo êle é insensibilidade; todo êle, amolgabilidade; todo êle, superficialidade. Por ali passa tudo e nada se absorve, nada estremece, nada transluz uma impressão. É o ator mascarado. Berrega, gesticula, choraminga. Chega a ser choricás. Chora para não ser desterrado. Chora por se ver revoltoso. Chora para ser ministro. Chora, como troveja, como agride, como parla, como fanfarreia, por encenação. Mas encenação a frio, encenação de arraial, encenação de autômato.

Se lhe correm mal as coisas, murcha como urubu no aguaceiro. Se lhe sorri o momento, abre a cauda e se apavona como peru de roda. Mas, herói de farromas, estadista de bravatas, e trágico de quixotadas, só numa coisa tem verdade: em não ser verdadeiro nunca, em ter para tudo a mesma cara, o encerrar a Deus, ou ao demo, a honra, ou a vergonha, as rajadas da indignação pública ou do desprezo geral, com o mesmo carão de boneco de vitrina.

A REPÚBLICA EM ESTANQUE

Eis, senhores, como vai a nossa pobre pátria: nas mãos de impostores, contrabandistas e piratas. Nem todos são de sua casta. Mas os desta casta, são os árbitros de tudo. Fizeram da República o seu estanque, a casa do seu monopólio. São os açambarcadores, os atravessadores, os abarcadores de tudo. Abarcaram a eleição, abarcaram o govêrno, abarcaram o regímen. Abarcaram a publicidade. Abarcaram o Brasil; e, estando abarcada a Bahia, não querem desaferrar dela a dentadura, recebem com desdém os pontapés e as pedradas, a indignação e o vômito do povo. Meteram os caninos na prêsa, e não a deixarão, enquanto houver carne, enquanto não a trincarem até os ossos, enquanto dos próprios ossos não sugarem o tutano.

O BAIANO E O OUTRO

Eis porque não querem baianos na presidência da República. Um baiano incorreria na suspeita de amar em demasia a sua terra. É um feitor o que se desejava. Devia ser gente de fora.

Não discuto, senhores, não discuti, até hoje, o candidato oficial, não tenho discutido a pessoa, não lhe discutirei, sequer, a inelegibilidade, a grosseira inelegibilidade, a inelegibilidade palpavelmente constitucional, de uma invalidez constitucionalmente averiguada, definitivamente estabelecida, pingüemente remunerada, e promovida, agora, ao mais ativo, ao mais penoso, ao mais grave dos cargos da Nação. Dou de barato quanto quiserem acêrca dêsse nome, que um empurrão da fortuna arremessou, como bola desvairada no jôgo da péla, às alturas da presidência, nessa *journée des dupes*, que a tantas caras d'asnos

já vai, por aí, estirando as orelhas, e alongando os focinhos. Tudo cederei de bom mercado.

Mas, ainda quando o mundo inteiro acolhesse em triunfo essa indicação, de origens exclusivamente oficiais, para levantar candidatura tal, contra a minha, na Bahia, só haveria duas cacholas, duas caras, duas caretas possíveis: a do governador atual da Bahia, e a do seu digno empresário. Porque, a não ser essa adoção do reles mandonismo que nos enlameia, a não ser a mascarada eleitoral, que bacanaliza a República, a não ser a ostentação de fôrça policial, em que o *Diário Oficial* do Estado já começou hoje, a envolver as eleições de amanhã, entre protestos da maior liberdade no pleito, a não ser, acima de tudo, a ousadia dessa iniciativa, que ao nome do mais popular dos baianos contrapôs o do político brasileiro menos conhecido nesta terra, — a não ser isso, o candidato da Convenção Azeredo não apareceria nunca numa ata eleitoral da Bahia, com um só voto.

Notai, porém, senhores, o mais grave de tudo nas tretas dêste jôgo. O mais grave de tudo é que a Bahia, qualquer que seja a votação, com que me honre, não se livrará da responsabilidade, repelida, pelos seus sentimentos e atos, de haver sido utilizada eficazmente, para inutilizar a minha candidatura; pois, se ela não fôsse repelida, em nome dêste Estado, pelo situacionismo baiano, a vitória do candidato baiano não teria podido encontrar contraditores, nem opor-lhe outra à famigerada Convenção.

GLORIFICAÇÃO DA BAHIA

Mas, terra de minha alma, depois da glorificação com que me recebestes, com que me consagrastes, com que me investistes, evidentemente, no man-

dato supremo da vossa representação, não necessito de mais nada. Poderia fechar os olhos contente, no meu coração, de haver inspirado aos meus compatriotas tanto afeto. Na história política do Brasil não há cenas maiores do que estas, que há três dias estamos presenciando. No meio delas tenho rogado a Deus que me não deixe perder de vista o meu desmerecimento, que me livre das tentações da vaidade. Porque o deslumbramento é quase irresistível. Todas essas testemunhas da imprensa, que nos acompanharam, dirão se exagero. Não; não se descreve, não se crê, não se concebe, não se devaneia, não se sonha, não pode ser o a que assistimos. Minas, S. Paulo, o Rio de Janeiro haviam excedido a si mesmos, e eram inexcedíveis. Mas a Bahia (perdoem-me dizê-lo), a Bahia realizou o impossível: a Bahia teve meio de exceder a tudo. Eu mesmo, que a conheço dos seus grandes dias, não a supunha tamanha, tão poderosa na sua fôrça, tão radiosa nos seus esplendores. Bendita seja ela, a minha amada terra. Assim Deus lhe restitua a sua antiga coroa; assim nunca mais os seus filhos se esqueçam destas datas; assim nunca mais fraqueie desta atitude a sua população. Abençoada, honrada e laureada seja ela para sempre, senhora para sempre de si mesma, do seu voto, do seu destino e da sua liberdade !



AOS PROFESSORES E ESTUDANTES
DA BAHIA



AOS PROFESSORES E ESTUDANTES DA BAHIA (*)

Senhores,

Tudo, na Bahia, é grande, tudo, menos os que a governam. Êsses tão pequenos diante dela se sentem, que, neste momento, quando ela se revela tôda na maior expansão conhecida até agora da sua grandeza, a evitam, a fogem, a distanciam de si mais que nunca, receando-lhe a vista, não ousando encarar-lhe a majestade, e temendo-lhe os movimentos.

Não, senhores; ninguém viu jamais esta cidade inteira nas ruas, com essa imensidade ondulosa das grandes marés em crescente, como nestes dias de inundação popular, em que todos os logradouros públicos se enchem de vagas humanas; em que as artérias da sua circulação lhe intumescem, como se estivessem a romper-se da supertensão, que as dilata; em que a frontaria dos edifícios despe a sua natural imobilidade, e, de cima a baixo, reveste um manto de vida, cobre-se de gente, fala, aplaude, troveja por tôdas as janelas, enxameia, transborda, borbulha por tôdas as partes; em que a casaria se ostenta como um cofre aberto, rôto pelo excesso da sua opulência, deramando aos olhos da nossa admiração encantada, numa superabundância de prodigalizadas gentilezas,

(*) Discurso na Faculdade de Medicina da Bahia, em 14 de abril de 1919.

as jóias, as gemas, os primores do escrínio da metrópole das fadas; em que as praças e avenidas, as colinas e encostas, da maravilhosa Capital se abrem como corbelha imensa de flores, mulheres e crianças, de matizes, aromas e graças; em que as tradições e glórias, os projetos e esperanças, as belezas e energias de todo um povo revivem, pululam, tumultuam numa confusão pacífica e festival; em que, no còro geral do contentamento, na vibração de alegria comunicada pelas almas ao ambiente e do ambiente refletida nas almas, não há uma dissonância; em que diríeis ver a Bahia tôda respirando, pulsando, existindo numa só vontade, numa só consciência, num só coração, na comunhão de todos os seus em um espírito de harmonia divina.

Todavia, em presença dêste espetáculo incomparável, para definir o qual bastaria dizer que o comércio fechou durante três dias, que, recolhida a polícia a quartéis, encerrada nos quartéis a guarda civil, entregue a ordem pública à justiça desarmada, a população baiana se policiou a si mesma, sem o mais leve traço de alteração do sossêgo geral, — em presença dêste soberbo espetáculo, o govêrno do Estado, longe de se regozijar, longe de se tranqüilizar, longe de se vir retemperar, também, nesse banho de confiança, doçura e fraternidade, longe disso, estabeleceu, entre si e a exultação pública, entre si e a atitude pública, entre si e a unanimidade pública, um còrdão visível, intencional, acintoso de separação, ordenando que as linhas de transporte não circulassem nas imediações da residência do Governador, que os bondes não transitassem por onde está o palácio do govêrno.

Esta discriminação, buscada por êle mesmo e por êle mesmo ordenada, não tem antecedências, que eu conheça, na história do Brasil. Instituída aqui, agora,

debaixo de um regímen que se diz republicano, caracteriza a democracia, cujo privilégio nos bem-aventura, e define a administração, cuja singularidade nos espanta. Claro está que, se ela se limita a insular-se das expansões baianas, não as suprimindo, é sòmente porque não tem os meios de as proibir, e, se as pudesse vedar, em vez de ser a Bahia em massa, é o Cinema da Jandaia, agitado ainda hoje nas proezas desta madrugada, quem me teria recebido à chegada, quem me teria solenizado a visita, quem teria resolvido, aqui, a pendência entre a minha candidatura e a candidatura oficial. Esta mesma reunião de intelectuais, na qual "não entram paixões inferiores", como bem disse, há pouco, o ilustre catedrático, que me acaba de falar em nome dos corpos docentes, esta mesma reunião da flor da nossa intelectualidade, não encontraria lugar, onde exercesse os seus direitos, se o oficialismo, que lhe cerrou outras portas, lograsse obstar a que se nos achassem abertas as desta Faculdade pelo espírito liberal do seu diretor e sua comunhão de sentimentos com a congregação de mestres da ciência, a que êle tão dignamente preside com a sua modéstia, a sua inteireza e a sua capacidade organizadora, de que tudo o que aqui nos cerca, nos está dando o mais cabal testemunho.

Ê, senhores, que a ciência e a liberdade são irmãs. A ciência não prospera senão à sombra da liberdade. A liberdade não prevalece, a verdadeira liberdade, senão estribada na ciência, alumiada pela ciência e com a ciência consorciada na mútua aliança dos valores de ambas.

A opressão, pelo contrário, não subsiste senão graças à união torpe da ignorância com a estupidez. Essa união pode ocupar tronos e ser conduzida em carros triunfais. Mas êsses carros de triunfo, quem

os tira, é a parelha do analfabetismo com a brutalidade. Mas êsses tronos, onde assentam, é nos capachos da imbecilidade e do servilismo. Ela não tolera o merecimento e a superioridade, não suporta a competência e o saber. Sua inconciliabilidade absoluta com a luz, com a limpeza, com a lisura, com a legalidade a condena a viver nas trevas, a detestar a instrução, a excluir a capacidade, a cevar a baixeza, a incitar o ódio, a se apoiar na violência, a desenvolver a selvageria, a chafurdar na imoralidade. Invejosa e malquerente, voraz e insaciável, libertina e concubinária, ostenta, nos seus paços, a lascívia e a mancebia, pratica, nos seus atos, a espoliação e o latrocínio, cultiva, nas suas relações, a intriga e a mentira, converte, em suma, o poder público no espojadoiro dos instintos mais ruins da bête humana e na proscrição das nossas qualidades superiores.

Esta solenidade, senhores, constitui a mais estrondosa demonstração de que elas superabundam na Bahia, e de que são elas as que se agitam nessa torrente baiana, cujo curso caudaloso tem dado ao movimento dêstes quatro dias uma gravidade, que há de repercutir no país inteiro. Ela completa a vitória da eleição de ontem, evidenciando que essa vitória não é política, no sentido usual de partidária ou facciosa. Os alunos das três Faculdades baianas deliberaram receber com a mais clara expressão de solidariedade o candidato nacional, convocaram os corpos docentes dessas três instituições a se lhes associarem na tradução dêsse pensamento em um ato de excepcional grandeza, e viram que tôdas três lhes acudiam imediatamente ao apêlo. O discurso do eminente professor de medicina, tão aplaudido, pouco hã, na sua brilhantíssima alocução, precisa o terreno em que se operou êsse concurso dos corpos discentes

dos nossos três grandes estabelecimentos de ensino superior com os seus corpos docentes.

Nessa alocução vemos apontar-se "o desmantêlo dos nossos Estados", o "estalar do velho régimen presidencial", da Constituição republicana "já velha", porque "já não se ajusta às nossas necessidades". Aí se fazem votos por "movimento inteligente e sábio, que nos desvençilhe dos liames opressores". Aí se clama contra "o divórcio escandaloso", que nos separa "do século atual". Aí se declara que, se não "transformarmos a desordem em evolução, ter-se-ão aberto as portas à anarquia". Aí se reconhece enèrgicamente ser no Brasil que "o velho estado de coisas é mais podre, mais decomposto, mais cadavérico". Aí se me faz a honra, que aliás não mereço, de me invocarem como o brasileiro "capaz de enfrentar a situação e conduzi-la convenientemente". Aí se entende que "a campanha contra o meu nome proveio do egoísmo, do terror e da vingança". Aí se me pede que derrame sôbre os moços a seiva do meu espírito, que "os liberte", com o meu exemplo, "da descrença e do desalento", que "lhes dê", com a minha palavra, "a confiança no futuro da pátria".

Senhores, tudo o que eu sou, tudo o que eu valha, tudo o que eu possa, tudo se acha ao serviço da causa dessas idéias, em que todos vós, alunos e lentes, acabais de assinalar a vossa unissonância e solidariedade comigo em têrmos de tanto vigor, de tanta precisão, de tanta solenidade. Mas que poderá um homem contra as ondas alagadoras do poder absoluto, se a nação mesma não tomar nas suas mãos a sua própria causa, invadida pelas hostes da rataria oficial, que se apoderaram da república brasileira como do abandonado carregamento de um barco dado à costa?

Ainda ontem, senhores, nesta capital, a vitoriosa atitude do povo baiano se viu grosseiramente maculada pelas alarvarias da capangagem, que o govêrno atrela, o govêrno desaçama, o govêrno assoldada a expensas do tesouro público, notória, clamorosa e cnicamente roubado pelos seus guardas. Ainda ontem, eleitores, transeuntes e, até, mulheres experimentavam nas secções eleitorais as agressões dos sicários da polícia e seus delegados. Ainda ontem, nas mesas eleitorais, se ostentava o escândalo da insolente prepotência das armas dos jagunços em franca hostilidade ao eleitorado. Ainda ontem um destacamento de trinta e duas praças do exército, vindas só o general inspetor da região militar saberá donde, alardeava a sua passagem ostentosa às portas de uma das nossas secções eleitorais, para atuar sôbre ela com o terror dessa associação manifesta entre a autoridade militar e a farândula desordeira. Ainda ontem, por tôda a parte, na superfície do Brasil, eram rejeitados os meus fiscais, era negada consignação nas atas aos seus protestos, e milhares de eleitores nossos deixavam de votar, porque, sendo conhecida a côr dos seus sufrágios, não se reuniam as mesas, para lhos receber.

Que posso eu, que valho eu, que sou eu, senhores, para servir de barreira a êsses embates da fôrça, desencadeada pelo elemento oficial e garantida por êle nos seus crimes? Vamos chegando à última estrema, onde já não haja mais nada a que recorrer, se o povo brasileiro continuar a abandonar a sua legítima defesa, a renunciar a sua salvação, a desistir da sua existência, se êle, por fim, não compreender que tem de opor a fôrça a fôrça, a agressão a agressão, a massa a massa, se a nação brasileira, um dia, não acabar por se erguer, a enxotar do seu govêrno a ignorância, e tanger do seu govêrno a ladroíce, e varrer

do seu governo a gangrena, se a nação brasileira, em suma, não quiser vir a ser nação.

Nossa reação, que, a não estar próxima, já chegará tarde, grande papel vos reserva, homens da inteligência e do saber, homens da palavra e da tribuna, homens do ensino e da pena, grande papel vos reserva a natureza das energias, que, profissionalmente, vos devem caracterizar. O capital e o trabalho, o comércio e a indústria, a riqueza e o operariado já começaram a sentir, no Brasil, que a política lhes não é estranha. O sexo capitulado outrora de fraco, êsse mesmo, entre nós, já entra a perceber que a mulher brasileira não diversifica da estrangeira nas aptidões, nas qualidades, nos direitos, que, portanto, como mães, como espôsas, como irmãs, como companheiras do homem no mais caro da sua vida, não podem ser indiferentes ao governo, de que depende a sorte de seus irmãos, maridos ou filhos.

Só nos falta que a inteligência brasileira, que a cultura brasileira, que a ciência brasileira venha, também, a romper o círculo de ferro, onde a política indígena se encerrava como exclusivo monopólio dos seus industrializadores, dos seus mercadejadores, dos seus cavadores. Acima de todos os elementos de organização, de administração, de regeneração, acima de todos se acha, evidentemente, como a mais política de tôdas as forças políticas, a inteligência, a cultura, a ciência.

Em avocando ela a si o lugar preeminente, que aí lhe toca, é fora de toda a dúvida que nada lhe poderá resistir. Se disto ainda vos não sentísseis cabalmente certos, bastaria atentardes no exemplo de agora. Todo êste movimento nacional, que, em sós quarenta e cinco dias de trabalho, ou nos terá dado também a vitória material, ou, com a vitória moral,

já obtida, deixará ferida mortalmente a vitória oficial dos nossos adversários, todo êste movimento é obra das forças imateriais, das forças intelectuais, das forças morais de nossa terra, em luta com êsse obscurantismo, com essa incompetência, com essa amoralidade, que reinam sobre o Brasil.

Em mês e meio apenas tudo isto conseguimos, só com o empregar no cometimento a que nos entregávamos, tôda a nossa vontade, tôda a nossa energia, tôda a devoção de nossas almas. Imaginai agora com que facilidade não levaríamos de vencida todos os obstáculos, se cometêssemos a obra de reivindicação dos direitos de nossa pátria, da sua reabilitação, da sua restituição a si mesma, adicionando a êsses elementos o da perseverança, o da tenacidade, o da obstinação na tarefa.

Vós, senhores, representais as maiores forças da sociedade brasileira; porque sois as suas forças morais. São as forças morais as que acabam de salvar o mundo vencendo a maior guerra da história. Se elas se quiserem sèriamente empenhar na salvação do Brasil, não haverá hipótese de perderem contra o nosso chôco despotismo a campanha, que não perderam contra a estupenda tirania dos impérios centrais.

AOS OPERÁRIOS BAIANOS



AOS OPERÁRIOS BAIANOS (*)

Operários baianos:

Mostraram-me aqui uma gazeta da situação baiana, onde o seu chefe teve o descôco de afirmar que rejeitara a minha candidatura, por haverem-na adotado as classes conservadoras contra o operariado. Se o homem a quem os seus correligionários atribuem esta desassisada proposição como um título de merecimento já não houvesse esgotado a indignação de tôda a gente, o caso estaria requerendo algumas aplicações caridosas daquele instrumento, com que a paciência exausta de Cristo expeliu do templo os que o profanavam. Porque, amigos meus, tôdas as criaturas a que Deus deu a sua imagem, têm dentro em si mesmas um templo, que êle habita, e donde com elas se comunica: o templo da consciência, que é, no seio do homem, o sacrário divino. Cada um de nós encontra aí, ao seu alcance, a presença, não visível, mas sensível, do seu Criador, que, para nos falar, dêsse tabernáculo sôbre todos santo, nos dotou com o pensamento e a palavra.

Ora Deus, sendo a própria verdade, não mente, nem admite a mentira, que atenta contra a sua essência imaculada e imaculável. Se nos enriqueceu, pois,

(*) Discurso pronunciado na Associação Operária da Bahia, aos 15 de abril de 1919.

com o pensamento e a palavra, os maiores tesouros do nosso patrimônio sagrado, não foi senão para os utilizarmos como os dois grandes instrumentos da verdade, os dois meios insupríveis de a buscarmos, conhecermos e ensinarmos, de a amarmos, cultivarmos e magnificarmos. Todo aquê, pois, que conspira contra a verdade no seu pensamento, ou, com a sua palavra, a falseia, profana o templo, que a divindade erigiu no regaço do homem, e merece o açoite, com que o Filho de Deus zurziu os que poluíam os lugares sagrados.

Não percais de vista esta idéia, que não é uma imagem de eloqüência, mas a fórmula exata da nossa existência moral. Todo homem é um templo vivo do Senhor, e como tal se deve respeitar a si mesmo, evitando as impurezas, que o dessagram, sob pena de aviltamento, remorso e mau fim de vida. Mas, por isso que a inteligência e palavra são as duas mais sagradas coisas do templo, como as duas que a criatura tem comuns com o Criador, quem quer que na sua inteligência rumine de propósito o mal, ou pela sua linguagem use da mentira, comete contra o autor do céu e da terra o maior dos sacrilégios.

A política brasileira, porém, que não acredita em Deus, e em cada um dos seus atos o está repudiando constantemente, substituiu êsse culto pelo da mentira, seu ídolo, sua lei, seu meio ambiente, e de tal modo se combinou com ela, que não sabe falar, senão mentindo, que não sabe escrever, senão mentindo, que não sabe existir, senão mentindo. Reduziu-se a um subproduto da mentira. Não passa da mentira em tintura, em alcalóide, em essência refinada. De sorte que, hoje em dia, política é mentira.

Política do Brasil, meus amigos. Não a outra. Não a de que nascem os Estados livres, e a que dos

Estados livres tem nascimento. Não essa. Não: a nossa, a que tem feito do Brasil uma nação desprezada, entre as outras, a um ponto, que não imaginai; a que tem aferrados à pele da Bahia, já congesta, e a rebentar em sangue, os tentáculos e ventosas de polvo disforme; a que no escuro das ruas desta capital, na sua miséria d'água, na sua ausência de esgotos, no seu excesso de impostos, na bancarrota do seu governo sacia os vícios da sua clandestinidade, os instintos da sua porcaria, os apetites da sua gula, a calosidade impenetrável da sua desvergonha.

Se o látigo de Jesus ardia na epiderme dos vendilhões do templo, não doeria nada, hoje, na dos que o destruíram, e erigiram em seu lugar os pagodes consagrados à mentira. Assim que perderia o meu tempo, se quisesse verberar com a severidade que a ocasião exigiria a deslavada invencionice do sargentão das forças epitacianas nesta terra, quando caluniou as classes conservadoras, averbando-as de terem querido, com a minha candidatura, hostilizar os operários brasileiros.

Antes de mais nada, não é verdade: é mentira, e mentira com escândalo, mentira com afronta da evidência material, mentira com escárnio à notoriedade pública das circunstâncias de agora, vistas e sabidas, aí, por todo o mundo. No próprio dia, na cerimônia mesma com que as classes conservadoras solelizaram, no Rio de Janeiro, a consagração da minha candidatura, se deixou antecipadamente rebatida essa falsidade; porquanto, no meu discurso de aceitação e agradecimento, um dos lances de mais relevo é o raciocínio, com que demonstrei, não só que as classes conservadoras não se poderiam divorciar do operariado, senão que o operariado é, essencial-

mente, uma das classes abrangidas na categoria, no caráter e nos direitos das classes conservadoras.

Depois, numa conferência especial dirigida ao operariado, e que o operariado acolheu, ali, com exaltados aplausos, tracei a carta das reivindicações legítimas do operariado, o programa de solução do problema social de acôrdo com as justas exigências das classes trabalhadoras, — coisa que, até hoje, no Brasil, nenhum homem público se dignou de fazer.

Leu-me, acaso, o meu caluniador? Se me houvesse lido, nem por isso, de certo, hesitaria em dizer, com o mesmo aprumo, o que disse. Mas, provavelmente, não me terá lido; porque os políticos elegantes não costumam ler senão as apologias, que êles se mandam fazer a si mesmos com o *arame* das arrombadas caixas da nação, ou do Estado. A política é, para êsses gentis mancebos de tôdas as idades, um diletantismo, um dandismo, um esnobismo, uma rendosa moda, útil em os tornar mais bonitos, preciosos e apetecidos. Decoraram alguma coisa na escola, no colégio, nas academias; e depois mergulharam na vida fácil, donde reinam sôbre os negócios da nação, como herdeiros pródigos sôbre a sucessão de ricos antepassados.

Mas quem é aquêle senhor, quem é êsse refugador sobranceiro e desdenhoso da minha candidatura, para tomar as dores pelo operariado, e assumir a sua advocacia contra as classes conservadoras? Onde extrai êle o dinheiro, com que manda comprar jornais mercenários, para empestar a nação, do norte ao sul, com os arrotos da sua patranhada? Onde lhe vêm os bagarotes, os maços de pelegas, distribuídos nesta última eleição, para falsificar o voto da Bahia, impingindo-lhe como representante na cadeira presidencial o candidato dos *Sete Felizardos*? Onde, senão das classes operárias? donde, senão das magras cos-

tas do povo? donde, senão de um Estado, que se reduziu à miséria, para sustentar a gangrenosa aristocracia de uma família malvista, e conservar os privilégios de uma dinastia tarada?

Há sete anos, que êle espreme na sua moenda o povo da Bahia. E quando é que teve com êle misericórdia? Quando é que se lembrou das classes operárias? Nesse malbaratar das enormes receitas baianas no caos financeiro, em que vai sendo sorvido esta terra, qual é o quinhão, que já coube às classes trabalhadoras? Qual? O Estado bancarroteia, insolvente e desacreditado. O município está, de fato, dissolvido, extinto. Nas escolas, onde se instruem os filhos do povo, os bancos são caixas de querosene, quando se não vêem obrigadas as crianças a se acorcorar no chão, como ainda esta manhã me contava uma professora. No professorado primário tem havido mortes a fome. Os pobres não têm água, em que se lavem. Suas economias, recolhidas às caixas econômicas, não se lhes restituem. Se exercem alguma dessas funções miserandas, onde se mendiga a vida inteira, são os negros da roça do govêrno; e, caso lhes passe pela mente exercer direitos de cidadãos, lá lhes troveja a imprensa oficial, no mais cínico dilema: "Ou Epitácio, ou demissão".

Eis o que se chama advogar a causa do operário, e querer-lhe tanto bem, que rejeitam a candidatura do velho baiano, estremecido pela Bahia, para abraçarem a do magistrado pensionado com as vantagens da aposentadoria por invalidez e, ao mesmo tempo, aclamado como o homem de mais validade para o mais pesado cargo da República brasileira.

Estive, senhores, há poucos dias, em Juiz de Fora. Preside ali os negócios municipais um médico independente, o Dr. José Procópio. É uma cidade ape-

nas de quarenta mil habitantes. Mas, em seis anos de gerência, êsse desinteressado administrador elevou de três a dez milhões de litros d'água o abastecimento da cidade, assentou dezoito quilômetros de esgotos, calçou quarenta mil metros quadrados de ruas, e deu todo o desenvolvimento cabível à construção de casas operárias, alugadas ali a trinta mil réis cada uma.

A Bahia, em vez de quarenta, conta mais de trezentas mil almas. E, de esgotos, nem sombra. E, de água, nem, às vezes, o necessário para lavar o rosto. E, de ruas, só as avenidas pomposas, umas abandonadas, outras órfãs de luz, condenadas às trevas, nas noites em que não há visitantes ilustres, de cujo depoimento haja receio. E, de vivendas operárias, nada, nada e nada.

Até aqui, senhores, havia eu escrito as palavras, que vos pretendia dirigir. O afã do dia mas cortou na mesa do trabalho. A improvisação, agora, as completará, como Deus quiser; e bem foi que se deixassem para inteirar aqui, depois de escutar o vosso orador, cujo discurso me teria admirado pela elevação das idéias, nobreza dos sentimentos, descrição dos juízos e facúndia da linguagem, se eu não soubesse que, nesta terra, o critério e o talento, a poesia e a eloquência são prendas triviais entre o povo. Disse-me o vosso orador que comigo é solidário o operariado todo. Ah! eu não o podia duvidar. Os operários lêem. Os operários conhecem os homens públicos da nossa terra. Não sou eu, pois, quem precisaria dos cornacas, necessários às criaturas oficiais, para que o público reconheça os bichos recomendados aos seus votos.

Não é para os solicitar que me acho aliado às classes conservadoras. Conservadora é tôda a minha

vida, liberalmente, democráticamente, reformadora-mente conservadora; pois não há, segundo a natureza, não há, em presença da história, não há, com as tendências do mundo coevo, não há conservação, conservação não pode haver, se nela não colaborar a liberdade, se com ela não se associar a democracia, se para ela não contribuir a reforma. Tôda a conservação, para ser conservadora, há de ser liberal, há de ser democrática, há de ser reformadora.

Também não é para vos captar os sufrágios que estou entre vós. Tôda a minha carreira pública é uma contínua advocacia pelos escravos, pelos oprimidos, pelos humildes, pelas vítimas da injustiça, pelos enjeitados da sorte, pelos proscritos do poder, pelos reivindicadores da instrução, pelos amigos da ciência, pelos apóstolos e mártires do trabalho. Nem isto se acha escrito só nos meus atos: bem claro também o está na minha índole e temperamento, no meu caráter e natureza. É contra os poderosos, os privilegiados e os grandes que sempre lutei, sem os cortejar nunca. É com os desprotegidos, os necessitados e os pequenos que sempre me achei, sem jamais os abandonar.

Não vou com o vosso eloqüente orador, quando me chama "o grande operário da pátria". Não me cabe essa grandeza e primazia. De grande operário não me tenho em conta. Mas operário, certa, rigorosa e inteiramente, ninguém o é mais do que eu. Se operário é o homem, que consagrou a vida ao trabalho, e granjeia o pão com o suor do rosto, não há operário mais operário do que eu o tenha sido. Nenhum de vós trabalha mais contínua, mais afanosa, mais duramente do que eu. Nem a nenhum assistirá mais direito que a mim de assegurar que ganha a sua subsistência com o seu trabalho. O meu poderia eu

quase dizer que se estreou com a minha meninice nas madrugadas que espontâneamente fazia, para arcar com as minhas primeiras tarefas. Desde então se me revelou esta incansabilidade, que, há cinqüenta anos, quase dia por dia, ainda não esmoreceu, antes cada vez mais se acalora, e me dá o direito de ter por timbre a convicção de que não há obreiro mais laborioso.

Obreiro do pensamento, sim. Mas o pensamento está em todos os obreiros. Nuns em grau maior do que noutros, mas em todos na plenitude necessária ao trabalho, que não vive sem inteligência desde o escritor até ao mecânico mais humilde, desde o mais humilde mecânico até o mais fino ourives, o mais hábil pintor, o maior estatuário, o engenheiro mais ilustre, o mais consumado ciente. O gênio, que irradia dos cérebros mais luminosos, pode animar as mais modestas obras da indústria humana. Culmina em Dante, deslumbra em Leonardo da Vinci, e ainda resplandece em Bernardo Palissy. Mas não se escreve a *Divina Comédia*, não se pinta a *Gioconda*, nem se lavram os primores da cerâmica da olaria, sem juntar às espontaneidades da inspiração, as severas exigências, a perseverança obstinada e as condições materiais do trabalho.

Não sou eu, portanto, outra coisa mais que um operário com meio século de trabalho, um velho operário, uma individualidade, que morrerá, quando cesse de trabalhar; porque a continuidade no labutar se lhe tornou tão necessária, quanto a de respirar, e mais de boa mente poderá escusar o alimento que a tarefa quotidiana.

Depois, o que eu sinto, o que eu entendo, o que eu quero em relação aos interesses e aos direitos do operariado, já não é mistério para ninguém. A minha conferência acêrca do caso social constitui, a tal res-

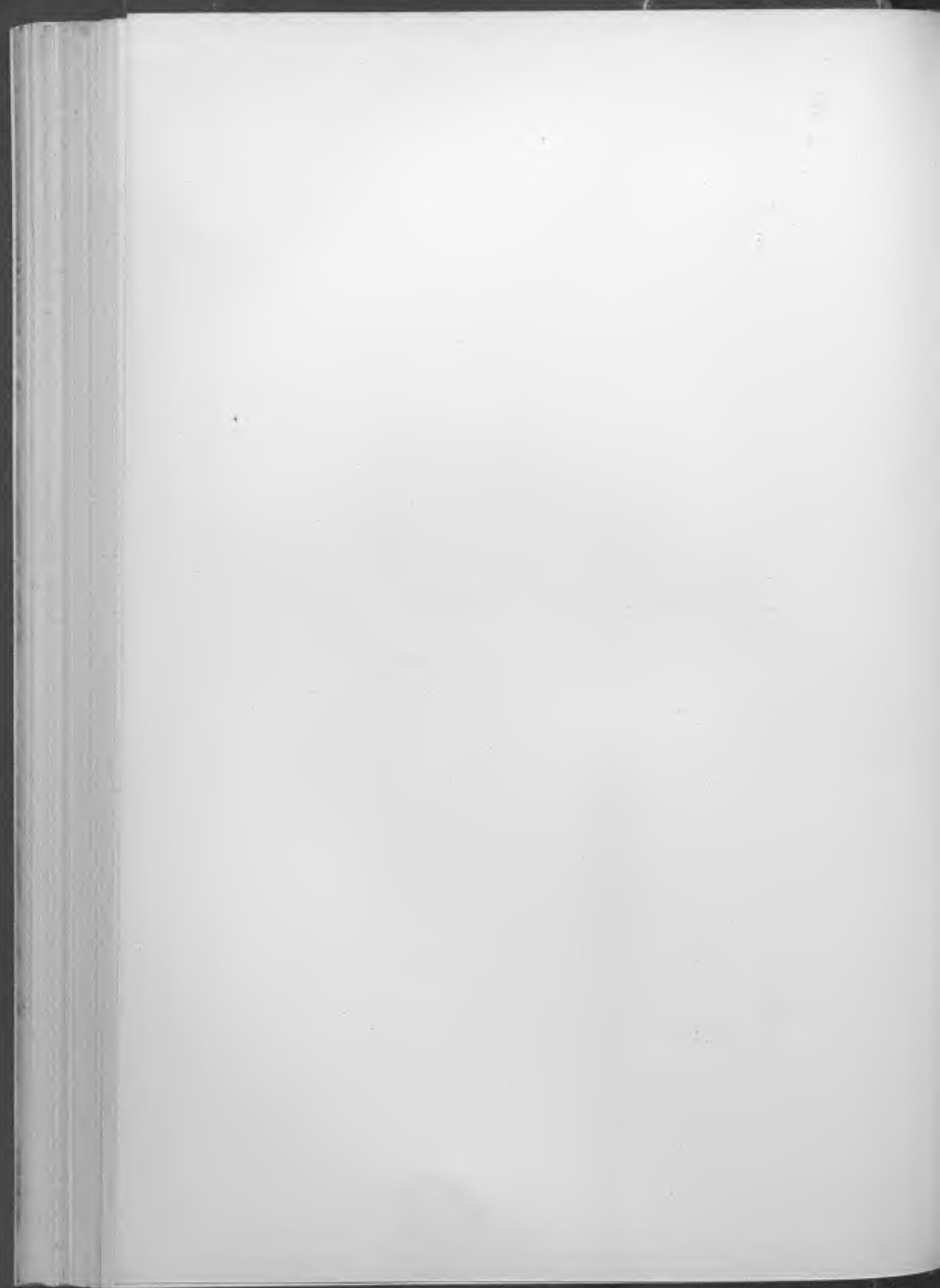
peito, um programa, de que com grande estima se acaba de ocupar o vosso orador. Não sei quanto valerá. Mas, como quer que seja, cogita do assunto em todos os pontos, exara com franqueza as minhas idéias, e é, quando menos, uma página *escrita*, contraposta à página *em branco* do programa dos nossos antagonistas. Esse programa de reticência, de mudez, de vazio absoluto, resume tudo o que eles sabem, tudo o que enxergam, tudo o que pretendem no campo das reformas sociais.

Escolhei, operários baianos, entre a página escrita e a página branca. E não vos esqueça, ao escolherdes, mais um título dos meus competidores. É que eles fazem da política a sua vida, e eu busco, na política, servir à vida nacional.

O entusiasmo, com que me recebe, neste momento, o Centro Operário, a classe operária, o orador operário, diz tudo. Eu lhe agradeço com efusão. Poderia ter buscado mais cedo este prazer. Mas preferi que exercêsseis primeiro o vosso direito de eleitores, para vos agradecer, depois, como neste momento agradeço, os vossos sufrágios, a vir, antes da eleição, requêstá-los. Não me haveis de achar nunca entre os postulantes, ou os cortesãos. Mas dentre os mantenedores sinceros da vossa justiça vereis sempre que não me ausento.



CONFERÊNCIA MILITAR



CONFERÊNCIA MILITAR (*)

Senhores:

Se datas valem, bons fados, ao parecer, auspiavam esta conferência, que não deixou de se realizar em 13 de maio, senão para cair a 24. O signo do seu destino oscilava entre a justiça e o civismo, entre a liberdade e a honra, entre a humanidade e a pátria. A justiça, a liberdade, a humanidade estariam aos 13 de maio. Aos 24 de maio está o civismo, a honra e a pátria.

Podemos, pois, consolar-nos de que este comício não coincida com a comemoração do dia grande, no qual soubemos dar a liberdade aos escravos, que tínhamos, nós os incapazes de restituir a liberdade aos escravos que somos, — dessa ocasião, que não tivemos, de estar aqui juntos num aniversário glorioso para a civilização cristã, nos poderemos consolar, lembrando-nos de que nos achamos reunidos num dos mais gratos ao nosso legítimo orgulho nacional.

TUIUTI

O Brasil não tem, nas suas efemérides militares, ação mais comemorável do que a celebrada hoje, não só pelas armas brasileiras, mas pela nação tôda.

(*) Conferência proferida no Teatro Politeama do Rio, a 24 de maio de 1919.

Tôda ela recordará, enquanto existir a nossa nacionalidade, entre os marcos indeléveis da nossa história, essa grandiosa batalha campal, a maior da campanha paraguaia, em que o invasor do solo brasileiro, já rechaçado até o seu, perdida no ano anterior a sua esquadra, escapou de perder todo o seu exército, e ser varrido até os baluartes de Humaitá. Batalha épica, em que atravessamos um dos momentos mais ditosos da nossa aliança com os nossos amigos do Prata, em que se estêve a decidir aquela guerra de tantos anos, em que fulguraram no zênite do seu heroísmo Osório e Argolo, Mallet e Sampaio, Castro e Antônio Neto, Vitorino e Paunero, Mitre e Flores.

Assim, bem haja esta associação accidental das circunstâncias, que nos congrega aqui num dia tão sagrado ao nosso amor da pátria, para ouvirdes, na última reação do seu patriotismo contra os exploradores da intriga militar, um dos vossos mais sinceros amigos, o mais caluniado patricio vosso, a eterna vítima da mentira política no curso das duas últimas gerações.

É, senhores, se ainda há justiça entre nós, uma obra de justiça necessária; e só esta consideração nos deixa certos de não atentarmos contra a grandeza das tradições desta data, quando a elegemos, para assistirdes, nesta restauração da verdade histórica, ao desdobrar de um dêsses enredos e misérias, que, sob a atmosfera de um país são, não poderiam durar de um dia a outro, mas que, aqui, revivem periódicamente como as doenças da imundície, do calabouço e da senzala.

SENZALAS MORAIS

Regimens há, que são verdadeiras senzalas morais, onde as almas corruptas de servir se nutrem da corrupção, no ar corrompido que as envolve. No ambiente livre não há exalações, que perdurem. A luz, o vento, o oxigênio tudo levam, ou limpam, tudo regeneram, ou depuram.

Mas debaixo das telhas, onde vegeta e mirra a servidão, não há miasma, que não pegue, não vinque, não se eternize. Cada um dos que vão chegando, se aduba dos outros; com eles se cruza, e recruza; novas espécies lhes surgem do coito sutil; de hibridação em hibridação, de multiplicação em multiplicação, um mundo incalculável de malignidades se enxameia, coalha o ar, o desoxigena, e acaba por o tornar irrespirável.

Aí não surdirá mal, que se elimine: todos se perpetuam; com os antigos colaboram os recentes; do ajuntamento de uns e outros se vêm gerando novos; pelo concurso destes com aquêles, crescem ao infinito em número, em diversidade, em virulência os contágios, as infecções, as pestes.

INTRIGA, MENTIRA E DETRAÇÃO

Na vida moral, como na física, a confinação exclui a pureza e a saúde. Só a liberdade as cria e mantém. Na liberdade os homens se benquerem e amam uns aos outros, como o Criador mandou que nos quiséssemos e amássemos. Na servidão se aborrecem e malquerem, se guerreiam e destroem, como ao espírito de inimizade, que é a contradição da obra divina, convém que nos malqueiramos, e brigemos, que nos hostilizemos, e destruamos.

Quando um povo cai e se deixa estar debaixo de influências tais, a injustiça, a inveja, a maledicência lhe envenenam as fontes da vida. Não prospera senão o que rasteja. Tudo o que medra com independência, é malvisto. Só uma soberania, só uma inviolabilidade, só uma religião tem coroa e culto indisputados: a da intriga, mentira e detração.

Não há, bem sei, região habitada, onde se não conheça a deslisura, a falsidade e a denigração. Em tôda a parte há maus e malévolos, malfazentes e maldizentes. Porque em tôda a parte existem as sementes da maldade.

Tôda a diferença vem a consistir em que paragens há, onde se vê perseguido o mal, e outras, onde reina.

Nas primeiras, quando os interêsses revoltados contra a honestidade bradam, ou se esganitam contra um homem público, uma vez esmagada a invenção, liquidada está para sempre. Embora a mentira continue a rosnar, nunca mais encontra dentes, com que morda, ou que mostre.

Nas outras, onde é endêmica a difamação, como a cólera nas margens do Ganges, ou a malária nas do Amazonas, a mentira não perde jamais a mordacidade. Tem os incisivos com o privilégio dos de certos animais, cujos dentes não se gastam nunca: antes quanto mais roem e trituram, quanto mais cortam e atassalham, mais se renovam e crescem, mais se anavalham e reguçam.

O falso testemunho que aí uma vez se levantou contra alguém, poderá hibernar como os arganazes, mas, como êles, ressurgirá mais vivaz da hibernação. Dons da rataria, assombrosa na fecundidade e, na resistência, invencível, inextinguível.

A CALÚNIA OFICIAL

A política é o elemento desta criação nesses mal-aventurados sítios do nosso planêta. Na política está o seu meio habitável, o caldo específico da sua cultura.

Os a que aí se dá o nome de homens de Estado, os em quem reside o monopólio do govêrno, dão-se, quando em quando, ao luxo de trovejar contra a calúnia e o seu arrôjo de lhes não poupar as alturas. Entretanto, o primeiro cuidado a que se entregam, em galgando a êsses intermúndios da vertigem, é organizar em estado-maior a detração contra os seus adversários, e organizá-la com a comodidade, que lhes depara o estilo, em que são useiros e vezeiros, de exercerem a concussão e o peculato, cevando os jornalistas da sua cortelha com os dinheiros públicos, só para isso exuberantes, superabundantes sempre, nas situações da mais franciscana indigência.

SOBERANIA DE PAPELÃO

Naturalmente, quanto maiores os interêsses em jôgo, mais azado o ensejo para o florescer dessa indústria criminosa, dessa indústria de lesa-nação. Nenhum, portanto, a êsse respeito, se compara com o das mudanças de presidente da República, o da eleição das candidaturas presidenciais. É então que, entre os da comandita abarcadora dêsse poder irresistível no mecanismo das nossas instituições, meia dúzia de sujeitos, da pior cotação moral no Brasil, dispõem da magistratura suprema, e a soberania nacional, depois de se deixar adereçar, por alguns dias, das suas insígnias de papelão constitucional, volve aos quatro anos de sono até à outra vez de a alfaia-

rem, para nova solenidade, com as jóias da coroa de bricabraque.

“PREPARAR A OPINIÃO”

Nessas crises periódicas, em que a nossa República assoalha o melhor das suas espúrias galas, como a gente de vida airada nos dias de carnaval, saem à praça os valores metálicos do Tesouro, a fim de “preparar a opinião”.

Bem sabeis como é assim que se apelida, na logomaquia clássica do assunto, o pudendo trabalho de comprar escritores a dinheiro de contado, para ajeitar ao feitio de candidato apresentável, de figuração presidencial, a nulidade, ou a imoralidade escolhida.

SABURRA

Essa vendição d'almas tem suas formas conhecidas. Toda a política brasileira, hoje, outra coisa não é que um vendedoiro de consciências.

Mas, no intenso tráfico dêsse mercado, em que a venalidade se vem afragatar à porta como as gal-dramas pelas calçadas nas ruas da Saburra, o que mais se põe a mau ganho, é o periodismo de certa casta, bem conhecida.

Assim como, nos bairros de mau nome, há para todas as bôlsas, desde as panachas e patrajonas, que se abarregam e gandaíam com o cobre do soldado, ou do marujo, até as frinéias, messalinas e hierodulas, que seduzem artistas, ocupam tronos e chegam aos altares, assim, neste outro mundo, sobem as cotações na mais vária escala, desde os periodiqueiros até os periodistas, desde os escrevinhadores até os escritores, desde os jornalecos até os jornalaços, desde os

surrões e bagaxas da cozinha da publicidade, até às heteras, aspásias e altas mundanas da pena ou da tribuna.

Mas nunca êsse quadro assumiu as proporções dêstes últimos tempos. Há para todos os gostos e preços. Caricaturas? Mofinas? Graves artigos de fundo? Revistas? Hebdomadários? Cotidianos? Ligeiras fôlhas? Polposos cadernaços? Vastos lençóis linotipados? É como vos der na gana, em não faltando aquilo, com que se comporam os melões.

Apraz-vos solenidade e antiguidade? Tendes fé no pêso das tradições consagradas? Agrada-vos o comércio das matronas? Ou, pelo contrário, antes quereis andar às polhas com gente moça, franganitas, raparigas da tuna da imprensa, jornalada nova e chibante, coragens para tudo? Pois é a pedir de bôca. Tudo está no custo. Tarifas há de mil réis. Tarifas de contos. Tarifas de centenas desta última unidade.

OFERTA E PROCURA

Em certas ocasiões, porém, em ocasiões como a de agora, tudo se compra, tudo o que acode à venda; e o vendimento não tem mãos a medir. Recresce a oferta cada dia, e com a oferta a procura. Porque é mister comprar tudo. Cada goela, que se abra, e não obtenha o seu bocado, voltaria contra o poder os incisores e laniars, que traz amolados para a opposição.

Convém, pois, que cada garganta ingurgite o seu recheio. Mas então é um escancarar de tragadeiros, que não se acaba. De todos os cantos surdem jornais e jornalços, revistas e semanários: êstes, cogumelos de uma só manhã; aquêles, aves arribadiças, para a estação corrente; outros, de maior proa, com

fumaças de vingar novas quadras, e, corsários de tôda a roupa, ararem amanhã novos mares, pirateando noutras situações.

DE GUARDA A CONCUBINA

Nada vale essa cascalhada; porque não há quem não conheça os vendidos. Ninguém os conhece melhor do que os governos, que os fretam. Mas não os conhece menos o povo, que lhes assiste à fretagem.

De repente, gazetas arrebetadas começam a engravitar-se. Plumitivos, que ontem minguavam do magro salário, já se afazendam, e adquirem prédios na cidade. Exploradores de emprêsas jornalísticas, cuja sorte desandava a olhos vistos, se empenacham de novo, e tornam à boêmia de alta roda.

Não há quem lhe não esteja ouvindo cantar no bôlso os dinheiros da fortuna escusa. Dinheiros, que, como os de sacristão, cantando vêm, cantando vão; mas que vêm e vão, ressumando suor do povo, ressudando pranto das misérias do trabalho, marejando o sangue, e revendo a dor, a vergonha, o luto da nação pelos seus direitos e pela sua honra, almoedados, nessa prostituição da publicidade, aos governos, de que devia ser guarda, e é manceba, é concubina, é barregã.

SAQUE AO TESOURO

Êsse dinheiro, gualdripam-no os governos da União e os governos dos Estados ao erário nacional e aos erários estaduais, para alugar as aves de rapina da imprensa, os pilha-ratos do jornalismo, a literatura pilharenga dos almocreves de bajulações e calúnias estampadas. Debaixo de tôdas as formas o surri-

piam: ora, sob a de avultadas mensalidades; ora, sob a de liquidar contas de publicações oficiais; já em graúdas liberalidades, consoante os saques ou ajustes da chantagem, já em contratos, empregos, ou gratificações, com que se acomodam os pilharetes escreventes de tôdas as marcas. Tem-se chegado, até, a socorrer jornais encravilhados, resgatando-lhes compromissos formidáveis, que o Banco do Brasil espreme das suas atrapalhadas finanças, e que lhe não voltam à caixa senão pelo Tesouro Nacional.

Entre os gravíssimos sintomas da ação dissolvente da política na moral de nossa terra não haverá, talvez, nenhum tão grave quanto essa desconsciência, com que os nossos homens públicos e os governos, quer da União, quer dos Estados, que de mais limpos e austeros gozam nome, têm rapinhado e rapinado, assim, a fortuna pública, sem sombra de escrúpulos ou remorsos, por aliciar apologias ou pasquins de encomenda, e escritores ou oradores de alquilaria.

VELHOS PINTADOS E ESCRITORES VENDIDOS

Dá-se com êsses administradores, para quem se baralharam as noções de probidade e improbidade, coisa análoga à que sucede com os velhos pintados. Bem sabem êles que se pintam. Bem lhes estão vendo os demais a pintura. Mas fazem garbo das cãs azevichadas, como se ninguém lhes soubesse da tingidura visível.

Da mesma sorte entre os jornalistas, que se alquilam, ou vendem, e os governos, que os compram, ou alugam, se truaneia o farsalhão da publicidade honesta. O público aponta, a dedo, vendidos e compradores, conta pelos dedos da mão os preços, desembolsos e embolsos das compras e vendas. Mas os

personagens da comédia, desempambados e indiferentes à vaia geral das consciências, continuam a mercar adulações, e traficar em verrinas, como se a galeria não estivesse farta de conhecer quanto custa ao contribuinte roubado cada uma dessas gabanças ou diatribes.

O PODER E O ROUBO

Castigam-se as ladroices vulgares. Desde os ladrupos até os ladravões, todos têm o seu quinhão no código penal. Paga-se com anos de cadeia o surripilhar de um queijo, ou de um pão. O que rouba com risco, padece castigo severo. Mas o poder, cujas sentenças julgam e condenam, o poder que faz as leis e nomeia os magistrados, o poder político se vai habituando a ter por base o roubo. É, com efeito, mergulhando o braço até ao cotovêlo nas arcas da fazenda pública, é destarte que êle amanha a publicidade mercenária, à custa da qual se candidatam, elegem e reconhecem os chefes da nação, concebidos no danado ajuntamento do Tesouro com as meretrizes politican-tes e criados na mancebia pública do Tesouro com as cortesãs escrevedoras.

Debalde a lei, que definiu os crimes de responsabilidade do presidente da República, absorve o seu capítulo terminal, e coroa o seu sistema de penalidade, qualificando os atentados presidenciais "contra a guarda constitucional dos dinheiros da nação". Em vão se criminam e fulminam com as sanções cominatórias êsses atentados.

Os vigias da moralidade administrativa, acompanhados com as desonestidades, apagaram os faróis. Vivem hoje, à custa dos vigiados, trocando os antigos holofotes da imprensa nas lanternas de furta-

fogo, protetoras das excursões noturnas, e se juntam em alcateias de lobos, para es-traçoarem na denteira os adversários do govêrno.

Com essa cumplicidade, que custa à nação os olhos da cara e os dentes da bôca, os guardas legais da fortuna pública, em lugar de a guardarem, a des-guardam; em vez de a prosperarem, a dissipam com os seus bандoeiros, e, seguros, por essa organização da publicidade em sindicato da mentira, em encobrideira das manigâncias do poder, não há excessos, de que não contem com a impunidade.

OS MALFEITORES-MORES

Não há, já se vê, senhores, em qualquer país livre, quanto mais numa democracia como a nossa, tão grosseira, tão crédula, tão enganada, malfeitores mais criminosos que êsses renegados da imprensa, êsses duas-caras do jornalismo, que se inculcam à opinião pública de seus órgãos, e entram na comilagem da corrupção administrativa como seus malungos.

INTERESSADOS NA OPOSIÇÃO, QUE ATACAM

Mas, parasita do Tesoiro, essa imprensa, ao mesmo tempo, não vive senão de parasitar com as oposições. Assalariada para as agredir, tôda a sua conveniência está em que elas existam, para que ela tenha donde ganhe. O seu interêsse, a condição de existência dessa indústria de chantagistas, dessa indústria prostibular, é que o poder, cujas gorjetas a nutrem, cometa os maiores abusos, e tenha os piores inimigos. Daí lhe dependerão os lucros.

De sorte que os adversários habituais das más administrações nos debatemos neste dilema: calar,

concorrendo com o nosso silêncio, para que elas prevariquem de um modo, ou censurar, contribuindo com a nossa hostilidade, para que elas prevariquem de outro. Se emudecemos, não têm as dilapidações quem as descubra. Se desemudecemos, é praticando outras que aquelas se encobrem, ou advogam.

Assim, quando se divulgou a atoarda maligna de que eu renunciara à candidatura presidencial, maus quartos de hora passaram os magnatas da venalidade. Os sobressaltos se lhes denunciavam em diálogos como êste, de que vos asseguro a autenticidade:

“— Então será exato que o conselheiro vai desistir ?

“— Sim; consta que desistirá.

“— Mas não é possível que o conselheiro desista, numa campanha em que êle nos dá tão grande lição de civismo.

“— Como assim? Pois Você mesmo não tem atacado a candidatura Rui, exaltando a do Epitácio? Que história é esta, pois, de não desejar que o Rui desista ?

“— Não, lá isso não queremos. Queremos a luta. Da luta é que nos há de vir o cobre. . .”

COM APITO, OU SEM APITO, É O MESMO

De maneira que nem para o Tesouro público, nem para nós outros há por onde fugir. Ao Tesouro mais valeria deixar-se ladroar, sem que o tentem defender das ladroíces; porque, se o defenderem, se verá duas vezes ladroado. Quanto a nós outros os oposicionistas, ou havemos de estar com o latrocínio, se o não acusamos, ou novos latrocínios fomentamos, quando o acusemos. Numa hipótese, o protegeríamos com a

nossa corrupção. Em outra, o protegemos com a nossa inteireza. De tal arte que, praticamente, no Brasil atual, dêem por onde derem, os próprios homens de bem não têm outro remédio senão sustentar, direta ou indiretamente, os bandalhos.

Como quer que façam, ou guardem o apito no bolso, ou metam o apito na boca, de uma ou de outra sorte lhes estão aproveitando. Se não apitam, porque deixam à vontade os malfeitores. Se apitam, porque, dêste jeito, apenas conseguem levá-los a juntar ao que tiram para si mesmos, o que tirarem, então, para os seus advogados.

Eis aqui está, senhores, como o homem mais bem intencionado se achará, muitas vezes, a hesitar sobre o rumo que siga, temendo, quando vê lesada a nação, não lhe vá dobrar o dano. Porque os nossos maus governos, ainda colhidos em flagrante e esmagados pela evidência, não recuam: empreitam apologistas, de cujos panegíricos o custo, saindo também do Tesouro, vai agravar-lhe a sangria.

COMER DO TESOIRO NAS COSTAS DA OPOSIÇÃO

É assim que, oposicionista quase tôda a minha vida, tenho-a levado quase tôda, contra a minha vontade, a dar de comer a essa casta de guleimas. Em calando, logo me imputam o silêncio a consentimento. Em criticando, logo se acham como querem: estão nos seus gerais; e, parecendo que é a mim que se atiram, aos dinheiros públicos é que se lançam, como gatos a bofes, como urubus à carniça, como varejas à bicheira do gado.

Gente que tem vergonha de cão, descochada e malhadiça, não há bordoadas, que sintam, nem vergalhadas, que a core. Ponto está em que embolsem a

maquia. Caras de cães de pedra no dar conta das tarefas mais deslavadas, queixos de cães de rua no roer dos ossos mais sujos, não se dão por achados com o desprezo público. Língua para lamber e adular, dentes para atassalhar e comer, patas para correr ou unhar, e ninguém os vence. Uma lambedura a gosto, uma dentada a jeito, um capataço a tempo: de mais não necessita qualquer alimária, para ser má.

Chegamos a tão insólita e destemperada baixeza, que inverte o próprio bem, e converte em mal a mesma virtude. Até agora se havia por certo que a discussão é uma necessidade e as oposições um bem, nas democracias. Mas a democracia brasileira reduziu a oposição e a discussão pública a meio de subsistência da canzoeira sábia no falar e escrever.

Se a candidatura Epitácio não houvesse tido contraditores, tôda a caniçalha douta estaria a morrer de fome. Desmorreu com a minha candidatura, que a está desfaimando.

O BERÇO DA FÁBULA

Foi dêsse monturo, onde a decomposição do senso moral vai parar em tais resultados, foi dêsse podreiroiro de caracteres vendidos ao mal, como dizem os livros sagrados, *venundati sunt ut facerent malum* (I Macab., I, 16), foi dêsse muladar em fermentação exposta ao sol, que, dentre as mais soezes patranhas e cobardias, dentre as mais churdas trapanças e manganilhas, as comadres e contilheiras do Tesoiro (do Tesoiro, não: dos Tesoiros; porque, nestas vergonhas, os dos Estados andam de aposta e correm aposta com o da União) foi dêsse muladar, torno a dizer, que as comadres e contilheiras do con-

trabando republicano enredaram a fábula do meu malquerer e malfazer às classes armadas.

Desfabular essa aldravice, igualmente ridícula que descarada, igualmente vilã que reteimosa, era trabalho, a que bem me podia eu negar. Não se trata, com efeito, senão de uma velha cangarilhada e de um cínico maranhão, mil vêzes esborralhados, e tantas vêzes remergulhados na lama da sua origem, quantas revivescentes da sua desimpureza, da sua pouca-vergonha, da sua desabalada toleima, para me saírem à frente, e se me meterem à cara.

SEGUNDO O MERECIMENTO DOS AUTOS

Como, porém, os aldravões insistem e corvejam em monumentalizar o disparate, vamos desemploá-lo do seu arrôjo por uma vez, e, trazendo a exame as peças da verdade numa liquidação plenária, numa elucidação definitiva, entregá-lo, desentonado, e desdentado, e desqueixado, ao desprezo dêsses mesmos, a cuja boa fé armava, e cuja credulidade queria emburricular.

Assim, não fazendo mais do que tornar a repetir, ainda uma vez, o que outras sem conto já tenho mostrado, alegarei do meu direito com as provas na mão, provas aliás na sua maioria conhecidas; e julgareis segundo o merecimento dos autos.

DERRADEIRO SACRIFÍCIO

É necessário paciência, resignação e coragem, para levantar do buseiro, onde fermenta, uma intrighada, que está de rixa aberta com a evidência das coisas mais conhecidas.

Com a segurança de que, neste regímen, ninguém terá servido mais que eu os legítimos interesses do exército e da marinha, vai quase além dos limites do meu império sobre mim mesmo o reagir contra o nojo aos que me assacam o aleive de hostil às classes militares. Mas, já que o Brasil político é isto, vá como derradeiro sacrifício à estima, em que sempre as tive, a condescendência em aceitar um julgamento, no qual não poderia ter melhor testemunha que elas mesmas, da injustiça dos enredos, em que recebo o pago da minha amizade e devotamento.

SÓ A BEM DA VERDADE

Bem vêdes, senhores, que me não submeto a esta prova, por vos cortejar. Se tal fôsse o meu móvel, não se teria demorado esta conferência para depois da eleição.

As circunstâncias, que até após esta a retardaram, não seriam invencíveis, se eu quisesse pôr em balança o interesse de vos ter do meu lado no pleito eleitoral. Mas era melhor que êle seguisse o seu curso, e eu não viesse a entrar nesta explicação com o nosso exército e a nossa armada senão agora, quando já lhes não necessito dos votos, e, estando em uma idade, na qual a minha carreira pública orça pelo seu termo, não me seria lícito esperar dêste discurso outra vantagem mais que a de restabelecer a verdade.

FATOS E DOCUMENTOS

A ela, pois, senhores meus, que já vão longos em demasia êstes preliminares. Não vos queixeis da maçada, que não há dar amenidade a trabalhos de

mera documentação, como há de ser êste, para não sair do seu objeto. Documentar, e não perorar, eis o a que hoje venho. Não vos saboreareis numa audição deleitável. Mas espero vos satisfareis de uma documentação cabal.

O ELOGIO DE OSÓRIO

Os meus passos iniciais na vida parlamentar denunciaram logo o interesse que me inspiravam as grandes tradições da nossa história militar, os seus grandes nomes.

O de Osório me arrancava, na Câmara dos Deputados, em 1879, esta explosão de entusiasmo :

...o Partido Liberal é reconhecido a todos os seus grandes servidores nas lides memoráveis da última oposição; não esquece a nenhum; mas o Partido Liberal, como o país, não vê entre êles, entre os seus guias, nenhum, que mais merecesse a honra de *primus inter pares* do que o marquês de Herval...

Sem cometer o crime de ingratidão para com os colaboradores dêste chefe por todos os direitos, o glorioso Rio Grande do Sul certamente não poria em dúvida que êste, não exclusivamente pela espada, mas pelo conselho político também, é *a mais esplendente, a mais nacional, a mais rara das suas glórias*; que essa incontestada legenda, que, há tantos anos, lhe envolve o nome, não é uma figura de retórica; que só êle, talvez, neste país, até hoje logrou, pela voz da população inteira, o privilégio de ser legendário em vida. (Sessão de 10 de julho de 1879. Resposta ao deputado Camargo.)

“ESPADA REDENTORA”

O inimigo das classes armadas, que ora tem a honra de vos falar, já antes da República definia os seus sentimentos a respeito delas na prosa desta estrofe rutilante de entusiasmo :

Espada redentora, tu cresceste no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris, o sinal da aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas no coração das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito inerme, asseguraste laços de fraternidade que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso, à transformação liberal das nossas instituições.

Era assim que, no *Diário de Notícias*, aos 13 de maio de 1889, celebrava eu então *O Dia Máximo*, como lhe chamei no título dêsse escrito, rememorando o consórcio do soldado com a nação brasileira no resgate geral dos cativos, um ano antes.

EM AGÔSTO DE 1888

Já no ano anterior, a minha conferência abolicionista, pronunciada aqui, no Politeama, aos 28 de agôsto, abria com uma ardente declaração de fraternidade entre os que nos batíamos pela emancipação dos escravos e as forças nacionais.

O abolicionismo, (ali dizia eu), o abolicionismo, increpado de sedição e assalto à propriedade não se homizia no segredo, não solapa o chão de dinamite; procura juntar-se à porta dos quartéis, constituir-se em assembléia sob os olhos da força armada, levantar a voz, até soar bem fundo na alma dos defensores da pátria, e fortalecer-se, sentindo voltar de lá o eco do aplauso fraterno.

Entre nós e êsses batalhões cobertos de glórias se permutam, em correntes contínuas, invisíveis, mas sentidas, as mesmas impressões, o espírito da mesma solidariedade, os elementos de um ambiente comum. Se a nossa influência é a propagação da anarquia, então a anarquia fez ninho no exército, de cujo campo a idéia abolicionista sempre instintivamente se aproximou; e um país onde a anarquia inquinou o espírito militar, é um país fadado à dissolução.

Mas não, senhores: os comensais do poder confundem a anarquia com a vida. A vida é que nós somos: *a vida é o que o exército é. No exército e no abolicionismo está condensada e intensificada a vitalidade nacional: eles representam o que resta da honra e integridade da pátria, a sua conservação e o seu futuro, a sua inteligência e o seu brio, a sua abnegação e a sua força.*

O voto unânime do Clube Militar, publicado há dias, confunde-se com o voto unânime do abolicionismo brasileiro, (1) repercutido em vozes inumeráveis através do Império até às suas extremas, através do Atlântico até à mesa do Lord Mayor na capital da Inglaterra, a imortal perseguidora do tráfico. Destas duas opiniões se compõe uma grande massa vitoriosa, como de muitos mares se forma um oceano; e, à tona dessa insurreição da consciência nacional, sacudido de mareta em mareta, fustigado de rajada em rajada, cuspidor pela espuma de marulho em marulho, flutua aos tombos o vulto daquilo que pretende governar-nos, buscando agarrar com os dedos resfriados a imensidade oscilante, que lhe foge. Como última provocação ao ciclone, ao de cima dessas ondas os espectros dos naufragos do Apa, as vítimas da relaxação perversa, estúpida e cega, que é o gênio da nossa política, emergem as cabeças disformes, de onde se penduram as algas, e escorre a água marinha, dilatam as órbitas sem olhos, estendem os corpos exaustos pela fome, e, apunhalados pela loucura do abandono, agitam fantásticamente os braços...

Depois, alguns períodos adiante, continuava:

Quando, depois de atirar ao descontentamento do exército a demissão do Sr. Chaves, como quem joga um trapo a um lobo esfaimado, para persistir na política militar do ministro despedido, o ministério 20 de agosto, no atalho por onde se esgueirava, esbarrou naquele manifesto dos dois generais, que protestava «não recuar pelo caminho por onde se volta sem honra», ninguém imaginou que a governação do Estado pudesse continuar um momento nas mãos daquela fanfarrice humilhada até à sola dos sapatos da tropa.

(1) Veja-se como documento notável da reação do exército contra o elemento servil a representação (assinada por Deodoro) do Clube Militar à Princesa Imperial em 25 de outubro de 1887 e reeditada agora no *Diário da Bahia* em 13 deste mês (1919).

Senhores, eu me achava nas galerias da câmara vitalícia, no dia em que as palavras calculadas e frias do visconde de Pelotas, lampejando como a lâmina da sua espada, descoraram com a palidez da agonia as faces do Presidente do Conselho, unindo, na mais expressiva associação de idéias, a atitude do exército às recordações de 7 de abril; vi os senadores deixarem as suas cadeiras, tomados de emoção inexprimível, nessa sessão extraordinária, a mais memoranda nos anais daquela casa, quando a ordem constitucional parecia dissolver-se ali, a olhos vistos, na pessoa do govêrno, que se decompunha sôbre o tapête do Senado, como cadáver na mesa do necrotério.

ESTRÉIAS DO "INIMIGO DO EXÉRCITO"

E que, senhores ? Pois é debaixo de estréias tais que se incuba em gestação a carreira de um futuro inimigo do exército brasileiro ? Ou teria degenerado em larva daninha o embrião que se envolvia no casulo do bicho de sêda ?

Vamos vê-lo, senhores meus.

O MANIFESTO DOS DOIS GENERAIS

Quando me succedeu assistir, das galerias do Senado, à memorável assentada parlamentar, em que a voz do visconde de Pelotas traspassou os ministros da coroa, não era eu ali um espectador como os outros. Havia para a minha curiosidade circunstâncias que me eram peculiares.

Dêsse manifesto dos dois generais, Pelotas e Deodoro, me coubera a honra de ser o autor, por incumbência do senador Dantas. Chamado, um dia, por êle ao palácio do Catete, residência então de seu filho, o conselheiro Rodolfo, recebi daquele chefe liberal, meu chefe a êsse tempo, o encargo de redigir

aquêle ato cominatório contra a política do gabinete conservador.

O caso era de urgência. O trabalho devia estar concluído em algumas horas, para sair, como saiu, ao outro dia, n' *O País*. Graças a esta circunstância, muitos houve que o julgassem de Quintino Bocaiúva. Mas era exclusivamente meu, e êle não teve no incidente outra parte que a de levar à publicidade êsse documento. Disso (admitindo que não bastasse o meu depoimento) poderia aduzir testemunhas, e testemunhas militares.

Foi nessa eleição da mais íntima confiança e sob o sêlo da mais delicada responsabilidade que se baptizaram, ao nascer, as minhas relações com o Exército. Vêde lá se poderiam entabolar-se em condições de mais solenidade e melindre.

o Diário de Notícias

Então ainda não assumira eu a redação do *Diário de Notícias*, ao qual, mais tarde, na Europa, havia de atribuir o visconde de Ouro Preto, que, no assunto, falava de cadeira, a responsabilidade capital da revolução que extinguiu a monarquia.

Foi aos 6 de março de 1889, que me investi na direção daquele jornal. No dia subsequente estampava êle o meu programa, sob o título *O nosso rumo*; e na manhã seguinte encetava eu a rota, que ali me traçara, dando a público o meu primeiro editorial. A que se consagrava êle? A sua rubrica o está dizendo: *O beribéri na marinha*.

PRIMEIRA DEFESA DA MARINHA

Quereis ver com que espírito essa matéria ali se tratava? Aqui tendes uma breve amostra:

...O novo ministro da Marinha diverge dos seus predecessores, e tem por negócio adiável a prestação dos socorros da medicina aos defensores do país, acometidos pela peste...

Talvez S. Ex^a ainda não tivesse tempo de saber que os marinheiros doentes perdem o sôlido e a ração de bordo, pagando, assim, ao Estado, com a importância dessa remuneração, que deixam de receber, a assistência hospitalar, que recebem. Sendo assim, está claro que deixá-los morrer privados dela, além de descaridade, além de despatriotismo, além de vergonha, é, rigorosamente, uma espoliação.

Não falta, nas repartições de marinha, a decência, o conforto, porventura, o luxo. Mas quem frequentar o seu hospital, verificará que falece aos doentes a roupa, e que os menores estão reduzidos a quase nudez, descalços, e trajando o fato de adultos.

O desamparo em que vivem os beribéricos, dá-nos amos- tra expressiva da benevolência que essa classe, tão digna de simpatia, merece aos seus tutores oficiais.

Em algumas palavras se debuxa então, aí, o que era o hospital de marinha, concluindo-se nestes têrmos:

Tal o desmancho do serviço clínico nesse hospital, onde se economiza, fraudando a pobre bolsa dos marinheiros...

Dizem que o honrado barão é homem de finanças (ponhamos o coração de parte). Já calculou S. Ex^a que prejuízo exprime para o Tesouro a perda de um marinheiro, quanto vale a educação técnica de uma praça da armada?

Deve presumir-se que S. Ex^a é homem de Estado, e sabe-se que é ministro. Já refletiu sobre até onde pode ir, licitamente, nos que governam, o desprezo da vida dos homens lígios de Sua Majestade?

O fato é que está reduzido à metade o batalhão naval, e S. Ex^a por certo não ressuscitará os mortos neste mês auspicioso da sua estréia. Mas, pelo amor de Deus, afoite-se a mandar gastar êstes poucos contos. Ligue o seu nome a êsse fácil melhoramento. Terá captado a gratidão eterna daqueles infelizes, e poupado ao país um capital inestimável.

O jornalista escrevia, como se vê, com o coração na pena, e, deixando todos os cuidados políticos, consagrava as primícias da sua lida, no campo das lutas que ia encetar, à marinhagem brasileira, aos soldados da nossa armada, à sua sorte na doença, nos leitos de hospital, no abandono à epidemia exterminadora.

Bom inimigo êsse do soldado e do marinheiro !

PRIMEIRAS DEFESAS DO EXÉRCITO

Daí a poucos dias o meu artigo de fundo corria a defender *O exército punido*.

Aí se mostrava que, "enquanto Pedro II *governou* êste país, nunca houvera o menor estremecimento entre o govêrno e a fôrça militar". Datavam do "lusco-fusco" do segundo reinado as primeiras comoções, que vieram abalar a autoridade da monarquia sôbre o exército brasileiro".

O gabinete de 10 de março, observava eu,

... o gabinete de 10 de março, incumbido pelos fados de concluir sem glória a mais gloriosa das nossas revoluções, não conseguiu, apesar do talismã abolicionista, deixar melhor exemplo do dever praticado com firmeza nas relações entre o exército e o govêrno. *A questão militar, renascente em 1888* graças à proteção liberalizada, em São Paulo, à autoridade policial que desconhecerá grosseiramente os limites da sua competência, *penetrando, à noite, em um quartel de tropa de linha*, infligiu ao poder civil humilhações ainda mais cruéis que as que curtira o ministério Cotegipe.

Se o govêrno soubesse ser enérgico e leal, dando a legítima satisfação aos brios da dignidade militar; se exautorasse para logo o chefe de Polícia, que comprometera a ordem confiada à sua guarda, nada haveria: as ruas de São Paulo não teriam sido regadas de sangue, a altivez dos ministros não teria tragado o fel de tantas afrontas, e a honra do govêrno não seria arrastada no lôdo, conformando-se ao papel de

embair um general, para obter da ilaqueada boa fé dêste um testemunho protetor.

Pôs termo à crise, como se sabe, a farsa da exoneração do magistrado imprudente, *anunciada ao exército* como um ato de severidade contra o transgressor e comunicada a êste como deferimento amistoso aos seus desejos.

Salvou-se, assim, na ocasião, o risco iminente. *Mas a lição que ficou, foi a mais desgraçada, que a milícia podia receber: a da frouxidão da autoridade, a da deslealdade ensinada ao soldado, a da mentira explorada pelo govêrno, a da traição usada pelo poder para com os defensores do país. (Diário de Notícias, 20 de março de 1889.)*

Uma série de coincidências benignas alhanava o caminho ao ministério. Uma delas lhe entregara o poder na hora da abolição. Outra fulminara com a morte o coronel Madureira. Já não era ser feliz?

Mas, prosseguia eu nesse escrito,

...entre êsses azares de uma estrêla invejável, nenhum caiu mais a ponto do que o rompimento entre o Peru e a Bolívia. Que melhor ensejo para afastar para regiões remotas, que lhe fôssem exílio e talvez tûmulo, êsses gloriosos batalhões, em cujo seio a escola austera da disciplina não extinguira o instinto da democracia e o amor da humanidade?

Eis a origem real dessa expedição, que evidentemente nenhuma necessidade real reclamava. Não havia, na imprensa ou fora dela, a mínima expressão de receio quanto à integridade do nosso território ou à honra da nossa bandeira... *Era a secção do exército brasileiro suspeita aos interesses de um govêrno impopular, que ia ser atirada, sob a invocação de uma falsa necessidade pública, aos sertões de Mato Grosso. (Ibidem)*

O quadro, que aí se traça, dêsse castigo aplicado ao exército brasileiro, não era imaginário, não se embebia nas tintas do devaneio. A redação do *Diário* escrevia com os documentos ante os olhos. "Vimos", depunha eu, "vimos dolorosas missivas de oficiais dos mais bravos, dêsses em cujo ânimo, afeito a todos

os perigos, são imagens familiares as da morte pela honra e pela pátria, — vimos dolorosas missivas desses oficiais exorando a piedade dos amigos contra a inglória agonia de um degrêdo mortífero entre os miasmas e mosquitos de Corumbá". (1)

Debalde clamava pela minha voz o suplício desses bravos. O flagelo recrudesceia. Novas cartas daquele degrêdo carregavam as tintas à horrível pintura. A um calor de 41° eram os batalhões "obrigados a fazer exercícios diários, das 5 da manhã às 7 da tarde, e até, nos domingos, depois da missa". As faxinas eram "de sol a sol; o que levava grande número de soldados a desertarem para a Bolívia". Os demais adoeciam quase todos, e, não tendo recebido "fardamento algum", os soldados estavam "quase nus".

Acudir-lhes, livrá-los, não o podia eu. Mas o meu bradar não cessava. O editorial de 14 de abril o tornou a renovar. Esse destêrro improfícuo, insistia eu, "êsse destêrro improfícuo, acintoso, puramente malfazejo, já não podia encontrar qualificação acomodável à respeitabilidade do poder público. Que diremos, porém, dessa recrudesceência de trabalhos aflitivos, impostos ao soldado brasileiro, sob uma atmosfera cuja influência, por si só, anemiza e arruína os mais fortes? (2)

"O exército punido" era a lição que essas inúteis crueldades queriam dar ao país; e o *Diário de Notícias*, nesse outro artigo sobre "o exército punido", chamava a contas, por aquêlê capricho do arbítrio imperial, o ministro, o govêrno, sobretudo, o príncipe consorte.

(1) Ibid.

(2) *Diário de Notícias*, 14 de abril de 1889.

O CASO MOREIRA PINTO

A influência dêste já se revelara, obra de cinco semanas antes, na jubilação do Dr. Alfredo Moreira Pinto, professor de História na Escola Militar.

Essa medida arrebatou a minha indignação. "A cena de que hoje cai vítima o Dr. Moreira Pinto", disse eu, "representa um dêsses episódios de outro século, quando os reis se impunham pela imoralidade e pelo terror. O seu desenlace, porém, imprime à alucinação daquela violência um remate de provocação, que atordoa, e faz duvidar de que o cortesanimismo não tirasse definitivamente a razão aos que lançam às consciências êsse desafio."

O golpe de 1889 refletia a cena de 1882. Em 1882 o lente de História naquele estabelecimento militar era admoestado com dureza, por haver, diante do conde d'Eu, dito mal da noite de S. Bartolomeu.

Tenho ainda entre os meus papéis de valor o original autêntico, dado a mim pelo Dr. Moreira Pinto, do *reservado*, que, em 23 de julho de 1882, lhe endereçara o comando da Escola Militar, e cujo texto estampeei no *Diário de Notícias*, em 25 de março de 1889. Aí se diz ao professor repreendido que a sua linguagem constituía "uma censura à *antiga realeza francesa, e, portanto*, (textuais palavras) *uma falta de acatamento* a Sua Alteza o Sr. Marechal de Exército Conde d'Eu, *membro dessa mesma realeza*, o qual se achava então ali, por haver honrado a nossa Escola com a sua *augusta* presença".

Algumas palavras adicionais a esta desanda, carregando-lhe a rispidez, ainda mais desautorizavam o lente repreendido. Sete anos dormiu o agravo no príncipe desgostoso dêsse desacato às sombras

dos seus maiores. A mão benévola do Imperador, que não era de vinganças, conteve o desabafo, até que, com o virtual advento da herdeira presuntiva, em 1889, entrou a sentir-se nos atos da coroa o ascendente decisivo do consorte da princesa imperial e então expiou o culpado, com a jubilação arbitrária, o velho crime da independência das suas opiniões sobre os crimes da casa de França.

O MAGISTÉRIO MILITAR

Essa estocada fria nos direitos da verdade e nas liberdades elementares do ensino merecia de sobra a severidade, com que a parei nas colunas do meu jornal.

Não era de um indivíduo a causa, que eu advogava. Era a da consciência humana, que se levantava aos meus olhos, na cátedra militar, varada brutalmente pela cutilada cortesã.

Era bem o caso, pois, de notar, como notei :

Desaparece o nome do espoliado, seu valor pessoal, seus serviços profissionais, as circunstâncias peculiares à sua individualidade, para ficar isto: a conculcação franca da consciência do magistério, pisada aos pés de um príncipe, em satisfação de uma vingança incubada na impotência de longos sete anos. (1)

O artigo terminava, lembrando que, na Rússia mesma, "a história é livre até na bôca dos cicerones das galerias imperiais, onde se apontam aos viajantes, com êste subido título de honra, as efígies dos amantes de Catarina II", ao passo que, na monarquia constitucional do Brasil, o lema da instrução ministrada no mais alto instituto de ensino do exército nacional era: "Silêncio à História!"

(1) *Diário de Notícias*, 25 de março de 1889.

Não, tal não podia ser; e, dois dias depois, tornava eu ao caso, para, invocando as mais memoráveis tradições da liberdade no professorado, levantar o ânimo da juventude militar à altura do espírito do mestre, que ela perdera, dizendo-lhe sem rodeios:

História não é cortesanismo. Ensino não é servilidade. *Farda não é libré*. A cadeira que o Dr. Moreira Pinto deixa, perdeu a sua autoridade; não falará nunca mais à confiança dos moços, daqueles que se alistam no serviço da pátria, e não na domesticidade da corte. (1)

REFORMA DA ESCOLA MILITAR

O *Diário* de 30 de março trazia a lume o meu terceiro artigo sobre a *Escola Militar*. Mas aí era com a reforma dêsse estabelecimento que eu me ocupava, para condenar as injustiças, que a vitimavam em muitos dos membros do seu corpo docente: o Dr. Trompowski; o Dr. Valadares; o Dr. Serzedelo; o Dr. José Félix; o Dr. Antão Ribeiro; o Dr. Jaime Benévolo; o Dr. Morais Rêgo; o Dr. Lauro Sodré; o Dr. Pau Brasil.

PELO SOLDADO BRASILEIRO

Dez dias mais tarde, no editorial *Lippe sem Regimento*, adereçava eu ao govêrno esta impetração cheia de amargura :

Pedimos aos senhores ministros *misericórdia para os soldados brasileiros*, que estão pagando, com risco de vida e privações injustificáveis, as culpas velhas da comissão de abastecimento d'água !

O requerimento de piedade para com os soldados estribava nestas alegações dolorosas :

... Lá estão, no contingente militar pôsto às ordens da comissão do abastecimento, 400 homens do 24º e do batalhão-

(1) *Diário de Notícias*, 26 de março de 1889.

de engenharia, rotos, descalços, sem abrigo, sem tenda, sem resguardo algum contra o sol e o tempo, entregues ao calor e ao pântano, exaustos, inficionados, desamparados à ação das moléstias que principiam a flagelá-los, e reduzidos à fome pelo sórdido suprimento de víveres podres, que lhes atiram como carniça a cães desprezados.

Sabemos que o médico e o coronel têm reiterado reclamações insistentes. Em vão; porque a *administração deste país, acostumada ao cativo, vê hoje no soldado a ressurreição do escravo, e nos quartéis uma espécie dos antigos quadrados, onde o negro recebia a ração e a tarefa.* (*Diário de Notícias*, 10 de abril, 1889).

A CABALA COROADA

A situação liberal, que se inaugurara em 7 de junho, aparelhava uma encenação de grande retumbância, ensaiando uma repetição de 1830: a terceira viagem da dinastia reinante ao berço de Tiradentes. Era a *Cabala Coroada*, contra a qual protestou o *Diário de Notícias* aos 28 daquele mês, predizendo que Minas, a austera, a incorruptível, a inspirada no gênio indômito dos seus serros, a vestal das tradições de 1817 e 1831, veria com desdém passar o préstito da domesticidade imperial e com dó as muletas do imperialismo inválido, a cujo transporte melhor quadraria a liteira do que a locomotiva. (*Diário de Notícias*, 25 de junho, 1889.)

O CINTO DE CASTIDADE

A êsse justo assomo de civismo me respondeu, nessa mesma data, o govêrno, proibindo ao *Diário de Notícias* e ao *País*, como veículos de indisciplina, o acesso à Escola Militar. Estava ela, destarte, condenada pela política do conde Gastão de Orléans à dieta de publicidade.

Não podíamos receber atestado melhor, mais seguro, da penetrante ação, que o nosso apostolado jornalístico exercia no seio da mocidade militar. À reação oficial devia corresponder a contra-reação da imprensa alvejada pelo despeito da coroa. Escrevi o *Cinto da Castidade*, onde a nossa revolta se condensou em vibrações eletrizadas.

Está, (dizia eu ali,) está, assim, a Escola Militar subjugada a um código, que lhe impõe condições inferiores à dos presos da cadeia...

Há freios, que são provocações. Há quebra-mares, que são desafios ao oceano. Há anacronismos de opressão, que constituem o mais perigoso fermento de revolta. Há desatinos, que parecem fadados pela grosseiria da sua enormidade a quebrar a sonolência morta das resignações do cativo.

A ditadura do Sr. Conde d'Eu na pasta da guerra pretende submeter a inteligência da Escola Militar ao regímen com que certos tiranos amorosos, na Idade Média, cuidavam preservar a fidelidade das suas mulheres. Sua Alteza não tolera que a virgindade política daquela corporação, onde o Estado há de ir colhêr a flor dos seus oficiais, se polua ao contato do jornalismo militante; e, para manter essa fidelidade de convenção, recorre, na esfera administrativa, a esta nova transformação das *cintas de castidade*, com que os déspotas de Pádua cerravam a cadeado a honra das espôsas suspeitas.

Não esqueça, porém, o ambicioso príncipe que o *instrumento florentino*, apesar de forjado em metal sólido e trancado a fechaduras, cujo tamanho arregalava o olho ao presidente Debrosses, guardava sempre mal a honestidade das damas aferrolhadas pela sua própria cintura.

Na mulher, como no homem, a guarda da honra é a devoção voluntária e esclarecida do dever. *A disciplina é a honra do soldado. Não a formareis, portanto, em estufas*, sujeitando-lhe as leituras a um índice expurgatório, anemizando-lhe a saúde da alma nas privações intelectuais de uma cultura claustral, mas abrindo-lhe de par em par as janelas da inteligência a todos os sopros da razão, da verdade, do direito, que percorrem a atmosfera do século, que saneiam a higiene das nações, enrijando ao ambiente salubre das

idéias livres os indivíduos e os povos, e habituando-o a sentir, no ar que de todos os lados o envolve, as grandes correntes do sentimento nacional, as emanações da simpatia popular, a convivência moral com a pátria nas indefinidas aspirações do seu ideal, ou nas vontades formais do seu presente.

Não se poderia sustentar com energia mais calorosa e de mais transparente sinceridade a liberdade moral do soldado, as garantias da sua consciência, as franquias da sua educação intelectual.

O CASO CUSTÓDIO DE MELO

Daí a pouco outro incidente memorável chamava a campo, em relação à marinha, o zelo das coisas militares, que tanto, nestes trinta anos, tem caracterizado a minha vida militante.

O capitão de mar e guerra Custódio José de Melo, comandante do *Almirante Barroso*, gastara, no Chile, em despesas de representação, para corresponder às altas finezas do povo chileno, a soma de quatro contos de réis, e o Ministério da Marinha, reconhecendo aliás que, com o dispêndio inevitável dessa modesta soma, o honrado oficial não errara senão em as averbar como *despesas extraordinárias*, quando as devia levar à conta de *gastos de representação*, o condenou a repô-las.

Não se poderia errar mais desatinadamente numa espécie tão simples. O público exprimiu o seu descontentamento, concorrendo logo à subscrição aberta para o embolso dessa quantia ao Ministério da Marinha. Mas o *Diário de Notícias* não faltou com a sua intervenção, desenvolvendo, sob o título *Mar Crêspo*, o seu pensamento num artigo de fundo, cuja substância estas palavras resumem :

O ato contra o qual já se levanta em pêso a opinião pública, inspirou-se no desígnio de dar exemplo solene contra condescendência da indisciplina e leviandades no uso do dinheiro público. *Duas vêzes ia êle ferir o oficial, sôbre cuja cabeça se fulminava: no seu pundonor de militar e na correção de sua atitude como administrador das finanças da sua missão. Mas a censura resvalou-lhe da honra e da farda, sem as mareá-las, ressurtindo contra os brios da classe, que se ensoberbece de possuir êsse bravo entre as suas primeiras estrêlas, contra o sentimento nacional, que se considera amesquinhado nessa amostra, dada ao estrangeiro, da grosseiria da nossa administração, contra a gentileza de uma nação vizinha e amiga, a cujas atenções se responde com uma exautoração ao brasileiro, cuja culpa consiste exclusivamente em ter retribuído com o primor dos sentimentos de sua pátria os obséquios de um povo hospitaleiro e generoso.*

Opor uma carranca a essa demonstração afetuosa, rejeitá-la sob qualquer forma, fôssem quais fôssem os artifícios sob que se envolvesse a recusa, seria uma dessas brutalidades, que um oficial como Custódio José de Melo preferiria despir a farda a cometer. (*Diário de Notícias*, 8 jul. 1889.)

Outros poderiam dar-lhe mais lustre; mas eu escrevi, dêste modo, como podia, a defesa da honra e do pundonor militar.

O EPISÓDIO DOS GUARDAS-MARINHAS

Então era num almirante que êles se achavam magoados. Daí a três dias vinha a ser em três guardas-marinhas, tratados com singular severidade, por não terem conhecido o Presidente do Conselho, e não se descobrirem à sua passagem. Exculpavam-se os três alunos, alegando que não conheciam o paisano, cuja entrada haviam visto, mas não eram obrigados a estar descobertos, ainda quando se tratasse de um militar. Não obstante, era corrente que os três jovens militares seriam castigados com a nota de repreensão nas suas cadernetas.

Creio, e sempre acreditei que, em matéria de justiça e brio, não há categorias. Entendo, e sempre entendi que nos primeiros anos da vida é que se há de cultivar com mais mimo a flor da sensibilidade moral. Penso, e nunca deixei de pensar que de moço é que o homem se habitua, pelo exemplo dos seus mestres e superiores, a ser reto e zeloso da sua dignidade.

À conta disso, não me pareceu que o episódio dos três alunos da Escola Naval desmerecesse a consideração editorial da imprensa. Tratei-o, pois, com o respeito devido a toda questão, onde, entre pequenos e grandes, se discuta um ponto de justiça ou equidade, e fui pelos moços ameaçados no seu direito, contra o onipotente ministro.

“Será”, ponderava eu, “*será uma nódoa oficial posta à fé de ofício* dêsses jovens militares, cuja carreira ainda tantos louros pode trazer à pátria, mas que assim terão recebido, no princípio de sua vida militar, uma gôta de fel derramada pela mais gratuita das injustiças.” (*Diário de Notícias*, 11 de julho de 1889.)

O CASO CARNEIRO DA ROCHA

Na administração da Marinha cresciam e se multiplicavam os excessos. De uma comissão profissional, que ilustrara com serviços notáveis, era exonerado o almirante Carneiro da Rocha por um delito de “inclinação” (como o próprio ministro o caracterizou) em apreciar os atos ministeriais, quanto ao hospital que êsse funcionário administrava. Mas os *quatorze casos de envenenamento* que o solícito facultativo enumerou na estatística do seu serviço, não mereceram o menor exame.

O CASO DO TENENTE COSTA LIMA

Por quê? perguntava eu. "Porque não havia um ódio, que saciar, ou um interêsse político, a que servir. É o que, depois da sua atitude para com o barão de Ivinheima e o capitão de mar e guerra Custódio de Melo, nos autoriza a dizer, sem rodeios, o seu último ato para com o 1.º tenente Costa Lima."

Assim me exprimia eu no artigo *Política de Calabrote*, com que se abria o *Diário de Notícias* aos 24 de julho.

O crime do primeiro tenente Costa Lima consistia em me ser afeiçoado, e haver participado na demonstração, com que me honraram muitos eleitores dêste distrito naquele ano, quando se suscitou por aqui a minha candidatura à Câmara dos Deputados.

Constando, pelas fôlhas, que êsse oficial ousara a insolência de sufragar um jornalista da opposição, logo o chamou a contas o dragão do arsenal, e o ministro o removeu para a canhoneira *Marajó*, em viagem com destino às águas de Mato Grosso.

A lição dêsse ato era esta :

A disciplina da atualidade liberal *baniu da honra militar a consciência, proscreeu do dever militar o patriotismo, degradou a dignidade militar a uma espécie de domesticidade inaudita*. O oficial há de bater a chapa do govêrno, que professa, em matéria de liberdade eleitoral, os princípios do engenheiro Revy, etc.

Praças de pré graduadas é o a que pretendem amesquinhar, portanto, os oficiais brasileiros. Graduadas no salário, no predicamento, nas honras. Mas, naquilo por onde se mede o pêso de um homem livre, no direito de ter uma convicção sobre os destinos de seu país, e traduzir legalmente essa convicção, — nisso tão impotentes, tão cativos, tão baldos de autoridade cívica, quanto o último cozinheiro do quartel,

quanto o ínfimo servente de secretaria. Moralmente, a situação do oficial brasileiro, rebaixado a títere eleitoral é ainda mais miserável; porque a obscuridade dos pequeninos, o nada de sua condição, sem aspirações, lhes oferece abrigo modesto e humilde, onde podem caber sentimentos viris e desinteressados, ao passo que os galões mareados pela subalternidade às candidaturas oficiais representam apenas uma impostura de nobreza desonrada. (*Diário de Notícias*, 24 de julho, 1889.)

O CASO DO CIRURGIÃO-MOR DA ARMADA

Não tarda muito que volva ao tablado o Ministério da Marinha com outro abuso de poder não menos estranhável. O *Diário Oficial*, de 4 de setembro, no expediente daquela secretaria, deparava à atenção pública o extrato de um aviso, endereçado ao cirurgião-mor, onde se lhe declarava "não ter sido agradável ao governo saber que" esse médico "extra-oficialmente, na Academia Imperial de Medicina, impugnara a opinião emitida pelo diretor do hospital de marinha da côrte sôbre a conveniência da enfermaria de beribéricos em Nova Friburgo".

Tal era, formalmente, o texto da censura.

O cirurgião-mor da armada estava, pois, incurso em um *novum crimen*. Médico, numa assembléia de médicos, emitira opinião médica oposta à de um colega seu, empregado, como êle, nesse ramo de serviço naval.

Essa novidade monstruosa negava aos médicos utilizados pela administração da armada o direito à consciência profissional. Sôbre assuntos profissionais da mais alta responsabilidade, como êsse, assuntos que jogavam com a vida e a morte dos seus semelhantes, os médicos da Marinha não podiam ter opi-

nião, ou (o que ainda é pior), se a tivessem, não a podiam enunciar.

O *Diário de Notícias* não devia calar ante essa teoria, tão desastrosa à ordem moral, quanto à ordem militar; porquanto, esmagando a consciência, servilizava a subordinação legal.

Não devia calar, e não calou. O seu editorial de 11 de setembro, *Consciência e Disciplina*, restabeleceu os verdadeiros princípios de uma e outra. O cirurgião-mor usara de uma faculdade indenegável. Não lhe podia ser tolhido o debate profissional, numa associação profissional, cujo auditório era um círculo de profissionais. "Em que fonte se inspira o liberalismo do nobre Ministro da Marinha"?, perguntava eu.

Não é nem no regimento do conde de Lippe. Esse mesmo não confunde a esfera da obediência com a esfera da consciência. Esse mesmo respeita profundamente, no militar, a consciência profissional. O oficial, por exemplo, que, no governo de um navio, recebe do seu comandante ordens cuja execução lhe parece desastrosa, curva a cabeça à intimativa do superior; mas tem o direito de exigir previamente a ressalva escrita da sua solidariedade em atos, que o seu fôro íntimo repele. Nessa ressalva tem êle a sua defesa, o amparo da sua honra, o desfôgo da sua responsabilidade perante o juízo de seu país e dos seus pares, se os fatos lhe vierem confirmar as previsões, e a lide houver de sentenciar-se no tribunal da opinião pública, ou no da justiça militar.

O INCIDENTE CAROLINO

Daí a uma semana estalava, no Tesouro Nacional, o caso Carolino. Entrando a essa Repartição, deu o ministro por falta do oficial que comandava a guarda, e se ausentara momentaneamente, urgido por uma dessas necessidades naturais, a que nem os reis nos seus tronos se subtraem. Manda por êle, que não tarda, e, interrogado, se justifica.

Mas o ministro não lhe aceita a escusa irrecusável. Acusa-o de estar faltando à verdade, increpa-o de haver desertado o posto da guarda, para ir entregar-se ao sono, e lhe dá voz de prisão. O oficial obedece; mas tem de esperar quem o renda. O conselheiro de Sua Majestade, porém, não admite as exigências da lei militar, e, encontrando um capitão, que se presta à missão de apoiar as suas ordens, constrange o oficial a abandonar a guarda, que se entrega a um anseçada.

Falo a um auditório de militares. Não comentarei, pois, agora o fato, que de tal não há mister. Mas o *Diário de Notícias* o comentou bem de espaço:

Desautorar um oficial em presença dos subalternos, que ele comanda, não seria lícito às mais altas patentes do exército, quanto mais a um funcionário administrativo. *A repreensão solene é pena, que só em virtude de sentença se impõe aos oficiais em presença da tropa.* Essa afronta, essa degradação, êsse enxovalho, irrogou-o o nobre ministro a um militar sem mancha, em circunstâncias descomunalmente agravantes. (*Diário de Notícias*, 18 de setembro de 1889).

No dia seguinte outro editorial meu estudava *O incidente militar* sob um aspecto diverso.

"Se o tenente Pedro Carolino", dizia eu, "se o tenente Pedro Carolino houvesse obedecido às leis da sua profissão, teríamos assistido à surpresa indefinível das perplexidades do governo constitucional ante a prisão do Presidente do Conselho, à porta do Ministério da Fazenda, como réu de atentado contra os regulamentos militares, por um oficial de linha". (*Diário de Notícias*, 19 set. 1889).

O governo queria "*ensinar a êstes militares*". Mas o que êsse lastimável erro lhes ensinara, era a "*insurreição contra as leis*". O espírito daquele ato

(acentuava a minha crítica) “destrói o exército pela base, anulando-o orgânica e substancialmente”, se não encontrar “solução, que restabeleça o direito nos seus eixos”.

Na prisão de um militar em serviço pelo ministro de uma pasta civil, e na anomalia de se obrigar o comandante de uma guarda a entregá-la a um inferior, sem competência de lhe exercer o comando, se encerrava “a destruição de toda a ordem militar, de toda a hierarquia militar, de toda a responsabilidade militar, das instituições militares em sua essência, em sua vida, em suas funções privativas”.

Encarando assim, pelo horizonte das suas consequências, “o pequenino incidente”, mostrava eu que o exército “não curava de revoluções. Quem as estava preparando, era o governo do país”.

O exército, sustentava o *Diário de Notícias*, “o exército o que quer é a conservação da paz interna e externa, para a qual nunca deixou de concorrer, e do que cuida, é de garantir, contra a desorganizadora politicagem, a única instituição, a cuja sombra hão de ir, talvez bem cedo acolher-se os cidadãos brasileiros, feridos nos seus mais caros direitos, e a pátria ultrajada na dignidade da nação”. (*Diário de Notícias*, 10 set. 1889).

O EXÉRCITO BANIDO DA LEI

Baldado foi, todavia, o meu trabalho de argumentação, de persuasão, de moralização, desenvolvido no jornal que redigia. Aos 11 de novembro, soltava êle o grito do nosso desespero, no editorial em que mostrei *O exército banido da lei*.

“Anteontem”, ali dizia eu, “anteontem, à hora em que os ministros escovavam as casacas para o baile

dos arrependidos, e a Guarda Nacional narcisava ao espelho a bizarria marcial dos seus figurinos para a batalha das contradanças, o tenente Carolino, o último proscrito dêste govêrno, em vésperas de partida para o destêrro, vinha agradecer-nos, despedindo-se, as nossas inúteis simpatias na perseguição que o açoita." (*Diário de Notícias*, 11 nov. 1889).

Essa política de arrôcho e mordaga não deixava ao exército, aos militares acusados, nem sequer o recurso à defesa judicial, rudimento de justiça, que as próprias leis da escravidão não recusavam aos cativos.

Um oficial sofre, por ordem de um ministro sem fôro sobre êle, censura e prisão. Quer justificar-se. A lei assegura-lhe os meios; *a lei não consente a nenhuma autoridade humana o direito de lho retirar; a lei não reconhece nem aos generalíssimos a atribuição de lhe negar a sindicância judicial* quanto às culpas pretextadas em apoio do estigma, com que o macularam. Mas o ministério não quer; e basta!

Se o enxovalhado se resignasse à nódoa, e emudecessê, estaria tranqüilo. Mas, como tem uma consciência honesta, e *um coração de soldado*, como quer desafrontar-se perante a magistratura militar, mostrando-se limpo da tacha maculosa, como acredita na lei, e lhe confia a pureza do seu nome, o *lustre da sua farda*, não há mais justiça, nem direito, nem tribunais para êle. (*Ibidem*).

O CASO MALLET

Pouco antes, prepotência oficial do Ministério da Guerra me levava a esposar de novo a defesa do exército, no caso Mallet.

Comandando a Escola Militar do Ceará, êsse oficial propusera se nomeasse instrutor de *segunda* classe o tenente Barreto. Não lhe aceitou o govêrno o alvitre. Mas, daí a pouco, investia êsse mesmo tenente no cargo de instrutor de *primeira*.

O tenente-coronel Mallet objetou à ilegalidade; pois havia instrutores de *segunda classe* mais antigos do que êsse, com o provimento de um dos quais se abriria, para aquêlê tenente, a vaga, a que a lei lhe admitia acesso.

Mas, encaprichado no seu nepotismo, o govêrno exigiu o cumprimento do seu mandado, e, como o brioso comandante da Escola Militar, considerando-se exautorado, requeresse exoneração, em vez de lha darem *a pedido*, o exoneraram *a bem do serviço público*.

"Nunca", dizia eu, rebatendo tal brutalidade, "nunca se conheceu, na história do exército, essa nota, criada agora para humilhação dos oficiais brasileiros, e, para tristeza da classe espoliada das garantias de sua honra, sob a administração e com autoria de um general, o Sr. Visconde de Maracaju, por quem nos afirmam estar assinado êsse ato de revolta contra a tradição e a legalidade militar".

O arbítrio estava de enchente. Cada vontade ministerial que empinava a crista, ia levando no rôlo da vaga um pedaço das instituições militares; e dêsse embate, dos estragos que com êle se espalhavam, das correntes de reação que se formavam através das violências acumuladas, crescia e encorpava "A questão militar".

É ao que se consagrava o editorial de 4 de novembro :

A lei militar vai estalando com a bulha das fôlhas mortas numa selva devastada, sob os pés dos homens atuais de Sua Majestade. Eles têm na bôca a palavra *disciplina*, mas no coração o sentimento avêso a ela. A disciplina é o domínio da lei sôbre as vontades, e êles são a onipotência das vontades contra a lei. Na disciplina vêem a cegueira da estupidez, a pusilanimidade da inconsciência e a submissão da obediência irracional; quando ela não é senão a docilidade

inteligente das almas heróicas ao sentimento do direito que as governa, mediante personificações reconhecidas e incapazes de o transgredir. Não querem admitir que a mais disciplinadora de tôdas as forças do poder é o seu império sôbre si mesmo, sôbre as suas próprias paixões, sôbre os seus próprios interesses, e supõem que a direção das grandes massas armadas se obtém pelo medo, assombrando-as com o espetáculo dos crimes da autoridade contra a lei. (*Diário de Notícias*, 4 nov. 1889).

LEGALIDADE E DISCIPLINA

Eis, senhores, como eu me pronunciava sôbre o espírito de legalidade e disciplina, sôbre a moderação e civismo do elemento militar, suscitando contra a minha individualidade, numa luta de caráter quase duelar com o poder, os ódios de uma situação infatuada na esperança de inaugurar o terceiro reinado com as abundâncias de energia de uma nova geração imperial.

Tendências disciplinares, dizia eu, “nunca as teve, em parte nenhuma, em grau mais alto do que entre nós a classe militar. A prova está na cordura, com que se vai resignando aos golpes do capricho ministerial. Estamos vendo o incidente da guarda do Tesouro encerrar-se com a denegação do conselho de guerra a um oficial, maltratado e enxovalhado, cujas instâncias pela defesa da sua honra se inutilizam ante o não quero pertinaz de uma casaca... É um roubo perpetrado impunemente contra o exército em todos os graus da sua hierarquia. É um confisco geral da dignidade militar... E o exército, nos seus postos, aguarda o santo e senha do dia, estendendo os olhos pelo horizonte, e comprimindo no peito o grande coração, que libertou os escravos. Onde já foi mais longe a prudência dos disciplinados?” (*Diário de Notícias*, *ibid.*).

A mim, porém, nunca me faleceu, no ânimo, o sentimento de que estávamos diante da Providência, numa dessas manifestações inevitáveis dos seus designios, que, da noite para o dia, mudam a face aos acontecimentos. A sensação de que a minha resistência era um instrumento na sua mão, me animava a não tergiversar, embora em mim quebrassem tôdas as pragas, ameaças e cóleras das potestades ofendidas. O entusiasmo da causa que eu abraçara, não admitia desalento.

Não, dizia eu, quatro dias depois daquele, considerando ainda, noutro editorial, *A questão militar*; "não há de vingar o múltiplo atentado contra a dignidade do exército e o direito militar, sem que acompanhemos e denunciemos a violência passo a passo". (*Diário de Notícias*, 8 nov. 1889).

CEGUEIRA

Êsses passos eram, já então, ladeira abaixo, em desfilada. Estávamos a sete dias apenas do esboramento da monarquia, e os seus conselheiros nada enxergavam, não pressentiam nada.

O CASO DA ESCOLA MILITAR

Quando o gabinete se precipitou, (dizia eu,) neste declive fatal, com a sua desatinada provocação no incidente do Tesouro, vaticinamos que a onda da violência oficial não se desfaria ante as lições da prudência, mas, pelo contrário, havia de crescer, ameaçando, na jerarquia militar, alturas cada vez maiores. Mais depressa do que poderíamos, talvez, esperar, vimos confirmadas as nossas previsões. Ao conflito do Tesouro sucedeu a questão da Escola do Ceará; a esta, a da Escola Superior de Guerra. O tenente foi simples e arbitrariamente prêso. O tenente-coronel foi demitido a bem do serviço. Ao tenente-general se dissimulou a exoneração sob

as honras da nomeação para o cargo de ajudante de campo do Imperador. As idéias do govêrno eram pelo golpe sem rodeios. Mas embaraços de origem superior doiraram com êsse invólucro lustroso o agreste da vontade ministerial.

De algum modo havia de estoirar o despeito dos conselheiros de Sua Majestade pelo incidente da Escola Militar. É sabido o constrangimento que ali curtiu o Ministro interino da Guerra, por ocasião da festividade celebrada naquele estabelecimento em homenagem ao Chile. Coube a S. Ex.^a o prazer de ouvir ali uma voz honrada, austera, religiosamente consagrada ao dever, traduzir os sentimentos leais, pacíficos, inquebrantavelmente disciplinares do exército, em termos dissonantes a ouvidos não afeitos à linguagem da verdade. Ninguém, que conheça o Dr. Benjamin Constant, a sua escola filosófica, a intemerata pureza das tradições morais do seu nome, a moderação exemplar dos hábitos da sua palavra, a sua reputação feita de ciência, de civismo e de virtude, o seu prestígio composto dos bons exemplos de uma vida limpa, calma e transparente como o ambiente das suas crenças, imaginá-lo-ia capaz de faltar à observância dos princípios do respeito, como professor, de, como militar, proferir uma incitação a paixões reprovadas, ou, sequer, de a conceber no íntimo de seu pensamento. Mas aquela linguagem firme, forte, profunda, exprimindo a existência de um largo cabedal de elementos sãos e indissolúveis no seio dessa classe votada à eliminação por influências irresponsáveis, não podia deixar de impressionar com desagrado o ministro presente. (*Diário de Notícias, Ibidem*).

BENJAMIN CONSTANT

Concluía Benjamin Constant a sua oração, ungida na sabedoria da prudência, dizendo: "E, se julgarem que, enunciando estas verdades necessárias, incorri nos artigos do código disciplinar, sôbre mim, mas sôbre mim só, recaiam êles com todo o pêso da sua severidade".

Entretanto naquele grande culpado não se podia tocar. "Êsse homem era, por assim dizer, naquele momento, o exército personificado. A sua incalculá-

vel autoridade moral o envolvia numa auréola mais impenetrável que o metal das coiras. Feri-lo seria arrostar frente a frente o inimigo. A cavilação aconselhava esperar os meios indiretos das desforras, que a fraqueza inspira". (*Diário de Notícias, Ibidem*).

O CASO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Esperaram. Dias depois, quando, na Escola Superior de Guerra, alunos e oficiais de vários batalhões rendiam justa homenagem ao mestre eminente e incorrupto, uma ordem do dia, untuosa no modo, mas dura na substância, classificava de estranhável proceder o ato da oficialidade, capitulando-o como "invasão" do estabelecimento, onde se passara, e o tenente-general, seu diretor, por não ter evitado o incidente, de que não tivera conhecimento, recebeu, quase ato contínuo, a demissão mascarada, que devia conciliar o desfôrço ministerial com a moderadora ação da casa reinante.

PLANO CONTRA A PÁTRIA

Mas os tempos amadureciam rapidamente à hipertermia da política imperial. Os atentados corriam de tropel, caracterizando uma reação temerária. Com as violências ao tenente Carolino, a demissão do coronel Mallet, a exoneração do general Miranda Reis, a censura aos oficiais da segunda brigada, coincidia a reconstituição violenta da Guarda Nacional, o seu armamento em condições avantajadas às do exército e a dispersão gradual dos batalhões de linha.

Era O Plano contra a Pátria, denunciado por mim no *Diário* de 9 de novembro : "O exército ir-se-á escoando batalhão a batalhão, até desaparecer da

capital do Império o último soldado, e ficar o Rio de Janeiro entregue às forças do conde d'Eu, à polícia, à Guarda Cívica e à Guarda Nacional". (*Diário de Notícias*, 9 de novembro de 1889).

VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO

Já contei alhures, no meu *Manifesto à Nação*, em fevereiro de 1892, a história das conseqüências imediatas dêsse editorial. Ali as condensei nestas breves palavras :

Minha parte na conspiração data das vésperas da revolução. Só comecei a devassá-la no dia 9 de novembro, quando o Dr. Benjamim Constant, sob a impressão do meu artigo dessa data *Plano contra a Pátria*, me procurou no meu escritório, e demorou-se comigo em larga conferência, dando-me idéia da explosão iminente e, solicitando o meu juízo. Respondi-lhe em linguagem idêntica à que tinha pela imprensa, dizendo que eu não via solução possível, para a crise, no curso ordinário das coisas. No dia 11 me procurou êle outra vez já então em minha residência, pedindo-me, em nome do marechal Deodoro, uma entrevista na sua casa, ou na minha, conforme eu escolhesse. Respondi-lhe que a idade, a doença, a veneranda posição do general me impunham o dever de ir à sua casa, em vez de obrigá-lo a vir à minha. Disse-me então o Dr. Benjamim Constant que o ilustre chefe do exército me esperava às 8 1/2 horas dessa noite. Compareci, e tive a honra de ver-me entre os Srs. Bocaiúva, F. Glicério, A. Lôbo, B. Constant e coronel Solon. No dia seguinte, procurado pelo Sr. Q. Bocaiúva, me dirigi com êle à Rua do Carmo nº 40, onde S. Ex^ª me comunicou a minha designação para Ministro da Fazenda. Opus-lhe a minha falta de idoneidade; mas não logrei vencê-lo. E aceitei, já porque o cargo então não atraía pretendentes, já porque a obstinação na recusa poderia tomar a côr de poltroneria, na conjuntura de dúvidas e ameaças, em que, ante as obscuridades do futuro, se carecia de homens, que jogassem a cabeça pela idéia. (*Rui Barbosa, Finanças e Política da República* — 1892 — pág. 237).

Bem vêdes, senhores, que eu não ajuizava das circunstâncias senão pela minha intuição e pelos dados de observação, que estavam ao alcance de todos. As minhas relações com os militares que cursavam a casa, o escritório e a tenda jornalística eram, meramente, de afinidade intelectual e simpatia moral. Eu sentia a electricidade atmosférica. Mas até aos 11 de novembro nada sabia da tormenta, que se estava condensando entre as classes militares e as influências republicanas.

SOLDADOS, NÃO LACAIOS

Entretanto, no meio de cuidados e apreensões tão graves, não perdia eu de vista os interesses dos mais humildes na força armada.

Nesse mesmo dia 9, em que me ocupava as primeiras colunas do jornal a revelação das tendências imperialistas e a discussão dos crimes contra a officialidade nos vários graus da sua escala, sobressaía, logo após, uma nota, onde eu advogava com calor os direitos do soldado contra os abusos dos seus superiores.

Ei-la, senhores :

Não sabemos como, tendo o governo suprimido, no serviço militar, os *camaradas*, abonando, para isso, aos officiaes, a quantia de vinte mil réis, mensalmente, a fim de poderem alugar criados, um comandante interino dos nossos regimentos de artilharia consente que os soldados do exército sirvam de criados aos da Guarda Nacional, encilhando cavalos para êstes fazerem... os seus exercícos, já se vê, e o que é mais, mandando limpar, arear as espadas e demais objectos, que os da guarda nova não conservam como receberam.

É muito justo, é muito razoável, é até digno de encômios, que os estimados tenentes-coronéis da Guarda Nacio-

nal, que nunca foram soldados, empunhem luzidas armas. Mas consentir que os pobres soldados sirvam de fâmulos a êsses cavalheiros, será rebaixá-los.

Uma nacionalidade nada poderá esperar do seu exército, desde que sujeita militares às condições de humildes servos.

Soldados, sim, mas não lacaios. (Diário de Notícias. 9 de novembro de 1889, 4ª coluna).

SUBORDINAÇÃO E DIREITO MILITAR

Daí a três dias, sob o título *Disciplina e Lei*, discutia eu as duas faces necessárias da organização militar, as suas duas faces, inseparáveis uma da outra: a subordinação limitada pelo direito e o direito pela subordinação.

A dureza da condição que pesa sobre o soldado, reque-rendo-lhe uma existência perene de sacrifícios heróicos, torna centuplicadamente sacrossantas as garantias, com que a lei o ampara contra a degeneração da disciplina em cativeiro. Tôda a organização civilizada se esmera em proteger, com certas seguranças indispensáveis, a entidade moral do homem contra os abusos do poder. Na esfera militar, o círculo delas é mui estreito, a sua eficiência muito menos ampla. Mas, em compensação, a severidade dos seus preceitos, a necessidade da sua observância assumem caráter incomparavelmente mais imperioso. A administração civil goza, em consequência, de uma grande ação discricionária, que se restringe consideravelmente na administração militar.

Nos países mais profundamente militarizados, como a Alemanha, os direitos da farda, as formas protetoras da sua honra, os princípios tutelares da sua justiça, são intangíveis ao arbítrio do próprio soberano. Está nas mãos do príncipe mobilizar a nação em armas, transportar exércitos, movê-los ao seu nuto, expô-los à destruição nos combates. Mas não lhe cabe nas prerrogativas, por mais indefinidas que sejam, ofender ao de leve, no seu estado jurídico, nas defesas legais do seu direito, o último dos soldados. A êste aspecto, o monarca não dispõe de um átomo de força ante a ínfima das praças nos seus regimentos. Nem um soberano verdadeira-

mente militar admitiria êsse arbítrio, que enfraquece a disciplina, dissolvendo o único princípio de agregação duradouro nas coletividades armadas: o sentimento do dever, nutrido na consciência do direito. (*Diário de Notícias*, 12 nov. 1889).

Entre a consciência e a obediência, entre o direito e o dever, nem sempre serão claras as divisas: antes se ressentirão, muitas vêzes, de grande obscuridade.

Mas há, em todo caso, extremas, cuja divisória se traça com precisão no que eu chamaria a "*linha de Lieber*". Lieber é o publicista de maior autoridade, nos Estados Unidos, tocante à disciplina militar. A êle se devem as *Instruções* (escritas em 1863) para os Exércitos da União, o código de guerra daquele país.

Pois êste mestre dos mestres, buscando precisar os deveres do soldado nesses momentos supremos da consciência militar, nos dá por fórmula esta regra :

"Se, perante Deus, se achar êle plenamente certo de que as ordens dos seus superiores são palpavelmente contrárias aos fins essenciais do Estado e, portanto, desleais à pátria; se, em consequência, se convencer, cabalmente, de que a sua desobediência, ou a sua resistência, quando necessário seja, não originará calamidades maiores que as decorrentes da execução das ordens recebidas, a sua obrigação, em consciência, será desobedecer". (LIEBER, *Political Ethics*, vol. II, pág. 157).

Esta fórmula, entre nós mal conhecida, nem por isso merece menos recordada e meditada. Não fiz escrúpulo de a lembrar, em 1889, ao Império, quando êle perdia o juízo. Não escrupulizarei em a lembrar à República, hoje, quando ela já o parece ter perdido.

BALIZAS DA OBEDIÊNCIA MILITAR

A obediência do elemento armado tem por balizas fatais: a lei, a Constituição e a pátria. A força armada não pode marchar contra a lei, não pode atacar a Constituição, não pode servir contra a pátria. O soldado, hoje, em uma democracia, não é nem o soldado romano, escravo em armas, nem o soldado meda, tangido a lâtego na batalha, nem o soldado otomano, criado no janizarismo. É o cidadão livre, convocado às armas, para morrer pela legalidade, pelas instituições e pela terra natal.

Se o excitam contra a justiça, se o lançam contra as instituições, se intentam corrompê-lo ao estrangeiro, não vai: reage, resiste. Aí o dever está, por exceção, com a desobediência, tão claramente como com a obediência nas circunstâncias normais.

REVOLUÇÃO E GOVÊRNO PROVISÓRIO

Esse editorial de 12 de novembro encerrava, por assim dizer, a minha carreira de ação no *Diário de Notícias*. Daí a três dias se declarava a revolução, caía o trono, e entrava eu no Governo Provisório, sob a chefia do marechal Deodoro.

Os nove meses de estada e combate naquele pôsto da imprensa demarcam a fase decisiva nos destinos do Império. Era justamente o novimestre de uma gestação ordinária. Tanto bastou, para que, ao calor de uma propaganda enérgica, evoluisse de todo, e saísse, vital, à luz do dia o óvulo republicano.

Da parte que nessa evolução teve o órgão liberal, estabelecido em março debaixo da minha direção e redação, temos o mais abalizado testemunho nas declarações do presidente do derradeiro gabinete

imperial, que, do seu exílio na Europa, me atribuía a principal responsabilidade na catástrofe de 15 de novembro.

A "QUESTÃO MILITAR" NO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS"

Através dessa campanha, cuja tremenda atividade ninguém poderia avaliar, senão os que lhe assistiram às peripécias, corre como traço contínuo e dominante a questão militar. Com ela, com a questão militar, se instaurou, logo após o artigo-programa, no dia subsequente, essa fase histórica no jornalismo brasileiro. Com ela, com a questão militar, se encerrou, três dias antes da revolução. É, talvez, o período mais solene da minha vida, o que de toda ela decidiu, decidindo, ao mesmo tempo, da do país; e esse período, em todo o seu decurso, assinala o consórcio das minhas opiniões, do meu trabalho, dos meus atos mais graves com as aspirações, os interesses e os direitos das nossas classes armadas.

O *Diário de Notícias* era o seu abrigo de todos os dias, o refúgio das suas esperanças, o lar da sua intimidade, a tenda laboriosa e amiga, onde iam vagar as suas queixas, clamar as suas revoltas, assentar as suas reivindicações, buscar o conselho, o alento, a palavra de justiça, e coragem, e fé, que ali nunca deixaram de encontrar, superiores e inferiores, alunos e mestres, soldados e generais.

Todos então mo confessavam com a efusão do reconhecimento. Nem creio que nenhum, dos dessa época, hoje mo desconfessasse. Se a outra geração vai-se esquecendo, nestes maus tempos, — da sua enfraquecida memória tem remissão a verdade para o testemunho geral dos contemporâneos.

Mas, quando mesmo de todo se deslembassem os amigos, os inimigos não olvidam, eles cujo ressen-

timento indigitava, nas minhas estreitas relações com o exército e a marinha, os sinais mais óbvios do meu ascendente sôbre essas classes e da sua correspondência à intensidade da minha ação no espírito de ambas.

DEODORO

Ninguém disse podia saber melhor, e ninguém de tal me deu mais claros documentos do que o marechal Deodoro, que, ao chegar de Mato Grosso, visitou logo o *Diário de Notícias*; que ao seu governo me chamou, dando-me nêle a pasta de mais responsabilidade; que, de todos os seus ministros civis, a nenhum outro cercou de tanta estima; que, instituindo o lugar de vice-chefe do Estado, nesse cargo, imediato ao seu, se dignou de me prover; que, quando, em 27 de janeiro de 1870, lhe solicitei a minha exoneração, se me declarou resolvido a exonerar-se comigo (1); que, tendo eu, por doze ou treze vêzes, pedido a minha demissão de ministro, outras tantas ma negou; que, aos 6 de maio, me escrevia, resignando em mim o seu cargo supremo (2); e que não me aceitou, afinal, a renúncia do de vice-chefe, não ma concedeu, senão depois de ma ter primeiro denegado (3).

FLORIANO PEIXOTO

Quando me desrevesti dessa honra, podia ter indicado para meu sucessor, que o marechal Deodoro, dada a sua extrema solidariedade comigo, provável-

(1) *Finanças e Política da República*, pág. 378.
(O fato aí está documentado).

(2) *Ib.*, pág. 387-8.

(3) *Ib.*, pág. 385-7.

mente aceitaria, podia, digo, ter-lhe indicado, para essa dignidade, outro ministro paisano, como eu, Quintino Bocaiúva, por exemplo, ou o ministro da Marinha, assaz desejoso dessa distinção; mas indiquei o ministro da Guerra, o marechal Floriano, que de mim mesmo recebeu, logo depois, com surpresa, no Quartel General, a notícia da sua nova investidura.

UMA EXECUÇÃO MILITAR EVITADA PELO ORADOR

Enquanto, porém, me achei no govêrno, mais de uma vez, e, de modo assinalado, tive ocasião de dar a ver que não se havia entibiado em mim essa afeição aos camaradas, com quem colaborara tão intimamente na luta jornalística de 1889.

Da primeira vez já depus no meu *Manifesto* de 1892. Aí, recordando que apenas uma feita me vira eu com o marechal Deodoro antes da conferência, em que nos reunimos às vésperas da revolução, continuava assim:

Éramos quase de todo o ponto desconhecidos um ao outro. Comecei a lhe entrever o coração, quando, nos primeiros dias do nosso govêrno, S. Ex.^a teve a bondade de contramandar, a pedido meu, a ordem de execução capital, que expedira contra alguns oficiais, cabeças de uma sedição militar, creio que em Santa Catarina. (*Ib.*, pág. 376-7).

Ao visitá-lo eu de manhã, quando passava para o Tesouro, na sua casa da Praça da República, me dera êle a nova da sedição ocorrida e da ordem, que pelo telégrafo expedira logo, para a execução dos culpados. O primeiro ato meu, em chegando ao meu gabinete, foi exorar-lhe a piedade. Quis Deus que não fôsse em vão; pois, tornando-lhe à casa, de tarde, me recebeu Deodoro com estas palavras de gentilis-

sima bondade : "Foram cumpridas as suas ordens. Telegrafei, contramandando a execução."

Bem se vê que aquêlê coração, acessível sempre à generosidade, aguardava sòmente um toque de misericórdia, para se reconciliar consigo mesmo, dando-se pressa em executar o que já lhe estava dentro n'alma.

A CRUZ DOS MILITARES

Outro ensejo notável, que tive, no Govêrno Provisório, de ser útil às classes armadas, foi quando isentei do impôsto predial a Irmandade da Cruz dos Militares. Já sob o antigo regímen postulava ela essa mercê, cuja concessão lhe duplicaria as fôrças benfazejas. Mas debalde.

Estávamos na Escola Militar, aos 24 de maio de 1890 (faz hoje precisamente vinte e nove anos), quando o Deus que nos ensinou a amarmo-nos uns aos outros, me acordou no espírito a idéia de solenizar com êsse ato de caridade aquela data nacional; e, no mesmo dia o propus numa carta ao Marechal, com o decreto lavrado logo em minha casa, no mesmo dia redargüi à sua recusa, e no mesmo dia lhe obtive a assinatura.

Ainda vive o funcionário, testemunha irrecusável, de cujos serviços me utilizei na remessa dessas cartas e do decreto de outorga.

Dêsse caso tenho tratado várias vêzes. Mas bastará o que dêle disse no meu discurso de 5 de junho de 1909:

Não me venhais dizer que, sob um govêrno presidido pela espada, quase nada poderia valer a militares a boa vontade de um paisano. Que significa a presença do meu retrato na Cruz dos Militares entre os seus benfeitores? O decreto

que lhes eximiu totalmente do impôsto as suas propriedades prediais. Iniciativa, deliberação de Deodoro êsse ato? Não, unicamente do seu ministro da Fazenda. Deodoro me devolveu, com uma recusa, o decreto, por mim enviado à sua assinatura. Afigurava-se-lhe exceção injusta êsse privilégio em favor daquela confraria. Fiz voltar, no mesmo ponto, o mensageiro, (que ainda vive e, então empregado meu, é jornalista hoje dos mais conhecidos) fi-lo voltar com as razões escritas do meu insistir. Não se tratava de um favor arbitrário, mas de melhorar as circunstâncias do montepio militar, a que essa instituição de caridade oferece uma espécie de suplemento valioso. O marechal anuiu, e subscreveu. Foi assim que se consumou êsse benefício perpétuo às famílias militares. Nos seus lares orfanados, as mães, as viúvas, as crianças me asseguram outros tantos protestos vivos contra a calúnia, que me averba de inimizade ao exército brasileiro. (RUI BARBOSA: *Contra o Militarismo. Campanha eleitoral de 1909 a 1910. Primeira série*. Pág. 124-5).

RELAÇÕES COM O MARECHAL FLORIANO

Aos meus quatorze meses de administração no Governo Provisório sucedem os meus quatro anos de oposição ao governo do marechal Floriano. Qual terá sido, senhores, no correr dêle, a minha posição a respeito das classes armadas?

Nada, senhores, me indispunha com Floriano Peixoto. Nenhuma circunstância turvara as boas relações, que, em agosto de 1890, existiam entre mim e êle, quando resignei e aconselhei que se lhe desse a vice-chefia do Estado.

Até o momento de nos separarmos, em 1891, quando, adotada a Constituição, deu por acabada a sua tarefa o governo revolucionário, nada abalara a estima e cordialidade, que ligou, durante êle, um ao outro o ministro da Fazenda e o ministro da Guerra. Em tôda essa administração o primeiro teve, inva-

riavelmente, no segundo, um companheiro leal, que nunca se mancomunou contra êle, e um colaborador seguro, que nunca lhe negou o seu voto.

Essa harmonia, contra a qual já tramavam, na côrte do marechal Floriano, certas influências alvo-roçadas em nos inimizar, desde que, com a reação vitoriosa contra o golpe de Estado, coube ao Vice-Presidente da República o governo da União, não sofreu, todavia, abalo sério, senão quando a má interpretação da lei constitucional, que errados conselheiros lhe meteram no ânimo, o induziu a deixar de convocar o eleitorado, para dar ocupante à vaga aberta no segundo ano do quadriênio presidencial.

Se alguma coisa pescava eu da Constituição, em cuja lavra tive a maior parte, o Vice-Presidente, avocando a si os três anos da presidência, cometia, quero crer que iludido, uma usurpação.

Não podia, pois, contar com o meu apoio, nem, ainda, militar como era, poderia contar com o do elemento armado, se não gozasse de um dêsses prestígios, a cuja fascinação não resiste o espírito de solidariedade, em certas classes sociais mais zelosas do seu melindre e primazia.

A REPRESENTAÇÃO DOS TREZE GENERAIS

No próprio seio do exército houve, todavia, sentimentos divergentes do seu chefe. Alguns, das mais altas patentes nas fôrças de terra e mar, supondo não exceder o seu direito constitucional de petição, ousaram impetrar ao Marechal que reconsiderasse a deliberação adotada.

A PRIMEIRA DIVERGÊNCIA

Não estava, pois, sòzinha, ou circunscrita ao elemento civil, a censura jurídica, com que, de Camambu, onde me achava, me abalancei a contrariar, públicamente, a hermenêutica abraçada pelo Marechal Vice-Presidente.

Imaginava eu que o meu companheiro do Governo Provisório, não delidas ainda as reminiscências do tempo em que me vira fazer, debaixo dos seus olhos, a nova Constituição, me julgasse com alguma autoridade na inteligência das suas disposições fundamentais e dos seus princípios elementares. Errava, porém, nesse imaginar.

Mas todos somos homens, e todos os homens filhos do êrro. Já eu não estava ao seu lado, mão por mão, no mesmo plano. Já êle era o primeiro, o cabeça, o senhor. Já entre nós mediava o círculo de insulação, que rodeia o poder. Já me não era possível desmanchar, no seu espírito, o que de mim lhe dissessem. A sua autoridade se agigantara, enquanto a minha declinava. Era agora onipotente. Guarda supremo da ordem e do poder, começaram a surgir-lhe, no espírito desconfiado e testoso, inteiriço e rígido, as prevenções contra a liberdade. Não era homem de meios têrmos, nem que pudesse fazer grande cabedal de formas jurídicas e embaraços legais.

OS DECRETOS DE ABRIL

Recorreu, pois, à grande cirurgia, e cuidou resolver o mal com três golpes formidáveis: os decretos de 7, 10 e 12 de abril, que, declarando o estado de sítio, desterraram senadores e deputados, aposentaram forçadamente lentes vitalícios, e, violentamente,

reformaram marechais, generais, almirantes, oficiais, em suma, de tôdas as categorias.

O estado de sítio, transitório nos seus efeitos, abrangia, com vinte e dois paisanos, vinte e quatro militares. Mas com as outras medidas só dois civis padeciam: os senhores Campos da Paz e J. J. Seabra, que perdiam as suas cadeiras de lentes no Recife e nesta cidade.

OS MILITARES FULMINADOS

Os demais eram militares: três almirantes, três capitães-tenentes, três primeiros-tenentes, um marechal, sete generais, dois coronéis, três tenentes-coronéis, um major, quatro capitães, um segundo-tenente e dois alferes. Numa palavra: vinte e quatro oficiais do exército e marinha, desterrados pelo ato do sítio, vinte e nove oficiais de terra e mar reformados pelos outros decretos. A declaração de sítio fulminava dezesseis oficiais do exército e oito da marinha. As reformas discricionárias, nove oficiais de marinha e quinze oficiais do exército.

REAÇÃO DO ORADOR PELOS MILITARES

Seriam justas essas severidades? Quanto ao sítio, a justiça não respondeu. A exceção do caso político, entendida ao uso daqueles tempos, absolveu os tribunais de tal responsabilidade. Mas, no que toca às aposentadorias e reformas, a magistratura judiciária categoricamente decidiu que eram injustas, ilegais, inconstitucionais.

Como quer, porém, que seja, das vítimas da primeira medida, mais de metade eram militares; das da segunda, quase tôdas: tôdas menos duas.

Quem foi, porém, senhores, que, neste país, se levantou, para valer àquelas vítimas, especialmente àqueles militares? para lhes valer contra a declaração de sítio? para lhes valer contra a imposição arbitrária das aposentadorias e reformas? Quem, senhores? Quem, senão eu? Quem, senão unicamente eu?

Contra o estado de sítio opus o *habeas-corpus* de 18 de abril de 1892, julgado três dias mais tarde. Contra as reformas, assim como contra as aposentadorias, as ações civis competentes. Essas ações vingaram tôdas. Os dois lentes volveram às suas cadeiras. Os vinte e nove oficiais tornaram à efetividade nas suas patentes.

Escuso dizer que, por tais serviços, não pedi, não recebi, não aceitaria coisa alguma. Nem quisera que ninguém me julgasse dever nada.

Os que me pagaram em gratidão, de sobra me pagaram. Mas paga mais edificante é a dos que me têm pago em desamor e maldade; pois êsses me deram bem a sentir que certas ações, só a consciência as sabe pagar.

Como, porém, nenhuma dívida existia, qualquer que haja sido a espécie da moeda, sempre foi sobejo o pagamento. Nem havia nenhum, que com o serviço condissesse. Nenhum, a não ser o de me não desconhecerem a intenção e sacrifício, a não ser o de não verem no advogado espontâneo, intrépido, gratuito dêsses vinte e quatro oficiais, envolvidos pela minha tentativa no manto do *habeas-corpus*, e dêsses vinte e nove oficiais, restituídos pela minha iniciativa ao gozo dos seus direitos, de não verem nesse desinteressado e corajoso patrono de tantos militares perseguidos um inimigo das classes militares.

PERIGOS AFRONTADOS

Ah !, senhores, êsses atos são hoje imagens e sons. Não os vêdes senão na escrita, que se apaga. Não os escutais, senão na voz, que se perde. Era de vê-los na realidade, no seu tempo, no seu meio, no ambiente de terror, que os cercava. Era de vê-los, quando todo o mundo receava cair, de um momento para outro, na lista dos proscritos ou suspeitos. Era de vê-los, quando a minha petição de *habeas-corpus* não logrou, na justiça transida no maior tribunal do país, ainda incôscio do seu poder, ou dêle assustado, senão um voto, o voto único, o voto do justo, o voto Pisa, ante o qual dobrei os joelhos, para beijar a santa mão do seu autor. Era de vê-los, quando ao rumor das ações de reparação civil que eu tinha em mente, e me saíram, depois, vitoriosas, o mais lido, o mais erudito dos membros daquela casa me interrogava assombrado com a esdruxulez do boato, e caía das nuvens, ouvindo-me confirmá-lo.

Qual foi o patrono, que acharam êsses chefes do exército e da marinha, para lhes ir levar o viático de uma esperança, ao seguirem caminho da prisão ou do destêro indefinido, enxovalhados como traidores, evitados como leprosos entre os seus companheiros de classe? Bem me lembra a noite, uma dessas na agonia das quais soçobram os Pedros, e se renegam os Cristos, a noite de amargura, em que atravessei os corredores do Arsenal de Guerra, por entre sarilhos de armas e filas de soldados, para ir assegurar àqueles abandonados o auxílio de uma voz irredutível em sua defesa nos tribunais. Ninguém ousava esposar a sua causa. Mas, ainda sob o estado de sítio, embora o meu nome pudesse então ser, de um momento para outro, agregado à lista dos proscritos, não hesitei em anunciar o meu *habeas-corpus*, grito da justiça entre as angústias e deserções do Terror. E sou eu o inimigo dos militares ! Por cúmulo, entre os que contra mim exploram êsse ímpio apêlo à maldade, ainda há de sobressair

agora o concurso de alguns dêsses, a quem eu socorria nessa conjuntura tenebrosa, em que houve lágrimas entre os fortes. (*Rui Barbosa*: Discurso de 5 de junho, 89).

EM 1892, COMO EM 1889

Assim se reproduzia comigo, em 1892, o que eu experimentara em 1889, "quando a minha luta com o Império ermava a minha casa, e traçava em tórno da minha atitude êsse círculo de pavor, que regula os cobardes. Quem eram então, dentre os políticos, os que se alvoroçavam em pleitear os direitos dêsses len-tes da Escola Militar, dêsses oficiais do exército, dêsses generais, cuja clientela eu alistei na minha banca de jornalista, freqüentada unicamente pelos abandonados da política, da fortuna e da lei?" (*Rui Barbosa* : Discurso de 5 de junho, 1889).

ATENÇÃO!

Adverti, senhores, agora, e com atenção, em um ponto, que assaz a merece. Se em 1892, como em 1889, se abria à volta da minha pessoa o vazio do terror, o deserto da cobardia; se a multidão pedinte, postulante e pretendente, que constitui o comum do nosso mundo político, me esquivava a casa, receoso cada qual de, pelo meu contato, incorrer nota de malvisto ao poder, não era porque eu me houvesse distinguido no propugnar de causas paisanas, mas porque, advogado geral das causas militares na imprensa e nos tribunais, havia colocado o direito das classes armadas num terreno inacesso às raivas da vindita política e aos frenesins do arbítrio civil.

O que me desamistou da presidência do marechal Floriano Peixoto, não foi o exercício do govêrno por um militar, coisa que me não incompatibilizara

com o Governo Provisório, onde se dera triplicadamente com o concurso, na sua composição, de quatro generais de mar e terra. Foi, pelo contrário, o conflito dessa presidência, exercida aliás pelo mais eminente chefe do exército, com a legalidade militar, que só deveu a sua restauração aos tribunais civis, mercê da minha iniciativa, da minha intransigência, da minha abnegação na brecha, onde os direitos do exército pelejavam contra a política do maior dos seus generais.

PELA JUSTIÇA AOS MILITARES

Era pela justiça aos militares que eu me digladiava com o poder militar arriscando, como positivamente arrisquei, não só a minha liberdade, mas até a minha vida.

As ações movidas por mim, com o mais cabal sucesso, para a reintegração dos oficiais lesados nas garantias jurídicas, de que se tinham visto esbulhar por uma administração mal aconselhada, não encerravam somente o mérito da restituição, que iam operar, e operaram, indivíduo por indivíduo, cada um no que indevidamente se lhe tirara num assomo de arbítrio intemperante. Não.

A sua maior, a sua maioríssima utilidade estava em desplantar, logo à nascença, o arbítrio pela raiz, em não consentir que êle viesse a criar posse, em o afogar, à sua primeira irrupção, numa jurisprudência, cuja solenidade abarreirasse para sempre a lei violada contra a possibilidade eventual de ulteriores atentados.

O DIREITO DAS PATENTES MILITARES

Nessas ações é que, pela primeira vez, se formulou, é que me coube a honra de formular, e esta-

belecer, antes de ninguém, a teoria constitucional das patentes e postos militares, a teoria das consequências da sua garantia constitucional, a teoria da extensão constitucional da sua plenitude, a teoria da inseparabilidade constitucional dos dois elementos constitutivos desse direito: o título e a efetividade, igualmente assegurados contra qualquer intervenção discricionária dos governos. (RUI BARBOSA: *Os Atos Inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal*. 1893. Págs. 153 e seguintes).

A vitória da minha ousadia nessas intransitadas regiões do nosso direito constitucional, então novo, então ignoto à nossa magistratura, então disputado, com montanhas de sofismas, pela cavilação dos advogados oficiais, ao pioneiro que abria ao uso público esses sertões de um régimen ainda impenetrado nos arcanos do seu gênio, da sua beleza, da sua grandiosidade, essa vitória judicial deu alicerces inabaláveis à independência da condição dos militares brasileiros, revestindo-os de uma coiraça de legalidade, contra a qual seria ocioso tentar, para o diante, novas arremetidas.

Os postos e patentes, constantes de título e efetividade, assentado estava que não eram menos inatingíveis na efetividade que no título.

A ETERNA INTRIGA

A quem devem os exércitos de mar e terra essa conquista jurídica, essa conquista inquebrantável, essa conquista vital, assim para a sua existência, como para a sua dignidade? A quem? Ao homem, a quem as zorras políticas, as velhas raposas da hipó-

crisia gargantona, as trápolas das ambições confessáveis negam e desnegam a consideração de amigo das classes armadas, acusam e reacusam, diante dessas classes, num trabalho de eternas mofinas, como adverso a elas, como o maior dos seus adversários, o mais impenitente, entranhado e maligno.

Ver que essas arguições marralham agora pela milésima vez em invencionices mil vezes desmascaradas! Ver que, enxotadas tantas vezes quantas aparecem, essas bugigangas e mogigangas não se somem, senão para volver à dança com os mesmos jeitos e trejeitos! Ver que a cada reensaio da caduca impostura, avergoada, no rosto, de tantos gíl-vazes, haja sempre clientes à feira da intriga!

Mas, senhores, por que tanto esquecimento, no auditório, a que ela se dirige? Por que motivo tanta míngua de justiça? Por que é que há de ser o delatado quem se justifique, e não o delator quem prove? Por que será que se veja assentada no banco dos réus a inocência triunfante, e não a calúnia enxovalhada?

NO *Jornal do Brasil*

Ainda não acabara a lide, a que, pelos tribunais, me entregara em defesa do direito militar conculcado, quando, assumindo, em maio de 1893, a direção e redação do *Jornal do Brasil*, em novas porfias aí me vi envolvido a bem das classes militares, combatendo a exploração política, a que as arrastavam, trabalhando contra a mistura dos seus legítimos interesses com as manobras das facções, e envidando tudo por evitar a imolação dos seus direitos legais à vontade arbitrária do governo.

A QUESTÃO WANDENKOLK

A célebre questão Wandenkolk veio então renovar a crise de antagonismo entre a presidência militar e os elementos militares, que no seio das próprias classes armadas a contrastavam.

Não toco neste assunto senão quanto ao ponto de vista da controvérsia constitucional que o caso levantou, e na qual ninguém hoje duvidaria de que eu me achasse, a êsse tempo, com a verdade jurídica, com a boa hermenêutica da legalidade, rudemente maltratada nesse encontro da força com a força.

Nenhum laço particular de amizade ou interesse me prendia ao almirante Wandenkolk. Dos meus colegas do Govêrno Provisório seria, talvez, o que menos boa vontade me havia mostrado. Aspirando, como passava por certo, à vice-chefia do Estado, não me levava a bem que a ocupasse, nem, quando a deixei, que não lha transmitisse.

Nada, logo, me predispunha a seu favor. Mas êsse amor à observância da lei e à distribuição da justiça, que, no meu temperamento moral, não distingue amigos de inimigos, juntamente com o zêlo da honra das nossas armas, sempre associado, no meu civismo, ao sentimento da pátria, não poderiam tolerar o espetáculo, que nos deparava a situação de um almirante brasileiro, a cujos títulos militares, de oficial de marinha e presidente do Clube Naval, acrescia a sua parte na fundação da República, não podiam tolerar, digo, o espetáculo de o ver ultrajado, em atos nacionais e internacionais do nosso govêrno, com a maior das viltas assacáveis a um marinheiro de país civilizado.

O ESTIGMA DE PIRATA

Balmaceda fulminara com o estigma de pirataria tôda a marinha do Chile. Floriano o impunha ao mais graduado e popular dos oficiais da nossa esquadra.

Nenhuma das duas situações comportava essa incontinência de linguagem, a todos os respeitos inconciliável com a verdade. O almirante brasileiro quebrara os vínculos disciplinares, rompera as leis da subordinação militar, hasteara uma bandeira de insurreição. Incorrera, destarte, em gravíssima responsabilidade. Era um delinqüente, que devia estreitas contas aos tribunais.

Mas afrontá-lo com o epíteto de *pirata*, e tratá-lo como tal, era, também, contravir à legalidade, opor delito a delito, ferir violentamente o direito militar.

A TRÍPLICE CAMPANHA

Com a minha maneira de sentir, não seria concebível que eu vacilasse. O apêlo da consciência era, juntamente, ao jornalista, ao senador, ao jurisconsulto. Não havia ressentimentos que lhe resistissem. Três portas se me abriam: a da imprensa; a da tribuna; a do pretório. Bati a tôdas três, rompendo, nos três campos que elas me franqueavam, a tríplice campanha, cuja necessidade se me impunha.

Três questões se erguiam. A primeira era a da qualificação do crime, insignemente errada nas apreciações dos juristas oficiais. A segunda era a da extensão das imunidades parlamentares aos delitos militares; porquanto o almirante Wandenkolk pertencia ao Senado. A terceira era a do fôro criminal dos reformados; pois tanto o almirante Wandenkolk como o capitão Huet Bacelar, seu companheiro na

lamentável aventura do *Júpiter*, estavam sob o pêso da reforma, que lhes impusera o decreto de 12 de julho do ano anterior, cuja inconstitucionalidade ainda não tivera corretivo.

O exame dêsses três problemas adquiriu uma intensidade, ganhou uma amplitude, e se debateu com uma abundância, de que temos o quadro no *Jornal do Brasil*, onde em mês e meio, não menos de vinte editoriais meus esgotaram o estudo jurídico do caso (*Jornal do Brasil*, 1893. Julho, 15, 16, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 31. Agosto, 6, 7, 9, 14, 28. Setembro, 5).

VITÓRIA NO SENADO

Nem todo êsse batalhar se perdeu. O Senado, na sessão de 28 de agosto, adotando, por vinte e cinco votos contra vinte e três, a minha emenda à conclusão do parecer das comissões reunidas, reconheceu a competência das justiças comuns para a instauração da culpa e o julgamento no processo Wandenkolk.

Notemos, em honra de uma ilustre memória, que, entre os sufrágios, com os quais ali alcancei vencimento de causa, avultava o de Quintino Bocaiúva, relator do parecer, cuja conversão, obtida, no debate, pela evidência da minha tese, é um dos mais raros exemplos de consciência que nunca vi na minha longa existência parlamentar.

O HABEAS-CORPUS

Tudo isso culminou, por fim, no *habeas-corpus*, que impetrei em 30 de agosto (1), e o Supremo Tribunal me denegou três dias depois (2).

(1) *Jornal do Brasil*, 31 de agosto, 1893.

(2) *Jornal do Brasil*, 3 de setembro, 1893.

Nesse dia a sala do julgamento estava apinhada inteiramente de secretas armados. Reinava ali uma atmosfera de sangue, não derramado graças à fraqueza da sentença. A maioria dos ministros daquela côrte se reunira, na véspera, para assentar na sentença do outro dia. Um dos seus mais graduados membros, magistrado integérrimo, abatido pelo tormentoso aspecto do horizonte, mandara, por um dos seus parentes, magistrado também, instar comigo pela renúncia ao *habeas-corpus* requerido. A condescendência da decisão com os desejos do poder salvou, talvez, a vida aos ameaçados. Mas a sedição naval respondia, três dias depois, à tibieza da justiça, da mesma sorte como, nos Estados Unidos, trinta e seis anos antes, a sentença de Taney, propícia ao cativoiro, abalando a confiança pública no grande tribunal da União, precipitou a guerra civil.

EXPIAÇÃO DA LUTA PELA JUSTIÇA

Essa resistência, que eu lhe opunha simultaneamente no jornalismo, no Congresso e nos tribunais, essa oposição tresdobrada, essa reação tripla, êsse conclamar das três tribunas não podia deixar de ser intolerável a um homem, como o Marechal, pela sua índole e pela sua vida mais talhado para o comando que para o govêrno.

Num terreno já de muito antes amanhado com o trabalho pertinaz dos enredos que me visavam, êsses oito meses de combate incessante e tríplice haviam, naturalmente, de exagitar a irritação a uma temperatura de febre alta. O general, sobretudo, o disciplinador, o homem da obediência não podia atuar que eu o adversasse exatamente no campo do direito dos seus camaradas d'armas, por êle feridos.

Quando, pois, estalou a revolta de 5 de setembro, de seu se estava que a êle me indigitassem como responsável por êsse movimento os meus inimigos, os mesmos que, declarado êle, me andavam à cata com as tenções mais sinistras, confessadas a pessoas maiores de tôda exceção, às quais ouvi, mais tarde, o testemunho de tais excessos.

IRRESPONSABILIDADE NA REVOLTA

Tive, assim, que me abrigar ao asilo diplomático e, em seguida, ao de territórios estrangeiros. Mas tanto que me pus em salvo, e me achei em seguro no país vizinho, onde encontrara gasalhado, para logo tratei de, pelo modo mais claro, dissipar a caluniosa balela da minha co-responsabilidade na insurreição naval.

A maneira mais concludente de opor a tais suspeitas categórica resposta era condenar a revolta. Pois, senhores, foi o que pratiquei, reprovando abertamente o levante militar, nos escritos que enderecei, em Buenos Aires, à *Nación*, e que ela deu à estampa.

Óbvio era que, se eu nêle estivesse envolvido, os meus cúmplices não tolerariam a censura, e desmascarariam o impostor. Mas tôda a marinha sabia que era verdade o que eu dizia.

Custa crer, mas o certo é que os meus clientes dos *habeas-corpus* de abril e setembro, da minha terrível campanha das três tribunas pela armada brasileira, que os camaradas de Wandenkolk, Huet Barcelar, Antão de Faria e tantos outros, por quem eu arriscara tudo, não se lembrassem do seu advogado, para lhe darem, quando menos, um sinal de interêsse pela sua vida.

Mas esta é a verdade. Não tive notícia da explosão iminente, senão quando ela estava a rebentar, no próprio dia 5 de setembro, às 3 horas da tarde, pelo Dr. João de Siqueira, que me foi dar, no Senado, o aviso, num recado confidencial de José Mariano, o qual punha à minha disposição o agasalho de um sítio seu no Estado vizinho, agasalho cujo obséquio agradeci, mas não aceitei, por não acreditar no reba-te, se bem me viesse de tão fidedigna origem.

Nenhum dos militares aderentes à revolta me desmentiu. Ninguém se atreveu a mentir, abalanzando-se a meu desmentidor, senão um paisano, cuja gratidão me retribuía desta maneira o serviço de lhe ter eu acudido com o *habeas-corpus* de 18 de abril, quando êle seguia, desterrado, para Cucuí, e o de lhe ter restituído, com a ação movida contra os decretos de 10 e 12 dêsse mês, a cadeira perdida numa das nossas faculdades.

Mas foi um caso de *tiro desmentido*, de tiro que não acerta. A arma é que desmentira da verdade, resvalando contra o seu autor o golpe desmentido. Porque ao seu depoimento, erupção de azedos rancores, ao seu depoimento nu de provas e autoridade, opus as mais abalizadas, as mais decisivas, as mais completas: o testemunho do almirante Custódio de Melo, pela voz de seu irmão, o do almirante Alexandrino de Alencar e o do general Sebastião Bandeira.

DEPOIMENTOS

O major Sebastião Bandeira, de saudosa memória, num escrito de seu punho, que tenho arquivado, em 15 de abril de 1907, assim testificava:

Na noite de 5 de setembro de 1893, a bordo do couraçado *Aquidabã*, lamentávamos, entre oficiais de marinha e do exército, a sorte a que ficava sujeito em terra o conselheiro

Rui Barbosa, quando um dos companheiros lembrou o alvitre de salvá-lo, indo um dos amigos buscá-lo para bordo.

Depois de certo silêncio ofereci-me para desempenhar essa comissão, caso não houvesse outro em condições de fazê-lo melhor.

Em seguida o comandante do *Aquidabã* providenciou, fazendo-me conduzir a terra numa lancha dirigida pelo comissário Paulo com auxilio do guarda-marinha Couto, hoje capitão-tenente e engenheiro naval.

Seria pouco mais de 11 1/2 da noite quando desembarquei no Cais dos Mineiros, depois de combinar com aquêles oficiais a hora e o lugar, onde me deviam receber.

Chegando ao *Jornal do Brasil* em procura do conselheiro, encontrei o respectivo secretário, Dr. Zacarias Monteiro (1), que sabedor do objeto da minha diligência, me levou à presença do amigo procurado.

Este mostrou-se surpreso com o meu comparecimento àquela hora, surpresa que aumentou de intensidade, quando lhe fiz conhecer qual a minha missão, dizendo-lhe que eu ia, por mim e por parte dos companheiros embarcados na esquadra revoltada, buscá-lo para bordo, a fim de salvá-lo do perigo iminente a que ficava exposto em terra, em consequência da atitude que assumira, defendendo os oprimidos contra a tirania, na imprensa, no Senado e nos tribunais.

Deixo de referir o mais que ocorreu nessa noite, desde a minha partida do *Aquidabã* até que voltei ao mesmo navio, ao clarear do dia, por julgar desnecessário, visto não interessar a defesa do conselheiro, segundo os quesitos formulados na carta que me dirigiu.

O mais então ocorrido, no tocante a mim, é que não aceitei o socorro da esquadra rebelada, e me deixei estar em terra, onde, nessa manhã, ciente já da sorte que se me reservava, busquei pôr-me a salvo, acolhendo-me debaixo da bandeira chilena, em sua legação, cujo ministro era então o ilustre D. Máximo Ramón Lira.

(1) Aqui se enganava o depoente quanto ao nome. Era o Sr. Tobias Monteiro, e não Zacarias Monteiro, seu irmão.

Vejamos agora os dois outros depoimentos.

No primeiro fala, pelo almirante Custódio de Melo, o engenheiro Licurgo de Melo, seu irmão, amigo, confidente e conselheiro. A carta, onde êle me testemunha da verdade, está, em original autêntico, à disposição de quem a queira ver.

Vale a pena conhecer-lhe os têrmos. Ei-los :

Rio de Janeiro, 24 de março de 1907.

Exm^o Am^o Dr. Rui.

No artigo, que, sob a epígrafe *O caso de Alagoas*, inseriu o Sr. Dr. Seabra no *Jornal do Comércio* de ontem, 23 do corrente, deparei com o tópico seguinte:

Não é absolutamente exato que o senador baiano fôsse e se tivesse mantido estranho à revolta de setembro e à sua sorte, como afirmou nos trechos dos documentos que transcrevi.

Testemunha do contrário do que nesse tópico assevera o Sr. Dr. Seabra, apresso-me a escrever esta carta a Vossa Excelência, pedindo-lhe ao mesmo tempo que lhe dê a maior publicidade, para enêrgicamente protestar contra a inverdade caluniosamente contida no período transcrito do artigo a que aludo.

Um dia, três meses, mais ou menos, antes de rebentar a revolta de 6 de setembro, meu irmão, o almirante Custódio de Melo, de saudosa memória, disse-me: «Vou confiar-te um segredo, cuja revelação será a minha desgraça. Não o faria, se não precisasse dos teus conselhos, e ainda assim exijo que pela tua honra me jures que serás dêle fiel depositário.

— Não posso recusar-me a ouvir-te e prestar-te o juramento, que me pedes, desde que precisas dos meus conselhos, respondi eu.

Então meu malogrado irmão declarou-me que êle, com a maior parte da nossa marinha de guerra, conspirava para depor o marechal Floriano Peixoto, que preparava-se para, por um golpe de Estado, fazer-se ditador.

Senhor dessa revelação, acudindo-me imediatamente à memória a pessoa de V. Ex^a, que então redigia o *Jornal do*

Brasil em oposição ao governo, e que, rebentada a revolta, necessariamente seria considerado, pelo menos, suspeito, perguntei a meu irmão: «Nem ao meu prezadíssimo amigo Rui poderei eu transmitir êsse teu segredo?» — «Nem à tua mulher», disse-me êle.

Desde então ausentei-me da casa de V. Ex^a, e só a ela tornei, quando V. Ex^a voltou do exílio.

Assim procedi por dois poderosos motivos: não trair-me, e evitar o grande pesar, que teria tôdas as vêzes que me achasse na presença de V. Ex^a.

Quando por essa ocasião nos encontramos, para justificar-me, relatei a V. Ex^a quanto aí deixo exposto, e é conhecido de muitos dos nossos amigos.

Sem motivo para mais, assino-me,

de V. Ex^a

amigo muito grato:

LICURGO MELO.

A terceira testemunha da minha inocência na rebelião naval de setembro é o almirante Alexandrino de Alencar, imediato, na direção daquele movimento, ao almirante Custódio de Melo.

A êsse almirante dirigi eu, em 8 de abril de 1907, êste apêlo:

Ninguém melhor do que V. Ex^a, como um dos que tiveram a direção do movimento naval aqui declarado em 5 de setembro de 1893, sabe ter eu sido estranho a êle e não haver sido prevenido, sequer, da sua explosão, continuando a não ter com o seu andamento relações de ordem alguma, até que, em regresso do Rio da Prata, por fim daquele mês, para não cair nas mãos do governo, que ordenara a minha prisão, me vi obrigado a passar-me do *Madalena*, onde chegara da República Argentina, para o *Aquidabã*, cujo agasalho me assegurou a liberdade.

A êste respeito, pois, espero que V. Ex^a, ao pé desta, me dará o testemunho, que a verdade lhe inspirar, autorizando-me a fazer dêle o uso conveniente à minha defesa.

O illustre almirante respondeu-me, sem demora, nestes têrmos :

Exmº Amº Conselheiro Rui Barbosa :

Confirmo plenamente o que diz o amigo em sua carta de 8 do corrente acima escrita, e ainda mais — que, antes e durante a revolta, nunca coparticipou dos trabalhos da mesma.

Podendo fazer o uso, que entender, subscrevo-me, com a mais alta consideração,

de V. Exa. amº afsº e obrº
ALEXANDRINO F. DE ALENCAR

VÍTIMA ACUSADA

Testificadores de mais competência e veracidade, não os podia haver. Testificações mais plenas e concludentes não se poderiam imaginar. Da revolta de 5 de setembro não fui, pois, senão vítima, vítima que expiou em dois anos de expatriação, em dois anos de amarguras e ruína no estrangeiro, o crime de haver empregado os dois anos anteriores em me matar pela constituição republicana e pelos direitos das classes armadas na luta insana de um homem contra uma época, uma situação, um destino : uma época de medo, uma situação de fôrça, um destino de perdição.

O DECRETO DE TRAIÇÃO

Ora, eis aí está, senhores, o homem, que se argüia de rebelionário, de cabeça de rebelião naval, e se pretendeu enlamear com a imposição do título de *traidor* por um decreto, que, sob êsse pretexto, lhe quis arrebatrar as honras militares de general, e de vez em quando reaparece na sua inanidade.

Tôda a vez que a fadistagem política entra de novo a me vibrar navalhadas, não tarda em se lhe ver nas mãos êsse trapo de calúnia, que os amigos da memória do marechal se sentiriam interessados em lhe raspar da vida, se não fôsem, verdadeiramente, mais inimigos meus que amigos dêle.

Acreditaram os autores daquela ação má que por meio dessa injúria me dobrariam o exílio com a desonra, marcando-me no estrangeiro com um ferrete, que me envergonhasse.

Mas fui eu mesmo quem mandou solicitar à *Prensa* que o desse à estampa, quando ela, remetendo-me o telegrama, onde se exarava o texto dêsse ato, enviou a dizer-me, por um membro da sua redação, que aquêlê despacho não era do seu correspondente, que só podia ser do govêrno brasileiro, que não interessava ao público argentino, e que não sairia a lume senão para me atender, se eu o desejasse.

Respondi que o desejava, querendo revidar-lhe, como lhe revidei, com a vantagem da minha superioridade nesse escandalito internacional, e sabendo que êsse labêu oficial, contra um brasileiro, como eu, ali bem conhecido, só redundaria em aumento de respeito ao ultrajado, num país muitos de cujos melhores cidadãos haviam sido também outrora condecorados com a honra do título de traidores.

MONSTRUOSO E NULO

O célebre decreto não era mais que um assomo de gratuita vingança, e, como tal, caía de si mesmo.

Primeiro : era falso e aleivoso êsse decreto. Estribava no pressuposto de me achar eu com os rebel-

des, e eu estava inocente de tal culpa, como demonstrara, logo ao pisar terra argentina.

Segundo : êsse decreto era arbitrário e ilegal. Quem me concedera as honras militares fôra o Governo Provisório, cujas deliberações de caráter extraordinário e legislativo, como essa, não eram suscetíveis de revogação por ato presidencial.

Terceiro : êsse decreto era usurpatório e inconstitucional. A traição é um crime, ou uma circunstância agravante, de que só aos tribunais cabe julgar. Portanto, sentenciando traidores, o poder executivo invadia atribuições do judiciário.

Quarto : êsse decreto era absurdo e ridículo. Ninguém, neste mundo, em nossos dias, confundiria a oposição a uma política, ou a revolução contra um governo, com a traição a um país. Nem ninguém, conhecendo, como entre argentinos se conhecem, as coisas brasileiras, me acreditaria capaz de trair a minha pátria, só porque de tal me averbasse um chefe de Estado, com quem me achava em luta.

Quinto : êsse decreto era, sensivelmente, um novo acesso de antiga doença. Era a terceira vez que a presidência da República se mostrava acometida, caracteristicamente, do delírio judicial. A primeira ocorreu em 1892, quando, com os decretos de 7 e 12, reformou vinte e nove oficiais de mar e terra. Deu-se a segunda em julho de 1893, quando baldou o almirante Wandenkolk e o capitão Huet Bacelar com a nota de "piratas". A terceira veio a ser comigo em novembro do mesmo ano, quando me asseoutei com o insulto de "traidor".

Recebendo a ofensa, quando me achava em país estranho, não devia calar, não calei. A tentativa de

infamação recebeu a resposta solene, que se me impunha. Escrita em 2 de dezembro de 1893, saiu a público na *Prensa*, creio que logo ao outro dia.

A minha situação me obrigava a discutir o caso. Discuti-o por todos os lados, moral e política, jurídica e constitucionalmente. Evidenciei a vaniloquência dos seus considerandos e a inexistência legal da sua disposição. Mas o tom dominante era o de indiferença, desdém e serenidade.

Mostrava o desvalor absoluto do ato presidencial. Mas dizia :

Não serei eu quem vá reclamar jamais contra o abuso de uma privação, que, afinal, não me priva de nada. Ficará pelo que vale. Deixo ao poder o gôsto dêsses caprichos, não sei se da infância se da decrepidez.

Mas, se não tem fôrças para me tirar *honras*, muito menos me pode êle roubar *a honra*. Esta foi sempre a última expressão da caduquez da fôrça: cuidar que tem jurisdição, para infamar as suas vítimas. Habituada a dar e tirar tudo, no território conquistado que devasta, imagina poder dar ou tirar a honra aos que o servem, ou aos que lhe resistem.

Tudo poderão os governos arbitrários. Mas não têm fôro, para degradar da honra, e converter em prodores da pátria cidadãos sem mancha. Minha pátria nunca me colheu em ações que a não honrassem. Os agravos imerecidos ressurtam contra os seus autores. As injustiças voltam de ricochete aos injustos. Os escândalos da ira, ou da soberba, repincham à face dos escandalosos. Êsses desequilíbrios o que inspiram, é comiseração, ou desprêzo. Não me podia impressionar de outro modo o inane decreto de traição.

A IMPRENSA E O DECRETO INJURIOSO

Quando me repatriei em 1895, sendo aqui recebido entre demonstrações populares tão inolvidáveis como as das minhas duas campanhas presidenciais em 1910 e êste ano, tentou a imprensa acrescentar-lhe ainda um traço de realce com a cassação, pelo governo Prudente, do esdrúxulo decreto de 1893. Seria dar importância ao que nenhuma importância tinha. Seria, outrossim, desfigurar o caráter moral de uma época, tão bem debuxado no auto-retrato dos seus dominadores. Quem com isso lucrava, era a ação má, coberta com a bandeira de misericórdia do esquecimento, em vez de guardada no pelourinho de si mesma, como lição eloqüente e útil.

A mim, pois, me convinha e aprazia ver engastado monumentalmente na legislação o pedregulho, com que eu tivera o gosto de me ver oficialmente lapidado. (*) Opus-me. Persuadi os nossos jornalistas a que não insistissem.

Honrou-me então o *Jornal do Comércio* com um banquete, e eu me utilizei do ensejo para, agradecendo a iniciativa benévola, demover do empenho os seus autores. Para me restabelecer nas honras militares do primeiro decreto não era de bom aviso que me tirassem as honras políticas do segundo. Eu daria bem aquelas por estas.

Rogo à imprensa, dizia eu no convívio do *Jornal*, "rogo-lhe que não insista na sua propaganda. O decreto de 1893 deve subsistir ao lado do de 1890. Coube-me a distinção de ser duas vezes condecorado: por Deodoro e por Floriano. Essas duas dignifica-

(*) Aliás o tal decreto se envergonhou de aparecer na *Coleção das Leis*, onde não existe. Foi estampado apenas no *Diário Oficial*, em 25 de novembro de 1893.

ções se completam. A maldição responde à bênção. São coisas que já pertencem à história. Aí não podem nada os poderes do Estado. Eu nunca me lembrei do título de general, senão pensando com saudade no coração do herói, que mo dera. Esta impressão resumia, para mim, todo o valor da dignidade imaginária, que nunca fiz passar pela tenda do sirigueiro. E essa impressão durará, enquanto eu não principie a ser ingrato. O decreto do homem de ferro, a honra que se propõe a me arrancar, não é a dos galões, que o ditador bem sabia não me competirem: é a do meu nome, difamado no poste de um ato do chefe da nação. Mas essa não estava ao alcance da mão que o assinou. O governo me não poderia restituir o que o governo não podia roubar-me. Deixem-me o contraste dêsses dois quadros históricos na minha galeria" (*Discurso pronunciado pelo Sr. Dr. Rui Barbosa no banquete que, a 30 de novembro de 1895, lhe foi oferecido pelo diretor do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1895, pág. 14*).

REVOGAÇÃO

A galeria não perdeu então o seu quadro, ali conservado ainda por bem tempo. Mas, aos 15 de janeiro de 1898, quase depois da minha volta ao Brasil, (*) recebi de surpresa, em Friburgo, onde me achava, entre outros telegramas no mesmo sentido, êste de José do Patrocínio:

Ao general Dr. Rui Barbosa.

Foi revogado decreto cassando honras militares grande brasileiro Rui Barbosa. Parabéns data hoje. (a) *Patrocínio*.

(*) Assim no original. Há um lapso evidente. — N. R.

Outro despacho telegráfico do mesmo dia, assinado pelo tenente Retumba, me inteirava de que o ato revogatório era do dia anterior; e, de feito, aos 15 de janeiro de 1898, o *Diário Oficial* dava publicação à notícia do decreto da véspera, que ab-rogara aquêlê outro. Eis em que têrmos :

MINISTÉRIO DA GUERRA.

Por decreto de 14 do corrente, foi revogado o de 24 de novembro de 1893, pelo qual foram cassadas as honras de General de brigada concedidas ao Dr. Rui Barbosa, por decreto de 25 de maio de 1890, que continuará a subsistir.

EM SÍNTESE

Aqui está, senhores, no que monta a indecência da especulação, da intriga, da torpeza, que se quis armar contra mim com a reedição dessas fezes das paixões da guerra civil, colhidas como coisas preciosas no dejetório dos seus erros e crimes, de cujos vazadoiros se deviam supor escoadas para o oceano do tempo, donde nada regressa, e onde tudo se depura.

Criou-se, ainda ultimamente, para essa miséria, atirada, há muito, ao sumidoiro do esgôto geral, uma publicidade estrepitosa e refalsada. Dos vãos mais escusos da baixa imprensa revoou ela em enxames de avulsos, que empestaram o correio, cobriram as paredes, alagaram a cidade, e até sôbre as placas do meu escritório se mandaram colar, como se o nome de um homem se sujasse, por lhe virem despejar à testada aquilo com que se diz, na lenda, que Xantipa, a cólerica espôsa de Sócrates, inundou a cara do marido.

Aqui tendes, senhores, as espécies de verdade, lealdade e moralidade, com que, por um sistema constante, me tratam, há quase trinta anos, nesta Repú-

blica das minhas entranhas e da minha criação. A coisa já excede a paciência humana, e só a Deus atribuo a de aturar com filosofia, ainda agora, esta exceção de malevolência eterna, a que me condenaram, obrigando-me a viver neste regímen que nem um criminoso acuado. Mas o Senhor sabe o que faz. E, no caso, é ainda um bem o que lhe devo: o bem de fazer dos trabalhos e sofrimentos da minha vida o espelho dos vícios do meu tempo. O Evangelho não ocultou as bofetadas de Cristo. Com o justo dos justos devemos aprender os que nada somos que a mão dos violentos não mancha de opróbrio o rosto dos limpos.

NO EXÍLIO

O exílio, que eu encetava com a marca de traidor, não me desiludiu de querer bem à justiça, nem me desafeiçoou dessas classes armadas, cujo patrocínio me custara, pelo maior dos seus dignitários e potentados, aquêlê ultraje de morte.

A minha mácula de traição não me apagou da lembrança, no estrangeiro, os meus clientes do *Diário de Notícias* e do *Jornal do Brasil*, do Supremo Tribunal e do Senado. Quando passei de Buenos Aires a Lisboa e, depois, de Lisboa a Londres, não raras ocasiões me depararam as circunstâncias de me desvelar pelas nossas classes armadas.

ELVAS E PENICHE

Em chegando à capital lusitana os oficiais de marinha brasileira, que, ao capitularem aqui as forças de Saldanha da Gama, se asilaram no *Mindelo*, o governo de Lisboa mandou-os recolher e deter nas praças militares de Elvas e Peniche. Ali os visitei, e,

convencendo-me de que tal situação não era regular, não era justa, não era jurídica, tomei a mim escrever a representação, que, contra essa medida iníqua, submeteram ao Ministro da Guerra as vítimas desse régimen.

Possuo ainda o meu original, de meu punho, e a primeira cópia desse trabalho, que começava nesta forma :

Ao chegarem às águas da nação, a cuja hospitalidade se abrigaram contra as paixões do vencedor, estavam os refugiados brasileiros muito longe de imaginar as providências, que parece haver adotado a seu respeito o govêrno português, deliberando mandá-los confinar em depósito de guerra.

Não querem os refugiados brasileiros discutir o princípio, em que assenta o compromisso assumido pelo gabinete de Lisboa para com o do Rio de Janeiro, conquanto, de um lado, lhes pareça evidente que a regra, pela qual o govêrno da nação neutra, a cujo território se asilaram militares ou corpos armados, se considera obrigado a encerrá-los em suas fronteiras, só se aplica à hipótese de estados limítrofes, como é a Bélgica em relação à França, e à Alemanha, ou Portugal em relação à Espanha, e, de outro lado, ainda no caso de países confinantes, se nos depara o exemplo concludente do Estado Oriental e da República Argentina, que, acolhendo as forças revolucionárias brasileiras de terra, deixam aos indivíduos, que as compõem, liberdade plena de se trasladarem a qualquer território estrangeiro que não o Brasil, sem que esse procedimento, da maior notoriedade, melindre o govêrno brasileiro, ou desperte, de sua parte, a menor reclamação.

Abstendo-se de examinar o compromisso luso-brasileiro, os refugiados, numa cuidadosa exposição do assunto, mostravam, com o direito e os fatos, os erros cometidos na execução desse convênio, e ultimavam deste modo a sua petição:

Em resumo.

A hospedagem nos depósitos militares àqueles, dentre os refugiados, que preferirem esta situação, ou não tiverem meios

de prover, individualmente, à própria subsistência, será consequência natural do ato generoso do asilo concedido pelos navios portugueses aos soldados da revolução brasileira.

Mas a extensão dessas medidas aos oficiais e, sobretudo, aos médicos, sua seqüestração indefinida em praças de guerra seria, para eles, um constrangimento inútil e doloroso, que não se legitima perante o direito e a prática das nações modernas.

Levando esta reclamação, muito respeitosa, ao Sr. Ministro da Guerra, e esperando que, por seu alto intermédio, suba ela à presença augusta de S. M. o Rei de Portugal, acreditem os refugiados brasileiros não ter apelado em vão para a ciência, a benignidade e o cavalheirismo do govêrno português.

Claro está que de mim não dependia o bom êxito do requerimento. Mas nem por isso era menor o meu trabalho, a minha demonstração de afeto, de zelo, de solidariedade para com a marinha brasileira, ali representada, em tão acerbos tribulações, por uma plêiade notável de muitos dos seus mais esforçados e honrados membros.

O conselho era acertado, o objeto da petição justo, os seus fundamentos de bom direito. Pelo mais não era eu responsável. Dera o que tinha. Fizera o que podia. Não estava na minha mão vencer os escrúpulos do govêrno de Lisboa, dissipar-lhe os receios, mui sensíveis então nos seus atos, de contrariar o govêrno do Rio de Janeiro. Seria, também, por minha conta, por conta do patrono da marinha brasileira naquela ocasião, que haviam de correr as severidades da política do marechal, contra as quais me estava eu batendo?

SALDANHA DA GAMA

Não era, porém, êsse só o dissabor, que lhe estava reservado a êle na metrópole portuguesa. Anun-

ciando-se que o almirante Saldanha da Gama lá iria ter, com o intento especial de dar a Sua Majestade El-rei, ou aos seus ministros, as explicações, que julgava de boa cortesia, pelo desembarque, nas costas uruguaias, dos nossos oficiais e marinheiros asilados à sombra da bandeira lusitana, chegou, para logo, à minha notícia que o governo régio, por deliberação já tomada, não lhe daria a honra de o receber.

Qualquer que fôsse, naquele momento, a situação política do grande almirante brasileiro, essa repulsa viria a ser de uma impressão humilhante para a marinha brasileira, de que êle era a expressão mais rutilante, e para a nação brasileira, que nêle via o mais alto símbolo da nossa existência naval.

Cumpria que se nos evitasse a nós todos êsse desgosto; e foi o de que tratei, enviando, no mesmo ponto, a Saldanha da Gama, com quem eu não tivera jamais, até aí, relações de espécie alguma, um telegrama de aviso, que o induziu a desembarcar.

Já tomava, em Montevidéu, o paquete para Lisboa, quando recebeu o meu despacho, e, reconhecendo-lhe a gravidade, mandou, em seu lugar, um secretário, bem conhecido e digno oficial de marinha, a quem tocou o contratempo, cujo desagrado aguardava o almirante, de não ser recebido pelo ministro, a cuja audiência ia levar a homenagem respeitosa das explicações do seu chefe.

EXPULSÃO DO OFICIAL BRASILEIRO

O mensageiro do almirante Saldanha da Gama, nesse ato de respeito, civilidade e fidalguia do grande soldado brasileiro para com o governo de Lisboa, era o Sr. Benjamim de Melo. Pelo que a êste suce-

deu, podereis calcular o que esperava o nosso illustre almirante, se o meu rebate telegráfico o não tivesse levado a deixar-se da viagem a Lisboa.

Mal chegara a essa Capital o emissário de Saldanha da Gama, quando um dos jornais do lugar, *A Vanguarda*, rompeu contra o almirante brasileiro numa linguagem, de que vos darão amostra estas palavras :

Depois das provas de *covardia*, que êste contra-almirante deu no Rio, e depois do procedimento *torpe*, que adotou, quando estava a bordo do *Mindelo*, só faltava que o Sr. Saldanha da Gama viesse ainda abusar da hospitalidade que lhe fôsse concedida.

O brioso official brasileiro não poderia sofrer com impassibilidade êsses insultos, que do almirante gratuitamente injuriado refletiam em todos os seus officiais. Procurou o desfôrço natural a um militar e a qualquer homem de honra naquela situação, desafiando o insolente jornalista. Êste deu às de Vila Diogo para Ericeira. Mas o govêrno português deixou sentir a sua solidariedade com as agressões, de que eram alvo, tão desleal, injusta e violentamente, os officiais de marinha brasileiros, mandando expulsar o senhor Benjamim Melo *dentro em duas horas*.

O agente de polícia apresentou-se, com a ordem verbal, pelas seis da manhã, à porta dos aposentos do official brasileiro, exigindo-lhe que embarcasse no trem das oito. Não se procederia de outro modo com um réu de polícia, ou um cáften.

De tudo sou testemunha pessoal e direta, ocular e auricular; porque morava no mesmo hotel, fui chamado no mesmo ponto aos aposentos do nosso maltratado conterrâneo, e estranhei a brutalidade da ordem ao policial, que a executava.

Mas, como de tão feia coisa não bastará, talvez, o meu testemunho a fazer prova inteira, aqui está, para restabelecer de certa certeza a verdade histórica do caso, o depoimento de um dos jornais lisboetas de mais crédito, que, no próprio dia, noticiou o estranho acontecimento.

Esse periódico é *O Economista*, que, no domingo, 17 de junho de 1894, assim relatou o caso, poucas horas antes de consumado :

O Sr. Benjamim de Melo, secretário do almirante Saldanha da Gama e um dos *insurretos* brasileiros que fugiram de bordo do vapor *Pedro III*, em Montevidéu, foi hoje mandado sair do reino.

Às 6 da manhã, o Sr. Morais Sarmiento, inspetor da polícia administrativa, acompanhado pelo Sr. Amorim, sub-inspetor, cabo Morgado, servindo de escrivão, e pelo guarda nº 544, apresentou-se no Hotel Mata, na Avenida da Liberdade, onde estava hospedado o senhor Benjamim de Melo, e intimou este senhor a sair *imediatamente* de Portugal, porque o governo tinha julgado conveniente a sua expulsão do reino.

O secretário de Saldanha da Gama pediu autorização para partir à noite, a fim de ter tempo de arranjar as suas coisas, sendo-lhe respondido que a ordem era terminante — *saída imediata do reino*.

O Sr. Melo assinou então a intimação.

Nessa ocasião o Sr. Inspetor disse-lhe que sabia ter o Sr. Melo, como companheiro de hotel, um seu compatriota e amigo, Sr. Rui Barbosa, e que, caso quisesse, para evitar demoras, podia encarregá-lo de lhe mandar depois as bagagens para o estrangeiro, para o ponto que ele escolhesse.

— «Não é necessário, respondeu o secretário do chefe revoltoso. Isto arranja-se depressa».

E começou a arranjar as malas.

O Sr. Morais Sarmiento deu ordem ao agente 544, Silva, da polícia administrativa, para se meter num trem de praça com o Sr. Melo e acompanhá-lo até a estação de Santa Apolónia e daí a Badajoz.

AINDA PELA MARINHA BRASILEIRA

A mesma coisa me teria sucedido, e estava quase a me suceder, por haver eu ousado, com a maior urbanidade e delicadeza, contestar a capitulação afrontosíssima de "cobardes", com que *O Século*, de todos os jornais portugueses o de maior circulação a esse tempo, apodara o almirante brasileiro e seus comandados.

Reproduzirei a narrativa, em que já uma vez, há dezoito anos, deixei atestado esse caso :

Quando os comandados de Saldanha da Gama romperam da maneira que se sabe, nas águas do Prata, o seqüestro militar em que indevidamente se convertera o asilo do *Mindelo*, página inolvidável da fidalguia portuguesa, jornalistas houve, naquele torrão de tradições tão grandes, que não hesitaram em frechar os nossos heróicos e cavalleirescos oficiais de marinha com a vilta de «cobardes» e «desleais». Na injúria evidentemente se envolvia o brio da nossa Armada, o lustre da sua farda, o justo orgulho de seu país. Brasileiro, publicista, senador da República, devia eu, podia emudecer? Entendendo que não, corri à imprensa, cujas portas, havia muito, me abrira o *Correio da Manhã*, a fôlha de Pinheiro Chagas, onde, no dia seguinte, o 1º de maio de 1894, saía a público, sob a epígrafe de *Justiça aos vencidos*, com a reivindicação da verdade, a defesa dos ultrajados. Eu pusera nesse escrito a reflexão, a serenidade e a cortesia de um papel diplomático. Rendera, com efusão sincera, tôdas as homenagens à nação portuguesa. Levantara bem alto a sua bandeira. Guardara tôdas as atenções devidas ao seu govêrno. Mas, discutindo juridicamente a espécie, mostrara o êrro dêste, perante o direito das gentes e a justiça do recurso contra êle empregado. Que outra impressão devia despertar a minha atitude, senão a de simpatia, ou de respeito?

Outra estou certo que não causou na sociedade portuguesa. Mas, na mesma tarde, o jornal apontado como órgão do ministro do reino me advertia de que, «refugiado político», eu devia abster-me de me ocupar de *questões de política por-*

tuguêsa. Não me respondiam: aplicavam-me a mordada. E, ao passo que, com essa intimação, reduziam ao silêncio a defesa, na manhã imediata os prelos da agressão reiteravam, contra os nossos oficiais, a afronta de *covardia e deslealdade*. (RUI BARBOSA, *O País*, em 14 de dezembro de 1901).

PARA EVITAR A MORDAÇA E A EXPULSÃO

Desde então, e principalmente depois do incidente Benjamim de Melo, no qual aliás não tive parte nenhuma, começou a cercar-me uma atmosfera de prevenções e vexames, acoroçoados pela ordem de silêncio, com que me tapara a boca o órgão ministerial.

Vivia eu ali na mais completa insulação de tudo. Vivia só para a família e as letras. Mas certos energúmenos da imprensa entraram a sugerir contra mim a desfeita da expulsão. Os jornais de Paris chegaram a dá-la por consumada. Não era mister que me pusessem mais na carta.

Para que o senador brasileiro indêbitamente qualificado então de "refugiado", não recebesse a mesma desconsideração pública irrogada ao oficial brasileiro, apressei-me a deixar o torrão pátrio da minha língua e dos meus antepassados, indo buscar um remanso de liberdade, onde me fôsse dado estar em sossêgo no lar doméstico, sem que me circundasse, a envenenar-me a solidão e as tristezas do exilado, o ambiente hostil da política brasileira.

NÃO SE QUEIXA, NEM RECRIMINA

Não reconto estas coisas, para me queixar de ninguém, nem mesmo do governo, quanto mais do povo português, a quem sempre quis muito, que, ago-

ra mesmo, admiro, todos os dias, nas agitações da sua tempestuosa virilidade, e cujo sangue, a meu ver, é, sem comparação, melhor do que o nosso.

Demais, bem sei que, quase em tôda a parte, como aqui, govêrno e povo são coisas diversas. O segundo paga pelo primeiro; mas, em regra, não tem senão a culpa de o aturar e manter.

Reminiscências, carregadas e sombrias, só as evoco, senhores, em legítima reivindicação da verdade sôbre o meu nome caluniado, para verdes mais um traço de solidariedade entre a minha vida e a das classes militares no Brasil; para se vos patentear mais um exemplo da minha devoção a elas; para sentirdes, uma vez mais, quanto as minhas idéias, estudos e trabalhos têm paralelizado a minha carreira com a evolução do nosso exército e da nossa marinha; para terdes, enfim, nos incidentes que acabamos de per-lustrar, o espetáculo, tão amiudado nestes meus últimos trinta anos, da consagração da minha atividade e do sacrifício dos meus interêsses aos interêsses da organização da nossa defesa armada, seu regímen legal, sua cultura inteligente, sua moralidade, seu brio, sua honra.

NA INGLATERRA

Acolhido à Grã-Bretanha, nesse período em que me entreguei à contemplação da liberdade britânica nos seus lares, em que retemperei ao seu calor as minhas crenças liberais, esmaecidas com a experiência dos desastres da nossa República no seu berço, — não perdi o contato espiritual com essas idéias diletas, com essas imagens antigas, com êsses companheiros distantes, de que a política, por um lado,

momentâneamente me arredara, mas com que ela mesma, por outro, ainda mais intimamente me havia juntado.

A DEFESA DO CAPITÃO DREYFUS

O primeiro fruto das meditações do meu destêrro foi a defesa do capitão Dreyfus, que abre as minhas *Cartas de Inglaterra*. Nessa tragédia, acêrca da qual girou, por tantos anos, a história da França, era crucificada a justiça, na pessoa de um soldado, pelas intrigas da política das facções.

Nunca vi, nem terá, talvez, havido jamais na história humana, ocasião igual de se concretizarem com tão soberba eloquência os laços vitais, que subordinam a fôrça ao direito, a necessidade substancial do elemento jurídico para a existência normal do elemento armado. Sem direito, justiça e legalidade, contra o soldado se voltam as mesmas armas, com que êle oprime.

Era essa intuição a que me animava, ao lavrar, nesse estudo sôbre o mártir da *Ilha do Diabo*, o primeiro arrazoado jurídico escrito na discussão da sua causa.

O antagonismo habitual entre a fôrça e a liberdade não nos deixa, ordinariamente, ver que a liberdade também necessita da fôrça e a fôrça da liberdade. É dessas relações orgânicas entre dois princípios, superficialmente contraditórios um com o outro, que eu queria dar a impressão, mostrando nas falhas do sentimento jurídico e nos vícios da educação liberal em França a origem dessa perseguição monstruosa de um soldado, perseguição que, da outra parte da Mancha, com os costumes ingleses, teria sido inconcebível. (RUI BARBOSA: *Cartas de Inglaterra*, Rio de Janeiro, 1896, pág. 1-33).

SÔBRE O JAPÃO MILITAR

Mas o mais considerável dos capítulos dêsse meu livro, composto das cartas que eu enviava de Londres para aqui ao *Jornal do Comércio*, foi a *Lição do Extremo Oriente*.

Nesse longo ensaio militar estudei a guerra entre a China e o Japão, buscando apresentar no maior relêvo o papel decisivo da organização da defesa nacional entre as nações modernas, e, especialmente, a conveniência de vida e morte, que, para os Estados, como o Brasil, de vastos litorais, se liga ao desenvolvimento da marinha. (*Ib.*, págs. 109-209). A transcrição integral dêsse trabalho na *Revista Naval* e o juízo, com que ela me honrou, evidenciam que o capricho da observação e do estudo me livrou de ser induzido a êrro pela minha ignorância na especialidade.

APOLOGIA DO PODER NAVAL

Vêde se serão de um sujeito que aborreça o exército e a marinha êstes conselhos finais:

Bem sei que estamos rodeados de nações pacíficas, que não é menos pacífico o ânimo da nossa, e que a paz é a cláusula essencial do nosso progresso. Mas neste seio de Abraão, não esqueçamos que a primeira condição da paz é a respeitabilidade, e a da respeitabilidade a força. A fragilidade dos meios de resistência de um povo acorda nos vizinhos mais benévolos veleidades inopinadas, converte contra êle os desinteressados em ambiciosos, os fracos em fortes, os mansos em agressivos.

A oliveira é cultura efêmera nas costas de um país indefeso. Com uma esquadra aniquilada, a doce paz dará em ilusão inepta. Querer a paz é prevenir a guerra; e esta, modernamente, não é uma expectativa abstrata, mas um conjunto prático de recursos definidos, hipóteses previstas e

planos estudados. A guerra voa no oceano como as procelas, e surpreende com os seus raios a política fatalista dos países negligentes. A ciência, felizmente, banuiu dela o imprevisto, que não existe agora senão para os governos ignaros e as nações fatalistas. Os estadistas, nos estados cultos, estudam as correntes imperceptíveis da atmosfera internacional, prognosticam o tempo de longe, e calculam com as possibilidades menos prováveis, assim como com as mais iminentes. Os técnicos armam o aparelho da ação, múltiplo, compreensivo, onímodo, com seu plano de combinações adequadas à variedade das situações antevistas. (*Ib.*, pág. 203-4).

Dizei vós agora, senhores, se uma pena, que se não abrasasse no sentimento das instituições militares, na convicção da sua grandeza, na certeza da sua missão, na inteligência das suas relações com a cultura humana, poderia escrever, com a vibração que as anima, estas palavras terminais daquela carta :

A esquadra japonesa representava a diferença entre os dois povos. E essa diferença fez tudo: varreu a China do oceano, e, varrendo-a do oceano, pulverizou-a em terra.

A consciência do valor da marinha, intensa em uma Holanda, em uma Inglaterra, em uma América do Norte, oblitera-se ordinariamente com o atrofiar da consciência nacional. Os povos são e fortes, as nações másculas e livres amam nas suas esquadras a imagem da sua própria existência. As raças decadentes e sem futuro vão-nas esquecendo, e deixam-se entorpecer à beira do oceano, sonolentas e indefesas. Há um paralelismo eloquente entre a história das deslocações da supremacia naval e a das culminações do progresso. «O poder naval é a florescência da civilização». Ele foi, em todos os tempos, o prêmio das grandes famílias humanas, onde se enraíza a prática da liberdade bem entendida. Aquelas a quem a opressão curva o dorso submisso para o solo à beira do pélago indômito, não merecem, nem sustentam a situação, com que a natureza as prendou entre as outras. O oceano impõe deveres. O mar é uma escola de resistência. Às suas margens os invertebrados e os amorfos rolam nas ondas, e somem-se no lôdo, enquanto os organismos poderosos endu-

recem às tempestades, levantam-se erectos nas rochas, e criam, ao ambiente puro das vagas imensas, a medula dos imortais. (*Ib.*, pág. 206-7).

A CONFERÊNCIA SEGUINTE

Basta, senhores, por hoje. Esta conferência já vai sobremodo estirada. Para a vindouira, querendo Deus, se guardará o resto da história das minhas relações com o elemento militar; e, então, se os episódios e documentos, na sua copiosidade, ainda me deixarem sobra de espaço, tocarei nos graves assuntos, que ora vos interessam, interessando gravemente a nossa política, civil e militar, nacional e internacional.

A POLÍTICA PARA AS CLASSES ARMADAS

A política de que falarei às classes armadas, é a de que lhes devo falar: não a política das facções, mas a política da nação. No sentido em que a política é a especulação dos partidos, não têm política o exército e a armada. Mas não poderão deixar de a ter nessa acepção impessoal, desinteressada e superior da política, em que ela constitui a ciência da organização nacional, da liberdade nacional, da independência nacional, da conservação nacional.

Uma nação, que se despreocupasse das suas instituições e dos seus foros, da sua soberania e honra, pode ser, e de crer é que tivesse bandos em armas, mas exército e armada não se concebe que tivesse. A política dispersiva das forças nacionais, a que separa, desirmana e inimista os cidadãos, essa convirá que seja defesa ao elemento militar; pois, com ela misturado, se desnaturaria e arruinaria. Mas na política de vigia pelos supremos interesses do Estado, pelos interesses da existência do país, nessa ninguém tem

direitos e deveres maiores que os dessas classes, em quem reside, por definição e profissão, a defesa da pátria no interior e exterior.

Quando Clemenceau, exercendo, em 1908, a presidência do Conselho, chamou Foch, para dirigir a Escola de Guerra, os excessos do anticlericalismo dividiam profundamente a França. O grande general, ligado ao clero católico por vínculos de sangue, lembrou-o ao ministro, objetando-lhe que tinha um irmão jesuíta. "— Que me importa?", respondeu Clemenceau, "não é a seu irmão que eu nomeio. Faça-me bons oficiais: é só o que lhe peço."

Foch não cedia da sua consciência. O governo é que recuava da sua parcialidade. Boa lição e belo exemplo de tolerância, de política esclarecida, na objeção do marechal e na complacência do ministro.

A sorte das classes armadas está, senhores, como a de tôdas as outras, consubstanciada com a da nação, e, portanto, com a idoneidade e morigeração do seu governo, com a preservação das suas instituições, com o bom rumo dos seus negócios internacionais. Em levando êstes má parança, em decaindo as instituições, em se corrompendo, ou transviando a administração pública, está em perigo a ordem no interior, periclita no exterior a paz, e, assim, no interior como no exterior, periga a felicidade, o crédito, a honra da nação.

OS DOIS ASPECTOS DA ORDEM MILITAR

Os verdadeiros amigos dessas classes, pois, não são só os que lhes entretêm a atenção com os interesses diretos, com os interesses técnicos, com os interesses profissionais da milícia, com os seus interesses peculiares, senão também os que lhe alimentam

o civismo, cuidando com zelo em a educar no espírito de solidariedade com os interesses gerais da nação, com a estabilidade da sua ordem jurídica, com a moral do seu régimen, com a conservação dos seus títulos de soberania no conselho das nações.

Nas minhas relações com o exército e a marinha, não separei jamais um do outro êsses dois aspectos da ordem militar. Não seria, portanto, agora que me devesse esquecer da sua correlação íntima, agora, quando a mais séria crise institucional nos ameaça internamente, e, externamente, se nos antolha, com uma deslocação repentina das nossas relações tradicionais, e com a experiência de um sistema inteiramente novo na ordem internacional das soberanias.

O DEVER DA VERDADE

Eis, senhores, o motivo por que nunca me julguei pôsto em tão estrita obrigação de falar com os meus conterrâneos, civis ou militares, de lhes falar, mais do que em qualquer outra época da minha vida, com a minha franqueza habitual, com a verdade inteira das minhas convicções, na rudeza natural à reação da honestidade contra a extrema grosseria dos vícios que nos estão mazelandando.

Aqui está o que por aí se diz ser leviandade incompatível com os meus cabelos brancos. Se as minhas brancas fôssem as de um velho endurecido no egoísmo senil; se eu não sentisse, pelo contrário, crescer com os anos o meu amor ao bem; se a minha velhice corresse estéril no celibato, e as minhas entranhas de pai e avô não houvessem de estremecer pela sorte de uma numerosa descendência; se, com o porvir dos meus concidadãos, não visse eu em risco o do meu próprio sangue, e o coração dos meus quase

setenta anos não amasse a pátria com o mesmo calor dos vinte, — poderia ser que eu também me sentasse entre os jogadores desabusados, para ver correr o marfim, e também me divertisse o espetáculo dos mocinhos discretos, cuja verdura de quarenta, cinqüenta ou sessenta anos vai conduzindo tão hàbilmente o Brasil, a velas tendidas, para a destruição.

Mas eu não sou da massa, a que me queira condenar essa juventude postiça e arrebicada nos conselhos de prudência da venalidade à verdade. Vão lá comendo o que a minha "leviandade" lhes rende, e deixem continuar as minhas indiscrições, que tão boa razão de milho lhes vão granjeando.

Hei de morrer como me criaram meus pais, e como me ensinou a ser o apóstolo, quando nos disse: "*In nullo terreamini ab adversariis: quae illis est causa perditionis, vobis autem salutis; et hoc a Deo.*" Em nada tenhais medo aos vossos adversários: o que lhes é motivo de perdição, para vós outros será de salvação; e vem de Deus isto." (*Ad Philippens.*, I, 28).

PONTOS DE VISTA OPOSTÓS

A obsessão dos nossos adversários e a sua moral está em se incrustarem, de todo modo, nas posições, donde agenciam a sua fortuna, traindo o país com o exercício da mentira habitual e da prostituição convencida. E isso há de ser a perdição deles. A nossa lei, pelo contrário, e a nossa idéia constante é desprezar as situações, onde não se ganhe a prosperidade senão a expensas da vergonha, e praticar a todo o transe a intransigência no culto da verdade, na guerra à corrupção. E daqui esperamos a salvação para nós, como para a nossa terra. Tudo porque eles não

crêem no Deus da verdade, que é o único Deus; e nós pomos nesse Deus tôda a confiança.

Não me arreceio, pois, dos meus adversários, nem oriento por êles os meus atos. Sei o que inspira os seus, e conheço o em que os meus se inspiram. Quando trabalham por que eu emudeça, e dizem que, neste momento, a nação antes quer o meu silêncio do que a minha palavra, bem estou vendo, como todo mundo vê, que êles mentem.

Não bastariam os vossos aplausos aqui hoje, para evidenciar que a nação não quer o meu silêncio, mas a minha palavra? Foi a minha mudez, ou a minha palavra a que, com um esforço de quarenta dias, lutando contra dezoito situações estaduais, me granjeou, nas urnas, essa aclamação nacional, que o dolo e a violência, o poder e o dinheiro não lograram esconder?

QUEM É ENTÃO O BRASIL

Ver, senhores, ver a coragem com que êles se atrevem a blaterar que eu deprimio, achincalho, vilipendio e ultrajo o Brasil mais do que o pior inimigo! Mas então o Brasil é o lendeação, que o polui? é a largata, que o come? é a vareja, que o ulcera? são os gafanhões, que o talam? é a porcalhada, que o enchiqueira? é o lixo, que o amontura? é o reino das sete pragas, em que êle se debate?

Sou eu o que deprimio o Brasil, por ir na cola aos que o roubam. Sou eu que achincalho o Brasil, porque não vejo no regímen, que dêle se apoderou, senão uma vil chincalhada. Sou eu quem vilipendia o Brasil, porque não me amatulo com a vilanagem dos seus aviltadores. Eu sou quem ultrajo o Brasil, por-

que me revolto contra o opróbrio da sua condição, da sua opressão, da sua eliminação, da sua substituição pela ralé, que leva o país de escalada.

Êles dão escala franca a todos os saqueadores do patrimônio comum, contanto que entrem com êstes na divisão do monte; êles esbandalham o Tesouro; êles venalizam a autoridade; êles escravizam o povo; êles se alugam a tôdas as más causas, e hostilizam tôdas as causas justas; êles fazem da política mercatura; êles granjeiam dinheiro de tudo; êles nada têm por sagrado, nem sequer a independência da nação, agora quase à beira de um protetorado, que se vai negociando entre políticos, diplomatas e jornalistas corruptos. Isso tudo fazem êles com a cara de honrados. E não são êles o descrédito, o labéu, a ignomínia da nação, onde medram, onde prevalecem, onde governam, onde triunfam, onde se soberanizam. Não. Êles é que são o Brasil !

A DESCOBERTO

Mas se ao menos fôssemos nós os que os denunciássemos, se corresse por nossa conta a revelação dos seus crimes e torpezas. Neste caso poderiam levar a mal que os descobríssemos, que trouxéssemos ao conhecimento público a vergonha dos seus vícios ocultos e dos seus odiosos atentados. Tal, porém, não há. O espetáculo aí se acha ao alcance de todos. Tôda gente lhe assiste às cenas, e ou baixam os olhos, ou lhe exprobam o escândalo, ou lhe voltam as costas, e se irritam com a pacatez do auditório inerte no seu enjôo.

Os próprios atôres, entoados na linguagem pública, na particular não coram de reconhecer o seu comércio, e uns aos outros se desmascaram, se indi-

gitam, cruzando recriminações, divulgando aventuras escandalosas, ou assoalhando bons lanços da fortuna.

DE REPÚBLICA SÓ O NOME

Vêde se poupava Cícero os homens do seu tempo, a sua imoralidade, naquele preâmbulo, que Santo Agostinho nos conservou (1) do quinto livro do seu tratado *da República* (2).

Antes da nossa época, dizia êle, "os costumes pátrios elevavam ao govêrno os homens prestantes; e êsses homens eminentes preservavam os costumes e instituições dos nossos maiores. Mas o nosso século, recebendo a República na condição de uma tela magnífica, obra-prima de outros tempos, que já começava a desbotar-se, não se curou de lhe reavivar as côres, senão que nem ao menos tratou de lhe salvar o desenho e os contornos. Que resta, com efeito, dêsses costumes antigos, nos quais assentava a grandeza romana? Bem longe de os praticarmos, já nem sequer os conhecemos. E daquelas sumidades que direi? Foi a penúria mesma de homens o que nos levou a perder os bons costumes. É um desastre, que não basta explicar. Dêle temos que dar conta, como de crime capital, pois é mercê da nossa imoralidade, e não por acidentes da fortuna, que a República está, realmente, morta, e dela nos não remanesce nada mais que o nome. *Nostris enim vitiis, non casu aliquo, rempublicam verbo retinemus, re ipsa vero jam pridem amisimus.*"

Por que há de ser crime, na República brasileira, o que não o era na romana? Por que havemos de

(1) *Augustinus: De Civitate Dei*, l. II, c. 21.

(2) *Cícero: De republica*, lib. V, c. 1.

ter perdido em liberdade, vinte séculos depois da redenção, o que não se perdera tanto tempo antes do nascimento de Cristo? Quem se teria lembrado jamais de inscrever a Cícero entre os inimigos e aviltadores de Roma, por ter êle dito que a imoralidade pública, no seu tempo, matara a constituição republicana? Tácito, Suetônio, Juvenal eram traidores à sua terra, por haverem gravado em páginas imortais a verdade nua sôbre os horrores da política, do govêrno e da sociedade nos seus dias? Seria Vítor Hugo mau francês, porque escreveu *Les Châtiments* e *L'Année Terrible*? Seriam fermentidos à sua pátria os gigantes da eloquência inglêsa, que, no século dezoito, fulminavam a irresponsabilidade ministerial e a corrupção dos costumes políticos, pelas quais a Grã-Bretanha acabou perdendo as suas colônias americanas? Serão tidos por desleais cidadãos, nos Estados Unidos, os iniciadores das tremendas campanhas de regeneração ali travadas para o saneamento daquela democracia, no govêrno dos municípios, dos Estados e da União? E os nossos próprios republicanos, os que desde 1870, precursando ao nosso 89, semeavam a revolução, desnudando as mazelas da monarquia, como os havemos nós de considerar? como beneméritos do novo Brasil, ou, segundo o critério desta gente de hoje, como atraídores da pátria brasileira?

PREGADORES DE MANGA

Creio que poucos, nesta assembléia, hão de ter visto os sermões de Fr. Alonso de Cabrera. Pois vale a pena de os verdes, que ninguém, a meu ver, ainda usou melhor, no púlpito, do formoso idioma castelhano, e ninguém nunca levou mais alto a liberdade apostólica na tribuna sagrada.

Esse orador religioso, no século dezesseis e debaixo do cetro de Filipe II, depois de pintar em horrores os costumes da sociedade leiga, falava do clero de seu tempo, num sermão de quaresma, com esta liberdade :

Só me faltam os eclesiásticos, que são mais ruins : avarentos, dissolutos, indevotos, ociosos, gozadores, mais ainda, profanos, obscenos. E o pior é que, se cairdes em lho dizer, se volverão contra vós como víboras ou basiliscos. O que lhes haveis de dizer, é que por amor dêles mantém Deus o mundo. Então aplaudem, batendo as palmas, e por isso dão a vida. Os sacerdotes buscavam *pregadores de manga*, pregadores ao seu jeito, e lhes diziam : «Não digais que pelos nossos pecados acabará Deus com Jerusalém», mas que por nosso respeito guardará Deus o povo. E porquanto Jeremias, não obstante, insistia em dizer verdade, andava sempre de cadeias e por cárceres. Bradavam, entanto, os falsos profetas : Andai lá: pois não tem Deus outra casa mais do que esta, e a iria destruir ? Então davam palmadinhas os sacerdotes. «Oh que bem o disse ! que grande pregador!» E, vendo o povo o modo como se pregava aos sacerdotes, queria êle também essa maneira de sermão, que lhe afagasse as orelhas, e não lhe descosesse as chagas. Pois, se todos, moços e velhos, ricos e pobres, seculares e eclesiásticos, todos se conjuram no pecado, que há de ser dêles ao cabo? Já lho ameaçava Cristo: «No vosso pecado morrereis». (*Sermones del P. Fr. Alonso de Cabrera. Nueva Bibliot. de Autor. Españ., de MENENDEZ Y PELAYO. Vol. III, pág. 145*).

Eis aí está: os republicanos brasileiros de agora querem na tribuna profana o que os eclesiásticos espanhóis queriam para a sagrada há trezentos e cinquenta anos: *pregadores de manga*; a saber (que outra coisa não diz a locução nas duas línguas) pregadores a seu mandar, a seu capricho, a seu talante, pregadores de pregar ao belprazer de quem lho encomenda.

Mas nós outros nos reservamos o direito de ser, como o frade quinhentista, não pregadores de manga, pregadores de empreitada, mas pregadores *de* verdade e pregadores *da* verdade.

As cadeias e masmorras dos falsos profetas contra os verdadeiros já não aproveitavam sob os reis de Judá, já não existiam sob os reis de Castela, e não podem meter medo a ninguém sob os reis da nossa República. Os soberbos de Jerusalém também diziam ao emissário dos avisos divinos: "Tu mentes. *Mendacium tu loqueris.*" (JEREMIAS, XLIII, 2). Esta foi sempre a sina das mensagens da verdade: negarem-na os maus interesses do mundo, e vexarem de perseguições os seus portadores. Esses interesses crucificaram entre dois ladrões a pureza divina, e preferiram Barrabás a Cristo. Quem, depois disso, poderia queixar-se da injustiça, da ingratidão e da mentira?



MANIFESTO



À NAÇÃO (*)

O período que acaba de correr na política brasileira com o ato do Congresso Nacional, que reconheceu, há poucos dias, o novo presidente, não se poderia encerrar sem uma palavra minha de agradecimento à nação, pela parte que me deu, com tamanha honra, nessa página memorável da minha vida.

Os cento e dezesseis ou cento e dezenove mil votos, nos quais se exprime a consideração do nosso eleitorado para com o meu nome, são muito mais do que bastaria para desvanecer a quem, entrando nesse cometimento por obedecer a indicações evidentes da opinião nacional, não se iludia quanto ao valor dela entre nós, e, com experiência de sobra para o conhecer, declarou alto e bom som que, certo de antemão da sua derrota, se contentaria do voto de um homem de bem como testemunho e paga do cumprimento do seu dever.

Esse dever resultava das circunstâncias em que nasceu a minha candidatura, da minha posição na política brasileira durante êstes últimos dez anos; resultava das responsabilidades que tomei sobre mim com o discurso de Buenos Aires, com a preponderância que me coube no movimento, donde se originou a nossa entrada na guerra contra os Impérios

(*) Manifesto datado de 17 de julho de 1919. Publicado n' *O Imparcial* de 19 de julho.

Centrais, com a situação nacional daí proveniente ao Brasil; resultava, por derradeiro e principalmente, da generalidade, espontaneidade e intensidade, com que, aberta a sucessão presidencial, a designação do meu nome, suscitada aqui, na imprensa de maior circulação, pelo *Correio da Manhã* e pelo *Imparcial*, ao mesmo passo que, no mundo político, pelo Dr. Nilo Pesanha, adquiriu, crescendo rapidamente no país inteiro, proporções claras de uma verdadeira manifestação nacional.

Tal era a força da corrente, que chegou a invadir os arraiais dos nossos partidos, e, apesar das contradições que de mim os distanciavam, momento houve em que se poderia crer se houvessem varrido as incompatibilidades anteriores, operando uma unanimidade, a cuja força tôdas as resistências dir-se-ia cederem umas após outras.

Mas, por baixo dessas águas, a cuja superfície a maré de enchente, parecia fazer cabeça na minha direção, levando tôda a gente a supor que a ação política se unanímava neste sentido, os velhos interesses, em cujo lôdo fermenta, envasado, o nosso regímen, elaboravam a reação, que devia prevalecer. Cêrca de trinta dias durou, nas aparências, a crescente da cheia no rumo do meu nome. Mas, na realidade, o tempo que persistiram essas mostras externas de concurso cada vez maior em tôrno da minha candidatura, só serviu para distrair os que sinceramente a queriam do trabalho, em que à socapa se tramava entre os especialistas da nossa politicalha o lance da grande surpresa, destinado a vingar pelo insidioso da sua gestação e pelo instantâneo do seu desfecho.

Uma coisa era o que se via ao lume das circunstâncias conhecidas, outra o que passava, entre duas

águas, no reino dos enredos, barganhas e tramóias. O que se divisava à tona dos fatos aparentes, era a convergência dos grandes Estados, menos a Bahia, para o meu lado e, com êles, a dos seus satélites habituais. Mas o que, realmentê, se produzia, era uma conspiração subterrânea, para entreter com essas exterioridades a esperança dos inadvertidos, enquanto se aparelhava o golpe certo do inesperado nessas quimeras acariciadas pela credulidade popular.

Viram-se então episódios inauditos, cada um dos quais, na sua moralidade característica, merecia o seu quadro de costumes na galeria das singularidades brasileiras. Ora eram os emissários da situação de um dos nossos grandes Estados, gente graduada nas duas câmaras, que chegava a esta cidade com a incumbência de tomar por eixo das suas negociações a minha candidatura, e voltava com a minha exclusão como produto da sua embaixada. Ora, eram os mandatários da política do mais poderoso dêles no Congresso Nacional, que se anunciava trazerem orientada a meu favor a sua missão, mas vinham encabeçar aqui as manobras decisivas contra o meu nome. A julgar pelas declarações assoalhadas, não havia governador, que não desinteressasse da questão a sua pessoa, entretanto que, realmente, noutro alvo não punham o cuidado senão nas de alguns dêles as suas próprias cogitações e as diligências dos seus agentes.

Tal era o *fervet opus* de pretensões, dissimuladas tôdas e contrárias umas às outras, mas tôdas claras e acordes na hostilidade à minha escolha, pretensões entre as quais ainda sobejava lugar para os candidatos exclusivos do seu eu, que, protestando, nas conversinhas e nos jornais, apoio caloroso a ela, não faziam senão trabalhar para si mesmos nos corrilhos da política, da militança e, até, do anarquismo.

Quatro ou seis ambições de governadores, chefes de facção e intrigantes profissionais cavavam por baixo do solo o formigueiro dos seus negócios, conchavos e tramas, na esperança de se adiantarem, iludirem e vencerem uns aos outros, até que, baldadas manhas e ronhas, para não caírem no mal dos males, que era eu, os obrigou a estreiteza do tempo a se avançarem na resolução inesperada, em que, à véspera da Convenção de fevereiro, desfechou essa guerra de egoísmo, vaidades e cobiças.

O receio de uma candidatura temida por todos os levava a se juntarem derredor da outra, que não atendia às conveniências particulares de nenhum, renunciando cada qual a solução cara às especulações da sua roda, a trôco de uma cartada, mal segura sim, mas onde os *hábeis* dos vários grupos interessados no jogo lobrigavam o único recurso utilizável contra o risco imediato de perderem totalmente a partida, e cujo resultado cada um dos maiores da grande intriga se reservava a hipótese de captar para o gasto do seu moinho.

Não se olhou a que a objeção fundamental por todos eles oposta à minha candidatura, às minhas idéias de revisão constitucional, militava, igualmente, contra o candidato que me preferiam, revisionista, como eu, declarado e conhecido. Verdade é que o seu revisionismo ainda se não formulara, como o meu, num programa articulado. Mas, por isso mesmo, poderia ir, livremente, até onde as suas tendências, não definidas, o levassem, ao passo que as minhas estavam subordinadas ao limite, que a mim próprio solememente me traçara.

Não era, pois, nas minhas idéias de reforma constitucional que empeciam os escrúpulos dêsses

velhos desertores da Constituição. Não podia ser com tropeços de semelhante natureza que se embaraçassem espíritos calejados no abandono de todos os princípios e no comércio de tôdas as transações.

O que nos separava era a velha excomunhão, que, através de tôdas as situações neste regímen, atraem sôbre mim a sinceridade e a constância da minha devoção às instituições constitucionais no seu espírito e verdade. Essa irreducibilidade nas minhas convicções de severa observância e renovação progressiva da legalidade republicana é a que continua a incompatibilizar-me com êsses elementos de corrupção do nosso sistema de govêrno; e por isso é que eu ainda não deixei de ser nêle o corpo estranho, o eterno embaraço, o grande indesejável, o proscrito de tôdas as facções, que até hoje tenho sido.

Já se vê que eu me não podia enganar com as marchas e contramarchas, com que, por tanto tempo, se divertiram à custa do meu nome, preludiando à convenção do Monroe. Não me enganei um só momento. Nem eu, nem os meus amigos podíamos sonhar com o bom êxito de uma campanha presidencial, para cuja organização no Brasil inteiro, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, como do Rio de Janeiro a Mato Grosso, nos restavam apenas cinco semanas, vendo levantar-se contra nós tôda a máquina eleitoral do poder na União e em dezoito Estados.

Mas ocasiões há, em que não se luta para vencer, antes se luta com a certeza de perder, e, todavia, não se deixa de lutar. Assim dizia, com altiva independência, o senador Rosa e Silva, na reunião que se celebrou em Petrópolis, a fim de se deliberar sôbre o nosso procedimento; e assim sentiam quase todos os que escutaram essas dignas palavras. Todos nós es-

távamos vendo que nos iríamos empenhar numa luta desesperada, mas que não se nos deparava meio de a evitar sem diminuição da honra. Eis por que a travamos.

Nem me era lícito, ou poderia sê-lo aos que me acompanhavam, quero dizer, aos que me haviam levado a essa posição, não solicitada, não pretendida, não saboreada por mim, largar, depois da Convenção, a candidatura, que ainda na sua véspera mantínhamos. Importaria isso em lhe reconhecermos, ao outro dia, a competência, de que, ainda no anterior, a declarávamos inteiramente balda; importaria em lhe atribuímos a ela, sem outro motivo mais que a minúscula de coragem para sustentar a verdade conhecida por tal, uma autoridade, que havíamos negado a todas as precedentes, e que ela, pela sua inferioridade a todos os respeitos, merecia menos do que nenhuma.

As assembléias análogas de 1909, 1913 e 1917 padeciam todas, idênticamente, do vício original da sua imoralidade, como atos de prevaricação coletiva, nos quais o Congresso Nacional, incumbido pela Constituição brasileira, de julgar a eleição presidencial, se arrogara a função de nomear os presidentes, acumulando com a magistratura de tribunal a soberania de eleitorado, como êsses que geram e batizam, êles mesmos, os filhos do seu comércio sacrílego e danado.

A essa indignidade congênita, porém, juntava a Convenção dêste ano as avarias, de que a ulcerara a condição de haver nascido e ser industriada para a sua obra numa camarilha de alguns politiquieiros sem autoridade nem responsabilidade, que se apoderaram das vantagens do lance, como os jogadores de

má nota, emparceirados entre si nas tranquibérnias do *poker*, vão comendo pela certa os bisonhos, incautos ou simplórios companheiros.

Ora não seria possível que, ante êsse ajuntamento desacreditado e tumultuário de oligarcas desabusados, entrouxassem os princípios, em nome dos quais havíamos combatido a sua gestação, reduzindo-nos voluntariamente, nós mesmos, à vergonha de seus reabilitadores.

A minha candidatura estava lançada e lograra ser acolhida com circunstâncias de energia, de calor, de extensão, que davam a êsse estado, tão raro entre nós, do sentimento público a expressão profunda, vivaz, ampla, dominadora de um verdadeiro movimento nacional. Levantada por forças políticas respeitáveis, grandes órgãos de publicidade e importantes elementos populares, tivera ela a fortuna de ver pronunciarem-se abertamente a seu favor o comércio, a indústria, as classes conservadoras, que, alheadas sempre, no Brasil, das agitações eleitorais, era a primeira vez que nelas entravam a descoberto e de bandeira desfraldada.

Aceita, pois, como já fôra, por mim essa candidatura, não me assistia direito de a desertar. Aos que a tinham indicado, proclamado e consagrado, tocaria deixá-la, se lhes parecesse. Eu não tinha faculdade, para cortar laços tais.

Isso, porém, é o que, de sua parte, não se resignavam a fazer os autores daquela situação, acreditando que ela nos ligava mutuamente, assim como nos obrigava a uns e outros para com o país, sem nos deixar liberdade alguma de arrepender e recuar.

Assim, de parte a parte vinculados por um compromisso indissolúvel, força nos foi encarar a luta.

sem confiança nenhuma no seu resultado material, mas tendo quanto aos seus resultados morais uma segurança quase absoluta.

No meu ânimo, especialmente, grande era a firmeza dessa impressão, e tranqüila a resolução em que ela me mantinha. Com a minha experiência de 1910, tomava eu, de mim para comigo, em ponto de honra levar, mais uma vez, à evidência que, bem longe de ser essa massa de papa-môscas, vilões e egoístas, indiferentes a tudo, como estão habituados a pintá-lo os que o não conhecem, ou o caluniam, não há povo mais sensível aos nobres estímulos do civismo, do direito ou da honra que o povo brasileiro, em aparecendo quem o procure, quem o alumie, quem o convença, quem lhe dirija a palavra com verdade, e na pureza das suas intenções lhe tenha dado motivos para acreditar. É o que eu demonstrara na campanha presidencial de 1909 a 1910, e o que acabo de provar, mas muito mais eloqüentemente, muito mais meridianamente, muito mais concludentemente, com a dêste ano.

Segundo as contas parcialíssimas do Congresso Nacional, pai, patrono e comanditário da candidatura do marechal, a sua criatura, comitente e sócio, teve, na eleição de 1910, não menos de 341.594 votos, recebendo eu apenas a soma de 167.858. Mas a verdadeira apuração, a que nós outros executamos mediante um trabalho sem rival nos nossos anais parlamentares e sem superior nos de outras nações, escoimando o escrutínio da fraudulência prodigiosa, em que estava submergido, e documentando com o maior rigor todos os Algarismos apurados, o presidente eleito era eu, com 200.359 sufrágios, cabendo ao meu competidor sòmente 126.392. (*Anais do Congr. Na-*

cion. Apuração da eleição de presid. e vice-pr. da Rep. de março de 1910. Vol. II, p. 1-212.)

Mas, para arribarmos a êsse total de 200.000 votos, nos dava a ocasião sete meses de espaço, que tanto era o por decorrer entre a convenção civilista, reunida em agosto de 1909, e a eleição presidencial, fixada para março de 1910. A êsse termo, já largo se poderia adicionar, ainda, o dos três meses antecedentes; visto como o movimento de reação contra a candidatura militarista e de agitação popular em torno de mim se encetara com a minha carta de maio, que levantou o país, e data o começo da era de resistência do princípio civil à empresa anunciada.

Os sete meses, porém, mediante entre a convenção e a eleição já nos davam ensanchas de sobejo, para organizarmos perfeitamente o trabalho eleitoral, alistando os nossos correligionários, repartindo o serviço entre os nossos amigos, e constituindo, com os nossos procuradores, um corpo de fiscalização real, séria e completa por toda a superfície eleitoral do país; — tudo isso facilitado e regularizado pelos meios de comunicação, distribuição e sistematização, que punham ao nosso alcance as relações estabelecidas entre nós e a maioria dos municípios brasileiros pela reunião, aqui, dos representantes de quinhentos e tantos dêles na Convenção de agosto.

Agora, de tudo isso carecíamos. Com pouco mais de um mês disponível, não tínhamos vagar para nada. Não nos era possível pensar em convenção. Tampouco havia tempo de nos entendermos por correspondência, ainda que fôsse com os pontos menos distantes. Do novo eleitorado, que a recente legislação eleitoral instituía, só os partidos oficiais se haviam ocupado, esquecendo-se as oposições de lhes

opor trabalho a trabalho. Nos poucos dias que tínhamos diante, quase nada era o que nos seria dado conseguir em reparação dessa lacuna irremediável. De maneira que, entre uma e outra eleição, crescera grandemente o eleitorado para os nossos adversários, ao mesmo passo que, para nós, decrescera em proporções consideráveis.

Depois, essa miséria de tempo, com a vastidão imensa do país, não nos permitiam, também, habilitar, junto às mesas eleitorais, geralmente constituídas ao sabor da política reinante, uma representação fiscalizadora. A nova lei substituíra, como instrumentos de nomeação, as procurações por ofícios endereçados às mesas; o que excluía o recurso ao telégrafo, usado sob o regímen das procurações. Não foi, pois, senão em muito poucas regiões do país que pudemos ter fiscalização.

Além de tudo, porém, a baixezinha dos nossos costumes políticos meteu nesta eleição, contra nós, um meio de guerra tão vil de sua natureza, quão terrível nas conseqüências da sua malignidade. A inversão do senso moral, que as torpezas desta fase política nos descobrem, fez da mentira o que, na última campanha européia, fizeram os aliados com os *tanks*, imaginados e utilizados como a arma das armas, o instrumento, por excelência, da exterminação e do arrasamento. Um bom dia, ao abrir da luta eleitoral, uma patranha ciente e consciente, grosseira e cínica, alvar e monstruosa, cozinhada nos centros oficiais e dêles atirada à rua, anunciou que eu resignara a minha candidatura. Anunciou-o aqui, e, no mesmo ponto, mais de trezentos e cinqüenta despachos telegráficos, semeados pelas agências que o govêrno tem a seu

sôlido, levaram a falsidade ao país todo e ao estrangeiro.

A tôda a parte chegou ela, enquanto os nossos desmentidos, não tendo os meios de propagação, que assistiam à maranha privilegiada, mal lograram alcançar um limitado número dos lugares, a que ela se espraíara; de sorte que, em muitos e muitos dêles, ao celebrar-se a eleição, era corrente entre os eleitores a certeza de que eu não competia com o candidato oficial.

Demais, em 1910, estava conosco a situação estabelecida em S. Paulo, o mais poderoso dos nossos Estados, cuja aliança valia pela de muitos, e a da Bahia, cujo govêrno ainda não descobrira que qualquer nome político de outro Estado lhe devia merecer preferência ao meu, ao passo que, desta vez, a política baiana me movia guerra de morte, e os dois governos estaduais, que, junto com o do Distrito Federal, me honraram com as suas simpatias, não representariam, somados, em resultado eleitoral, o que, de per si só, me trouxe, na campanha de há dez anos, o situacionismo paulista.

Não obstante isso tudo, tendo nós agora apenas *um* mês, quando, em 1909 e 1910, tínhamos *sete*, e havendo minguido talvez trinta ou quarenta por cento, com a nova legislação, o eleitorado, a diferença entre a minha votação naquela época e a dêste ano, segundo as apurações da Mesa do Congresso, é esta:

Eleição de 1910:

167.858

Eleição de 1919:

120.139

Isto é: tendo nós agora, postas de lado as outras desvantagens, para o trabalho eleitoral, apenas *um sétimo* do tempo, de que dispusemos na campanha ci-

vilista, alcançamos todavia, em votos, na dêste ano, 71,5 por cento, a saber, *quase três quartas partes* da que naquela obtivemos.

Nesta proporção, bem se vê que, se a manifestação cuja importância triunfal coroou a campanha civilista, foi, como todos reconhecem, extraordinária e, até então, sem exemplo nos nossos fastos políticos, a que ora se acaba de pronunciar no escrutínio de 13 de abril, se reveste de uma grandeza incomparavelmente maior.

Contudo, aí não entram em cálculo as outras dificuldades, pouco há enumeradas, que nos apertaram desta feita em circunstâncias muito mais desvantajosas do que na outra.

Mas, se, metendo-as agora em conta à escassez mínima do tempo, reduzido, como o tivemos, de sete meses a um, acrescentarmos a ausência de fiscais, a carência total de organização para a luta, o estreitamento do eleitorado, a impossibilidade quase absoluta de alargar o alistamento e o embuste, divulgado no país inteiro, da cessação da minha candidatura, — não se conceberá como nos pudéssemos abalançar a tal campanha, como se ousasse, em tais extremidades, empenhar qualquer luta.

Então, o milagre de, em sós trinta dias, num país de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, com uma população disseminadíssima e uma grandíssima pobreza de meios de comunicação, arcando-se com os governos de dezoito Estados, as administrações municipais em tôda a extensão territorial dêles e o compadrio da União com essa miríada de oligarquias, gravitantes ao redor do seu poder incalculável, — o milagre, digo, de em tais condições, nessas quatro ou cinco semanas, granjear o resultado eleitoral de cento e vinte mil votos, não só constitui a mais

grandiosa das vitórias morais, o critério manifesto do sentimento da nação, mas ainda evidencia que, com dois meses mais de largueza, nos quais pudéssemos ampliar a nossa fiscalização, dilatar um pouco o alistamento, e varrer do campo as intrujices oficiais, além de têmos logrado a vitória moral, que logramos, lograríamos, inquestionavelmente, a própria vitória material em toda a sua plenitude.

Tome-se essa eleição no seu complexo, e se verá que a minha candidatura venceu em quase todas as capitais brasileiras, em quase todos os centros cultos do país, e, na Bahia, onde a política situacionista anunciara que eu não receberia nem um quinto dos votos apurados, venceu em todas as suas principais cidades, em todos os principais focos da sua riqueza, do seu comércio, da sua indústria, da sua lavoura, da sua intelectualidade, e em quase todos os pontos onde se puderam sujeitar a fiscalização os trabalhos eleitorais.

Vejamos o que ocorreu em S. Paulo, Estado que, pela sua superioridade, a tantos respeito, entre os seus irmãos, nos depara terreno admirável para um estudo concludente dos fenômenos de um caso de patologia republicana, como o que acabamos de transpor.

Ali a parcialidade senhora da situação campeia sem rival, graças a uma ferrenha organização disciplinar, que estreita os seus municípios, todos, sem exceção alguma, nas suas cerradas malhas. Árbitra de todas as liberalidades e mercês do governo, assim na União e no Estado, como nas municipalidades, nada lhe custa manter no grau de perfeição mais consumada o mecanismo eleitoral, que por todos os cantos daquele território dá a sentir a sua ação onímoda e irresistível. Por outro lado, não se achando

nem ligeiramente organizada a dissidência estadual, o alistamento, êsse trabalho essencial às lutas políticas e elementar à existência ativa das oposições, só no partido governista encontra quem o execute sistematicamente.

Isto pôsto, a não ser em raríssimos casos locais, a sorte da minha candidatura, naquele Estado, se havia de pleitear ante o eleitorado que devia a sua existência à grei dominante. Destarte, só um movimento da opinião pública, intenso e generalizado, em apoio do candidato oposicionista, poderia abalar aquela muralha viva de elementos arregimentados, atuando no corpo eleitoral, quase todo embebido no espírito do mais estrito governismo, para subtrair à sua unanimidade, sòlidamente constituída, uma votação considerável contra o govêrno.

Pois foi, exatamente, essa pressão do meio moral, do povo e da sociedade, o que ali se deu em larga escala, denotando por indícios claros e gerais a sua intensidade e o seu longo raio de ação. Mas, dado o sistema eleitoral que impera hoje em dia, essas manifestações da energia popular só se logriariam traduzir em votos, com certa seriedade, nos centros urbanos policiados e cultos.

Contra êsses abrigos da liberdade política em nossa malfadada terra têm de reserva os governos estaduais, por todo o Brasil, como presídios da sua vontade, acostumada a não ser vencida, as seções rurais, mais ou menos distantes da ebulição civilizadora, ou êsses outros núcleos urbanos, condenados, com a nota usual de burgos podres, à estagnação crônica pelas circunstâncias especiais da sua história e destino. Aí se acastela, com o mandonismo de aldeia, a velha e sórdida fraude, amestrada na manipulação das atas eleitorais, que tem convertido as

eleições entre nós "numa guerra de papéis", como dizia um antigo político fluminense, e constituem a moeda falsa, com que os governos brasileiros eliminam da circulação a verdade eleitoral, abafando os votos da gente livre e culta, que ainda não desacoroçoou de acudir às urnas.

Daí claro está que nada se poderia esperar. Daí, dêsses marnéis e lodaçais da subserviência, do obscurantismo, da corrupção no dolo eleitoral, daí é que a barata prestidigitação de arraial extrai, na gloriosa terra paulista, mareada por essas nódoas de servidão no seu solo de grandes tradições, êsses milhares de votos aparentes, de que se costuma engalanar, e se engalanou, ainda agora, o govêrno do Estado, para ocultar a desestima em que o tem a população constrangida e desgostosa.

Aí, pois, o mais a que poderíamos vingar, seria ter de ôlho os meneios fraudulentos dos artistas em eleições a bicos de pena, denunciando, documentando, e embaraçando, até certo ponto, as maiorias ou unanimidades imaginárias, com que o poder estadual arranja as maravilhas da sua popularidade. Mas a tanto não lograríamos chegar, senão constituindo um arregimentado exército de fiscais, idôneos e fidedignos, para cêrca de mil seções em que se divide o Estado; coisa, evidentemente, inexecutável, desde que, para tão agigantada obra, mal se nos davam uns trinta dias de atropelada labutação eleitoral.

Travada, assim, a luta contra êsse concurso de impossibilidades, tôdas elas invencíveis, a votação que a minha candidatura colheu nas urnas paulistas, reveste especial significação, e apresenta dobrada valia; porquanto, batida nos redutos oficiais e nos charcos da fraude, saiu vitoriosa nas cidades mais adiantadas e ricas do Estado, evidenciando-se, dêste

modo, que só deixei de obter a maioria eleitoral onde não se exprimia livremente o sentir do povo, e que, se não fôsem as conhecidas seções rurais, com os famosos burgos podres, o resultado geral da eleição, em S. Paulo, daria, sem dúvida nenhuma, a vitória ao candidato oposicionista.

É, com efeito, a mim que o trabalho de apuração adotado no Congresso Nacional reconhece a maioria nas seções urbanas das grandes cidades do Estado. Quem quer que lhe conheça a civilização, não ignorará o nome das cidades florescentes, que ali a representam: S. Paulo; Santos; Campinas; Piracicaba; Ribeirão Preto; Mococa; Franca; Bauru; São Manuel; Rio Claro; Agudos; Dourado; Jundiaí; Rio Preto; Barretos; Bariri; S. João da Bocaina; Espírito Santo do Pinhal; São João da Boa Vista; São Carlos do Pinhal; Sertãozinho; Cajuru; São Simão; Itaporanga; Descalvado; Pilar; Jaú; Anápolis; Santa Rita do Passa Quatro; S. José dos Campos; Barra Bonita; Pitangueiras; Ribeirão Bonito; S. José do Rio Pardo.

Nessas trinta e três cidades se concentra a opulência do grande Estado. Delas reinam sobre o resto do seu território as forças do seu progresso, e são elas as que dominam as artérias do movimento econômico e comercial, as grandes linhas de penetração, a Paulista, a Mogiana, a Sorocabana.

Pois bem : nessa longa e resplandecente série de centros da cultura paulista, os maiores, os mais populosos, os mais prósperos, os mais brilhantes, o resultado geral das seções urbanas, verificado pelo Congresso Nacional, se distribui entre os dois candidatos desta maneira:

Rui:
9.236

Epitácio:
9.123

Há, porém, um aspecto ainda mais relevante e concludente que o dessa apuração conglobada. É o de que, entre essas trinta e três, sobressaem vinte e uma cidades, em cada uma das quais o govêrno foi derrotado com a sua candidatura, e a oposição vencedora com a minha.

Nem cairemos em êrro, se elevarmos êsse número ao de vinte e duas, acrescentando ao rol que vou mostrar, a de Olímpia, onde tão cabal e certo era o desbarato oficial, tão previsto e corrente entre os interessados em o evitar, ou esconder, que o cabecilha governista da localidade, com o concurso da polícia, dissolveu à fôrça o comício eleitoral, arrebatando os livros de atas, para os recheiar com as de um simulacro verbal de eleição, amanhado em casa, que o Congresso Nacional resolveu desprezar, e houve por criminosa, mandando responsabilizar como delinqüentes os manipuladores da burla.

Vamos, pois, à lista das vinte e uma cidades, a que acabo de aludir, cada uma das quais, nas suas seções urbanas, foi teatro de um revês das fôrças eleitorais do govêrno.

Ei-la :

SEÇÕES URBANAS

	<i>Epitácio</i>	<i>Rui</i>
1 São Paulo	2 481	2 483
2 Campinas	556	908
3 Descalvado	131	220
4 Dourado	39	55
5 Piracicaba	290	586
6 Agudos	84	127
7 Bauru	260	268
8 Itaporanga	37	56

	<i>Epitácio</i>	<i>Rui</i>
9 Pilar	21	33
10 São Manuel	158	167
11 Anápolis	24	46
12 Bariri	146	204
13 Barretos	153	216
14 Pitangueiras	152	187
15 Ribeirão Bonito	3	85
16 Santa Rita do Passa-Quatro	189	200
17 Cajuru	58	104
18 Mococa	141	238
19 S. João da Boa-Vista	90	196
20 S. José do Rio Pardo	273	302
21 S. Simão	72	100
	5 358	6 781

Assim é que nessas vinte e uma cidades paulistas (não computada a de Olímpia), cujo total de votos averiguados monta em 12.139, ao candidato governista couberam 5.358, entretanto que os meus subiram a 6.781, liquidando-se, desta sorte, a meu favor, um excesso, em relação ao meu concorrente, de 1.453.

Nas outras cidades que se contemplam na minha enumeração de há pouco, isto é, em doze contra vinte e uma, nas quais somos nós os vencedores, a situação paulista venceu; mas, ainda assim, a votação que alcançamos, foi muito elevada, como se vê dêste mapa demonstrativo :

	<i>Epitácio</i>	<i>Rui</i>
Santos	780	532
Barra Bonita	46	36
Jaú	279	176

	<i>Epitácio</i>	<i>Rui</i>
Rio Claro	269	195
Rio Prêto	348	247
Franca	254	166
S. João de Bocaina	45	31
Espírito Santo do Pinhal	268	218
Ribeirão Prêto	574	335
Sertãozinho	186	105
S. José dos Campos	269	210
S. Carlos do Pinhal	247	142
	3 765	2 455

Chegamos, aí, como se está vendo, a dois terços da votação obtida pelo governo. Mas, fundida ela com a das outras vinte e uma, em tôdas as quais nos tocou a vitória, volvemos, no conjunto das trinta e três cidades, a um total, onde se exprime, outra vez, a derrota do governo, ficando, como já vimos, em último resultado, o seu candidato, no cômputo dos sufrágios urbanos, com a soma de 9.123 e eu com a de 9.236.

Aqui está como se pronunciou a cultura urbana de São Paulo, num litígio em que o candidato escolhido pela atualidade entrava com a sua eleição já consumada na fábrica eleitoral do governo do Estado, e o seu adversário ia esbarrar no oficialismo acastelado, armado em guerra, provido, com exuberância, de todos os recursos, havendo-se de arrostar com essa muralha, de a investir e romper em algumas semanas, sem nenhum dos aparelhos indispensáveis nesse gênero de lutas.

Nesse perímetro, onde logramos vinte e uma vitórias parciais, e ainda foi nossa a vitória no total dos resultados, aí, sobretudo, é que rutila na sua magni-

ficência o gênio paulista. As mais belas criações daquela terra abençoada, os seus melhores estabelecimentos de ensino superior, os seus jornais mais notáveis, as suas construções mais artísticas, os seus mais adiantados serviços de higiene, as suas mais úteis instituições beneficentes, a mocidade mais brilhante das suas academias, os seus professores mais eminentes, a flor das carreiras liberais, a nata e maioria das classes operárias, as suas mais possantes empresas industriais, as suas maiores casas de comércio, as suas soberbas riquezas de exportação, as suas grandes acumulações, em suma, de capital, de trabalho, de energia, de instrução, de forças produtoras nos mais altos ramos da humana atividade, — tudo isso ali se condensa, nessa luminosa constelação de cidades, em que põe tóda a sua complacência, o mais vivo do seu orgulho, hoje, a civilização brasileira. E é por êsses órgãos supremos da sua capacidade econômica, do seu espírito republicano, da sua consciência moral, que o grande Estado se manifestou entre as duas candidaturas com a eloquência de que acabamos de assistir à expressão.

Não pude colhêr quanto a Minas os dados, que haveria mister, para imprimir o relêvo conveniente à evidência do antagonismo ali também desenhado entre as simpatias da população e a vontade do seu governo. O sentimento mineiro, que a campanha eleitoral de 1909 a 1910 pôs do meu lado, e que, de então até hoje, não amorteceu na devoção, com que me honrava, tão claro era, tão geral, tão pronunciado, que chegava a impressionar os políticos mais tolerantes da situação, alguns dos quais aconselhavam a presidência do Estado a não contrariar as acentuadas tendências e desejos da maioria, deixando correr em tóda a liberdade o pleito eleitoral.

De bem perto de si ouviu o chefe daquele Estado essas bem avisadas sugestões; e no começo tôdas as mostras eram de que elas não seriam baldadas, asseverando-se, ainda em dias bem próximos da eleição, que a velha terra dos mais antigos mártires da nossa liberdade e dos rasgos mais exemplares de resistência ao poder no outro regímen, não veria conculcadas pelos magnates dêste essas tradições, numa eleição destinada, pelas circunstâncias que a cercavam, a marcar época nos anais republicanos, e para a qual as aspirações da nação visivelmente se agitavam com energia desusada.

Escrito estava, porém, nos fados que a mesma duplicidade, cujo furta-côr assinalara os manejos, ciladas e negaças do berço desta situação, nos conluios preliminares à Convenção de fevereiro, continuaria a dar o seu colorido variante, fugidio e enganoso a tôdas as evoluções desta política de caixas encoiradas, surpresas e armadilhas. Num momento dado, quando já quase ninguém pudesse conceber suspeitas de mudança, e estar sôbre aviso, essa esperada e assegurada abstenção do govêrno mineiro deixaria cair o capuz e a capona, sacaria da manga o garrote, e a sábia estrangulação do costume, ou a sua simples ameaça, reduziriam a sonhada tolerância eleitoral às proporções do barão para com o enforcado.

Foi assim que, naqueles céus frios, presto se dissipou a miragem de março de 1919, e nos visos das alterosas montanhas daquelas paragens assomou de novo a carranca das antigas reações, que, noutros tempos, teriam pôsto a dobrar os sinos dos campanários mineiros na cara dos monarcas, e levantado em alvorôto, contra os ministros de Sua Majestade, as ruas da plácida Vila Rica.

Agora, a sapiência da nossa democracia desbaldou, por aquêles sítios, os sinos indiscretos, levando a cada uma das células, que o tecido orgânico dos povos livres tem nas suas municipalidades, um tentáculo do oficialismo central. De sorte que, postos em assonia com êle as extremidades nervosas da periferia e os vasos de circulação da vida no corpo social, todo êste responde, na mais invariável harmonia, ao motor invisível, que do reconditório da sua soberania comunica ao organismo inteiro a inteligência, a vontade e o movimento.

Eis porque é debalde andarem-se a buscar documentos da intervenção do govêrno daquele Estado na última eleição presidencial. Provas tais, quando existam (e não há necessidade nenhuma de existirem), não transitam senão por vias seguras, nem costumam deixar trás si vestígios rastejáveis. Mas cada entidade humana que entra, molécula vivente, na urdidura orgânica da coletividade, sente em si a impressão do fato que a envolve tôda, e sofre o reflexo da sua ação, a que ninguém escapa. São percepções da consciência comum, evidências, intuições, realidades ambientes, como o ar e a luz, o calor, ou o frio.

Assim, não seria muito fácil submeter ao tato, ou à vista das autoridades apuradoras vestígios materiais da passagem da administração mineira pelo escrutínio de abril dêste ano. Mas nunca houve intervenção mais sentida, mais notória, mais inegada. Ninguém duvida que a máquina trabalhou ali debaixo de alta pressão, e que, se ela não atuasse, como atuou, rijamente, o resultado eleitoral não teria sido o mesmo.

A despeito de tudo, porém, não faleceram ali sinais eloqüentes de que nesses resultados eleitorais

não pulsa o coração mineiro. Se a capital política do Estado, segundo os algarismos conhecidos, aqui-nhoou com 531 votos o meu opositor, dando-me sò-mente 225, aos sufrágios de Belo Horizonte respon-dem os de Juiz de Fora, onde o meu competidor obte-ve apenas 348, ao passo que a 718 se elevam os meus. E Juiz de Fora é a metrópole do trabalho mi-neiro, a metrópole da indústria mineira, a metrópole da riqueza mineira, a metrópole da cultura mineira nos seus aspectos dominantes.

Por outro lado, para se calcular a violência do partidarismo oficial naquele Estado, aí temos, no seu relêvo característico, o caso de Uberaba, cidade mi-neira das mais consideráveis, onde, sem o menor motivo, na sede legal do município, não houve eleição em nenhuma das seções, porque tôdas as mesas dei-xaram de se reunir; — escândalo, diante de cuja enormidade o Congresso Nacional se viu obrigado a mandar processar os mesários desertores.

Noutros Estados ainda, onde, por óbvios moti-vos, menos se pudera cuidar que tal sucedesse, vemos, também, capitais, ou cidades principais con-trastarem, na votação, com o resto do eleitorado, pa-tenteando assim que, geralmente, nos lugares de mais independência pela riqueza, ou adiantamento na cultura, o espírito das populações dissonava, com mais ou menos vigor, da toada que lhes impunha a senha dos governos. Em Manaus, capital do Ama-zonas, sobe a 526 o número de votos, com que o meu nome se contrapõe aos 638 da outra candidatura. Em Caxias, a segunda cidade maranhense, vence-mos nós, com 150 sufrágios, contra os 127 dados ao candidato oposto. Teresina, capital do Piauí, que, há dez anos, se enumerava no rol dos "Estados es-

cravizados", nos aquinhoou com 272 votos, com que levamos clara vantagem aos 233 deixados ao escolhido da situação. Até em Mato Grosso, onde militavam contra nós a Igreja e o Estado, o bispo e o governador encarnados numa só pessoa, juntamente com os partidos locais, a verdadeira capital do Estado, Corumbá, a mais popular das suas cidades, centro da sua vida econômica, empório comercial daquelas regiões, foco da sua riqueza e atividade, nos deu a vitória, com 272 sufrágios, sobre a candidatura adversa, que recebeu apenas 233.

O caso, porém, sobre o qual mais nos importa demorarmos a atenção, é o da Bahia, extraordinário e relevante entre todos. Foi a política daquele Estado a que, com o desabrimento de um rancor escandaloso, desde o começo das negociações acerca da sucessão presidencial, meteu os pés à parede contra a hipótese da minha candidatura.

Esta, pois, além da sua expressão geral, na política da nação, assumia, ali, a do mais direto antagonismo à situação estadual. Esse aspecto lhe acentuei eu na conferência, em que me dirigi ao povo baiano. Assim, também por sua parte, a recebeu, declaradamente, o governo do Estado, na sua mensagem deste ano, onde se afirma ter sido a minha candidatura ali adotada entre os oposicionistas "como meio de combate aos adversários locais", e se acrescenta que nessa candidatura "se vê, antes de tudo, o pensamento dominante de hostilizar a situação baiana".

Bem claro está o dislate na proposição de que se veja antes de tudo o pensamento dominante de hostilizar a situação de um Estado em uma candidatura, cujo programa é de política nacional, e cujas aspirações à vitória não poderiam vingar senão com o as-

sentimento da maioria da nação. Onde a verdade está, e o governador da Bahia naturalmente a devia evitar, é em que tôda a política de caráter nacional, tôda a política ordenada segundo os interesses nacionais há de ser, por sua natureza, inconciliável com as oligarquias bastardas e imorais. Tanto bastava, para que entre a minha candidatura e o govêrno daquele Estado se estabelecesse, pela fôrça das coisas, um estado natural de hostilidade. Ambas as partes o reconheciam, o meu libelo do Politeama o articulou enèrgicamente, e a mensagem governatória o veio a proclamar em têrmos formais.

Ora, na situação de guerra declarada que, destarte, correu ali entre govêrno e oposição, ao govêrno coube, não se nega, a maior quantia na totalidade geral dos votos. Mas, apreciados êstes *pondere, non numero*, avaliados, quero dizer, consoante à importância das localidades, é estrondosa a derrota do govêrno, e a vantagem dos seus adversários, estupenda.

As jactâncias com que a situação do Estado fanfarreava de antemão o seu triunfo, ainda mais humilhada vêm a deixá-la com o desbarato, por que passou. Blasonavam os caudilhos estaduais a sua intransigência e segurança, dizendo a bôca cheia que, se a Bahia (a Bahia oficial), em 1914, se deixara estar sôzinha comigo, agora, ainda quando sôzinha ficasse, contra mim ficaria, e, no ajuste de contas eleitorais, mais de quatro quintos do eleitorado baiano acompanhariam o govêrno. As somas brutas do escrutínio mostram que nem dois terços, antes muito menos do que isso obteve êle; pois o Congresso Nacional, de acôrdo com a comissão apuradora, atribuiu ao candidato da Convenção 27.218, contra 16.839, que me reconheceu; o que vem a importar, com pouca

diferença, em 63 por cento para êle e, para mim, 37 por cento dos sufrágios liquidados.

Consideremos, porém, os resultados parciais segundo a relevância peculiar a cada um e o seu valor relativo quanto aos outros. Ver-se-á, para logo, a mudança enorme de expressão, com que êsses resultados se transpõem, e a vitória, aparente à primeira face, do govêrno se inverte em desconsolado e vergonhoso revés.

Começando pela capital do Estado, eis como se distribuíram os votos:

Rui	4.242
Epitácio	2.973
Excesso a meu favor .	1.269

Se passarmos agora ao primeiro distrito, aqui está como se discrimina a votação:

Rui	5.250
Epitácio	4.457
Maioria minha	793

É a primeira vez, na história política da Bahia, a primeira vez que as oposições desbaratam inteiramente o govêrno do Estado, ou da província, na capital baiana, ou no distrito de que ela é cabeça.

Além do arcebispado, sito na capital e suas regiões adjacentes, ainda se divide o território baiano em três dioceses, cujas sedes são, respectivamente, em cada uma, as suas cidades mais civilizadas.

Pois vamos ver, nessas três dioceses, os resultados eleitorais.

No município de Ilhéus:

Rui	924
Epitácio	360

No município de Barra:

Epitácio	180
Rui	50

No município de Caetité:

Rui	544
Epitácio	0

Total dos três municípios:

Rui	1.518
Epitácio	540

Maioria minha 978

Venceu, assim, nos três municípios, a saber, nas sedes das três dioceses, venceu o candidato oposicionista na razão *de três contra um*.

Na sua mensagem de 3 de abril dêste ano diz o governador que, "das 130 coletorias do Estado, as que mais rendem, são: Ilhéus, Itabuna e Santo Amaro".

É como se dissesse que êsses três municípios são, abaixo da capital, os três maiores centros comerciais do Estado; visto como as coletorias não arrecadam o impôsto de exportação.

Pois em todos êles perdeu a eleição o govêrno.

Município de Ilhéus:

Rui	924
Epitácio	360

564

Município de Itabuna:

Rui	374
Epitácio	282
	92

Município de Santo Amaro:

Rui	546
Epitácio	410
	136

Total dos três municípios:

Rui	1.844
Epitácio	1.052
Maioria minha	792

Pouco mais, e os sufrágios da opposição iriam ao dôbro dos do govêrno.

Outro aspecto.

Os três productos principais da exportação baiana vêm a ser o cacau, o fumo e o açúcar, sendo os seus grandes centros produtores Ilhéus e Itabuna, quanto ao primeiro, Alagoinhas e São Gonçalo, quanto ao segundo, Santo Amaro, quanto ao terceiro.

Já vimos que o govêrno foi vencido em Ilhéus, em Itabuna e em Santo Amaro, isto é, nas regiões do cacau e do açúcar.

Vamos ver se lhe correu melhor a sorte nas do fumo, Alagoinhas e S. Gonçalo.

Município de Alagoinhas:

Rui	752
Epitácio	493

Município de São Gonçalo:

Rui	177
Epitácio	161

Total nos dois municípios:

Rui	929
Epitácio	654
Vantagem minha	275

Somemos agora os três municípios, nos quais se representam as três grandes riquezas agrícolas da Bahia. Aqui está o seu total:

Rui	2.773
Epitácio	1.606
Maioria minha	1.167

Depois da capital os maiores centros industriais baianos são o município de Santo Amaro, com as suas usinas, e as cidades de Maragogipe, Cachoeira e São Félix, com as suas fábricas.

Pois, aí, o resultado total da eleição vem a ser :

Rui	1.077
Epitácio	897
Excesso meu	180

É a Bahia um dos nossos estados criadores. A criação do gado se dissemina ali pelos sertões. Mas os municípios representativos da riqueza pastoril, os centros dessa riqueza, nas maiores zonas criadoras em que se subdivide a imensa região sertaneja, são: Barra, na do S. Francisco; Bonfim, na do Norte;

Mundo Novo, na do centro; Caetité na do sudoeste; Conquista, na do sul.

Neste município não houve eleição. Só uma ata eleitoral dali se remeteu ao Congresso, que, atenta a evidência do seu dolo, a deu por nula. Eliminado, pois, êsse município, onde não se votou, restam os da Barra, Bonfim, Mundo Novo e Caetité. Ora, nêles quatro, o total do cômputo nos apresenta esta soma:

Rui	1.168
Epitácio	877
Diferença a meu favor	291

A riqueza mineral da Bahia reside por excelência na região a que se dá o nome de Lavras Diamantinas, composta de duas grandes cidades, as de Lençóis e S. João do Paraguaçu, com a de Andaraí, inferior a ambas.

Nesses três municípios o resultado foi :

Rui	554
Epitácio	292
Vencemos, pois, ali por	262

Isto é: a nossa votação orça pelo duplo da que alcançou o governo.

A linha férrea principal do Estado, no seu curso da capital do Estado às margens do S. Francisco, não serve senão quatro cidades, afora a onde tem a sua estação inicial, a cidade do Salvador.

Como nesta, perdeu o governo baiano a eleição em tôdas as demais quatro.

Os resultados, uma por uma, são êstes:

Alagoinhas:

Rui	335
Epitácio	143

Serrinha:

Rui	259
Epitácio	240

Bonfim:

Rui	297
Epitácio	276

Joazeiro:

Rui	252
Epitácio	188

Total nas 4 cidades:

Rui	1.143
Epitácio	847

Vantagem nossa	296
----------------------	-----

A *Navegação Baiana*, em suas linhas para o recôncavo, toca em cinco cidades: Santo Amaro, Maragogipe, Cachoeira, Itaparica e Nazaré. Nesta última ganhou o governo a eleição. Nas três outras perdeu.

Somadas as cinco, perde, ainda, no resultado total:

Rui	885
Epitácio	761

Da Cachoeira sai uma via férrea, que passa por duas cidades, a da Feira de Sant'Ana e a de São

Gonçalo. Na primeira venceu o govêrno a eleição. Mas foi vencido na segunda.

De São Félix, onde o govêrno foi bem sucedido na eleição, parte a estrada de ferro, que se estende até Machado Portela, atravessando só uma cidade, a de Castro Alves, cujo resultado eleitoral é o que se exprime nestes algarismos:

Rui	451
Epitácio	178
	273

Pela diferença que resulta desta subtração, diferença de um para mais de dois e meio, perdeu, pois, ali o govêrno.

Os vapôres da *Navegação Baiana*, em suas linhas costeiras, aportam em seis cidades: Valença, Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, Pôrto-Seguro e Caravelas.

Em Belmonte e Canavieiras, onde é grande a maioria que tem a opposição baiana, não houve eleição. Do último dêstes municípios, o Congresso anulou, por fraude, três seções, apurando apenas a primeira. O deputado João Mangabeira exhibiu cêrca de 500 títulos de eleitores oposicionistas, que não puderam votar, graças às violências praticadas pelos governistas.

É o que prova êste telegrama estampado na imprensa baiana:

Canavieiras, 13 — Por falta de garantias, deixamos de votar. A cidade está invadida de homens armados, guardando as seções. A abstenção do eleitorado foi notável. Na 1ª seção, apenas votaram 51 eleitores; na 2ª nenhum, e na 3ª 15. Enviaremos nossos títulos para o competente protesto. — *Augusto Peltier, Santos Reis, Clodoaldo Brito, Antônio Sa-*

bino, Dr. João Vargens, Melquíades de Deus, João de Sousa, Joaquim Teodoro Veloso, Dr. Prisco Viana e Oto Prazeres.

Os títulos a que o telegrama alude, são os que o deputado João Mangabeira apresentou, no Congresso, à comissão apuradora.

Quanto a Belmonte, o que ali se passou é o que se vê do seguinte despacho telegráfico, estampado nos jornais baianos:

Belmonte, 13 — Nossos amigos, procurando votar no pleito de hoje, não encontraram as mesas que recebessem os votos. Esgotados os demais meios legais, protestamos em nome de 206 eleitores solidários candidatura Rui. — *Lafayette Ataíde, Flameano Leal, Epifânio Júnior, Gustavo Gomes.*

O protesto, de que fala o telegrama, foi lavrado perante a autoridade judiciária federal de Belmonte.

Mas, ainda assim, descontadas essas duas cidades, onde o eleitorado é quase unânimemente oposicionista, a soma das quatro restantes vem a ser esta:

Rui	961
Epitácio	535
Superioridade nossa ..	426

As cidades baianas servidas pela navegação a vapor são, ao todo: Itaparica, Maragogipe, Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré, Valença, Ilhéus, Pôrto Seguro e Caravelas.

Somados todos os seus resultados eleitorais, teremos:

Rui	1.846
Epitácio	1.296
Vencemos por	550

As cidades servidas, na Bahia, pela viação férrea são: Alagoinhas, Serrinha, Bonfim, Joazeiro, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Amazonas, Areia, Cachoeira, São Félix, Castro Alves, Santo Amaro, Ilhéus, Itabuna, Caravelas.

Tomada a eleição por junto em tôdas elas, o confronto entre os votos do govêrno e os da opposição é êste :

Rui	3.651
Epitácio	3.348
Excesso nosso,	303

A situação baiana perde, portanto, a eleição na capital, nas cidades do recôncavo, nas do litoral e nas situadas à beira dos caminhos de ferro que demandam o sertão. Aí é vencida na zona das Lavras Diamantinas, é vencida, por estrondosa diferença, no município do Brejinho, é vencida em Caetité, chamada, por fôro antigo de sua grandeza e lustre, "a côrte do sertão".

Na Bahia só conseguimos fiscalizar a eleição nos municípios da capital, Alagoinhas, Catu, Itapariça, Mata de São João, Pojuca, Alcobaça, Amargosa (1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a seções), Aratuípe, Barra do Rio das Contas, Cachoeira, Castro Alves, Camamu, Ilhéus, Itabuna, Jequié (cidade), Maragogipe (cidade), Nazaré, Pôrto Seguro, Prado, Santo Amaro, Santa Cruz, São Filipe, São Gonçalo, São Félix (cidade), Taperoá, Trancoso, Valença, Bonfim, Esplanada (1.^a seção), Feira (cidade e Bonfim), Itaberaba, Jacobina, Joazeiro (cidade), Queimadas, Serrinha (cidade), Barra (cidade) e Remanso.

Nessas localidades (mas só nessas) as mesas eleitorais funcionaram debaixo de olhos vigilantes e

leais, cuja inspeção não as deixava consumir as clássicas velhacarias do estilo. Por isso, nas atas se consignou o que as urnas disseram, e a consequência veio a ser, no resultado total dêsses municípios, a nossa vitória sobre o govêrno.

É o que se exprime nos algarismos destas duas somas :

Rui	11.448
Epitácio	10.263;

donde resulta que a nossa ultrapassou a do candidato oposicionista em 1.185 votos na totalidade dos municípios.

Na zona fiscalizada se abrangem todos os municípios importantes, exceto cinco, sitos no sertão, nos quais não tivemos fiscais: os de Barreiras, Caetitê, Lençóis, Mundo Novo e São João do Paraguaçu.

Pois, não obstante achar-se, assim, abandonada a nossa guarda e desviados os nossos interesses, o resultado, em globo, nesses cinco municípios sertanejos desviados, ainda veio a ser êste:

Rui	1.275
Epitácio	916;

donde ainda se me apura uma vantagem de 360 votos em relação ao meu digno competidor.

O govêrno baiano perdeu, pois, a eleição em todos os centros caracteristicamente representativos do comércio, da lavoira, da mineração, da indústria e da civilização naquele Estado.

Assim :

1.º) Perdeu a eleição na capital, coisa que não ocorreu, sob a república, senão nos seus primeiros

dias, quando, apoiado, juntamente, pelos dois antigos partidos, o liberal e o conservador, conseguiu o Dr. Almeida Couto, a maior força popular daquela cidade em todos os tempos, vencer, e isso no pleito municipal, o Dr. Horácio César, candidato governista.

Mas, ainda assim, diferença tamanha quanta a por que o governo da Bahia perdeu, êste ano, a eleição de 13 de abril naquele Estado, não tem antecedência, não teve exemplo, até então, ali, nos dois regimens.

2.º) Perdeu no interior, nos seus maiores núcleos de riqueza mercantil, agrícola, pastoril, mineral e industrial.

3.º) Perdeu nos grandes centros de civilização do interior, por isso mesmo que, dos três municípios, assentos de bispados, um no segundo distrito federal e dois no quarto, apenas logrou vencer no menos considerável, por 130 votos, e nos dois outros, mais importantes, foi derrotado por 1.108.

4.º) Perdeu na soma total das cidades do recôncavo.

5.º) Perdeu, igualmente, nas do litoral.

6.º) Perdeu, ainda, no total dos seis grandes municípios sertanejos: Barra, Barreiras, Caetité, Mundo Novo, Lençóis e S. João do Paraguaçu.

Atente-se agora no resultado geral das eleições presidenciais em tôdas as cidades baianas, desde a capital do Estado até a mais atrasada e mínima delas: no mais longínquo sertão, exceto apenas as de Conquista e Iará, anuladas, como já se viu, pelo Congresso, bem assim as de Canavieiras e Belmonte, pelos motivos atrás expendidos. Restarão: a capital, Alagoinhas, Itaparica, Alcobaça, Afonso Pena, Amargosa, Areia, Camamu, Cachoeira, Caravelas,

Castro Alves, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Maragogipe, Nazaré, Pôrto Seguro, Prado, São Félix, São Gonçalo, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Santarém, Camisão, Feira, Inhambupe, Itaberaba, Jacobina, Joazeiro, Monte Alegre, Morro do Chapéu, Mundo Novo, Andaraí, Barra, Barreiras, Caetité, Carinhonha, Condeúba, Campestre, Ituaçu, Lençóis, Maracás, Remanso, Rio das Contas, Sant'Ana dos Brejos, Santa Maria, São João do Paraguaçu.

Nesse acervo dos votos de tôdas as cidades baianas, onde vão de mistura com os das mais desenvolvidas os das mais retardatárias, ainda a distribuição vem a ser esta:

Epitácio	11.005
Rui	10.749;

na qual, em tôda a superfície urbana do Estado, tomados, indistintamente, os sufrágios das eleições fiscalizadas com os das não fiscalizadas, a candidatura adotada pelo govêrno se avanta à minha apenas em 256 unidades.

Mas, se a situação baiana requintou no seu desembaraço, como o averiguaram por seus olhos as comissões do Congresso, ao ponto de fraudar a eleição, raspando atas após a entrega dos boletins aos fiscais, numa cidade, como a de Ilhéus, a mais rica e maior de tôdas as da Bahia, abaixo da sua capital, distante desta apenas doze horas de viagem, e onde, em pessoa, estava de vigia à mesa um deputado federal, que ali representava a oposição, imagine-se o que, em matéria de dolo eleitoral, não terá praticado a gente do govêrno por aquelas obscuras e silenciosas cidades sertanejas, onde o candidato oposicionista não pôde ter quem lhe vigiasse o curso do pleito.

Se o governismo, naquela terra, chegou, no seu desplante, ao arrôjo de falsificar a puro bico de pena eleições num município qual o da Mata, que se acha apenas a duas horas da capital do Estado, comunicando-se com ela por vários trens todos os dias, eleições que o Congresso Nacional anulou, por se lhes haver provado a fraude com evidência documental, ajuíza-se a que desenvolturas se não há de ter atrevido nessas longínquas e caladas cidades do mais remoto interior, muitas das quais nem sequer telégrafo têm, por onde se lhes saiba da vida.

Pois é cerrando os olhos a tudo isso, e considerada a eleição de tôdas essas cidades, como se tôdas se achassem igualmente abertas à luz, tôdas no mesmo regímen de publicidade e legalidade, que o govêrno baiano terá levado a melhor apenas por 256 votos.

Assim que, não só perdeu o govêrno baiano a eleição em todos os centros cultos da Bahia, mas ainda a perdeu por tôda a parte onde houve eleição fiscalizada, vencendo tão-sòmente nas vilas e aldeias do interior, nas quais, atenta a escassez do tempo e a mingua de transportes, não pudemos de modo nenhum ter fiscais, para, se não evitarem a fraude, ao menos colher-lhe a prova legal.

Foi nesses lamaçais da servidão eleitoral que a comparência do eleitorado se elevou a 92, 94, 95, 98, 99 e mais de 99 por cento, como se pôs de manifesto nos trabalhos do Congresso, estabelecendo-se, destarte, a evidência, por um critério que não pode mentir, do império da mais descomunal e absoluta fraude nesses longes daquele sertão, impenetráveis à luz, inacessíveis à lei e inconciliáveis com a verdade na prática das condições elementares do sistema representativo.

Os apuradores do Congresso Nacional desmascaram, num dos seus relatórios parciais, a crassidão visível dessa impostura dos grandes comparecimentos eleitorais nas regiões onde nem vislumbre há de eleição, observando, como observam, que, "realmente, nas seções presididas por juizes e fiscalizadas, há muito maior número de eleitores ausentes que nas outras".

Onde estão juizes e fiscais, só comparecem os que comparecem; pois, com a assistência da magistratura e a vigilância dos procuradores dos candidatos, as atas não podem acusar senão as comparecências reais. Onde não vela a magistratura, nem os interessados têm quem por eles vigie, quase todos, ou todos os eleitores concorrem, embora, na realidade, não concorra nenhum; porque o concurso geral do eleitorado, em tais casos, é, apenas, uma função da tinta no papel entregue à discrição dos escribas da fraude. Ali o número das presenças não transpõe certos limites, por serem tôdas elas presenças de verdade. Aqui, sendo meras presenças de mentira, irão até onde convenha aos falsários eleitorais ensanchar as votações, dando como presentes os ausentes.

Aqui está como, na Bahia, onde quer que a presidência das seções eleitorais competia a juizes, a concorrência eleitoral decrescia, e, onde não havia olho de magistratura, avultava a pedir de boca a afluência do eleitorado.

É essa uma regra, que não falha, e não falhou, assim como não falhou, nem pode falhar a de que, em não havendo fiscalização, os governos da espécie do da Bahia sempre vencem as eleições, do mesmo modo que sempre as perderão, quando sejam fiscalizadas.

Na eleição de 13 de abril foi o que ali se viu. Com duas faces distintas e opostas se apresenta, nesse ato, a Bahia eleitoral: a das regiões não fiscalizadas, onde o governo venceu a oposição, e a das regiões fiscalizadas, onde a oposição venceu o governo.

A Bahia falou, nessa eleição, onde podia falar. Falou, onde a não podiam inibir de dizer o que quisesse. Falou, onde tinha verdadeira consciência do que devia dizer. Falou, onde a sua cultura lhe ditava a expressão livre do seu sentimento, e onde a mímica de olhos vigilantes, de testemunhas leais, de prepos-tos da resistência não assegurava aos falsificadores sêgrêdo perpétuo sôbre os crimes da sua mascarada. Falou, em suma, onde havia eleitorado ativo, e onde a ausência de fiscalização não permitia caluniar a independência do eleitorado. Aí podia falar, e falou ela, condenando, na maioria de votos dados ao meu nome, a situação, que oprime o Estado.

A falsificação vencida veio, depois, blaterar, no Congresso, que o que explica esta vitória nossa, não é o civismo baiano, como dizia o senador Francisco de Sá, mas a benignidade e a prudência do governador, "que não queria derramar sangue baiano". O nosso triunfo é "a obra da mazorca, organizada na Bahia". A minha candidatura era uma candidatura de "deposição do governo", "uma candidatura revolucionária", "uma candidatura francamente sangui-nária". Pregava "a desordem". Pregava "a revolta". Pregava, até, "o ataque à propriedade privada".

Êsses corações baianos, não contentes de repudiar a candidatura, que êles, poucos anos antes, reputavam a mais gloriosa de tôdas, ainda achavam goela, para vir revessar em meio do Congresso, numa

sessão de extraordinária solenidade, essas odiosas e ridículas patranhas.

Era a edição parlamentar das petarolas autorizadas, que da Bahia, em vésperas da eleição, haviam telegrafado ao senador Epitácio, na Europa, tentando-lhe embutir que o cabeça da situação baiana ia percorrer o Estado, numa série de conferências consagradas ao candidato da Convenção, que eu estabelecera naquela cidade "o quartel general" da minha candidatura, e que a minha excursão eleitoral à minha terra levava consigo "intuitos subversivos". Mentiras, mentiras e mentiras.

Soubemos dêsses grosseiros maranhões pela imprensa desta cidade, que os revelou, os transcreveu, e, ainda há poucos dias, os reproduziu. Mas todo o mundo na ocasião riu dessas imposturas adulatórias. Nem o cabeça da política baiana tentou jamais conferência alguma em sustentação da candidatura Epitácio, nem era possível que eu assentasse o centro das operações eleitorais da minha candidatura na Bahia, quando ali só poderia ir nos últimos momentos, e só fui três dias antes da eleição, nem os meus "intentos subversivos" cabiam senão na mendacidade do consciente dos inventores dessas ridicularias.

Tão certo era sermos nós os premeditadores de mazorcas na Bahia, em benefício da minha candidatura, que fomos nós os que invocamos o Supremo Tribunal Federal, para que se pudesse levar a efeito a minha visita ao meu Estado, e que a mais alta corte de justiça brasileira, convencendo-se, pela verdade notória dos fatos correntes, de serem os meus direitos e os dos meus amigos os ameaçados, nos concedeu a mim e a êles, nominalmente, o *habeas-corpus*. À sombra dessa medida judiciária é que me foi dado ir à cidade do Salvador, é que aos meus amigos foi

dado entregarem-se ali aos trabalhos eleitorais, é que veio a ser possível a eleição, é que eu pude estar livremente naquela capital, é que a população baiana pôde fazer, durante muitos dias, da minha estada no seu seio uma glorificação incomparável, cujo único senão era consagrar-se a quem, como eu, tinha consciência cabal de me achar incomensuravelmente abaixo da sua grandeza, da sua refulgência, da quase religiosa devoção que nela ressumbrava.

Recebendo, como recebeu, daquele tribunal a incumbência, que já lhe dava a lei, de cumprir o *habeas-corpus*, o juiz federal daquela seção requisitara do governador que se recolhessem a quartéis as forças do Estado. Desde então a polícia do Estado ficou nas mãos do magistrado eminente, em cuja imparcialidade tôda a Bahia descansava, e que não teve um momento de se arrepender do seu ato, ou de se queixar do povo baiano, de mim e dos meus amigos. Desde o meu desembarque naquela cidade até ao meu reembarque na volta a esta, deu-me o ilustre magistrado a honra de me acompanhar sempre, achando-se a meu lado nas manifestações populares, nas cerimônias públicas e na prolação das minhas conferências ou discursos aos meus conterrâneos, — testemunha veneranda, constante e onipotente de quanto eu entre eles fiz, ou disse.

Que admiráveis mazorqueiros ! que singulares planeadores de exícios e subversões ! que tremendos inimigos da autoridade e da propriedade ! que monstros de sangue e desordem êsses, cujo espírito de sedição vai acolher-se debaixo da mão dos tribunais, correr as ruas com os juizes ao lado, e em presença, e aos ouvidos, e sob os olhos da magistratura togada, incitar ao crime, pregar a revolta, pôr fogo às multidões !

De certo, somos nós os que bombardeamos cidades brasileiras. De certo, havemos de ser nós os que arranjam clubes de terror, para servirem de escolta ao governo contra a oposição. Nós, de certo, é que teremos organizado o bolcheviquismo oficial, abrindo as portas de palácio à anarquia, manipulando *greves*, para bloquear a população da capital do Estado, privando-a dos meios de comunicação e subsistência, quebrando, nas ruas, as vasilhas de água e leite, ameaçando-lhe de saque o comércio, de ataque as classes conservadoras, não respeitando, sequer, o automóvel do juiz federal, com indignação, até, de almirantes e generais, à porta de quem vão bater irmãs de caridade, implorando-lhes socorro em nome das suas órfãs, e que, encarregados pela União de ir levar auxílio ao governo do Estado, lhe encontram o paço cheio dos sediciosos protegidos.

A minha candidatura é que era "sanguinária". O "sanguinário" era eu. Eu é que açulava investidas "contra a propriedade privada". Isso não se pejam de me assacar a mim bombardeadores de ontem e anarquistas públicos.

Supõem então êsses senhores que o público brasileiro tem o cérebro amolecido, ou deliquiescente, para se esquecer tão de pressa dos acontecimentos de fevereiro na Bahia, quando, no *meeting* da Praça de Palácio, a fuzilaria do governo crivou de balas o automóvel, onde se achavam os mais conhecidos jornalistas da oposição?

Da memória da nação brasileira não se delirão tão brevemente as circunstâncias dêsse atentado vilíssimo, embora vá êle passando a seu salvo, como em salvo se costumam consumir todos os grandes crimes políticos nesta terra.

Essas circunstâncias não admitem duas interpretações. Ainda o jornalista, cujo discurso ao povo estava anunciado, não acabara a primeira frase do seu discurso, quando rompeu contra êle e seus companheiros de automóvel o fogo homicida. Dêsse espingardeamento ficaram, no carro onde êles estavam, vinte e cinco rombos. Dois dos jornalistas alvejados caíram feridos, os Drs. Simões Filho e Medeiros Neto. O primeiro recebera a bala na cabeça. O segundo, no tronco, pelas costas, altura do pulmão. Ambos os ferimentos, pelas regiões onde acertaram, deviam ser mortais, e só por milagre deixaram de o ser. O caso, entretanto, não ficou sem morte. Um homem do povo, um eleitor declaradamente nosso, pagou ali com a vida o ato de ir escutar o discurso de um orador amigo.

Como se houveram diante de tão bruta e covarde selvageria as autoridades baianas? Os feridos pertenciam à oposição e à sua imprensa. Um dêles era, justamente, o orador, a quem, mal ia abrindo a bôca, lha taparam com um balázio de certa mira. Na oposição estava, também, alistado o morto. Da gente governista ninguém morreu, ninguém se queixou de ferido. A descarga ou tiroteio convergira para o automóvel, onde se achavam os jornalistas e chefes da oposição, quatro ou cinco, em grupo cerrado. Um dêles, que escapara dos revólveres e carabinas, o Dr. Pedro Lago, deputado federal, teve, com risco de vida, que se livrar, imediatamente depois, de uma agressão à porta do palácio do govêrno, ali situado.

Tudo isso em plena capital de um grande Estado, debaixo das janelas de uma das casas do seu govêrno, que ali tem muitas casas. Não o viu êle? Não o soube? Ou nada tinha que fazer? Não. Alguma coisa fêz. Não se abriu processo. A polícia cruzou os braços. Não se chamou a justiça. Mas alguma coisa

fêz o governo: acusou a oposição, responsabilizou-a pelo derramamento do seu próprio sangue. A oposição convocara aquêle comício, para, diante dêle, muito de seu gôsto, se sangrar a si mesma, e descarregar a culpa no governo do Estado. Êste, pois, cruzou os braços, devolvendo à oposição o encargo de se tomar as contas a si própria.

Onde estavam, porém, os sinais da culpabilidade oposicionista? Na virulência da linguagem do seu jornalismo e no acinte da escolha da Praça de Palácio para um *meeting* contrário à política do Estado.

Mas por que artes lógicas se poderia coligir daí a culpa da oposição nos tiros, que alvejaram os seus jornalistas, e nas balas, que os feriram? O que dessas duas circunstâncias poderia, quando muito, resultar, é que a oposição baiana estava a provocar o governo. Esta conclusão, porém, não explica as balas, que furaram a pele aos oposicionistas baianos. O que, pelo contrário, lógicamente, poderia levar a presumir, é que essas balas fôssem a resposta da política baiana aos atos provocatórios da oposição.

Nas tais circunstâncias alegadas, entretanto, não há verdade alguma. A imprensa oposicionista, ali, não é mais agressiva que a dos outros Estados, nem mais áspera que a do governo baiano, nem mais injusta que a estipendiada por êle para malsinar os seus adversários fora da Bahia.

Quanto à intenção que se quer enxergar no uso da Praça de Palácio para os comícios oposicionistas, só poderão cair nesse engano os que não conheçam aquela cidade, sua história e seus costumes. Não se encontra, naquela capital, lugar tão azado como aquêle, pela sua situação central e pelas suas dimensões, para as reuniões populares. Daí o celebrarem-se elas ali de tempos imemoriais. Já era assim ao tempo que

administrava a Bahia o conselheiro Sinimbu, em 1854 ou 1855, se me não engano, quando o povo da cidade foi dali tangido pela cavalaria. O mesmo ainda se dava, na administração Cruz Machado, em 1873, ou 1874, quando assisti, naquela sítio, a muitas dessas reuniões, e o presidente da Província lhes falava das suas sacadas. Mais tarde o mesmo se tornou a dar, no governo do Sr. Venâncio Lisboa, por ocasião do Caso Frias Vilar, quando ali, durante dois dias, estêve, quase permanentemente, aglomerado o povo, a que não se desdenharam de falar, das janelas de palácio, o presidente e o senador Manuel Dantas, atendendo aos desejos da multidão, e procurando moderá-la. Naquele mesmo largo, enfim, já neste regímen, orava o conselheiro Luís Antônio aos ajuntamentos populares, de que resultou o movimento, pelo qual veio a cair o governo José Gonçalves.

Nesses tempos, entretanto, o palácio daquela praça era (então sim) a moradia dos presidentes ou governadores e o assento da sua administração; o que não obstante, não se entendeu jamais haver desmancho no princípio do respeito à autoridade em crescerem para ali as vagas da multidão encrespada, e lhe soprarem no ânimo revólto os oradores populares. Quanto mais hoje, quando nem ali tem habitação o governador, cuja residência está em bairro distante, no Forte de S. Pedro, nem aquela casa abriga a secretaria do governo, cuja sede faz companhia, debaixo do mesmo teto, ao governador.

O antigo palácio da Praça, arruinado pelo bombardeio, ainda está em reconstrução, dando, atualmente, agasalho, na parte ilesa ou reconstruída, a não sei que repartição do Estado; e o seu serviço devia ter-se encerrado muito antes, quando, pelas cinco da tarde, ou depois, se encetava o *meeting* de fevereiro, acabado em sangue, logo ao começar.

Mas, como a Bahia está longe, e o telégrafo é, agora, o grande instrumento das mentiras, que a distância apadrinha, manda-se dizer que a oposição baiana juntou a multidão na Praça de Palácio, para dar, aos que não conhecem a topografia daquela cidade e as mudanças de casa do governo daquele Estado, a ilusão de que os adversários do governador, ali, o vão afrontar debaixo das suas janelas, na soleira da sua porta, aos olhos da sua guarda.

Estendo-me aqui nestes esclarecimentos, constrangido pelo banzê-de-cuia, com que se buscou acaunar e despir da sua solenidade a sessão do Congresso Nacional, em que os adeptos da minha candidatura, depois de se recusarem a embaraçar a apuração, reconheceram a eleição do meu concorrente, e, com a mesma equanimidade, se declararam resolvidos a lhe aguardar o governo, para o tratar segundo o merecimento dos seus atos.

Nas explicações em que acabo de me demorar, não viso mais que ao bom nome da causa, por que entrei em campanha. Pelo que toca ao meu, estou velho demais, para destrinçar "bobagens", como diria o ilustre Sr. Cincinato Braga.

Defender-me eu por estas alturas, quase aos setenta anos de nascido, quase aos cinquenta de vida pública e com "trinta de luta por tôdas as liberdades", como me deu a honra o senador Epitácio de telegrafar aos seus amigos, defender-me eu da incriminação de revolucionário, sanguinário, inimigo da propriedade e outras salabórdias quejandas, sobretudo neste momento, quando cada um dos meus discursos, na campanha presidencial, é uma ardente mensagem de paz, justiça, humanidade, ordem e civismo aos meus concidadãos, seria rebaixar-me a mim mesmo, e pagar-lhes a êles com desagradecimento.

A essas destemperadas calúnias, a êsses gratuitos ultrajes, dignos e bem dignos uns e outros dos seus autores, já responderam, como o tom da catadupa responde ao grasnar das rãs, êsses cento e vinte mil votos, com que os brasileiros tanto me engrandeceram além de mim mesmo, êsses cento e vinte mil votos golfados ao primeiro apêlo, êsses cento e vinte mil votos de primeira situação, que, sem tempo, sem trabalho, sem dinheiro, sem organização alguma, acudiram ao primeiro grito, alagando o campo da luta num improviso de reprêsa fendida pelo raio.

Enlameiem, se puderem, êstes títulos de consideração pública, tragam daí alguma coisa, que com tal se pareça, ou vão pedir à nação brasileira a retratação dos seus votos. A honra adquirida à custa de tais provas não é esquina de rua, onde qualquer cão que passa deixe o seu recado.

Quando aos historiadores de amanhã deparassem os anais do Congresso Nacional, na sessão em que êle reconheceu o novo presidente, os baldões que ali se me cuspiram, não sei que idéia seriam levados a conceber da época, em que um cidadão lapidado assim no parlamento acabasse de receber do país, nas urnas, em luta com os governos de dezoito Estados, consagração tamanha.

Mas as minhas conferências e discursos na campanha presidencial, onde tudo o que eu disse está impresso, sempre alguma coisa durarão mais que essa literatura de roncós; e, naquelas páginas, veementes e severas, mas verdadeiras e justas, a história não encontrará uma, que não desminta os meus agressores.

Essa prédica, denunciada por êles como agressiva, (*Gracchos de seditione quaerentes!*) é a voz de uma consciência, que se dirige ao povo, à mocidade,

ao futuro, uma voz de honestidade, que não podia toar a corrompidos, uma voz de regeneração, que não podia agradar a degenerados, uma voz de liberdade, que não podia servir a oligarcas. Mas a nação a entendeu; o que me basta. Não saí com a presidência, de que abençoado seja Deus, por me ter livrado. Mas saí com uma vitória de outra natureza, tão grande, que me eleva acima de tôdas as minhas aspirações.

Todavia, a vitória eleitoral não foi minha; porquanto, com todos êsses vícios, de que se têm ressentido as nossas eleições presidenciais, esta reunia as condições de regularidade nas formas, para que o Congresso Nacional a não pudesse recusar. Diante da apuração ultimada, o parecer da Mesa, cujas conclusões reconheciam presidente o Dr. Epiácio Pessoa, era, legalmente, incontestável.

Não me seria lícito, pois, aconselhar aos meus amigos senão o que lhes aconselhei, aliás, devo dizer, inteiramente de acôrdo com o a que já todos êles propendiam.

Nada nos embaraçava nesta deliberação. A nossa propaganda não correria, pessoalmente, contra a candidatura do senador Epiácio Pessoa, cujo merecimento individual nunca ofereceu matéria a negação ou controvérsia entre nós, mas tão-sòmente contra os autores do conluio que substituiu à opinião nacional e à livre expressão das correntes políticas de nossa terra um grupo de açambarcadores eleitorais, cujo sistema consiste em atravessar candidaturas, para converter os candidatos adotados em criaturas suas e os presidentes eleitos em seus prisioneiros.

Êsses empreiteiros de presidências tôda a gente sabe que não subscreveram à candidatura Epiácio Pessoa senão contrafeitos, à última hora, por não da-

rem com outra, capaz de se contrapor à minha, e haver caído, mercê da minha oposição, a candidatura paulista, que, indubitavelmente, estaria vencedora, se êsse obstáculo não lhe tivesse cortado o caminho, por onde todos os elementos de bom êxito eleitoral a seguiriam.

Nisso tinham, portanto, os meus amigos mais uma consideração, para dar, sem quebra dos seus sentimentos, o voto, que deram no dia 11, vendo nas qualidades de independência pessoal do candidato dos seus adversários uma garantia provavelmente segura contra os cálculos de absorção da autoridade presidencial, com que êles o adotaram, tarde, com hesitação e medo, coactos pela impossibilidade absoluta de outro.

Pelo que me toca a mim em particular, nenhuma incompatibilidade me separava do senador Epitácio Pessoa. Nunca lhe neguei talento e saber. Antes lhos reconheci várias vêzes, já na tribuna parlamentar, já no exercício da minha profissão, onde tive ocasiões de assentir com aplauso em pareceres e trabalhos seus.

Demais, a minha candidatura não foi levantada contra a sua. A sua, pelo contrário, é que, muito depois, se suscitou contra a minha.

Na propaganda eleitoral, a que me entreguei, propaganda justamente impetuosa contra a política dos cabecilhas da Convenção, foi sempre a êles que alvejaram os meus ataques, não me referindo senão rara, accidental e cortêsmente ao meu competidor, que eu reputava inelegível, mas a quem não tratei jamais como indigno de ser eleito.

Não seria eu, pois, quem, procedendo como procedi no derradeiro ato desta campanha, pudesse incorrer na tacha de recuo, arrependimento ou fraqueza. Ensaçada contra mim, a pequice de estar eu can-

tando a palinódia seria inepta e parva. Quem não a cantou nunca, em trinta anos de vida republicana, durante os quais deu sempre o exemplo de inquebrantabilidade nas convicções e intrepidez nos perigos; quem preferiu o exílio à palinódia ante o marechal Floriano Peixoto; quem a não cantou ante o marechal Hermes; quem arrostou, assim, dois governos de força armada, dois chefes de exército, duas situações violentamente militares; que se habituou a viver quase sempre em oposição neste regímen, teria o direito de encarar com desprezo os miseráveis, que numa atitude nobre como esta lhe viessem descobrir um ato de cobardia ou interêsse.

As palavras, portanto, com que o senador Francisco de Sá definiu, no Congresso Nacional, a posição dos nossos amigos ante o novo govêrno, posição de expectativa e esperança, exprimem lealmente o que êles pensam, o que êles sentem, o que êles desejam, o a que êles se acham dispostos, e o em que eu com êles estou de acôrdo.

Agradecendo, pois, ao meu ilustre colega a ní-mia benignidade, com que me exaltou, a imerecida glorificação, que teceu ao meu nome, não lhe agradeço menos a elevação, com que soube significar a nossa atitude, a sua lhaneza, o seu desinterêsse, a sua dignidade.

Os que, em 1909, nos insurgimos contra a candidatura militar, explorada pelos políticos civis, tínhamos as mais sérias razões, para ver nessa candidatura uma grave ameaça à ordem constitucional nos seus elementos fundamentais; pelo que, vencedora no Congresso a sua causa, que acabara de ser derrotada nas urnas, era do nosso dever continuar a combater no govêrno o princípio, que havíamos comba-

tido no pleito eleitoral, e que, vencido nêle, não ascendia ao poder senão mediante uma usurpação.

Contra a candidatura oficial de 1919 não militavam, nem militam objeções da mesma natureza. Levantando-a contra a minha, desinteressaram-se inteiramente os seus promotores das idéias, a que se houvesse de consagrar o seu escolhido. Por elas não lhe perguntaram, nem êle lhas disse. Não se lhe sabe, pois, do programa, assim como não se lhe pode negar a eleição. Não é um eleito do Congresso, nem a encarnação de idéias, que excluam *in limine* o nosso apoio.

Aguardar, pois, que elas se definam, para, segundo essas idéias, quando conhecidas, lhe darmos, ou negarmos a êle o nosso concurso, era, num momento de tão extraordinários problemas e dificuldades tão temerosas, o que nos impunha o bom senso, o dever das nossas funções e o interesse nacional.

Timbra o Dr. Epitácio Pessoa em reiterar a declaração de que está sem compromissos. Sendo assim, no que não podemos deixar de crer à sua palavra, tão repetida, teremos pela primeira vez um chefe de Estado, que não vai ao poder com as mãos atadas pelas facções.

Se de tal liberdade se quizer êle utilizar, para se divorciar de partidos, corrilhos e oligarquias, servindo só à nação, pode estar certo dos seus aplausos e, com os dela, dos nossos.

Desta predestinação raríssimos homens públicos terão gozado alhures. No Brasil, ainda ninguém. Poderá ela ser para o bem do país. Poderá não ser. Mas, na dúvida, em dias de tão misterioso e carregado horizonte, o que nos cumpria, era não embará-la, antes de sabido o rumo que vai tomar. Não a embará-

remos, esperando vê-la resolver-se em benefício da nossa terra.

Ainda que tais motivos, porém, não tivéssemos para esta atitude, os nossos deveres constitucionais e a situação do Brasil nesta crise da história humana nos induziam a exercermos sem parcialidade, como verdadeiros juizes, a nossa missão de verificadores dos poderes do candidato eleito para o govêrno da nação, dando, assim, um exemplo útil de espírito de moderação, legalidade e ordem, entre os clamores de ódio, vingança e rebelião, que, repercutindo entre nós, assustam por tôda parte o gênero humano, ainda ensangüentado e ameaçado pela guerra.

O espetáculo de tantos homens de partido, que se despojavam da sua parcialidade, para revestirem, sinceramente, uma grande magistratura, reconhecendo, com a lei nas mãos, o direito daqueles, contra quem, ainda há pouco, lutavam, tinha bastante grandeza, para deixar, ainda entre os piores inimigos, uma impressão de respeito.

Se nem todos assim o sentiram, e vozes houve, que dissonaram da atitude geral na memorável assembléia, como barrido de elefante bravo ressoando no meio do povoado tranqüilo, êsses ecos mortos da breinha das paixões não destruíram a majestade calma da cena e a lição, que dela resta.

Cumprimos o nosso dever. Agora a Nação que nos julgue. Foi no seu interêsse que tivemos fitos os olhos, e não esperamos outro galardão que a honra do seu *verdictum*.

Rio, 17 de julho, 1919.

RUI BARBOSA



ANEXOS



I

ENTREVISTA AO CORREIO DO POVO

— O *Correio do Povo*, o grande órgão da imprensa rio-grandense, enviou instruções ao seu correspondente no Rio, para que ouvisse a V. Ex^a sobre a sua atitude quanto à questão revisionista, coisa que muito interessa, ali, não só o govêrno, mas o povo daquele Estado. Esse correspondente sou eu; e, por isso, vim solicitar-lhe os esclarecimentos, que, porventura, me possa dar. V. Ex^a não tem dito nada sobre este assunto...

— Como nada tenho dito sobre assunto algum, concernente à candidatura, que se inscreve com o meu nome. Os motivos são simples e óbvios.

Primeiro, não a pleiteei, até hoje, de modo nenhum. Se a pleiteasse, se a estivesse pleiteando, razão seria, então, que me estranhassem o silêncio. E, ainda assim...

Note o senhor. Pleiteei a candidatura presidencial em 1910, instado pela opinião civilista, e comecei a pleiteá-la em 1913, debaixo da mesma pressão, mas porque, na primeira dessas duas épocas, as condições da administração, no Brasil, eram normais, estavam ao alcance das minhas posses, sem grande esforço, e, mesmo na segunda, ainda bem longe se achavam da miserável e perigosíssima situação atual. Com ela não tenho a presunção de me considerar habilitado a medir fôrças.

Só os beneficiados pela natureza com uma exagerada idéia de si próprios serão, creio eu, capazes de alimentar essa aspiração temerária. Eu não tenho a desgraça de me conhecer tão mal. Assim o disse na minha carta ao Senado em 29 de novembro do ano passado.

Eis as minhas palavras: «Não tenho tão pouco juízo, que possa considerar sem terror a hipótese de governar um país, cuja dissolução depende apenas de um sôpro da anar-

quia, nacional e estrangeira, que nos cerca e ameaça». Razão por que, declarava eu, ali, «não aceitaria jamais encargo tamanho, senão em me sendo impôsto» pela nação.

Se a nação mo impusesse, teria eu de me submeter, mas não como a uma boa fortuna, e sim como a um sacrifício tremendo, de que todos os dias rogo a Deus me livre.

Pleitear é promover, é procurar, é cobiçar. Sacrifícios não se desejam, não se buscam, não se pedem. O de que se trata, só o poderão querer os que não sabem o que fazem.

Mas, ainda quando eu estivesse a pleitear tal candidatura, ninguém poderia estranhar que já não haja pôsto em miúdos o meu programa. Proclamado candidato pela convenção de agosto de 1909, só apresentei a minha plataforma seis meses depois, na Bahia, aos 15 de janeiro de 1910. Da segunda vez, aclamada a minha candidatura pela segunda convenção civilista, em 26 de julho de 1913, decorreram meses, até à minha desistência, que se consumou antes de conhecido o meu novo programa.

Do mesmo modo se tem procedido, até hoje, no Brasil, com todos os candidatos à presidência. Nenhum deles exibiu o seu programa, ou foi questionado acêrca das suas idéias, senão meses depois de estabelecidas oficialmente, pelas convenções, as suas candidaturas.

Demais, o meu caso é bem especial. Tôda a minha vida é um programa, distinta e particularizadamente articulado. Não há uma questão brasileira, de ordem constitucional, política, ou econômica, sôbre a qual não seja conhecido o meu sentir, ou não haja êle de se coligir de princípios já por mim definidos com clareza e sustentados com perseverança.

Sabido é que me não apresentei candidato a mim mesmo. Foram alguns dos grandes jornais do Rio de Janeiro os que levantaram a minha candidatura. A opinião pública a adotou com imensa generalidade, em todos os Estados. Classes, instituições, associações de todo o gênero a têm aclamado. Nenhuma, todavia, ninguém, até hoje, me perguntou pelo meu programa. E por quê?

Porque todos o conhecem, porque já o conheciam todos. Como? Pelas minhas idéias, amplamente divulgadas em meio século de uma carreira pública incessantemente ativa.

Essas idéias, onde a opinião as achou e conheceu, aí mesmo podiam ir encontrá-las e travar com elas conheci-

mento os outros. Os outros, digo eu; isto é: os partidos, as facções, os grupos políticos, as situações estaduais, que se quisessem pronunciar, num ou noutro sentido, em relação à minha candidatura. Esses as conheciam melhor do que ninguém, não só porque fazem da política a sua profissão, e devem, pois, estar familiarizados com tudo o que, no país, a interessa, mas, também, por ser em relações, em contacto, em debates, em antagonismo ou de acôrdo com elles, que tenho enunciado, advogado, explanado as minhas convicções.

Mas, se, a despeito de tudo, ainda as não julgavam assaz explícitas sobre alguma particularidade, o meu acesso não oferecia dificuldades, que os inibissem de me procurar e questionar a respeito do ponto duvidoso.

Sempre esperei que o fizessem; porquanto várias vezes me notificaram de que me viriam visitar, com esse intuito, alguns dos chefes políticos ou representantes do situacionismo: os Srs. Francisco Sales e João Luís, Carlos de Campos e Álvaro de Carvalho, Vitorino Monteiro e Vespúcio de Abreu. Mas nenhum me deu essa honra.

Natural era concluir eu daí, que, se o não faziam, é porque o não haviam mister, porque, sendo-lhes perfeitamente conhecidas as minhas idéias, não necessitavam de mas inquerir.

— Mas hão de lhe ter chegado aos ouvidos as dúvidas, que correm entre os amigos do govêrno rio-grandense acêrca das intenções de V. Ex^a no tocante à reforma da Constituição.

— Certamente. Mas sem justificação nenhuma. A este respeito os meus sentimentos e propósitos são claros nos fatos de maior notoriedade pública nestes dez anos da minha vida.

— Conhece V. Ex^a o telegrama de Pôrto Alegre, onde se exara a resposta do Dr. Borges de Medeiros à consulta de dois representantes da política daquele Estado no Congresso Federal?

— Como não? Ei-lo aqui está, lido e tarjado a lápis vermelho, no *Imparcial* de 16 do corrente, primeira página, primeira coluna.

Note bem o que nêle se diz :

PÔRTO ALEGRE, 12 (Retardado) (A.A.) — Respondendo à consulta dos Srs. senador Vitorino Monteiro e deputado Vespúcio de Abreu sobre a sucessão presidencial, o Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, disse que, dada a provável

heterogeneidade de vistas na ação da próxima Convenção, seria muito conveniente que fôsem assentados, desde já, certos compromissos comuns aos candidatos convencionais, principalmente em relação à necessidade de assegurar a estabilidade do régimen presidencial federativo, contra tôdas as tentativas e planos revisionistas, demais perigosos na atualidade. Adotada essa preliminar — diz o presidente —, poderemos dignamente sufragar qualquer candidato que a Convenção escolher; não sendo estabelecida tal condição, teremos, em qualquer hipótese, de ressalvar a nossa coerência e retidão cívica.

A preliminar da política rio-grandense consiste, pois, em que se não toque nas três bases da Constituição atual :

Govêrno republicano ;
Sistema federativo ;
Regímen presidencial.

Ora, estas três bases estão categoricamente ressalvadas na minha Plataforma de 1910 (ed. da Bahia, pág. 18), onde textualmente declarei que, no caso da revisão constitucional, que eu dirigisse, «não poderiam ser» nem «objeto de proposta de reforma as disposições constitucionais,

- 1º) *que declaram a forma republicana ;*
- 2º) *que instituem o princípio federativo ;*
- 3º) *que mantêm aos Estados o seu território atual ;*
- 4º) *que lhes asseguram a igualdade representativa no Senado ;*
- 5º) *que separam a Igreja do Estado, e firmam a liberdade religiosa ;*
- 6º) *que atribuem à justiça o conhecer da constitucionalidade dos atos legislativos ;*
- 7º) *que vedam os impostos interestaduais ;*
- 8º) *que proíbem aos Estados e à União adotarem leis retroativas ;*
- 9º) *que declaram inelegíveis os ministros, e estatuem a sua livre nomeação pelo chefe do poder executivo ;*
- 10º) *que afiançam aos Estados a autonomia de organizarem as suas constituições, respeitada a da União.»*

Nos artigos 1º, 2º e 9º desta enumeração, como vê o senhor, se acham individualmente excluídas de qualquer tentativa de reforma as três cláusulas constitucionais, de que se

faz questão no telegrama rio-grandense. E a essas acrescento eu, ainda, muitas outras, indicadas nos outros sete *itens* dêsse rol, a respeito das quais não admito reforma.

Isto pôsto, acrescento eu, em seguida :

Adotadas estas precauções tranqüilizadoras contra as demasias do espírito de reforma, poderia ela encetar-se, como convém, no terreno das nossas instituições constitucionais, moderada, gradual e progressivamente.

Essas reservas afastariam especialmente das primeiras tentativas reformatórias a questão entre a República parlamentar e a República presidencial. Não é pouco numerosa a corrente, que contra esta já se pronuncia. Mas eu ainda me não animaria a segui-la. Não duvido que em breves anos se venha a impor a sua discussão. Mas abrir por ela o primeiro ensaio de reforma constitucional seria expô-la, quase com certeza, ao malôgro, em tópicos a respeito dos quais é exequível, por açodamento em relação a um problema ainda não maduro, contra o qual as exigências da ortodoxia republicana são até agora irredutíveis.

Estas palavras, explanando a cláusula nona da enumeração, mantêm o regimen presidencial, pondo fora de tôdas as minhas cogitações o parlamentarismo como pretensão de atualidade.

Já vê que, se as restrições do Rio Grande no concernente à revisão constitucional são essas, com elas se acha no mais rigoroso acôrdo o meu revisionismo.

— Quanto ao mais, porém, continua V. Ex^a a mantê-lo?

— Indubitavelmente, e sem atenuações, nem rodeios.

— Mas, na Plataforma de 1910, reservou declaradamente V. Ex^a, no que respeita a tôdas essas reformas, a cláusula de «oportunidade», ali consignada e justificada.

— Sim. Mas, depois da minha Plataforma de 1910, veio o programa do Partido Republicano Liberal em 1913, programa de que sou o autor, de que fui o primeiro signatário, e no qual se firmava a minha segunda candidatura presidencial.

Nesse programa a revisão constitucional já se apresentava sem a ressalva dilatória de 1910, já se afirmava como objeto de atualidade imediata, já vinha sobreposta a todos os demais assuntos, como o a que eu hipotecava, daí em diante, os meus serviços, na oposição, ou no govêrno.

Aí, logo no intróito, dizia eu :

Adotando como escritura dos seus compromissos com o país estes princípios e encargos, o Partido Republicano Liberal

aqui os articula, nas suas estipulações capitais, para clareza da sua attitude, e se obriga assim a sustentá-los na opposição, como a realizá-los no govêrno.

Desapareceu o Partido Republicano Liberal. Mas eu não desapareci; e os compromissos, em que êle era solidário comigo, ficaram subsistindo, sob a minha responsabilidade individual, como obrigações minhas.

A isso, porém, acresce ainda, nos nove anos que vêm de 1910 até hoje, a minha campanha de indefessa opposição ao quadriênio Hermes e a minha attitude para com a presidência Venceslau Brás, durante a qual, como durante a do seu antecessor, em todos os meus discursos, escritos e atos políticos, sobressai, constantemente, a nota da revisão constitucional como assunto inadiável, urgente, predominante a todos os outros na minha propaganda, na minha ação política, nos meus compromissos com a nação.

Daí não poderia eu recuar, sem me separar de mim mesmo; não poderia recuar, senão abjurando, por amor do poder, aquilo que o torna digno de ser objeto das aspirações de uma alma honesta; não poderia recuar, senão preterindo os interêsses da nossa regeneração nacional, e traíndo a confiança da nação.

Porque a nação quer a revisão constitucional. Querem-na as nossas classes mais conservadoras. Ainda há pouco, o órgão da opinião militar entre nós, *A Defesa Militar*, no seu fascículo de 10 de novembro do ano passado, acentuava êste sentimento, dizendo enêrgicamente, depois de traçar o quadro das calamidades que sôbre nós pesam :

Tenhamos fé que dessas desgraças venha o desejo de aplicar o nosso regímen constitucional na sua letra e no seu espírito, ou surja a coragem para realizar uma reforma compatível com o tempo e o meio em que vivemos, abandonando de vez êsse fetiche que já vai perdendo o seu prestígio, porque ninguém o cultua sinceramente.

Já houve quem, aliás com as melhores intenções, para aliviar a minha candidatura dessa responsabilidade, ponderasse que já não seria pequeno benefício ver-se executada a Constituição, durante quatro anos, pelo principal autor dela, que, como tal, naturalmente, a entenderia melhor, e melhor a trataria.

Admito a vantagem. Mas ela não satisfaria a opinião pública, hoje empenhada, não só em que se reformem os costumes políticos, mas também as leis, que os entretêm, e dêles estão já saturadas. Depois, um presidente diminuído na consideração pública por uma transação derogatória dos seus compromissos de honra não seria, de certo, o homem, que se quer, e de que se necessita, para arcar sèriamente com os problemas de uma situação extrema como esta. E, quando o país visse que o homem mais comprometido para com êle a lhe ser leal, e a minorar-lhe os seus males, o abandonava, justamente quando o advento ao poder lhe dava os meios de se desempenhar do que durante cinqüenta anos contraíra a obrigação de lhe dar, amaldiçoaria, com razão, êsse renegado, e se entregaria às inspirações do desespero, que levam os povos ao delírio da loucura destruidora.

Se êsse, diria o povo brasileiro, se êsse, o iniciador, o propagandista, o ousado, o lutador, o crítico, o oposicionista de cinqüenta anos de provas, nos não cumpre o prometido, quem no-lo cumprirá? Então, não resta mais nada, senão passar por cima de todos os homens, de tôdas as leis, de tôdas as constituições, de todos os regimens, e buscar no dilúvio a lavagem total dos germes da infecção, resistente a tudo, que nos mata.

Demais, se o nosso gênio nacional não fôsse, como é, a um tempo, o gênio do esquecimento e da futilidade; se, ao menos, advertíssemos nas coisas sérias do nosso presente e nas iminências do nosso mais próximo futuro, estaríamos vendo, agora, que a revisão constitucional baixou, para nós, das regiões da teoria, da aspiração abstrata, dos sonhos de regeneração, para a terra firme da prática instantânea, para o campo das exigências imediatas de governo.

Trouxeram ao Brasil, criaram no Brasil a questão social. Ela urge conosco por medidas, que com seriedade atendam aos seus mais imperiosos reclamos. Mas, como é que lhe atenderíamos, nos limites estritos do nosso direito constitucional?

Ante os nossos princípios constitucionais, a liberdade dos contratos é absoluta, o capitalista, o industrial, o patrão estão ao abrigo de interferências da lei. Onde iria ela buscar, legitimamente, autoridade, para acudir a certas reclamações ope-

rárias, para limitar horas ao trabalho? Veja-se o que tem passado na América do Norte, onde leis adotadas para acudir a tais reclamações têm ido esbarrar, a título de inconstitucionalidade, em sentenças de tribunais superiores.

Dai um dilema de caráter revolucionário e corolários nefastos; porque, ora a opinião das classes mais numerosas se insurge contra a jurisprudência dos tribunais, ora os tribunais transigem com elas em prejuízo da legalidade constitucional. Num caso é a justiça que se impopulariza. No outro, a Constituição que se desprestigia.

Vejam agora os tais conservadores brasileiros se não seria melhor rever lisamente a Constituição, nos pontos em que ela se tem de reformar, ou cair, do que inimizá-la com as classes populares, ou deixá-la esboroar-se a golpes de arbitrio legislativo, sob a pressão das multidões.

Nem é tudo. Com os problemas constitucionais surdem os problemas internacionais; e estes lançam, também, na concha da revisão um pêso incontrastável, a que a balança política há de ceder.

Aí está projetada a Liga das Nações. O Brasil tem de ser, necessariamente, um dos seus membros. Mas, para esta sociedade das nações, cuja organização todo o mundo almeja, cada uma tem de entrar com frações da sua soberania, confiadas a uma espécie de governo, de justiça, de polícia internacional. Esse desmembramento parcial da soberania de cada nação em poderes internacionais traduz uma novidade inconciliável com a nossa Constituição, nos seus atuais termos. Nenhum dos órgãos da soberania nacional, que a Constituição brasileira reconhece, recebeu dela o mandato necessário para diminuir a sua própria autoridade, para cercear as suas atribuições definidas, em benefício dessa organização internacional, de caráter permanente e funções imperativas.

Não se trata de celebrar tratados, em que as potências contraentes permutam vantagens, sem redução de soberania, que exercem. Trata-se de erigir, entre elas, uma espécie de sobre-soberania central, para cuja constituição, sim, todas concorrem, mas a cujas deliberações todas ficarão sujeitas.

Ora, para subscrever esse pacto, não existe, no direito constitucional brasileiro, nenhum poder habilitado. Urge habilitar para isso os poderes políticos, dotando-os, nesse intuito, da competência, que lhes falece, e sem a qual a nossa adesão

à Liga das Nações, o maior dos nossos atos jurídicos internacionais, se anularia, em sua origem, com o vício insanável de inconstitucionalidade. É o que nos Estados Unidos, no Senado americano, já se começou a ver e dizer.

Ainda mais. A reforma constitucional apresenta, hoje, um aspecto imprevisto: o de uma necessidade instantânea da ordem pública.

A cláusula que, na Constituição brasileira, equipara, com relação às liberdades consagradas no art. 72, «os estrangeiros residentes no país» aos brasileiros, desarma o poder público, a soberania nacional da autoridade imprescindível contra os elementos «indesejáveis», como, hoje, se diz, contra os resíduos do vício e da desordem, que, de outros países, transbordam continuamente sobre o nosso, debaixo da pressão das polícias estrangeiras.

Os desequilíbrios econômicos ocasionados, em todos os pontos do mundo, pela guerra dos quatro anos e suas consequências sociais, refletindo, também, no Brasil, têm obrigado o nosso governo a medidas anômalas, como a criação dêse que se chama «comissariado», poder necessário em circunstâncias tais, mas extravagante, dotado, por atos de exceção do Congresso e regulamentos arbitrários do governo, de uma verdadeira ditadura sobre o comércio, suas operações, preços e contratos.

Enquanto estávamos em guerra, essa aberração vingava à sombra das limitações inevitáveis, a que o estado de guerra submete todas as constituições. Mas, declarada a paz, se esses poderes extraordinários ainda forem exigidos pelas anomalias econômicas da situação do mundo inteiro, como sustentá-los, ou como recorrer a eles, legalmente, quando, acaso, outra vez se requererem, se lhes não abrirmos, no direito fundamental do país, uma porta, que lhes dê ingresso regular?

Outra coisa, para terminar. O processo de elaboração dos nossos orçamentos degenerou numa verdadeira orgia. Como remediar essa corrupção do régimen, até onde, ao menos, a ação das leis pode suprir a moral dos seus executores? Haverá mal de mais urgente cura, exigência de atualidade mais palpitante?

Nos países onde essa enfermidade é menos sensível, menos adiantada, menos escandalosa que entre nós, aí mesmo, como nos Estados Unidos, políticos, financeiros e constitu-

cionalistas já se unem e empenham no intuito de encontrar e fixar a medida reparadora.

Qual será ela?

Até agora as idéias liberais, os princípios do governo representativo, bebidos nas instituições inglesas e americanas, viam no poder legislativo o órgão privativo de fixação da despesa nacional. Essa idéia parecia consubstancial, não só ao sistema parlamentar, mas, ainda, ao presidencialismo nas democracias. Era a da nossa Constituição monárquica. É, hoje, a da republicana, aqui e nos outros países de governo congênere.

Mas já se vai produzindo, especialmente nos Estados Unidos, um movimento de retificação dêsse erro inveterado nas constituições liberais, e se começa a reconhecer a existência de fundamentos concludentes, para se atribuir ao poder executivo parte da função, hoje privativamente legislativa, de estipular e distribuir o emprêgo da receita nacional.

Em vários dos Estados da União Americana, como o de Maryland, o de Novo México, o de Utah, é ao chefe do poder executivo que toca a iniciativa do orçamento da despesa. O corpo legislativo tem a competência de reduzir ou eliminar as verbas inconvenientes, mas não a de agravar a despesa orçada. Essa disposição, com algumas outras complementares, estabelece um mecanismo simples, graças ao qual se reprime a tendência das câmaras parlamentares à prodigalidade, e se favorecem, quanto possível, os hábitos de economia, colocando a despesa pública sob a responsabilidade principal do chefe do Estado.

Muitos espíritos dos mais abalizados, naquele país, já preconizam a introdução dêsse princípio na Constituição Federal. A medida não ofende a especificidade jurídica da competência parlamentar; visto como os atos orçamentários concernentes à despesa, como a ciência política, hoje, o reconhece, não são *leis*, mas verdadeiras ordens ou regulamentos de caráter administrativo.

Destarte, a investidura parcial dessa função no presidente da República, longe de significar uma usurpação de atribuições legislativas pelo Poder Executivo, teria, pelo contrário, ainda, o merecimento de melhor definir a separação de poderes, que se supõe constituir uma das normas fundamentais do nosso regímen político.

Aos políticos rio-grandenses (aqui entre parêntesis) não escapará que esta idéia, pela qual me estou pronunciando, vem dar razão, num capítulo bem importante, à constituição do Rio Grande do Sul.

A mim pouco me importam considerações de tal natureza. *Je prends mon bien où je le trouve*. Eu não nutro preconceitos ou prevenções. Essa idéia tem nos Estados Unidos os seus mais autorizados patronos; e, a meu ver, se impõe, hoje, no Brasil, como remédio contra a dissipação orçamentária, que a irresponsabilidade, a indisciplina, a anonimia das maiorias parlamentares praticam despejadamente.

Preciso de concluir, meu amigo.

Eis aqui estão alguns dos traços mais interessantes da reforma constitucional e alguns dos seus argumentos mais decisivos.

Claro está que, entendida assim, como a entendo, e encarada em certos dos seus aspectos, como alguns dêsses, em que entre nós nunca se cogitou, se, por um lado, ela olha para a liberdade, pelo outro atenta sèriamente nos interesses da ordem; se, de uma parte, consulta os princípios, por outra se inspira na observação prática; se constitui, a certa luz, um programa de regeneração jurídica, por outra face é um verdadeiro programa de govêrno conservador.

23 fevereiro de 1919.

II

O CASO DO FUZILAMENTO DE SILVEIRA MARTINS

O Sr. Conselheiro Rui Barbosa passou tôda a tarde no seu gabinete, à Rua da Assembléia, em constantes conferências com inúmeras personalidades políticas, que lançaram a sua candidatura à presidência da República. Ali vimos diversos que iam saber o que de verdade havia sôbre notícias publicadas, declarando haver o conselheiro Rui Barbosa aceitado a candidatura do senador Epiácio Pessoa à presidência. Chegamos precisamente quando se falava no assunto, e ouvimos de S. Ex.^a o seguinte:

— Acabo de saber com tôda a segurança que de ontem para hoje se têm transmitido para os Estados mais de trezentos telegramas, afirmando todos a falsidade, já por mim hoje solenemente desmentida nas fôlhas matutinas, de que renunciei à minha candidatura e adotei a do Dr. Epiácio Pessoa. Contra tão vil campanha de fraude peço o concurso da imprensa independente. Quem levantou a minha candidatura foi a opinião pública, e só ela a poderá retirar.

Prosseguindo na palestra, o Sr. Conselheiro Rui Barbosa referiu-se a um telegrama hoje publicado em um matutino, e no qual se dizia que jamais a família e amigos do falecido conselheiro Silveira Martins poderiam apertar-lhe a mão, visto ter êle, conselheiro Rui Barbosa, mandado fuzilar Silveira Martins, e que se tal não foi consumado, deve-se exclusivamente a isso se terem oposto os outros membros do ministério do Governo Provisório.

— Eis outra infâmia — declarou-nos o conselheiro Rui Barbosa; — fui sempre um grande amigo do conselheiro Silveira Martins. É verdade que no Império houve uma pequena zanga do conselheiro Silveira Martins para comigo, e isso devido a ter sido eu designado pelos conselheiros Dantas e Saraiva para responder a uma interpelação, à qual a princípio me esquivei, mas que afinal tive de efetuar, devido a constantes insistências do partido a que eu pertencia. Essa indisposição, porém, foi-se apagando aos poucos, e quando, já na República, eu tive, durante o governo Floriano, de ir a Montevidéu e Buenos Aires, ali estreitei novamente as minhas relações de amizade com o conselheiro Silveira Martins, e tão amigos nos tornamos, que não raras vezes almoçamos juntos.

Tencionando vir ao Rio para depois seguir para a Bahia, recebi não poucas vezes conselhos de Gaspar Martins, para que eu evitasse tal viagem. Ponderei então que nada tinha que recear, visto não me achar envolvido na revolta de então. O meu intuito era ir à Europa buscar a família. Chegado ao Rio, o governo deu ordens imediatas para que eu fôsse prêso, e, então, durante três dias, estive a bordo de um navio inglês, à espera do paquete que me levaria novamente a Buenos Aires. Na capital do Prata morava eu na *calle* Cerrito, e Gaspar Martins no Hotel Frascati; e soube, casualmente, que um tal Cysneros havia sido enviado do Rio para assassinar-me e ao conselheiro Gaspar Martins, e, se tal não se deu, talvez se deva à policia portenha, que vigiava Cysneros.

Quando parti para a Europa, em Paris, fui visitado imediatamente pela espôsa do conselheiro Silveira Martins, e por mais três brasileiros, que foram: o barão do Rio Branco, Argolo do Brasil e Hilário de Gouveia. Mantive sempre as melhores relações de amizade com a família do conselheiro Gaspar Martins, e mesmo, depois de sua morte, minha espôsa continuou a manter a mesma amizade para com a viúva. A filha de Gaspar Martins é ainda hoje amiga de minhas filhas, e o filho acha-se neste momento aqui ao meu lado. Devo dizer ainda mais que no Governo Provisório fui eu sempre a bandeira de paz e misericórdia, e a prova é que apresentei um projeto autorizando

o Governo a dar uma pensão a várias famílias dos estadistas do Império, já mortos, e entre os decretos que apresentei, estava o que dizia respeito às viúvas do conselheiro Silveira Martins, Alfredo da Cunha, Sinimbu, etc. (*)

Eis, portanto, como mandei fuzilar o conselheiro Silveira Martins.

(*A Noite*, do Rio, de 22 de fevereiro de 1919).

(*) Há aqui evidente equívoco do entrevistador. Silveira Martins faleceu em 1901. O ato do Governo Provisório acêrca de Silveira Martins, cuja minuta se encontra na *Casa de Rui Barbosa* com a rubrica do Ministro da Fazenda, concede uma ajuda de custo e um subsídio mensal ao antigo senador do Império, então exilado. Não está, porém, assinado por Deodoro.

III

OS SUCESSOS DA BAHIA

Tivemos ontem a oportunidade de ouvir a palavra do eminente Sr. Senador Rui Barbosa sobre os tristes sucessos anteontem desenrolados na capital baiana. Interrogado a respeito da situação em sua terra natal, S. Ex^a gentilmente disse:

— «O Caso da Bahia não tolera análise; é evidente. Não me surpreende a triste ocorrência de ontem. Não nos podemos admirar, por isso, que um político que não hesita em bombardear uma capital para assumir o poder, também não hesitará em lançar mão de todos os processos ignóbeis e criminosos para fazer valer a sua vontade em um estado cujo povo, evidentemente, está contrário à sua opinião.

«Um homem nestas condições é capaz de tudo, como mesmo ontem demonstrou, mandando, de acôrdo com os dirigentes da minha terra, tirotear o povo, em praça pública, num verdadeiro fuzilamento, que outra coisa não é o atirar-se sobre pessoas que, num automóvel, oferecem alvo certo e seguro, mesmo a maus atiradores».

Referindo-se às alegações do Sr. Antônio Moniz, que atribui aos ruistas a autoria dos sucessos sangrentos da Bahia, S. Ex^a teve um sorriso de escárnio e disse:

— «Essa gente é de um cinismo que excede a todos os limites. Como poderiam os meus amigos, que não têm consigo outra força além da simpatia e solidariedade do povo baiano, preparar ou provocar mazorcas contra a camarilha governamental, armada até os dentes, e contando com todos os elementos de compressão?

«A afirmação do governador baiano seria revoltante, se não constituísse mais uma deslavada mentira, mentira que

êles professam como religião. A minha indignação contra as cenas vandálicas ocorridas na capital do meu Estado é a mesma de todos os brasileiros que amam a sua terra e que têm sentimentos de solidariedade para com a desgraça de seus irmãos.

«O que desejavam os situacionistas baianos era, num golpe traiçoeiro e miserável de força, abater, apavorando, o ânimo heróico dos filhos daquela terra gloriosa. Enganaram-se, porém, e disto é prova a atitude de Miguel Calmon e seus companheiros, enfrentando, destemidos, a horda agressora, num exemplo nobilitante de coragem e civismo insuperáveis. O gesto dêsses distintos companheiros de luta reflete a maneira por que certamente agirá a população de minha terra natal.

«O atentado praticado contra o povo, assinalando ignominiosamente uma situação política retrógrada e selvagem, longe de abater os seus adversários, os estimula a combatê-la ainda mais, como um opróbrio que é à dignidade do Estado.

«A minha ida à Bahia era, até então, duvidosa. Agora, porém, irei de qualquer maneira, deixando de realizar, se fôr preciso, a minha última conferência aqui no Rio. Vou para de perto ver e fazer ver que a Bahia de hoje é ainda a Bahia de todos os tempos, nobre, ativa e generosa.»

E, S. Ex^a, continuando, adiantou-nos:

«Vou a palácio. Falarei ao Sr. Vice-Presidente da República, não como candidato, mas como Senador e baiano. Mostrarei a S. Ex^a os telegramas que recebi e lhe pedirei que faça garantir, na Bahia, tal como vem fazendo aqui, a liberdade do pensamento. Mostrarei ao Sr. Delfim Moreira a necessidade da intervenção do Governo Federal, a fim de evitar a chacina do povo e escoimar o Governo da Nação de uma solidariedade comprometedora com os processos criminosos postos em prática por tal gente.»

Várias pessoas desejavam falar ao egrégio patricio, e, por isso, agradecidos, demos por finda a nossa palestra.

(A Época — Rio, 27 de março de 1919).

IV

OS ACONTECIMENTOS DA BAHIA

MANIFESTO

Petrópolis, 29 de março de 1919.

Peço o agasalho das suas colunas hospitaleiras, para o rápido manifesto, que os acontecimentos da minha terra natal me obrigam a dirigir à Nação brasileira.

Três dias há que, tendo pedido uma conferência especial ao Sr. Vice-Presidente da República, me coube a honra de ser por êle recebido. Expus-lhe os acontecimentos da Bahia, demonstrei-lhe com o testemunho de personalidades, sôbre cujo crédito não pode haver dúvida nenhuma, a origem dêsses acontecimentos. Mostrei-lhe que a oposição baiana, sôzinha e apoiada unicamente nas simpatias populares, em luta com o situacionismo, a cujo lado está o govêrno, a policia e o inspetor da região militar, não podia ser quem provocasse movimentos anárquicos, e muito menos tentasse assassinar os seus próprios membros, quando é notório serem êsses os processos, de que se costumam servir os governos perdidos e desatinados, para se habilitarem às reações, desforras e vinganças, em que põem a esperança da sua salvação.

Requeri-lhe, enfim, como providências, que a ordem, o princípio da autoridade, o decoro da administração e as exigências da humanidade, evidentes no caso, estavam impondo a nomeação de um inspetor militar, que se não achasse envolvido ostentosamente, como o atual, na politica do Estado, no compadrio do seu govêrno, e que a êsse novo inspetor da região militar desse instruções sinceras e precisas, para manter a população baiana no gôzo do seu direito constitucional de reunião, até agora respeitado às outras populações brasileiras, não só aqui pelo Govêrno Federal, mas em todos os nossos Estados.

Mas vi que tinha falado e me esforçado provavelmente em vão. Percebi não ter demovido S. Ex^a da impressão de frieza glacial, senão de indiferença, em que o achara, quando, às minhas primeiras palavras, me atalhou, dizendo: «Supapearam-se, e houve alguns tiros, como quase sempre acontece».

Mas, não obstante, supus que o seu contacto com alguns dos seus ministros lhe abrisse a êle os olhos, e o abalasse dessa gelidez, em que me pareceu ver a ausência total de govêrno e o país abandonado aos azares da luta com os aventureiros, cuja audácia o ameaça. Estava, porém, enganado, como as circunstâncias posteriores têm vindo, sucessivamente, evidenciar. Depois da minha entrevista com o chefe interino da Nação, tem recebido êle demonstrações terminantes, materiais e irrecusáveis de que na Bahia não se trata da manutenção da ordem, por um govêrno que a oposição queira violentar, mas da manutenção dos direitos elementares da ordem e da liberdade legal a tôda uma população inteira, dêles privada pela violência crescente, cada vez mais notória e mais agressiva, de uma administração sem escrúpulos de ordem alguma, que põe tôda a sua confiança na força bruta e na convivência passiva do govêrno da União.

Recebeu, digo, essas demonstrações no ato da polícia baiana que suspendeu ali o direito de reunião, não havendo sítio declarado. Recebeu-as no telegrama, em que a Associação Comercial da Bahia lhe representou contra o procedimento do govêrno estadual nos sucessos de agora. Recebeu-as no officio da Liga da Defesa Nacional, firmado por dois nomes da maior respeitabilidade e insuspeição, como os dos Srs. Homero Batista e Afonso Vizeu. Recebeu-as, ainda, na circunstância eloqüente e irrespondível de não haver, entre os baleados no assalto da polícia ao povo baiano, um só amigo do govêrno, um só que o não seja da oposição. Recebeu-as, enfim, nessa atitude geral da imprensa da metrópole brasileira, tôda ela, tôda, se me não engano, unânime na apreciação das responsabilidades e causas dêsses atos de barbaria.

Mas, ao cabo de tudo, a impressão do Sr. Vice-Presidente não variou, como o demonstra o seu telegrama de resposta ao Sr. Dr. Miguel Calmon, onde S. Ex^a pretende valer aos ameaçados pela chacina e pela anunciada elimina-

ção da imprensa oposicionista, declarando-lhes que telegrafou ao governador, «lamentando os acontecimentos ocorridos, e apelando para a sua alta autoridade, a fim de que sejam assegurados os direitos e garantias constitucionais». Como se o país inteiro não estivesse farto de ver que essas garantias estão sendo suprimidas justamente por esse governo, e que nêle reside a direta autoria dêsses acontecimentos.

À oposição estadual, a essa oposição, ferida e baleada na praça pública pela força policial debaixo das janelas do palácio do governo; a essa oposição, cujos principais órgãos, reunidos num automóvel, foram alvejados e feridos pelos atiradores oficiais, escapando alguns dêles miraculosamente; a essa oposição, a que se proibiu o uso do direito constitucional de reunião; a essa oposição, cujos três grandes órgãos na imprensa estão sob a ameaça de iminente empastelamento; a essa oposição, que o Sr. Seabra, criando um sistema de agressão inteiramente novo e digno da sua incurável loucura, pretende aterrorizar, ameaçando-a de invadir e perturbar as suas assembléias com a impertinência de interrupções provocadoras, tolhendo-lhe assim o uso da palavra e o direito de apreciação pública dos atos daquele governo; a essa oposição o Sr. Vice-Presidente da República se limita a recomendar que «se mantenha nos limites da lei, respeitando as opiniões e os direitos dos adversários, e não provocando perturbações de ordem material e jurídica, tão necessária, máxime no momento difícil que atravessamos».

Desta maneira, inverteu S. Ex^a os termos da atitude, que o quadro horrível da situação baiana lhe impunha, dizendo ao governo daquele Estado o que devia dizer à oposição, e à oposição o que devia dizer ao governo. Com isto acredita S. Ex^a esgotados os seus recursos de chefe da Nação, de seu pacificador e mantenedor legal da ordem e do direito, proclamando que «o Governo Federal não pode ter outra atitude, senão a de rigorosa neutralidade no pleito, e dessa norma de conduta não se afastará».

Pois, se é a isso que S. Ex^a chama neutralidade no pleito, melhor seria que nêle interviesse, porque, nesse caso, intervindo, cumpriria, talvez, os deveres, que, sendo neutro, abandona, e praticaria, com a intervenção, a verdadeira neutralidade, que, com esse simulacro de neutralidade, pretere e viola.

Essa posição, assumida por S. Ex^a com a segurança de quem está a anunciar verdades elementares, me obriga a dizer a S. Ex^a, se me quer ou pode ouvir, o que, da tribuna de Buenos Aires, disse aos apologistas da neutralidade internacional, quando sustentei que não pode haver neutralidade entre o crime e o direito, e que a lei, a consciência, os tribunais não podem ser neutros entre a barbaria e a justiça. O Brasil de então, o governo brasileiro dessa época acabou por acolher como justas as minhas palavras, entrando na guerra. E não se tratava, a esse tempo, senão da neutralidade entre estrangeiros, a cuja luta assistíamos de longe. Mas agora o crime e o direito, a barbaria e a legalidade estão lutando em território brasileiro, na capital de um dos nossos maiores Estados, na metrópole baiana, com sangue derramado, com as mais insolentes agressões da força, com escândalo da consciência brasileira, vibrante de indignação por todo o país; e o governo da Nação, pelo seu órgão supremo, apregoa que a sua resolução inabalável está em não se abalar da impassibilidade entre os que, do alto, oprimem, esmagam, trucidam, irresponsavelmente, com a força armada, e os que, de baixo, não têm, para se defender contra esse embate, outras armas, outro escudo, outra proteção mais que os seus próprios peitos, já feridos, o seu sangue, já derramado, os seus direitos, já supressos.

Nesta situação, brasileiro, baiano, senador da República, jurisconsulto, advogado, jornalista, autor principal da Constituição brasileira, não sei que mais faça, que mais possa fazer, para salvar as vidas dos meus conterrâneos, a segurança de minha terra natal, a minha consciência de jurista, legislador e patriota, a minha vergonha de brasileiro, o crédito, em suma, o futuro, a existência do meu país.

Sinto-me desarmado, esgotado, anulado pela impressão de que o Brasil está sem governo, uma vez que o governo do Brasil se declara neutro entre a desordem e a legalidade; uma vez que o governo do Brasil conserva no teatro daquelas selvagerias, como elemento de segurança para elas, uma autoridade militar, cuja parcialidade está desmascarada, que nem sequer ela mesma trata de mascarar, e que, em meio desses crimes, é a sombra do Governo Federal projetada, com todo o seu prestígio, sobre os delinquentes; uma vez, enfim, que a presidência da República, no meio de uma Nação inteira, comovida por essa tragédia em crescendo, se

nos mostra como um penedo granítico, uma rocha de coração de negro, imota, insensível, dura, áspera, e revêssa às impressões da lei e da humanidade.

Tenho, pois, que me voltar das forças materiais para as forças morais, do pêso da massa inconsciente para a consciência dos imponderáveis. Tenho que me voltar da brutalidade, que esmaga, desalmada e sem entranhas, para essas energias do sentimento, da alma e da justiça, que, na guerra das nações, deram a vitória aos mais fracos, pela coragem, pelo brio, pela confiança nas leis do bem, contra os matadores, contra os bárbaros, contra os anarquizadores do mundo.

Volto-me do Govêrno para a Nação. Volto-me dos criminosos acastelados na Bahia para a imprensa brasileira, órgão da consciência nacional. Venho suplicar a todos os que, neste país, ainda sentem, ainda pensam, ainda escrevem, ainda vibram, ainda não se corromperam, ainda não morreram, a todos venho suplicar o concurso da sua fé, das suas crenças, da sua palavra, da sua energia, do seu civismo, para evitarmos que esta mancha de sangue se espraie, se reproduza e se generalize, como tôdas as efusões de sangue inocente, quando os instrumentos da ordem abdicam e desertam diante do crime impune, coroado e triunfante.

Faço o que Deus me permite. Exauro tudo o que Deus me dá. Cumpro o que o meu dever me dita. Espero que os outros não abandonem, também, os seus deveres. Porque nós não estamos num sertão da Cafraria. Achamo-nos, pelo contrário, num ponto da história, numa bifurcação da estrada humana, em que um dos seus ramos caminha para a vitória do Evangelho, e o outro para a dissolução na selvageria.

O Brasil tem de escolher agora. Ou se salva pelo caminho da moral divina. Ou se perde, para nunca mais se salvar, nos sinistros imprevistos da tremenda anarquia moderna, em que a política dos nossos aventureiros, irremediavelmente, nos acabará por mergulhar, desde que não seja coibida quanto antes, e não encontre quanto antes, para a represar, uma barreira de corações honestos, o paradeiro de uma política de sinceridade, a repressão de um govêrno reconciliado com a consciência da Nação brasileira.

RUI BARBOSA.

(Publicado n'A Noite de 29 e n'O Imparcial, no Jornal do Comércio e n'A Época de 30 de março de 1919.)

V

DESPEDIDA DO RIO DE JANEIRO (*)

Acabo de saber que notícias recentes, provenientes da Bahia, anunciam que o govêrno do meu Estado declarou não ter intenção de respeitar o *habeas-corpus* que me garante e aos que me acompanham. O govêrno pequeno, microscópico, da Bahia, reserva-se o direito de não respeitar a decisão do nosso Areópago! Reserva-se o Govêrno Baiano o direito de substituir pela violência a justiça. O Govêrno Baiano assinala, assim, uma época de verdadeiro e consciente desprezo pelo direito. Tal decisão bem caracteriza a política atrabiliária dos políticos, que atualmente governam o povo baiano. Para ir à minha terra, para aí fazer uma conferência de propaganda de direitos que me são garantidos pela Constituição, de cidadão brasileiro, vi-me na contingência de impetrar um *habeas-corpus* e o govêrno da Bahia se reserva o direito de não respeitar a decisão da nossa mais alta côrte de justiça...

Irei à Bahia e não acredito que o govêrno minúsculo e desvalorizado da minha terra levante a sua mão contra mim.

Agradeço as manifestações que me trouxestes. Sei que a mocidade está comigo, sincera e vibrante. Em nome, pois, dessas manifestações eu me animo a vos fazer uma súplica, que, certamente, não vos recusareis a atender. Anunciastes uma execução ao mais notório membro dessa imprensa sem convicções, exploradora e indigna. Em nome da amizade e

(*) Discurso pronunciado no Cais do Pôrto, ao embarcar para a Bahia, no paquete *Ácre*, a 7 de abril de 1919.

solidariedade que me acabais de hipotecar, eu vos peço que não a realizeis. Seria enlodaçar as vossas próprias mãos ao contacto daquele abjeto, que se honraria com o vosso látego. Seja a punição dêle o vosso desprezo absoluto. E para que essa imprensa venal termine exangue é bastante que vos negueis a dar-lhe os vossos níqueis. Adeus, mocidade.

(*O Imparcial*, 8 de abril de 1919).

VI

DESPEDIDA DA BAHIA

A minha imprevista volta ao Rio pelo paquete de hoje, em razão de não poder ter segurança de passagem noutro vapor ao cabo destes cinco ou seis dias, que ainda calculava demorar-me aqui, não me deixa cumprir o imperioso e gratíssimo dever de retribuir em pessoa, como era minha tenção, muitas visitas, a que não podia corresponder cabalmente de outra maneira, e responder a telegramas, cartas e cartões, com que em tão imenso número fui honrado, mas cujo expediente o *motu-contínuo* desta semana de incessante atividade não me permitia despachar, conquanto haja começado a trabalhar, cotidianamente, desde as cinco, ou quatro horas da manhã, recolhendo-me sempre tarde, às vészes depois da meia noite.

Faço, pois, a todos os para com quem sou, destarte, obrigado a não resgatar dívidas tão de primor, que mo relevem, à conta da necessidade, cujo poder me não consente outro arbítrio, e creiam que de cada um desses, em relação aos quais me tenho por devedor insolvente, levo no coração a lembrança, carinhosamente guardada.

Dentre eles mencionarei em especial o Superior Tribunal do Estado, que me deu a insigne honra da sua visita coletiva, a Faculdade de Direito, onde estava aprazada para esta data a minha solene investidura de seu lente honorário, a Santa Casa de Misericórdia, que me conferiu a distinção, até hoje não tributada a ninguém, de ser graciosamente admitido ao grêmio da sua irmandade, o Comité dos Aliados, que, ainda ontem, na sua visita, me obsequiou com um mimo tão precioso, além de várias outras instituições baianas, a que era meu desejo render homenagem.

Das pessoas, a quem me cabia obrigação particular de levar esse tributo do meu reconhecimento, seria muitíssimo

longo declinar os nomes. Peço, porém, licença para nomear, entre todos, como a mais antiga encarnação da cultura baiana, como o mestre em cujo ensino se embeberam tôdas as gerações de homens notáveis, cuja nomeada, nestes cinqüenta anos, tem dado reputação à nossa terra, o professor Ernesto Carneiro Ribeiro, decano dos nossos professores, o mais sábio dos meus antigos mestres, de quem, ainda hoje, me considero discípulo, que, aos meus olhos, representa a mais saudosa parte restante de todo o meu passado, e com quem me comprometera a ir vê-lo, não só a êle, mas o seu estabelecimento de ensino.

Despedindo-nos da sociedade baiana, eu, minha mulher e meus filhos, a quem ela abriu as portas com uma cordialidade tão extraordinária, encantadora e comovente, não posso deixar de lançar-me aos pés das senhoras de minha terra, aos seus pés, em expressão, não só do meu culto, mas da minha confusão ante a soberana bondade, com que tôdas beijaram as mãos ao velho, com que o estreitaram nos braços, e de abençoar as crianças, cujo inocente entusiasmo, cujos maviosos aplausos, cujas carícias indizíveis formaram sempre, com o concurso de suas mães e irmãos, o elemento mais gentil, mais peregrino, mais santo dessas manifestações gerais da opinião baiana, as maiores conhecidas em tôda a nossa história, que sei não mereço, mas que seria ingrato, se aqui não registasse, em perpétua memória dêste estupendo movimento do civismo brasileiro.

Não foram, porém, sòmente estas ou aquelas notabilidades, estas ou aquelas instituições, estas ou aquelas classes as que me agasalharam com essas maravilhosas demonstrações, cuja vibração nunca se apagará da lembrança de quantos as presenciaram. Foi a Bahia quase inteira, a Bahia moralmente unânime, a Bahia na universalidade do seu povo, que, enchendo as ruas, suspendendo por três dias o seu comércio, paralisando no estupor de um assombramento os nossos adversários, impenitentes em suas mesquinhas e maranhas, mostrou não haver ramo da família brasileira mais cheio de vitalidade, mais capaz de reações irresistíveis, mais digno de competir com os primeiros na política da nação.

Quisera eu, pobre criatura, ter os braços dos titães, que carregam montanhas, para a abraçar tôda num só abraço, ao separar-me dela. Mas, se os braços do corpo são curtos, os do espírito, os do coração, os do reconhecimento não têm

limites, e nêles cabe inteira a minha terra querida, sôbre a qual caíam tôdas as bênçãos do céu.

Não lhe digo adeus, não. Até outra vez. Permita o Senhor sejam ainda muitas as em que eu possa encostar a cabeça ao regaço de minha amada mãe, recebendo no seu seio os afagos dos irmãos estremecidos.

Mas, entre êles, na hora da partida, mal-agradecido seria eu, se me esquecesse dos que, no meio da família, velam a chama sagrada: do jornalismo independente, da imprensa liberal, dos educadores do povo, desde o seu patriarca, o *Diário da Bahia*, minha antiga tenda, minha gloriosa escola, saudosa liça das minhas primeiras lides, até os seus companheiros de agora, *O Diário de Notícias*, também quase ancião, a nova *Tarde*, a *Hora*, ainda mais nova, o novíssimo *Imparcial*, todos solidários na campanha de moralização da publicidade, na campanha de reabilitação da Bahia, na campanha de resistência baiana ao devorismo, que se lhe meteu nas vísceras ao grnde Estado, e o envenena, o corrói, o tuberculiza pelas entranhas. O velho jornalista aperta os jornalistas da nova geração num sentidíssimo amplexo, e dêles se aparta com a mais viva saudade.

Bahia, 16 de abril de 1919. *Rui Barbosa*.

(*A Tarde*, 16 de abril de 1919).

VII

A NOSSA DÍVIDA EXTERNA E OS ESTADOS UNIDOS

(Entrevista à *Época*)

Um país de moral estragada. A nossa vassalagem. O Brasil, o México e Cuba. O Sr. Domicio da Gama norte-americano. Os «negróides». A defesa da França. A opinião nacional e o poder do dólar. Um apêlo à Nação, ao Exército e à Marinha.

O caso da transferência dos nossos títulos de dívida externa para o governo norte-americano produziu, como era natural, grande inquietação nos nossos meios públicos, econômicos e jornalísticos.

A surpreendente operação de crédito, que telegramas afirmam resolvida, à revelia nossa, pelos nossos credores, ecoou dolorosamente, por isso que revela o pouco caso em que somos tidos no estrangeiro.

Não queremos discutir a legalidade do ato praticado, ou em via de realização, visto como é este o seu aspecto menos importante.

A sua feição moral, entretanto, a sua significação política, são da maior relevância.

Trata-se de um negócio que redundaria em condensarmos toda a nossa dívida em mãos de um só credor, deixando-nos, assim, em uma situação deplorável, em uma dependência humilhante, contra a qual se deve revoltar todo brasileiro digno.

Diante da gravidade do assunto, que interessa diretamente à vida do Brasil, que afeta a própria dignidade do nosso povo, entendemos que ninguém mais autorizado para

sobre ele se manifestar do que o candidato nacional, o homem que, sem tempo para uma propaganda eficiente, tendo contra si toda a camarilha política que infesta e degrada a nossa terra, viu no memorável pleito de 13 de abril o seu nome consagrado nas urnas por mais de 140.000 brasileiros livres.

E, foi assim, por este mesmo motivo, que resolvemos ouvir a palavra do grande apóstolo do Direito, o senador Rui Barbosa.

O eminente cidadão, que se ocupava na feitura da conferência que, sobre assuntos militares, em breve realizará nesta capital, recebeu-nos fidalgamente, escusando-se, entretanto, a nos conceder a entrevista solicitada. Insistimos, porém, e, após justificar os motivos da sua escusa, disse o egrégio patricio:

— Por que falar, para que falar?! Entre nós as crises mais sérias, os problemas mais importantes, as situações mais graves não interessam ninguém por mais de 24 horas. Um artigo magnífico, um conselho salutar, uma opinião criteriosa justificam aplausos entusiásticos, mas efêmeros.

Não se pensa em nada a sério; não se resolve nada; fala-se, comenta-se, discute-se, mas não se passa «ao terreno da ação concreta», na frase interessante do Sr. Epitácio Pessoa.

Só num país de moral estragada, como o Brasil, pode o caso de que me fala ser assunto de discussão. Aliás, a atitude agora dos Estados Unidos não me surpreende, e nem é das mais irritantes. Muito mais já foi feito, e ninguém protestou, e ninguém se sentiu melindrado, e ninguém se apercebeu da intromissão do estrangeiro em nossos negócios mais íntimos. Ninguém ignora, e eu denunciei, na minha conferência internacional, a atitude francamente intervencionista dos Estados Unidos na constituição da nossa embaixada à Conferência da Paz e, o que é pior, na escolha do candidato à presidência da República.

E qual foi o resultado de tão grave revelação?! Os que me ouviram vibraram de indignação. O eco dessa revolta se fez sentir em todo o país, e dias depois não se falava mais no caso.

A situação do nosso país está inteiramente perdida; eu não vejo uma saída. Não sou suspeito à grande República da Norte-América, pois, por ela sempre tive francas simpa-

tias; o que eu queria, o que como brasileiro desejava, era que as nossas relações se mantivessem no terreno honroso da mútua independência.

No entanto, marcharíamos para a vassalagem, se, por desgraça nossa, já não fôsse ela um fato. Nem de outra maneira se justifica o que ora se está passando.

Se nos considerassem uma nação livre, certo se não permitiriam impor-nos tamanha humilhação. Por que e para que mudarmos de credores, se eles nunca nos incomodaram, nunca nos vexaram, nunca fizeram exigências descabidas?

Para que procurarmos um credor novo, cujas regras de cobrança não conhecemos, senão através da sua maneira de comerciar, que é, aliás, a mais rigorosa possível?

Por que abandonarmos velhos comitentes, sem veleidades no continente, para nos entregarmos de mãos e pés atados a um novo, cheio de ambições em tôda a América?

Dar-se-á que invejemos a situação do México e de Cuba? Será porque nos agrada enveredarmos por um caminho que não tem volta e em cuja trajetória esfarrapemos, com certeza, a nossa dignidade, se não perdermos a nossa soberania?

Não. É apenas porque temos um ministro das Relações Exteriores que o é somente no nome, porque, em verdade, a sua missão é a de defender os interesses de Washington. É porque êsse ministro é mais norte-americano que brasileiro (*) Ai de nós se tal operação se fizer! Se já agora, sem que coisa alguma lhes devamos, lhes temos feito tôdas as concessões, para que nos permitam a entrada do nosso café nos seus mercados, tal como permitem ao das demais procedências, que sucederia, se sancionássemos tão vergonhosa operação? Será escapar da Alemanha para cair nas mãos dos Estados Unidos.

Ficariamos sendo aqui os seus servos, «os negróides», como eles nos chamam; aliás, já a França se vem defendendo contra a infiltração norte-americana. Os chefes de estabelecimentos metalúrgicos e de tôda a indústria francesa já deram o grito de alarme contra essa infiltração tão perigosa como a germânica.

(*) Refere-se Rui Barbosa a Domício da Gama, diplomata de carreira, embaixador do Brasil em Washington, ministro do Exterior no segundo governo Rodrigues Alves-Delfim Moreira.

Mas, para que perdermos tempo se lhes não faltam defesas, pois lhes sobram dólares? Há muita gente que se crê capaz de fazer opinião nacional, que usa e abusa de seu nome, e para quem o dinheiro é irresistivelmente fascinador.

Se houvesse entre nós sentimento pátrio, amor pela nossa terra, desejo honesto de defender a nossa honra, ninguém quedaria inerte, e todos, solidários, repeliriam a afronta a que nos querem sujeitar. Se eu pudesse levantava a Nação, o Exército e a Marinha para salvar, nessa hora extrema, a nossa soberania ameaçada.

Infelizmente, porém, vejo tal indiferença na opinião pública, que não tenho mais ilusões.

Agradecemos ao grande cidadão a distinção com que nos cumulou e aqui deixamos ao povo, o seu novo aviso, que deve ser atendido enquanto é tempo.

(*A Época*, 17 de maio de 1919).

VIII

EU E AS POLÍTICAS ESTADUAIS NO CASO DA CANDIDATURA (*)

Desde que se começaram a supor, da parte das políticas estaduais, algumas tendências a convirem na minha candidatura, já levantada por um movimento da opinião pública, logo me julguei obrigado a examinar, em minha consciência, a situação, em que o apoio delas me colocaria, as relações que ele havia de estabelecer entre mim e elas e as condições que, talvez, a trôco dessa vantagem, se me estipulariam.

Digo «talvez», porque, em 1910, a situação paulista, surpreendendo-me com a inesperada adoção da minha candidatura, obra da minha candidatura, não me formulou condições de espécie alguma, não me exigiu que eu me declarasse quanto à minha futura atitude para com o governo de São Paulo, nem me interrogou, sequer, acêrca dos princípios, normas ou rumos, com que eu, sendo eleito, governaria.

Aceitou-me, ou antes, veio buscar-me, para me eleger candidato, com as idéias, as antecedências e as tendências que se me conheciam, vendo nas minhas convicções, bastante notórias, nas minhas qualidades políticas e morais, nos fatos, em suma, do meu passado, já então longo e claro, as razões de confiar e preferir, com que me honrou.

Essa confiança era tal, que redigi, sem consultar a ninguém, a minha plataforma presidencial, que, uma vez conhecida, longe de abater, afervorou o calor, com que S. Paulo erguera a minha candidatura, honrada ali, na eleição subsequente, com uma votação creio que sem exemplo naquele

(*) Ms. do arquivo da C.R.B. O título está aposto por letra do deputado Alfredo Rui Barbosa.

Estado, e, durante a campanha, com um entusiasmo, a que, certamente, nas nossas lutas políticas, nunca se assistira.

Ora, nos dez anos que daquele tempo decorreram, nem eu variei, nem as minhas idéias, nem os meus atos em coisa nenhuma; senão que, pelo contrário, tudo concorre, assim na política interna, como na externa, a mostrar que esta última parte da minha carreira guarda a mais perfeita coerência com as suas fases anteriores. Não sei, pois, que motivos haveria hoje, para me ver adstrito agora a declaração, ou compromissos, que naquela época se me não requereram.

Muito me honraria a adesão das políticas estaduais à minha candidatura. Essa contribuição me seria da maior relevância. É útil, preciosa e, até, indispensável.

Mas, antes que ela se começasse a entrever como possível, antes que nela se começasse a falar, já estava levantada a minha candidatura por elementos consideráveis da opinião pública, representada por alguns dos mais consideráveis órgãos da imprensa brasileira.

Ora, a presidência da República é, constitucionalmente, uma delegação da nação, cujo sentir se condensa na opinião pública, manifestada pelos seus diferentes intérpretes, entre os quais se acham, além dos vários agrupamentos políticos, onde os governos estaduais encontram origem, apoio, ou oposição, os órgãos de publicidade, os comícios populares, as instituições e associações, pelas quais se elabora, se propaga e se afirma a consciência coletiva, a ação social, a vontade do povo.

De tudo isto se compõe, e mediante isso tudo se enuncia essa opinião geral, que, sob o nosso regímen, é a soberana da política nacional.

É com essa opinião pública que eu, não me achando alistado em nenhuma das nossas parcialidades, tenho todos os meus compromissos, compromissos antigos, reiterados, indissolúveis, hoje maiores do que nunca, atentas as demonstrações de confiança com que ela, neste momento, está renovando os laços da nossa aliança inveterada, se me não enganam os sinais, a que assistimos, dêsse fenómeno, creio que entre nós bem raro. E, como unicamente por êsse caminho já logrei merecer uma vez a confiança do govêrno de um dos nossos maiores Estados, o de S. Paulo, ou mais de uma vez, como o da Bahia, não seria de estranhar que, presentemente, se tornasse a dar o caso de aceitar a política das situações

estaduais como garantias bastantes do meu procedimento no governo êsses velhos, mas sempre novos compromissos, que à opinião pública me vinculam.

Êsses compromissos constam, individualmente, da minha plataforma eleitoral, lida na Bahia em 15 de janeiro de 1910, bem assim do programa do Partido Republicano Liberal, programa de que fui o autor, de que fui, ainda, o primeiro signatário, e cujos princípios ali me obriguei «assim a sustentar na oposição, como a realizar no governo».

Tenho-os sustentado na oposição. Não poderia deixar de os realizar no governo.

Tais princípios, ali especificadamente articulados, se reduzem, em síntese, a êstes :

Observância absoluta da Constituição e das leis.

Justiça rigorosa no exercício do poder.

Extirpação dos abusos.

Execução imediata das reformas necessárias nas leis e, oportunamente, na Constituição.

Quanto à administração, em especial:

Respeito cego às leis de nomeação, acesso e promoção nos cargos.

Consideração escrupulosa do merecimento, onde a lei não sujeitar a ação administrativa ao império exclusivo de outro critério, como, em certos casos, ao de antiguidade.

Reparação das injustiças ainda não reparadas e administrativamente reparáveis.

Exclusão radical da política na seleção para os cargos do magistério, da magistratura, de competência técnica em qualquer esfera, do exército e da marinha.

Severa aplicação das leis da responsabilidade ao funcionalismo público e rigorosa manutenção dos seus direitos.

Intransigência irredutível com os interesses, partidários ou individuais, que, entre nós, costumam burlar ou tolher a arrecadação das rendas públicas nos Estados ou localidades.

Preponderância das necessidades da administração aos interesses da política, onde quer que êstes colidirem com aquelas.

Seguido com fidelidade êste roteiro moral e administrativo, sobra ainda ao governo uma grande extensão de arbítrio, de poder discricionário, com que corresponder aos serviços dos seus amigos, dos seus auxiliares, dos partidos que o apoiarem.

Estes os meus compromissos. Por eles estou ligado à nação. Fora dêles, pois, não me seria lícito contrair outros, a não ser com ressalva dêsses, isto é, subordinados a eles de maneira que não os pudessem jamais empecer, ou restringir.

Claro está que um governo dominado, nos seus atos, por tais regras e segundo elas norteado não poderia nunca entrar em conflito com qualquer dos governos estaduais, a não ser que esse governo de Estado contraviesse às leis da União, ao pacto federal, desacatasse os órgãos da soberania nacional no exercício das suas funções, legislativas, executivas ou judiciárias, negasse ao povo o gozo dos seus direitos fundamentais, incorresse em algum dos casos, nos quais, constitucionalmente, se torna inevitável, neste regimen, o socorro dos poderes centrais, já para amparar ou restabelecer o sistema orgânico do país, transtornado, violado, abalado ou ameaçado, em cada uma das unidades que o compõem, ou nas relações dessas unidades, quer umas com as outras, quer com a política nacional.

Com este programa, ninguém, seriamente, me poderia ter por capaz de um governo de reação contra os governos dos Estados, ou contra qualquer dêsses governos. Mas também ninguém me poderia haver por tão insensível aos meus deveres, que me animasse a cobrir com o prestígio das simpatias e dos atos do governo da União um governo estadual transviado contra a opinião do seu próprio Estado, contra a sua população, contra a moralidade pública, o decoro do regimen, o crédito da nação, as leis do país, os fundamentos positivos ou os preceitos democráticos do regimen.

Nem eu, se acaso viesse a exercer, um dia, o governo da União, me poderia esquecer jamais de que, se as maiorias preponderam no governo, também elemento necessário do governo são as minorias; de que, se os governos dos Estados representam, nos Estados, a ordem constituída, as oposições não deixam de concorrer para ela de um modo imprescindível; de que os direitos legais das oposições não são menos respeitáveis que os direitos dos governos, e tanto mais o são, num país de instituições mal executadas como este, quanto, nêle, não são sempre as maiorias quem governa, antes muitas vezes acontece governarem as minorias.

Assim que, se bem compreendo o nosso regimen político, não cabe ao governo federal aliar-se aos governos ou às

oposições estaduais, mas observar entre estas e aquêles uma linha estrita de imparcialidade, enquanto de uma e outra parte se guarda a legalidade constitucional, não pendendo para um ou outro lado senão como fiel da balança no mecanismo dêsse equilíbrio, ou quando, benévola, útil e regularmente, já com a sua influência, já com a sua autoridade, possa atuar como elemento de moderação dos excessos, de apaziguação nos conflitos e de regeneração contra os abusos, que viciam a política dos Estados, viciando por meio dela a política da União.

Eis as obrigações, a que me consideraria sujeito para com a nação, caso ela me elegeisse, hipótese única em que aceitaria o encargo do seu govêrno. Não o solicito. Não o desejo. Não o pretendo. Contendi por êle em 1910, quando o ambicionava, acreditando que a tarefa estava então ao meu alcance. Tentei-o de novo em 1914; mas, ante a situação, muito agravada, que se nos deparava, não tardei em desistir. Hoje, quando ao acervo de oito anos de cada vez maiores dificuldades se vêm acumular os problemas sociais e os problemas internacionais, que a política brasileira não conhecia até há pouco, só um interêsse poderia eu ter: o de que os arbítrios dela, reconhecendo a minha incompetência, neguem o seu assentimento a essa candidatura, que eu não suscitei, que ainda não aceitei, que não ambicionei, nem ambiciono, e a que só me submeterei, dado o concurso de tôdas as forças nacionais com a generalidade, com a clareza, com a energia de um mandamento irresistível.

Não sendo assim, não me resignarei ao sacrifício, em todos os sentidos esmagador ainda para as maiores capacidades, quanto mais para uma tão duvidosa como a minha, de que sou o primeiro a duvidar.

Mas, se mo houverem de impor, seja tomando-me como eu sou, com as minhas notórias convicções, com as minhas idéias definidas, com o meu reiterado programa e, consequentemente, com a liberdade correspondente a semelhantes responsabilidades.

Eis aqui está de que maneira me é dado esclarecer as influências políticas empenhadas em se inteirar do como me haveria eu com as situações estaduais, na emergência eventual de ser eleito presidente. O meu apêgo à verdade, a lisura dos meus sentimentos, a minha carência absoluta de pretensões a tal dignidade.

IX

A CANDIDATURA (*)

A minha saúde tem-se alterado, êstes últimos dias, com a volta de incômodos, que eu supunha extintos, ou quase extintos, mas que agora me reaparecem, tais quais eram, se não aumentados.

Êsses incômodos, de natureza meramente hepática, na opinião dos facultativos, provenientes de uma insuficiência funcional, sem lesão do órgão, não me ameaçam a vida, nem se opõem ao exercício da minha profissão e ao desenvolvimento da minha atividade habitual.

Mas não comportariam ao crescimento imenso de encargos e aos trabalhos incomensuráveis, que sôbre mim teriam de recair, em assumindo eu o govêrno do país, considerada, não só a natureza ordinária das suas funções, mas a situação desastrosa da pública administração neste momento, a larga extensão do programa de reformas a que estou comprometido, e a minha exigente minuciosidade no exame por mim mesmo de tudo quanto o meu nome, as minhas obrigações, a minha responsabilidade. [sic]

Não tivesse eu o apurado senso, que tenho desta, e passaria facilmente por cima dêste embaraço, jogando sôbre o acaso, a fortuna, ou as mercês da Providência uma partida, que tanto me poderia acabar numa decepção, como num bom sucesso, mas que, na pior hipótese, me daria sempre, durante algum tempo, o gôzo do poder, com as suas vantagens, com tôdas as seduções que o tornam grato à vaidade, cobiçável pela ambição e saboroso ao orgulho.

Mas a idéia do poder nunca me acudiu a mim, que me não assustasse. Se algumas vêzes lhe abri os braços, foi en-

(*) Ms. inacabado do arquivo da C.R.B.

leado pelo desejo ardente de servir à minha pátria com um governo de reação contra os abusos, de reabilitações da justiça, de sagração do merecimento, de correção das más leis, de regeneração do regímen, estragado, infamado, abalado por trinta anos de uma execução infiel às suas normas. Preocupações tão sérias não me deixariam transigir com os males, a cuja extirpação me devotava de tôda a minha alma; e por isso nunca sacrifiquei a essa aspiração, de que estava severamente banido o meu amor-próprio, uma linha dos princípios, das convicções, das verdades, que...



ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABRANCHES, Dunshee de — V. MOURA, João Dunshee de Abranches.
ABRANTES, Marquês de I, p. 83; II, ps. 264, 266.
ABREU, João Capistrano de — I, p. XX.
ABREU, Duarte de — I, p. 139.
ABREU, Vespúcio de — II, p. 251.
AGOSTINHO, (Santo) — II, p. 186.
ALBERTO, (Príncipe) — I, p. XIII.
ALBUQUERQUE, José J. de Campos da Costa de Medeiros e — I, ps. 188, 198.
ALENCAR, Alexandrino de — II, ps. 157, 160, 161.
ALMEIDA, Pedro Carolino Pinto de — II, ps. 124, 125, 127, 132.
ALVES, João Luís, II, p. 251.
ALVES, Francisco de Paula Rodrigues — I, ps. XVII, XIX, XXI, XXII, 35, 54, 151, 165, 167, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 234, 243 — II, ps. 22, 277.
ALMEIDA, Luís Antônio Barbosa de II, ps. 238.
ALMEIDA, Joaquim de Toledo Pisa e, II, p. 137.
ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e, V. ABRANTES, Marquês de — I, p. 83 II, ps. 264, 266.
ALMEIDA, Roberto Trompowski Leitão de — I, p. 41; II, p. 116.
AMORIM, (sub-inspector) — II, p. 173.
ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de — II, ps. 14, 20, 21, 23, 24, 25 e 263.
ARANTES, Altino — V. MARQUES, Altino Arantes
ARAÚJO, Alexandre Herculano de Carvalho — I, p. 115.
ARAÚJO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de — I, ps. XII, XIII.
ARISTÓFANES, — I, p. 23.
ARNIZAUT, — II, p. 55.
ASSIS, Joaquim Maria Machado de — I, p. XXIV.
ATAÍDE, Lafayette — II, p. 225.
AZEREDO, Antônio Francisco de — I, ps. XIX, XXII, 124 — II, p. 62.
BALMACEDA, José Manuel — II, p. 153.
BANDEIRA, Sebastião — II, p. 157.
BARBOSA, Alfredo Rui — I, p. 173; II, ps. 23 e 279.

- BARBOSA, Rui — I, ps. IX a XXVI, 24, 45, 54, 65, 85, 128, 152, 176, 177, 178, 180, 184, 191, 210, 219, 222, 233, 234, 241, 242, 244; II, ps. 17, 18, 19, 100, 133, 142, 148, 150, 158 a 161, 166, 167, 173, 175, 177, 208 a 211, 218 a 227, 229, 245, 246, 260, 261, 263, 269, 274, 276, 277.
- BARRABÁS, — II, 189, 190.
- BARRETO, (Tenente) — II, p. 127.
- BARRETO, Francisco Pais — V. RECIFE, Marquês do
- BARRETO, José de Almeida — I, p. 41.
- BARROS, Prudente José de Moraes — I, ps. XVII, 98 e II, p. 165.
- BATISTA, Homero — II, p. 266.
- BELO, José Maria — I, ps. VII, VIII, XXVI.
- BENÉVOLO, Jaime — II, p. 116.
- BERNARDES, Artur da Silva — I, p. XXIII.
- BERNSTORFF, Albert (Conde de) — I, ps. 201, 205.
- BIEBERSTEIN, Marshall von — I, p. 248.
- BISMARCK, Otto Eduard Leopold — I, p. 156.
- BOCAIUVA, Quintino — II, ps. 109, 133, 140, 154.
- BOURGEOIS, Léon — I, p. 248.
- BRAGA, Cincinato César da Silva — II, p. 239.
- BRÁS, Venceslau — V. GOMES, Venceslau Brás Pereira
- BRASIL, Argolo — II, p. 261.
- BRASIL, Rodolfo Cardoso Pau — II, p. 116.
- BRITO, Clodoaldo — II, p. 224.
- BUCHANAN, Williams I., — I, p. 249.
- CABRERA, Alonso (Frei) — II, ps. 187 e 188.
- CAILLAUX, — II, p. 58.
- CAIM, — I, p. 35.
- CALÓGERAS, João Pandiá — I, ps. 223, 224, 233, 234.
- CÂMARA, José Correia da — V. PELOTAS, Visconde de
- CAMARGO, Antônio Eleutério de, — II, p. 105.
- CAMBON, Paul — I, p. 235.
- CAMPISTA, David Moretzsohn — I, p. XIX.
- CAMPOS, Bernardino de — II, p. 22.
- CAMPOS, Carlos de, — I, p. 125; II, p. 251.
- CARLOS MAGNO, — I, p. 207.
- CAROLINO, Pedro, v. ALMEIDA, Pedro Carolino Pinto de
- CASTRO, Sílvio Rangel de, — I, p. 232.
- CATÃO, Marco Pórcio — I, p. 21.
- CATARINA II, — II, p. 115.
- CARVAJAL, Ernesto — I, p. 216.
- CARVALHAL, João Galeão — I, p. 167.

- CARVALHO, Alvaro Augusto da Costa — I, p. 125; II, ps. 30, 251.
CASTILHOS, Júlio Prates de — I, p. XXIII.
CASTRO, Enrique — II, p. 90.
CASTRO, Francisco de, — I, ps. 149, 150.
CASTRO, Sertório de, — I, p. 210.
CÉSAR, Horácio — II, p. 228.
CHAGAS, Manoel Pinheiro — II, p. 174.
CHATEAUBRIAND, François René (Visconde de) — I, p. XII.
CHAVES, Alfredo Rodrigues Fernandes — II, p. 107.
CHOATE, Joseph Hodges — I, ps. 248 e 249.
CÍCERO, Marco Túlio — I, ps. XII, 21; II, ps. 186, 187.
CLEMENTEAU, Georges Eugène Benjamin — I, ps. 39, 93, 151, 156, 207, 208; II, ps. 181.
CISNEIROS, A., — II, p. 261.
COCHRANE, Thomas (Lorde Dundonald) — I, p. 246.
COMTE, Augusto — I, ps. 84, 110.
CONSTANT, Destournelles de, — I, p. 155.
CORREIA, Inocêncio Serzedelo — I, p. 94; II, p. 116.
COTEGIPE, Barão de — I, p. XII; II, p. 111.
II, p. 111.
COUTO, Manoel Marques — II, p. 158.
COVA, Álvaro — II, ps. 20 a 23.
CRUZ, Osvaldo Gonçalves — I, p. 16.
CUNHA, José Mariano Carneiro da — II, p. 157.
DANTAS, Manuel Pinto de Sousa — II, p. 238.
DANTAS, Rodolfo Epifânio de Sousa — I, ps. XII, XIII; II, ps. 108 e 261.
DANTE, — II, p. 74.
DEBS, Eugênio — I, ps. 212, 214.
DEMARIA, Mariano — I, p. 176.
DEUS, Melquiades de, — II, p. 225.
DREYFUS, Alfredo — II, ps. 18 e 117.
EPIFÂNIO JÚNIOR, — II, p. 225.
ERVAL, Marquês do — II, p. 105.
EU, 'Conde d' — II, ps. 114, 117, 118, 133.
EZEQUIEL, — II, p. 33.
FARIA, Antão Gonçalves de — II, p. 156.
FILIPE II, — II, p. 188.
FÉLIX, José — V. OLIVEIRA, José Félix Barbosa de
FERRÃO, Alexandre Gomes de Argolo, — V. ITAPARICA, Visconde de
— II, p. 90.
FERRARI, Antonino — I, p. 91.

- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis — V. OURO PRÊTO, Visconde de
FIGUEIREDO FILHO, Carlos Artur Moncorvo de — I, p. 93.
FLÔRES, Venâncio — II, p. 90.
FOCH, Ferdinand — II, p. 181.
FONSECA, Demerval da — I, p. 23.
FONSECA, Hermes Rodrigues da — I, ps. XIX a XXI, 86 e 127 e II,
ps. 23, 243 e 254.
FONSECA, Manuel Deodoro da — I, ps. XIV, XVII, XIX, 90; II, ps.,
107, 108, 133, 137, 139, 140, 142, 165, 262.
FONTES, Paulo — II, ps. 20, 21, 24, 26.
FRONTIN, Conde André Gustavo de — I, p. 105.
FRY, Edward — I, p. 248.
GALVÃO, Rufino Enéias Gustavo, V. MARACAJU, Visconde de
GAMA, Domicio da — I, p. 220, 222 a 225, 227, 228, 230, 233 a 235,
237, 238, 240, 243, 244, 250, 255; II, ps. 275 e 277.
GAMA, Luís Filipe Saldanha da — II, ps. 168, 170 a 174.
GEORGE, Lloyd — I, ps. 39, 207, 208.
GLADSTONE, William Ewart — I, ps. 156, 158.
GLICÉRIO, Francisco — V. LEITE, Francisco Glicério de Cerqueira
GOMES, Gustavo — II, p. 225.
GOMES, Venceslau Brás Pereira, — I, ps. 167, 171, 199, 207, 208;
II, ps. 23, 254.
GONÇALVES, José — II, p. 238.
GOUVEIA, Hilário de — II, p. 261.
GRAHAM, Leopoldo — I, p. 178.
GUANABARA, Alcindo — I, p. 51.
GUEDES, Duarte Huet Bacelar Pinto — II, ps. 153, 156, 163.
GUILHERME II, — I, ps. XXI, 57, 192.
HABSBURGOS — II, p. 32.
HERCULANO, Alexandre — V. ARAÚJO, Alexandre Herculano de Carvalho
HERMES, — I, p. 258.
HILL, James — I, p. 249.
HINDEMBURGO, — I, p. 156.
HITLER, Adolfo — I, p. XXV.
HOHENZOLLERN, — II, p. 32.
HOMERO, — I, p. 115.
HORÁCIO, — II, p. 59.
HUGO, Victor — II, p. 187.
ITAPARICA, Visconde de — II, p. 90.
ITAPEVI, Barão de, II, ps. 90, 127, 128, 132.
IVINHEIMA, Barão de — II, p. 122.
JEREMIAS, — I, p. 162; II, ps. 33, 189, 190.

- JESUS-CRISTO, — I, ps. 14, 122, 180; II, ps. 69, 147, 168, 187 a 190.
JOÃO VI, — I, p. 246.
JORGE V, — I, ps. 209, 245.
JUDAS, — I, p. 14.
JÚPITER, — II, p. 154.
JUVENAL, — II, p. 187.
KAPOS-MÈRE, Gaetan Mérey de, — I, p. 248.
LAGO, Pedro Rodrigues do, — II, p. 236.
LANSING, Robert — I, p. 221.
LEAL, Flameano — II, p. 225.
LEÃO, Honório Hermeto Carneiro, V. PARANÁ, Marquês de
LEITE, Francisco Glicério de Cerqueira — I, ps. 133, 167.
LENINE, (OULIANOV, Vladimir Ilitch) — I, p. 124.
LIEBER, Francisco — II, p. 136.
LIMA, Francisco da Costa — II, p. 122.
LIPPE, Guilherme, Conde de — II, ps. 116, 124.
LINCOLN, Abraham — I, p. 72.
LIRA, Máximo Ramón — II, p. 158.
LISBOA, Venâncio — II, p. 238.
LOBATO, José Bento Monteiro — I, p. 63.
LOBO, Aristides da Silveira — II, p. 133.
LOBO, Hélio — I, ps. 229, 232, 234.
LOPES, Fernão — I, p. 115.
MACHADO, José Gomes Pinheiro — I, ps. XVII a XIX, XXI, XXII, 54.
MADUREIRA, Antônio de Sena — II, p. 112.
MAGALHÃES, Benjamin Constant Botelho de, — II, ps. 131, 133.
MAGALHÃES, Olinto Máximo de — I, ps. 193, 209, 233.
MALLET, Emilio Luís — V. ITAPEVI, Barão de.
MANGABEIRA, João — II, ps. 224, 225.
MANGABEIRA, Otávio — II, p. 21.
MARACAJU, Visconde de — II, p. 128.
MARQUES, Altino Arantes — I, ps. 48, 125, 153, 171, 172.
MARTINS, Alfredo da Cunha — II, p. 262.
MARTINS, Gaspar da Silveira — II, ps. 260 a 262.
MASON, — I, p. 241.
MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de, — I, ps. XXIII, 44, 45; II, p. 251.
MEDEIROS NETO, Antônio de Garcia — II, p. 236.
MELO, Benjamin de, — II, ps. 171 a 173, 175.
MELO, Custódio José de, — I, p. 63; II, ps. 119, 120, 122, 157, 159, 160.
MELO, Licurgo de, — II, ps. 159, 160.
MELO FILHO, Carlos Peixoto de, — I, p. XIX.
MENENDEZ Y PELAYO, Marcelino — II, p. 188.

- MERCIER, Désiré Joseph, Cardeal — I, p. 81.
METCHNIKOFF, Elias — I, ps. 155, 157.
MILL, John Stuart — I, p. 104.
MITRE, Bartolomé — II, p. 90.
MONIZ, Antônio — V. ARAGÃO, Antônio Moniz Ferrão de
MONTAIGNE, Michel Eyquem de, — I, p. XII.
MONTEIRO, Tobias do Rêgo — II, p. 158.
MONTEIRO, Vitorino José Carneiro — V. S. BORJA, Barão de
MONTEIRO, Zacarias do Rêgo — II, p. 158.
MORAIS, Prudente de — V. BARROS, Prudente José de Moraes
MOREIRA, Delfim — V. RIBEIRO, Delfim Moreira da Costa
MOURA, João Dunshee de Abranches, — I, ps. 213, 218.
MOURA, Raul Soares de — I, p. 153.
MÜLLER, Lauro Severiano — I, ps. 40, 124, 125, 172, 173, 183, 185,
188 a 190, 192, 199, 207, 209, 228, 237.
NABUCO, Joaquim — V. ARAÚJO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de
NAPOLEÃO, — I, p. IX.
NELIDOW, Alexandre Ivanovitch — I, ps. 156, 248.
OLIVEIRA, Domingos Marques de, — I, p. 91.
OLIVEIRA, José Félix Barbosa de — II, p. 116.
ORTA, Garcia d' — I, p. 218.
OSÓRIO, Manoel Luís — V. ERVAL, Marquês do
OULIANOV, Vladimir Ilitch (LENINE) — I, p. 124.
OURO-PRÊTO, Visconde de — I, ps. XIII, XV; II, p. 109.
PALISSY, Bernardo — II, p. 74.
PARANÁ, Marquês de — I, p. 94.
PATROCÍNIO, José do — II, p. 166.
PAULI A., — I, ps. 181, 196, 198, 199, 201, 205, 207, 208.
PAULO, (Comissário) — II, p. 158.
PAUNERO, Wenceslau — II, 90.
PAZ, Artur Fernandes Campos da, — II, p. 145.
PEDRO I, — I, p. 63; II, p. 147.
PEDRO II, — I, ps. XI, XIII, XIV, 111; II, p. 147.
PEIXE, (Comandante) — I, ps. 193 a 195.
PEIXOTO, Carlos — V. MELO, Carlos Peixoto de
PEIXOTO, Floriano — I, ps. XVI, XX, 36, 53, 63; II, ps. 139, 140, 142,
143, 148, 153, 159, 165, 243, 261.
PELOTAS, Visconde de — II, p. 108.
PELTIER, Augusto — II, p. 224.
PENA, Afonso Augusto Moreira — I, ps. XVII a XIX, 54, 220; II, p. 23.
PEREIRA, Alfredo Leal de Sá — I, p. 88.
PEREIRA, Manoel Vitorino — I, p. 228; II, p. 90.

- PESSANHA, Nilo — I, p. XIX, XXII, 48 a 50, 52, 104, 152, 153, 209, 211; II, p. 194.
- PESSOA, Eptácio da Silva — I, ps. XXIII, 45, 85, 116, 128, 171, 223, 224, 233, 324, 240; II, p. 14, 15, 16, 51, 71, 100, 102, 208, 209, 210, 211, 218 a 227, 229, 233, 239, 241, 242, 244, 260, 276.
- PHIPPS, Edmund Constantine Henry — I, p. 123.
- PINTO, Alfredo Moreira — II, ps. 112, 116.
- PINTO, Francisco Pereira — V. IVINHEIMA, Barão de
- PINTO, Joaquim d'Aguiar Costa — I, p. 95.
- POINCARÉ, Raymond — I, p. 209.
- PRAZERES, Oto — II, p. 225.
- PROCÓPIO, José — II, p. 71.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de — I, ps. 235, 236.
- RAMALHO, João Antônio — II, p. 55.
- RECIFE, Marquês do — II, 193.
- RÊGO, Antônio Gabriel Moraes — II, p. 116.
- REIS, Agostinho dos, — I, p. 86.
- REIS, José de Miranda da Silva — II, p. 132.
- REIS, Santos — II, p. 224.
- RETUMBA, João da Silva — II, p. 167.
- REY, (Engenheiro) — II, p. 122.
- RIBAS, Gumerindo Taborda — I, ps. III, 63.
- RIBEIRO, Antão — II, p. 116.
- RIBEIRO, Delfim Moreira da Costa — I, ps. XXII, 219, 231 a 253; II, ps. 54, 264, 277.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro — II, p. 273.
- RIBEIRO, Frederico Solon de Sampaio — II, p. 133.
- RIBOT, Théodule Armand — I, p. 87.
- RIO BRANCO, Barão do — I, ps. XII, XIX, 228, 236, 243, 244, 247; II, p. 261.
- ROCHA, João de Figueiredo — I, p. 111.
- ROCHA, Manuel Carneiro da, II, p. 121.
- ROMANOFFS, — II, p. 32.
- SÁ, Francisco — II, ps. 232, 243.
- SABINO, Antônio — II, ps. 224, 225.
- SALES, Francisco Antônio de — II, p. 251.
- SALES, Manoel Ferraz de Campos — I, ps. XVII, XVIII, 24; II, p. 22.
- SAMPAIO, Antônio de — II, p. 90.
- SANSÃO, — II, p. 31.
- SANTOS, Carlos Maximiliano Pereira dos, — I, p. 111.
- SANTOS, Urbano dos — I, ps. 31, 124.
- SÃO BORJA, Barão de — II, p. 251.

- SARAIVA, José Antônio — I, p. XII; II, p. 261.
SARMENTO, Morais — II, p. 173.
SCOTT, James Brown — I, p. 249.
SEABRA, José Joaquim — I, ps. 54, 55, 124, 125; II, ps. 15, 20, 28, 145, 159, 267.
SÉQUIER, Jaime de, — I, p. 37.
SEQUEIRA, João de, — II, p. 157.
SHAKESPEARE, William — I, p. XIV.
SILVA, João Pinheiro da, — I, p. XVIII.
SILVA, José Bonifácio de Andrada e, — II, p. 30.
SIMÕES FILHO, Ernesto — II, p. 236.
SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Visconde de, — II, ps. 238, 262.
SILVA, Francisco de Assis Rosa e, — II, p. 197.
SILVA, Lauro Nina Sodré e, — II, p. 116.
SOARES, José Eduardo de Macedo — I, ps. XXIII, 49.
SOARES, Raúl — V. MOURA, Raúl Soares de
SÓCRATES, II, p. 167.
SODRÉ, Lauro. V. SILVA, Lauro Nina Sodré e
SOUSA, João de, — II, p. 225.
SOUSA NETO, Antônio — II, p. 90.
SPERB, Oscar — I, p. 194.
STRAUSS, — I, p. 125.
STREET, Jorge — I, ps. 93, 101, 119.
SUBIROFF, Ivan — II, p. 30.
SUETÔNIO, — II, p. 187.
SWIFT, Jonathan — I, p. 234.
TÁCITO, P. Cornélio — II, p. 187.
TALLEYRAND-PÉRIGORD, Charles Maurice — I, p. 14.
TANEY, Roger Brooke — II, p. 155.
THIERS, Louis Adolphe — I, p. 156.
TIRPITZ, Alfred von — I, p. 192.
TORNIELLI-BRUSATI, Giuseppe, Conde de, — I, p. 248.
VALADARES, Henrique — II, p. 225.
VARGENS, João — II, p. 225.
VASCONCELOS, Zacarias de Góis e, — I, p. XII.
VAUX, Clotilde de, — I, p. 85.
VELOSO, Joaquim Teodoro — II, p. 225.
VERGÍLIO, — I, p. 23.
VESPASIANO, Tito Flávio — I, p. 16.
VIANA, Prisco — II, p. 225.
VIANA FILHO, Luís — I, ps. XVIII, XIX.

- VIEIRA, Antônio — I, ps. 31, 207.
VILAR, Frias — II, p. 238.
VINCI, Leonardo da, — II, p. 74.
VIZEU, Afonso — II, p. 266.
WANDENKOLK, Eduardo — II, ps. 152 a 154, 156, 163.
WANDERLEY, João Maurício — V. COTEGIPE, Barão de
WILSON, Thomas Woodrow — I, ps. 39, 176, 177, 205, 221, 235, 241,
242, 244, 245, 253.
XANTIPO, — II, p. 167.
XAVIER, Antônio da Fontoura — I, p. 207.
XISTO v, — II, p. 22.

ÍNDICE

TOMO I

Prefácio	IX
<i>As classes conservadoras</i> — Rio, 8 de março	5
<i>A questão social e política no Brasil</i> — Rio, 20 de maio	63
<i>Minas Vitoriosa</i> — Juiz de Fora, 2 de abril	133
<i>O Caso Internacional</i> — S. Paulo, 4 de abril	165

TOMO II

<i>A corrupção política</i> — Bahia, 12 de abril	3
<i>Aos professores e estudantes da Bahia</i> — Bahia, 14 de abril	65
<i>Aos operários baianos</i> — Bahia, 15 de abril	75
<i>Conferência militar</i> — Rio, 24 de maio	87
<i>Manifesto</i> — Rio, 17 de julho	191
<i>Anexos</i>	247
I <i>Entrevista ao Correio do Povo</i> — P. Alegre, fevereiro .	249
II <i>O caso de fuzilamento de Silveira Martins</i> — Rio, 22 de fevereiro	260
III <i>Os sucessos da Bahia</i> — Rio, 27 de março	263
IV <i>Os acontecimentos da Bahia</i> — <i>Manifesto</i> — Petrópolis, 29 de março	265
V <i>Despedida do Rio de Janeiro</i> — Rio, 7 de abril	270
VI <i>Despedida da Bahia</i> — Bahia, 16 de abril	272
VII <i>A nossa dívida externa e os Estados Unidos</i> — Rio, 17 de maio	275
VIII <i>Eu e as políticas estaduais no caso da candidatura</i>	279
IX <i>A candidatura</i>	284
<i>Índice onomástico</i>	287



AOS 10 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE
1956, ACABOU-SE DE IMPRIMIR NAS OFICINAS
GRÁFICAS DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA
NACIONAL, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
ÊSTE TOMO, SEGUNDO

DO VOLUME XLVI

DAS

OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

MANDADAS PUBLICAR PELO GOVÊRNO DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

